

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

MARIA DE LOURDES VICENTE DA SILVA

**GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES:** As Repercussões do Processo de Des-re-territorialização Empreendido pela Modernização Agrícola sobre o Ambiente, o Trabalho e a Saúde de Mulheres Camponesas na Chapada do Apodi/CE



FORTALEZA

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**MARIA DE LOURDES VICENTE DA SILVA**

**GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES:** As Repercussões do Processo de Des-reterritorialização Empreendido pela Modernização Agrícola sobre o Ambiente, o Trabalho e a Saúde de Mulheres Camponesas na Chapada do Apodi/CE

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Raquel Maria Rigotto

**Co-orientadora:** Dr<sup>a</sup> Gema Galgani L. Esmeraldo

**FORTALEZA**

**2014**

**MARIA DE LOURDES VICENTE DA SILVA**

**GRITOS, SILÊNCIOS E SEMENTES:** As Repercussões do Processo de Des-  
re-territorialização Empreendido pela Modernização Agrícola sobre o Ambiente,  
o Trabalho e a Saúde de Mulheres Camponesas na Chapada do Apodi/CE

Dissertação submetida à banca examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente, da  
Universidade Federal do Ceará, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
mestre.

APROVADA EM 18/09/2014

**BANCA EXAMINADORA**

*Raquel Maria Rigotto*

\_\_\_\_\_  
Professora Dra. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará

*Gema Galgani S. L. Esmeraldo*

\_\_\_\_\_  
Professora Dr. Gema Galgani S. L. Esmeraldo (Co-Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará

*Sandra Maria Gadelha de Carvalho*

\_\_\_\_\_  
Professora Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho  
Universidade Estadual do Ceará

**FORTALEZA 2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

---

S581g Silva, Maria de Lourdes Vicente da.  
Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE / Maria de Lourdes Vicente da Silva. – 2014.  
364 f. : il., color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.  
Coorientação: Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo.

1. Mulheres. 2. Mulheres - Trabalho. 3. Mulheres do campo. I. Título.

---

CDD 363.7

Dedicamos este trabalho às mulheres  
com as quais comungamos sonhos e  
lutas por um mundo onde todas  
sejam livres!

## AGRADECIMENTOS

Meus amigos quando me dão a mão  
Sempre deixam outra coisa  
Presença  
Olhar  
Lembrança  
Meus amigos quando me dão  
Deixam na minha a sua mão

PAULO LEMINSKI  
*In Caprichos e relaxos, 1983*

Invoco toda força da nossa ascentralidade maya, inca, asteca da nossa grande Aby Ayla; dos povos e da cultura asiática; da africanidade que carregamos em nosso sangue e com ela peço licença para demonstrar toda minha GRATIDÃO às pessoas que comigo viveram, sentiram, lutaram e contribuíram para uma escrita tecida de sonhos, de compromisso e ousadia.

Ao **MST** com suas lutas e seus sujeitos: Ricardo, Jesus, Nenen, Cosma, Itelvina, Simone, Edite, Ednei, Janaina, Neidinha, Vera, Clarice, Andreia, Aldiva, que comigo comungam diuturnamente um sonho de liberdade e o compromisso com a transformação social. Gratidão especial ao Elitiel Guedes e Robinho Silva que nos brindaram com sua arte fotográfica. E a Sheila pela solidariedade nos momentos de sufoco.

À **Professora Raquel Rigotto** que acreditou na possibilidade de construirmos um tempo fecundo de inserção acadêmica, de incidência política e com quem tenho aprendido muito sobre a inter-relação trabalho, ambiente e saúde. E com quem tenho vivido o sentido da cosmovisão, da pacha-afetividade, e fortalecido laços de amizade e solidariedade enraizada na luta e nos desafios de nosso tempo.

À **Gema Galgani** amiga e camarada de sonhos e de compromisso com a luta pela terra e pela libertação das mulheres. Ela tem acompanhado, desde muitos anos, nossos passos de libertação e conosco se lançado na aventura de fazer pesquisa com as mulheres, seus/nossos sonhos e suas/nossas lutas.

**Ao Núcleo Tramas:** Mayara, Ada, Dani, Bruna Sarkis, Talita, Renatinha, Dayse, Lorena, Poti, Cecília, Manuzita, Bruna Araújo, Vanira, Maiana, Júlio, Tiago, Andrea, Camila, Marcelo, Andrezza, por todas as nossas vivências e aprendizagens coletivas nesse tempo fecundo de mística, coragem e ousadia.

Às **mulheres da Chapada:** especialmente Gracinha, Socorro, Marcinha, Vilma, Jacinta, Maria do Levi, Piriga, Clenes, São José, Tetê, Gorete, Fatinha, Branquinha, Rosângela, Graça, Maria, Branquinha, as gêmeas Ivalbene e Ivaldene, Rafaela, e as que encontrei e abracei pelo caminho.

Aos **companheiros e companheiras da Fafidam:** Bernadete, Rameres, Sandra, Ernande, Chiquinho pelas acolhidas e fecundos debates sobre a região e pelos risos que alegram a nossa alma.

Às **companheiras e companheiros da Cáritas:** Diego, Padre Júnior, Osarina, Angerliana e Damiana pelos sonhos que sonhamos juntos.

Às **irmãs da Comunidade Êxodo:** Doré, Ana, Letícia, Ângela, Francinilda, Bete, Raimunda e Bernadete pelo cultivo da fé, da mística, da partilha, da convivência e o cultivo do amor entre irmãs.

Às **mulheres e aos homens do Assentamento Zé Lourenço:** Adriana, Suzana, Toinha, Marica, Iran, Maria, Rejane, Jacinta, Lourdes, Gilson, Brasil, Venas, Seu Nenen, que me fortalecem com suas presenças em minha vida.

Ao **Centro Frei Humberto:** Valéria, Dora, Gabriel, Daniel, Betão, Tiago, Tia Preta, pelo acolhimento, paciência e cuidado nos últimos momentos da escrita.

E por fim, a todos e todas que não nomeei aqui, mas que *'aperriei'* muito por essa vida afora.

**"Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas."** Vladimir Maiakóvski

## RESUMO

O estudo sobre as trajetórias de vida de mulheres camponesas que vivem na Chapada do Apodi, CE está voltado para a análise das repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho de mulheres camponesas. Descreve aspectos das trajetórias de trabalho de mulheres inseridas nas empresas do agronegócio da fruticultura irrigada, na agricultura camponesa/familiar, e no trabalho doméstico e aprofunda as repercussões das transformações sociais e do conflito ambiental nos modos de viver e produzir dessas mulheres. Além de discutir os sentidos e perspectiva do trabalho no campo para as mulheres camponesas na dialética entre (agri)cultura e (agro)negócio. Partindo da crítica feminista ao papel da ciência, e das mulheres como sujeitos do conhecimento, utiliza-se a abordagem das metodologias feministas para aprofundar os diferentes olhares e experiências das mulheres a partir das histórias de vida de 11 mulheres de 04 comunidades, feita através de entrevistas e observação participante e tendo como foco a categoria do trabalho. Resulta daí a descrição sobre as formas camponesas de vida e trabalho ameaçados pela modernização agrícola onde estão expostos os resultados da pesquisa de campo sobre terra, produção e cultura camponesa, a questão ambiental, os sentidos e condições de trabalho, as transformações sociais e de saúde. São problematizados aspectos que analisam a saúde entre a riqueza e o adoecimento através das transformações do território com o uso de agrotóxicos e suas consequências ao trabalho e à produção. A partir da experiência dessas mulheres, a pesquisa aponta algumas bases para a análise de um novo feminismo - o camponês-ambiental. Mediado pelo ser/fazer das mulheres camponesas, no confronto entre as contradições e sua cultura, ele está calcado nas seguintes características: Como expressão das mulheres em defesa dos bens naturais; do reconhecimento da natureza como portadora de direitos e da defesa da diversidade e da dinâmica produtiva como bens comuns. Resulta de um movimento do cotidiano, pautado por uma inserção política dentro da comunidade, da casa, da cozinha, do quintal, da roça etc. Espaços por onde circulam saberes, informações e diferentes formas de poder instituído pelas próprias mulheres. Está calcado na luta pela soberania alimentar e pela manutenção de laços de solidariedade e de socialização do trabalho. Tem sua cultura fundamentada na ética camponesa e nos valores de solidariedade, com a vivência marcada pelas noções de justiça, direito, honestidade e equidade. Faz uma relação do ser saudável com o acesso aos bens comuns (como a terra, à água, ao alimento e à biodiversidade) e à valorização dos sentidos do trabalho. Faz a articulação das diversas dimensões – indissociáveis – que existem entre ambiente, trabalho, relações familiares, convivência social e saúde das pessoas. Portam uma visão sistêmica do cuidado, interpretando-o em relação ao planeta, ao trabalho e ao ser humano em sua totalidade. E também a vivência da economia como produção de vida, reconhecendo o importante e determinante papel das mulheres na disputa pela terra e pelo território e na afirmação da cultura camponesa.

**PALAVRAS CHAVES:** MULHERES, TRABALHO, CONFLITOS AMBIENTAIS, MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, RESISTÊNCIA CAMPONESA.



## **ABSTRACT**

The study on the life trajectories of female peasants that live in Chapada do Apodi, CE is focused on the analysis of the repercussions of the process of deterritorialization by the modernization of agriculture on the environment, health, and the labor of peasant women. It describes aspects of work trajectories of women inserted in agribusiness companies of irrigated fruit production, familiar/peasant agriculture, and domestic labor, and go deeper into the repercussions of the social transformations and the environmental conflict in the ways of living and producing of these women. Besides, this paper discusses the meanings and perspective of field/farm work for peasant women in the dialectic between (agri)culture and (agri)business. Starting from the feminist criticism on the role of Science, and of women as subjects of knowledge, it utilizes the approach of the feminist methodologies to go deeper into the different looks and experiences of women as from life stories of 11 women and 04 communities, done through interviews and participant observation, having as a focus the category of work. It results the description of the peasant ways of life and work threatened by the modernization of agriculture where are exposed the results of the field research about land, production and peasant culture, the environmental issue, the meanings of work and work conditions, social and health changes. For that, we problematize aspects that analyze health among wealth and illness through territory transformations with the use of pesticide and its consequences to labor and production. From the experience of these women, the research points to a few basis for the analysis of a new feminism – the environmental-peasant. Mediated by the being/doing of the peasant women, in the confrontation between contradictions and their culture, it stands on the following characteristics: As an expression of the women in defense of the natural resources; of the recognition of nature as carrier of rights and of the defense of diversity and productive dynamics as common goods. It results from an everyday movement, guided by a political insertion in the community, home, kitchen, yard, farm, etc. Spaces in which knowledge, information and different forms of power instituted by the own women circulate. It stands on the struggle for food sovereignty and for the maintenance of bonds of solidarity and labor socialization. It has its culture grounded on peasant ethics and on the values of solidarity, with the experience marked by the notions of justice, right, honesty and equity. It makes a relation of the healthy being with the access to the common resources (such as land, water, food, and biodiversity) and the appreciation of the meanings of labor. It makes an articulation of several -inseparable- dimensions that exist among environment, work, family relations, social living and health. They carry a systemic vision of care, understanding it in relation to the planet, to labor and to the human being in his entirety. The dimensions also carry the experience of the economy as production of life, recognizing the important and determinant role of women in the dispute for land and territory and in the affirmation of the peasant culture.

**KEY-WORDS:** WOMEN, LABOR, ENVIRONMENTAL CONFLICTS, MODERNIZATION OF AGRICULTURE, PEASANT RESISTENCE.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ADECE** - Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa

**CERESTA** - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**COGERH** – Companhia de Gestão em Recursos Hídricos

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**DATASUS** – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde

**EPI** - Equipamento de Proteção Individual

**FIOCRUZ** - Fundação Osvaldo Cruz

**FUNCEME** - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPECE** - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

**IIRSA** - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados

**M21** – Movimento 21

**MCT** - Ministério da Ciência e Tecnologia

**MMM** – Marcha Mundial de Mulheres

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MS** - Ministério da Saúde

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ONG** - Organização Não Governamental

**P1MC** - Projeto Um Milhão de Cisternas

**P1+2** - Programa Uma Terra Duas Águas

**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento

**PIS** - Programa de Integração Social

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

**PNSIPCF** – Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta

**PNSTT** – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

**PRODEMA** - Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**PLATAFORMA DHESCA** – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

**SEMACE** - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

**SINDAG** – Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícolas

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TRAMAS** – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde

**UFC** - Universidade Federal do Ceará

**UFMT** - Universidade Federal do Mato Grosso

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01.</b> Mapas Sociais da Comunidade de Lagoinha .....	<b>28</b>
<b>Figura 02.</b> Imagens do Projeto de Irrigação Jaguaribe Apodi.....	<b>33</b>
<b>Figura 03.</b> Material de divulgação produzido pelo Estado para atração de empresas transnacionais.....	<b>35</b>
<b>Figura 04.</b> Localização do Perímetro, Empresas e Comunidades .....	<b>37</b>
<b>Figura 05.</b> Bares da Chapada .....	<b>47</b>
<b>Figura 06.</b> Taxa de Mortandade por Neoplasias e Internações por Aborto .....	<b>48</b>
<b>Figura 07.</b> Ação das Mulheres da Via Campesina, Revista Veja .....	<b>81</b>
<b>Figura 08.</b> Mandala das Mulheres Sujeitos da pesquisa.....	<b>111</b>
<b>Figura 09.</b> Fotos da Pesquisa de Campo .....	<b>111</b>
<b>Figura 10.</b> Encontro de Socialização e Validação da Pesquisa .....	<b>118</b>
<b>Figura 11.</b> Imagem da Comunidade do Tomé .....	<b>122</b>
<b>Figura 12.</b> Imagem da Comunidade de Macacos .....	<b>122</b>
<b>Figura 13.</b> Imagem da Comunidade de Ipu/Maracajá .....	<b>123</b>
<b>Figura 14.</b> Imagem da Comunidade Carnaúbas .....	<b>123</b>
<b>Figura 15.</b> Sede da Associação dos Ex-Irrigantes .....	<b>157</b>
<b>Figura 16.</b> Reunião dos Expropriados .....	<b>157</b>
<b>Figura 17.</b> Mortandade de Peixes no Canal de Irrigação .....	<b>172</b>
<b>Figura 18.</b> Resíduos de Agrotóxicos na Piscina que Abastece a Comunidade..	<b>172</b>
<b>Figura 19.</b> Carste do Aquífero Jandaíra .....	<b>174</b>
<b>Figura 20.</b> Localização dos Poços Monitorados pela Cogerh .....	<b>174</b>
<b>Figura 21.</b> Agrotóxicos Identificados nas Amostras de Água Subterrânea .....	<b>175</b>
<b>Figura 22.</b> Consumo de Água para Abastecimento Humano e Irrigação .....	<b>176</b>
<b>Figura 23.</b> Nível de Água do Aquífero Jandaíra - anos 2009-2013 .....	<b>178</b>
<b>Figura 24.</b> Desenho da Poluição Ambiental .....	<b>186</b>
<b>Figura 25.</b> Diagrama da Problemática Ambiental .....	<b>189</b>

<b>Figura 26.</b> Diversidade de Trabalhos Ester .....	<b>200</b>
<b>Figura 27.</b> Diversidade de Trabalhos de Dona Judite .....	<b>206</b>
<b>Figura 28.</b> Diversidade de Trabalhos de Mirian .....	<b>211</b>
<b>Figura 29.</b> Diversidade de Trabalhos de Dona Odete .....	<b>214</b>
<b>Figura 30.</b> Diversidade de Trabalhos de Sophia .....	<b>217</b>
<b>Figura 31.</b> Diversidade de Trabalhos de Dona Luana .....	<b>223</b>
<b>Figura 32.</b> Diversidade de Trabalhos de Rita Maria .....	<b>228</b>
<b>Figura 33.</b> Diversidade de Trabalhos de Dona Brígida .....	<b>232</b>
<b>Figura 34.</b> Diversidade de Trabalho de Taís .....	<b>235</b>
<b>Figura 35</b> Diversidades de Trabalhos de Jezabel .....	<b>238</b>
<b>Figura 36.</b> Diversidade de Trabalho de Maria .....	<b>242</b>
<b>Figura 37.</b> Plantação de Melão na Comunidade de Macacos .....	<b>270</b>
<b>Figura 38.</b> Galpão da Usina de Reciclagem .....	<b>271</b>
<b>Figura 39.</b> Usina de Reciclagem, Fardos de Plásticos Tóxicos .....	<b>273</b>
<b>Figura 40.</b> Preparação do Alimento do Trabalhador .....	<b>277</b>
<b>Figura 41.</b> Lavagem de Roupa .....	<b>279</b>
<b>Figura 43.</b> Processo de Produção .....	<b>312</b>
<b>Figura 43.</b> Presença de Agrotóxicos em Alimentos .....	<b>323</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Resultado da análise das amostras de água -2009 .....	<b>43</b>
<b>Quadro 2.</b> Agricultura Camponesa vs Agricultura Familiar .....	<b>68</b>
<b>Quadro 3.</b> Campo do Agronegócio vs Campo da Agricultura Camponesa .....	<b>72</b>
<b>Quadro 4.</b> Perfil das Mulheres Camponesas participantes da pesquisa .....	<b>126</b>
<b>Quadro 5.</b> Diversidade de Trabalhos das Mulheres na Chapada .....	<b>244</b>
<b>Quadro 6.</b> Sentidos de Trabalho para as Mulheres da Chapada .....	<b>248</b>
<b>Quadro 7.</b> Pessoas Ocupadas por Sexo .....	<b>254</b>
<b>Quadro 8.</b> Ciclo de Adoecimento .....	<b>262</b>
<b>Quadro 9.</b> Definição de trabalho livre e trabalho escravo.....	<b>263</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela1.</b> Dados sobre Mulheres Beneficiárias da Reforma Agrária .....	<b>76</b>
<b>Tabela2.</b> Áreas Invasadas/Ocupadas da II Etapa do Perímetro J. Apodi.....	<b>148</b>
<b>Tabela 3.</b> Resultado da Análise de Contaminação da Água Subterrânea.....	<b>176</b>
<b>Tabela 4.</b> Volumes de Água Explotados do Aquífero Jandaíra por Uso.....	<b>178</b>

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I. O CONTEXTO EM QUE SE INSERE A PESQUISA</b> .....	<b>31</b>
1.1 A Região do Baixo Jaguaribe e a Chapada do Apodi.....	<b>31</b>
1.2 Da aproximação com o Território para o Encontro com o Problema.....	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II. DA PRÁXIS FEMINISTA E CAMPONESA</b> .....	<b>51</b>
2.1 As Mulheres como Sujeitos do Conhecimento.....	<b>53</b>
2.2 Sobre o Campesinato: Modos de Vida, Trabalho e Ambiente.....	<b>57</b>
2.3 Repensando o Campesinato Frente aos Desafios da Atualidade.....	<b>67</b>
2.4 Mulheres Camponesas Contra a Ordem do Capital.....	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO III. CONFLITOS AMBIENTAIS: Dialética entre (Agri)cultura e (Agro)negócio na Chapada</b> .....	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO IV. CAMINHOS TRILHADOS NA EXPERIÊNCIA DA PESQUISA</b> .....	<b>96</b>
4.1 Do Encontro com o Problema à Construção dos Caminhos da Pesquisa.....	<b>96</b>
4.2 Métodos e Técnicas de Pesquisa.....	<b>98</b>
4.3 Passos Dados no Itinerário da Pesquisa.....	<b>103</b>
➤ <i>Preparando a terra: Os Estudos Entre as Idas e Vindas do Campo</i> .....	<b>104</b>
➤ <i>Abrindo os Sulcos da Terra: A Arte de Semear Processos</i> .....	<b>106</b>
➤ <i>Época de Plantar, Observar e Cuidar: Definindo Passos, Reavaliando Escolhas e Recriando Caminho</i> .....	<b>108</b>
➤ <i>O Processo de Colheita: Acolhendo as Histórias, Memórias, Sentimentos e Desafios que Perpassam a Vida e o Cotidiano das Mulheres</i> .....	<b>112</b>
➤ <i>A Arte de Debulhar os Frutos Colhidos: Sistematização de Dados</i> .....	<b>115</b>
➤ <i>A Partilha dos Frutos: Socializando os Saberes e as Experiências</i> .....	<b>117</b>
4.4 As Comunidades envolvidas na Pesquisa.....	<b>118</b>
4.5 As mulheres sujeitos da Pesquisa.....	<b>124</b>
<b>CAPÍTULO V. SABERES E EXPERIÊNCIAS: As Repercussões do Processo de Des-Reterritorialização Empreendido pela Modernização Agrícola na Chapada</b> .....	<b>127</b>
<b>5.1 Terra, Produção e Cultura Camponesa</b> .....	<b>130</b>
- Formas de apropriação e identidades dos camponeses/as com o território.....	<b>133</b>
- A disputa do capital e o processo de des-re-territorialização do campesinato.....	<b>146</b>

- Reapropriação da terra e do território e a reafirmação do campesinato.....	159
<b>5.2 Questão Ambiental sob os Olhares das Mulheres.....</b>	<b>169</b>
- Impactos na água.....	170
- Impactos à produção.....	180
- Impactos à alimentação.....	181
- Impactos à paisagem.....	184
- Impactos ao ar/solo.....	185
<b>5.3 Sentidos e Condições de Trabalho.....</b>	<b>194</b>
- Diversidade de trabalho das mulheres.....	196
- Sentidos de trabalho para as mulheres da Chapada.....	247
- Trabalho escravo e trabalho livre: “o trabalho das empresas eu vejo com maus olhos para as mulheres”.....	256
- A modernização agrícola pelas experiências das mulheres: “com o bom veio mais o ruim” .....	264
- Sobre o processo de trabalho nas empresas.....	268
➤ <i>O emprego na usina de reciclagem de materiais tóxicos.....</i>	<i>268</i>
➤ <i>O processo de trabalho na empresa de produtora de banana.....</i>	<i>274</i>
➤ <i>O trabalho invisível da lavagem de roupa contaminada por agrotóxicos e a preparação da marmita do trabalhador.....</i>	<i>276</i>
➤ <i>As mulheres visibilizam os problemas dentro das empresas.....</i>	<i>279</i>
➤ <i>Sobre os direitos dos/das trabalhadoras dentro das empresas.....</i>	<i>287</i>
<b>5.4 Transformações Sociais e Familiares.....</b>	<b>291</b>
- Relação entre o emprego e a perda do vínculo familiar: “ <i>era minha necessidade mas não o meu querer</i> ”.....	301
<b>5.5 A Saúde entre a Riqueza e o Adoecimento.....</b>	<b>307</b>
- A chapada de antes e de hoje: transformações do território com o uso de agrotóxicos e suas consequências ao trabalho e à produção.....	315
- As contradições do modelo de produção e seus impactos à saúde: “ <i>Antigamente, quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje ele trabalha pra comer e come pra morrer</i> ”.....	321
- A comunidade criando mecanismos de desocultamento e publicização da problemática das doenças e de sua relação com agrotóxicos.....	324
- Saúde e relação com o trabalho: “ <i>toda vida eu fui mais trabalho do que me cuidar</i> ”.....	328
<b>6. CONCLUSÕES .....</b>	<b>338</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>351</b>



## O Trabalho e a Vida da Mulher do Campo

Maria de Fátima – Artesã da Chapada

Quero falar da mulher  
Porque sou mulher também  
E ainda não recebemos  
Os direitos que nós temos  
Pois ainda somos vistas  
Com um olhar de desdém

Tem mulher trabalhadora  
Do campo até a cidade  
Porém os nossos direitos  
Parece não ter validade  
O jeito é enfrentar  
Todas as autoridades

Mulher de pobre não tem  
Passeio, piscina ou shopping  
Até para se consultar  
É uma dificuldade enorme  
São poucas fichas para o médico  
Atender a todo pobre

Na minha comunidade  
Trabalham muitas mulheres  
No sol escaldante e forte  
Todos sabem com é  
Plantam melão, mamão e banana  
Sem ser delas nem um pé

Às vezes chegam seis horas  
Às vezes chegam as dez  
Quando chegam ainda vão  
Fazer o jantar pra filho e marido  
Sem imaginar questão  
Correndo grande perigo

O câncer está matando  
Muita gente a cada mês  
Não tem mais o que fazer  
Só Jesus que é rei dos reis  
Que os políticos incompetentes  
Veem e fingem não ver

Tudo está contaminado  
Terra, caule, folha e fruto  
Pior é a nossa água  
Isso eu acho um absurdo  
Ninguém toma providência  
Para acabar com isso tudo

Tudo isso é resultado  
Das empresas que aí estão  
Dizendo ter melhoria  
Para todo cidadão  
Ao contrário está matando  
A nossa população

Precisamos de mais médicos  
Para nossa população  
Que ainda temos pouco  
Aqui em nossa região  
Que seja especializado  
Pra cada situação

Estamos perdendo jovens  
Mulher e crianças também  
Feto que não desenvolve  
E o aborto logo vem  
Crianças com deficiência  
Já tem nascido mais de 100

A nossa chapada está  
Gemendo e sentindo dor  
Está toda retalhada  
Das lâminas de tanto trator  
Chora pedindo socorro  
Pra Jesus nosso senhor

Ela já não tem mais força  
De tanto que o homem sugou  
Aí é onde está  
O poder do criador  
Já está faltando água  
Para muito produtor

Os projetos em Brasília  
Só falam em melhoria  
Mais fica só no papel  
Que pra mim é covardia  
Enquanto a população  
Está morrendo noite e dia

Mulheres vamos se unir  
Todas reivindicações  
Não vamos votar em quem  
Não tem de nós compaixão  
Que político incompetente  
As mulheres não querem mais não

Gostaria que o pobre  
Não fosse escravizado  
Tivesse mais vez e voz  
Da prefeitura ao senado  
E pra junto discutir o  
Problema do Estado

Tanto dinheiro foi gasto  
Nos estádios de futebol  
Enquanto nós precisamos  
De postos e hospital  
Segurança e moradia  
Para atender o pessoal

O nosso povo precisa  
Também de educação  
Uma Universidade  
Aqui em nossa região  
Para formar nossos jovens  
Em qualquer que seja a formação

Uma política descente  
Precisaria se formar  
Que a população pobre  
Pudesse se comunicar  
Mostrando as necessidades  
Que nosso país está!

## APRESENTAÇÃO

O estudo acerca das trajetórias de vida das mulheres camponesas que vivem na região do Baixo Jaguaribe, Ceará, e seus diferentes olhares sobre o trabalho e o ambiente se insere na busca pela análise da chegada da modernização agrícola e como esta tem repercutido nos diferentes modos de vida de mulheres camponesas em territórios marcados por conflitos ambientais.

Fruto das marcas de uma trajetória construída na luta pelos direitos das mulheres ao trabalho e na militância política em organizações sociais de luta pela terra, esse estudo combina temas que historicamente o movimento feminista tem trazido à tona, com a especificidade da questão ambiental e do trabalho com enfoque de gênero.

De forma crítica, se examina a aliança entre o capitalismo e o patriarcado (SAFFIOTI, 2001) para o estabelecimento da relação de dominação sobre a natureza e as mulheres, tratadas como seres inferiores e objetos de exploração.

O momento exige esse comprometimento porque a humanidade vive grandes desafios que necessitam de superação, especialmente no aspecto da nossa relação com o planeta. No caso do campesinato e das mulheres camponesas, a superação das formas de opressão e submissão à lógica de produção para os grandes mercados, assim como as tentativas de esmaecimento dos seus modos de vida, são desafios impostos pela lógica de ocupação do território e expropriação dos bens naturais, gerando grandes impactos sociais, ambientais e territoriais. A naturalização da racionalidade do mercado e a mercantilização da natureza são os dois grandes focos de um novo processo denominado de reconversão (neo)colonial, em curso desde a chamada “integração subordinada dos países em desenvolvimento” com a nova dinâmica de valorização financeira globalizada. Dessa maneira, nossa pesquisa se insere em uma conjuntura histórica em que as disputas no campo político se acirram frente a essa ofensiva da integração subordinada.

Compreender os significados do paradigma de luta política das mulheres camponesas contra o agronegócio no Brasil, inaugurado com a ocupação da Aracruz Celulose e desencadeado no Ceará no ano de 2007, com a mobilização na empresa de fruticultura irrigada Delmonte, a ocupação da

multinacional Syngenta (2009) e a mobilização na empresa Nufarm (2010)-produtora de agrotóxicos. Isso contribuiu para novas formulações na composição de novas relações de classe, de gênero e ambientais bem como na elaboração de um novo marco social das mulheres camponesas. Por meio dessas ações, as mulheres promovem o exercício de protagonizar uma luta, adentrando no universo da política geral, mas a partir de problemáticas que as afetam em seus espaços locais pelo fato de sentirem a ameaça e se posicionarem em defesa da vida. A singularidade dessas ações articuladas com as demandas de conhecimento dos movimentos sociais e a vontade de contribuir com o processo de problematização da realidade das mulheres camponesas frente ao desafio da luta contra o capital no campo são motivações que nos impulsionam na pesquisa. Especialmente no que tange essa articulação entre a luta geral das mulheres organizadas nos movimentos e organizações e no cotidiano nos seus territórios.

Assim, partimos dessa compreensão para adentrarmos no universo de mulheres no território do Baixo Jaguaribe que não participam de movimentos organizados em nível nacional ou regional, mas enfrentam os mesmos desafios com o agronegócio que chegou na região e que impôs um novo jeito de produzir gerando inúmeras repercussões no seu trabalho, no ambiente e nas relações sociais e familiares.

O compromisso ético com a vida e a necessidade de mudar os rumos da história e, em especial, evidenciar a participação das mulheres camponesas nesse processo de mudança se constituem motivações para essa pesquisa, que pretende apontar alguns dos riscos que a lógica capitalista impõem às mulheres e ao planeta. Ademais, configura uma reflexão que se coloca na contramão do pensamento hegemônico de que todas as pessoas são afetadas igualmente pelos impactos ambientais do modelo capitalista de produção.

Dessa forma, nossa pesquisa se propõe a analisar as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente e o trabalho e os processos de vulnerabilização das mulheres decorrentes, tomando por base as trajetórias de vida de mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe.

Em busca desse objetivo, serão descritos aspectos das trajetórias do trabalho de mulheres inseridas no agronegócio, na agricultura

camponesa/familiar e no trabalho doméstico. Paralelamente, se objetiva analisar as repercussões das transformações sociais e do conflito ambiental nos modos de vida das mulheres camponesas, ampliando o debate sobre os sentidos e perspectivas do trabalho no campo para as mulheres camponesas.

O que motiva a escolha desse problema de pesquisa é a compreensão de que as mulheres camponesas participantes de movimentos sociais têm ampliado o debate das relações sociais de gênero de maneira significativa, incorporando na sua análise cada vez mais o tema do trabalho e as discussões relacionadas às questões ambientais e territoriais. Ademais, ainda são poucos os estudos sobre os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais na vida das mulheres camponesas com a chegada de empresas transnacionais na agricultura.

No caso do Ceará, o potencial econômico da fruticultura irrigada tem sido um dos “motores do desenvolvimento” das atividades produtivas do Estado, com a instalação de um grande pólo de fruticultura para exportação na região do Baixo Jaguaribe. A implantação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi faz parte desse modelo que se instaurou com a bandeira da geração de emprego e renda para a população que vivia nas comunidades da agricultura familiar.

Os estudos de Freitas (2010) assinalam o processo de des-territorialização em curso na Chapada do Apodi, sobretudo a partir dos anos 2000, momento que teve como característica marcante a chegada de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura para exportação. Esse estudo, assim como os demais desenvolvidos sobre a região pelo Núcleo Tramas da Faculdade de Medicina da UFC, refere que as transformações nos modos de vida das comunidades camponesas geram impactos na saúde, trabalho e ambiente em níveis crescentes, com a reorganização produtiva do território.

Do ponto de vista teórico-metodológico, consideramos que o estudo dialoga com a construção do conhecimento em contexto ao articular diferentes categorias de análise, de relação com os sujeitos envolvidos, do campo empírico e seus saberes, da problematização da realidade, ou seja, dos diferentes olhares sobre um mesmo problema.

Partindo da concepção epistemológica de análise do conhecimento situado, temos como referência o reconhecimento de que, historicamente, as

mulheres desenvolveram um vasto saber sobre a agricultura, o meio ambiente, a conservação da biodiversidade e a soberania alimentar das famílias (SILIPRANDI, 2006; NOBRE, 1999). Esse saber está intrinsecamente relacionado com os sentidos e as vivências que as mulheres dão a sua prática cotidiana em sua relação com a terra e com o trabalho: a visão sistêmica do cuidado com o ambiente; os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais; as sementes; o cuidado com as plantas e os animais; a produção de forma diversificada sem a utilização de venenos; bem como a prática comum entre as mulheres como guardiãs das sementes crioulas.

Outra referência importante é a de que o trabalho produtivo das mulheres, não reconhecido e pouco valorizado na economia clássica, nos reporta à ideia de que transformações radicais na ordem social não ocorrem sem o questionamento sobre os processos de produção e reprodução das desigualdades. Especialmente no que se refere às transformações ocorridas no mundo do trabalho e os desafios que a humanidade enfrenta em relação às questões ambientais, cabe-nos analisar as diferentes situações que envolvem ganhos e perdas, em que visões distintas são diferentemente apropriadas e valoradas, de um lado, pelo capital e pela cultura hegemônica, e de outro, pelas próprias mulheres. Essa compreensão remete à discussão feita por Julianna Malerba sobre a tendência do pensamento hegemônico de considerar o meio ambiente como um todo indiferenciado, que nos ensina:

Como se o ambiente fosse algo uno – composto de mares, rios, florestas, animais, etc., quando na verdade, os sentidos dados aos recursos que compõem o meio ambiente são diversos, pois são culturais e históricos. O que significa dizer que, por exemplo, a biodiversidade que é cultivada pelas agricultoras e agricultores tem um valor simbólico muito diferente da biodiversidade valorizada pelas empresas farmacêuticas. (MALERBA, 2012, p. 15)

Para nós, essas visões distintas trazem elementos significativos ao entendimento sobre a produção das desigualdades e a vulnerabilização e exploração a que as mulheres estão submetidas, assim como formas de resistências/rupturas. Pode-se citar como exemplo para demonstrar as nuances intrínsecas desse processo, especialmente no que concerne às condições de acesso das mulheres ao emprego nas empresas de fruticultura: ele garante renda fixa e possibilita a aquisição de bens de consumo mas gera um processo de submissão à situação de emprego precarizado, em condições sub-humanas,

com remuneração inferior à atribuída ao trabalho masculino e que tem sua base na construção simbólica que invisibiliza e desvaloriza o trabalho feminino.

Nosso pressuposto é o de que a modernização agrícola levou à situação de perda da soberania alimentar, da terra e do território na região do Baixo Jaguaribe, uma vez que a implantação de novas formas de produção afetou diretamente a vida das mulheres, que passaram a lidar com o medo da contaminação por agrotóxicos, além da convivência com diversos problemas sociais e de saúde aos quais ficaram expostas, o que, inclusive, impôs a busca por diferentes formas de resistência ao modelo em discussão. Outrossim, a chegada de empreendimentos externos à vida das comunidades introduziu novas situações e problemas que não faziam parte do cotidiano das trabalhadoras, produzindo especificamente um processo de vulnerabilização socioambiental das mulheres, a exemplo do cenário descrito no relatório da plataforma DHESCA em 2009 como descreveremos no trabalho.

Outra pressuposição norteadora de nossa pesquisa está relacionada à identidade das mulheres com a terra e o ambiente que promove saúde e soberania alimentar, possibilitando a construção da autonomia na composição de elementos da economia feminista.

Dessa maneira, detalhamos abaixo a estruturação do texto visando o estabelecimento das análises e conclusões desse projeto de pesquisa.

A primeira parte do trabalho apresenta a região em que está inserida nossa pesquisa, e foca na contextualização de nosso problema de estudo. Através dos estudos geográficos e históricos feitos sobre a região, apresenta a Chapada do Apodi, seus sujeitos e suas histórias e as transformações que vêm ocorrendo a partir da implantação por parte do Estado e do capital de projetos de desenvolvimento. Expõe problemas relacionados à chegada da modernização da agricultura com a implantação dos perímetros irrigados e os conflitos decorrentes desse modelo que atinge as comunidades camponesas. Por fim, situa nosso desejo em dar continuidade às pesquisas na região a partir do enfoque de gênero sobre a experiência das mulheres e seus olhares sobre os conflitos e suas formas de resistências.

Na segunda parte do trabalho, partindo da crítica feminista ao papel da ciência, apresentamos o debate acerca das mulheres como sujeitos do conhecimento. Em seguida, abordamos a história da formação social do

campesinato brasileiro e sua relação com o trabalho, além da sua caracterização como sujeito político, como sistema de produção, como modo de vida e classe social utilizando-se de autores que debatem essa questão. Em seguida, tratamos nesse mesmo item, o debate mais contemporâneo dos desafios e da recriação do campesinato frente à ofensiva do capital no campo. Outro tema abordado é sobre as mulheres camponesas, sua invisibilização na história e a luta pelo reconhecimento da sua participação política, seu papel na agricultura, nos movimentos sociais organizados e nas últimas décadas, seu protagonismo nas lutas feministas e contra o capital no campo.

Conflitos ambientais, terra, trabalho e ambiente compõe a terceira parte que disserta sobre a dialética entre (agri)cultura e (agro)negócio no Baixo Jaguaribe.

A quarta parte explicita nosso caminho metodológico. A partir da sistematização de estudos que compreendem as mulheres como sujeitos do conhecimento, avançamos no percurso delimitado pela escolha das metodologias feministas. Dessa maneira, através de histórias de vida das mulheres da Chapada tendo como eixo o tema do trabalho, participaram 11 mulheres de 04 comunidades da Chapada como sujeitos da nossa pesquisa. Nosso percurso metodológico se deu a partir da participação em atividades no território, debates nos núcleos de pesquisa, estudo bibliográfico, levantamento documental, trabalho e vivência de campo e sistematização dos dados. Para chegarmos aos resultados da pesquisa, utilizamos como instrumentos a observação participante, aplicação de questionário e de entrevistas semiabertas.

Na quinta parte discorreremos as formas camponesas de vida e trabalho ameaçadas pela modernização agrícola na Chapada do Apodi onde estão expostos os resultados da pesquisa de campo organizados em cinco categorias de análise das mulheres sobre terra, produção e cultura; trabalho; ambiente; relações sociais e familiares, e saúde.

A partir da experiência dessas mulheres, pretendemos apontar algumas bases para a análise de um novo feminismo, o camponês-ambiental, necessidade que se configura frente ao desafio de pensar a vida e o futuro, exercitando novas formas de poder, de fazer política e de produzir conhecimento: formas que surjam da prática e da vivência cotidiana das mulheres como parte ativa e fundamental na construção do caminho para outro

modelo de civilização. Espera-se, assim, contribuir para novas formulações na composição de novas relações de classe, de gênero e ambientais, na elaboração de um novo marco social de atuação das mulheres camponesas na história contemporânea do campesinato. Essa compreensão decorre do entendimento de que a emancipação das mulheres está ligada à emancipação da terra e do trabalho, segundo novos valores e novas relações de poder.



## INTRODUÇÃO

No Brasil, grande parte dos estudos feministas fundamenta-se em um plano teórico-político sobre mulheres urbanas, especialmente os temas relacionados ao mundo do trabalho, educação, direitos sexuais e reprodutivos, bem como participação política. Só recentemente esses estudos foram estendidos às organizações sociais que atuam no campo, enfocando dimensões ligadas aos direitos das mulheres a terra; direitos previdenciários; documentação da mulher trabalhadora rural, aposentadoria e salário maternidade; saúde da mulher e acesso ao crédito; organização produtiva; além de participação política das mulheres nos sindicatos, movimentos sociais e na reforma agrária: (ESMERALDO (2003, 2005, 2011,2012); DEERE, (2004); NOBRE, (1998); SAFFIOTI, (1982); ZARZAR & LOPES, (2008)).

Nosso estudo se concentra na perspectiva de contribuir para a produção de conhecimento sobre gênero no meio rural, no intuito de lançar uma reflexão acerca das trajetórias, práticas e discursos reiterados e/ou rearticulados por mulheres como sujeitos na produção de conhecimentos científicos. Para o alcance desse propósito, iniciamos por resgatar alguns elementos sobre as concepções do feminismo enquanto movimento histórico e categoria de análise, a partir do reconhecimento de processos de exclusão e invisibilização das mulheres na história, afinando-se às preocupações de uma temática ainda em construção no Brasil.

A emergência da História das mulheres como campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. (SCOTT, 1992, p.75)

No caso do feminismo, como se trata de um terreno perpassado de incertezas, controvérsias e ambiguidades, optamos por trilhar um percurso que mostre as opções teóricas e concepções que sustentam nossa pesquisa. Uma primeira questão com a qual nos deparamos, diz respeito às relações sociais de opressão. Marx e Engels se debruçaram sobre as relações sociais na sociedade capitalista e sua divisão em classes sociais, mesmo sem abordar especificamente as relações desiguais de gênero. Eles produziram contribuições

muito importantes no que toca à denúncia da exploração/opressão e o fator decisivo do movimento da história como sendo, em última instância, a produção e a reprodução da vida. Essa visão nos permite avançar na compreensão da opressão de classe e de gênero como pilares de sustentação do capitalismo.

No livro *A origem da família, da propriedade e do Estado*, Engels aponta como gênese da opressão feminina o surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes, que se institucionaliza como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho. “[...] a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma suposta essência masculina dominadora” (ENGELS, 2002, p. 66). A partir dessa percepção, foi possível analisar as relações entre homens e mulheres, formadas a partir da base material da produção da existência humana, se constituindo, pois, em uma construção social.

Essa é uma das grandes contribuições dos estudos de Engels. Na nossa compreensão, ele desnaturaliza a opressão das mulheres ao entendê-la como um fenômeno social, estabelecendo a relação entre mudanças estruturais, relações familiares e divisão social e sexual do trabalho.

Entretanto, não podemos deixar de observar as críticas feitas pelas feministas, inclusive as marxistas, sobre esses estudos que priorizam e têm como base a formação econômica e política, o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de produção dos meios de existência. Engels, por exemplo, ao situar a primeira divisão sexual do trabalho como uma divisão natural, apontou o trabalho doméstico como algo inerente à condição feminina e não como resultado das relações sociais de produção. Questões como essa ainda farão parte de muitos debates realizados pelas feministas mas o que mais nos interessa na discussão é refletir, corroborando o pensamento de Iasi:

Talvez uma das contribuições mais interessantes da leitura feminista, por seu significado e implicações, é a tentativa de não se limitar ao conceito de classe, necessariamente derivado na relação com os meios de produção, inserido nas relações sociais de produção, mas buscar resgatar o conceito de divisão social do trabalho por gênero, utilizado com intensidade, por exemplo, na Ideologia Alemã e nos Manuscritos de 1844. Isto porque a divisão social do trabalho seria anterior ao próprio surgimento da sociedade de classes, o que permitiria à reflexão teórica buscar os elementos para a necessária diferenciação entre a exploração econômica (de classes) e a opressão (de gênero). (IASI, 1991, p. 02)

Abordaremos a divisão social e sexual do trabalho de forma mais

aprofundada por se tratar de tema que sempre fez parte da pauta dos movimentos feministas. Aliás, o movimento feminista é outro tópico de debate, pois, quando se fala em feminismo como um movimento político de luta das mulheres é mais correto pensar em feminismos: na verdade, existe uma pluralidade de movimentos que fazem distintas leituras de mundo e, por conseguinte, propõem diferentes debates e lutas feministas (NORBACK et al, 2008, p. 175). De fato, existem várias correntes do movimento feminista nos estudos sobre a história da organização das mulheres. Em nosso caso, as opções teóricas e políticas estão ligadas às ideias e ações do chamado feminismo marxistas ou feminismo socialista, o qual analisa não só o patriarcado como fazem as feministas radicais, mas também as bases da opressão/exploração na relação entre o patriarcado e o capitalismo, observando as inter-relações entre as esferas produtivas e reprodutivas, assumindo que as desigualdades têm suas bases também nas relações patriarcais de dominação do homem sobre a mulher.

Contudo, não podemos esquecer que a natureza das relações sociais parte da constituição do modelo civilizatório vigente. Então, não devemos entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos, mas ao mesmo tempo entrelaçar esses eixos de dominação entre si e com outros. É preciso compreender que, na sociedade capitalista, fatores como classe, gênero e raça se entrecruzam e se determinam, reproduzindo desigualdades históricas e mantendo o metabolismo social de reprodução do capital, perpetuado por meio da cultura e da ideologia.

A partir do avanço no debate sobre feminismo e participação na esfera política, as mulheres camponesas de movimentos sociais têm ampliado o debate sobre as relações sociais de gênero nos últimos anos, incorporando na sua análise cada vez mais o trabalho e as discussões relacionadas às questões socioambientais e territoriais. Por isso, sentimos a necessidade de tratar essa questão e problematizá-la no enfoque de gênero, sobretudo no que diz respeito ao debate em torno de des-re-territorialização. Esse conceito foi desenvolvido por Haesbaert, que define desterritorialização como:

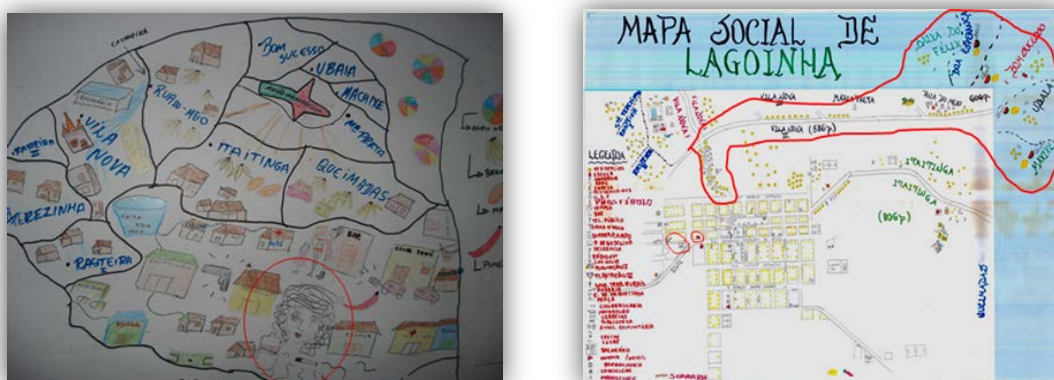
Uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos nossos territórios, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos, aos recursos. (HAESBAERT, 2006, p.156).

Concordamos com a definição do autor respaldada pelo entendimento de que “na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização”. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Paralelamente, de modo correlacionado, o autor caracteriza a reterritorialização como “um processo que nem sempre é bem sucedido, onde o homem se vai adaptar aos novos territórios, tornando-se num agente ativo do (novo) território”. (Idem pag. 156)

Nos estudos já realizados na região do Baixo Jaguaribe pelo Núcleo Tramas/UFC - que resultaram em monografias, dissertações, tese e livro - encontramos expressões das questões de gênero no território. Torna-se evidente perceber pelos mapas sociais, ambientais e de saúde feitos pela *Pesquisa Agrotóxicos* as evidências de questões relativas à violência contra a mulher; prostituição; insegurança alimentar; condições de trabalho; insegurança relacionada ao consumo de água contaminada; problemas de saúde; aumento do alcoolismo e uso de drogas; gravidez precoce e outros elementos de relevância para a compreensão das transformações ocorridas após a implantação do projeto de modernização agrícola na região.

O mapa abaixo é uma demonstração de alguns desses problemas como a violência contra a mulher, os bares na “estrada do agronegócio”, a gravidez precoce, o aumento das Doenças Sexualmente Transmissíveis a partir da chegada de trabalhadores de outras regiões para trabalhar nas empresas no sistema sazonal.



**Figura 1.** Mapas Sociais da Comunidade Lagoinha em Quixeré. Fonte: PESSOA, 2010

O desejo de ampliar o leque de questões trazidas pela *Pesquisa Agrotóxicos*, com enfoque de gênero, se sintoniza com o que vem sendo produzido pela equipe de pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo Tramas e do Grupo de Pesquisa do Movimento 21 (GPM21)<sup>1</sup>, no sentido do desafio de incidirmos sobre a desigual correlação de forças que se impõe no debate sobre gênero, trabalho e ambiente, evidenciando suas contradições e as percepções dos atores sociais no contexto desse território, bem como as formas de produção social de vulnerabilidades.

Tal anseio também decorre do processo de construção participativa/coletiva sobre as diferentes realidades das mulheres e pretende buscar novas perspectivas a partir do resgate dos sentidos do trabalho e da relação com o ambiente. Dessa forma, definimos como objetivos gerais e específicos da pesquisa:

**Objetivo geral:**

- Analisar as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho de mulheres camponesas na Chapada do Apodi, Ceará.

**Objetivos específicos:**

- Descrever aspectos das trajetórias de trabalho de mulheres inseridas no agronegócio, na agricultura camponesa/familiar, e no trabalho doméstico;
- Analisar as repercussões das transformações sociais e do conflito ambiental nos modos de viver e produzir dessas mulheres;
- Discutir os sentidos e perspectivas do trabalho no campo para as mulheres camponesas.

---

<sup>1</sup>O Grupo de Pesquisa do Movimento 21 – o GPM21 é composto por pesquisadores da UECE/Fafidam, UFC e UNESP/ PP e tem como princípio a construção de uma práxis acadêmica comprometida com os sujeitos políticos dos territórios e os grupos sociais vulnerabilizados. Acolhendo as demandas de conhecimento das comunidades em conflitos, tem como Linhas de Pesquisa 1. Estado, expansão do capital, conflitos ambientais e re-apropriação dos territórios. 2. Educação do campo, trabalho e gênero. 3. Bens comuns, saúde e políticas públicas. 4. Ciência, agroecologia e territórios de resistência.

Com o fito de realizar algumas análises desse processo, utilizaremos a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade para dialogar com o que se pretende compreender, no que toca à compreensão da complexidade do problema envolvendo as transformações no mundo do trabalho e no ambiente com a modernização agrícola no campo, bem como o olhar sobre a situação das mulheres nesse contexto e as relações que são estabelecidas entre gênero, trabalho e ambiente.

A pesquisa se justifica e se coloca na busca por inserir as questões atuais, os saberes locais e as análises das transformações ocorridas no mundo do trabalho e nas relações sociais que geram grandes desafios para as pessoas que vivem no território do Baixo Jaguaribe. Outra justificativa é de que a incorporação do debate de gênero e do papel das mulheres dá um novo significado ao processo da discussão ambiental, especialmente no Brasil onde esse debate é bem recente. E a escolha do tema está intrinsecamente ligada ao nosso interesse no debate de gênero dentro da academia e nos movimentos sociais, especialmente no que tange ao debate em relação à questão ambiental com enfoque de gênero entre camponesas. Nesse sentido, a relevância do estudo está em nossa pretensão de apresentar algumas contribuições:

- Do ponto de vista social: conceber a problematização da realidade a partir das vivências das mulheres nos territórios;

- Do ponto de vista político: apontar alternativas para a mudança desse cenário, apresentando propostas construídas pelas próprias mulheres de transformação da realidade de opressão e discriminação, a partir da visibilização e valorização de seu trabalho e de suas experiências sobre o ambiente.

No que se refere à contribuição teórica, consideramos importante destacar três contribuições:

- Contribuir para o debate sobre a incorporação de elementos da teoria feminista e de gênero na discussão sobre desenvolvimento e ambiente;

- a leitura dos novos desafios que surgem da reorganização do trabalho no campo na vida das mulheres camponesas;

- a colaboração no debate das relações sociais de gênero, incorporando a perspectiva das questões socioambientais compreendidas a partir da realidade concreta das mulheres e de suas percepções sobre o trabalho e o ambiente.

## Capítulo I. O CONTEXTO E O PROBLEMA DE ESTUDO

Localizada ao leste do estado do Ceará, a 230 quilômetros de Fortaleza, a extensa região denominada Vale do Jaguaribe é subdividida em três partes: Alto, Médio e Baixo Jaguaribe.

Nossa pesquisa será delimitada no território do Baixo Jaguaribe que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é composto pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Importantes estudos já foram realizados sobre a região. Destacamos as contribuições de Soares (2002) sobre a história da ocupação na região entre os séculos XVII e XVIII, que tinha a pecuária como atividade econômica principal no período. Além dela, os plantios e cultivos de algodão, carnaúba, milho, feijão e mandioca foram sendo agregados à produção dos agricultores familiares, que trabalhavam em sistema de arrendamento de terras.

Ainda de acordo com o autor, o processo de modernização da região se inicia em 1920, com a criação do primeiro projeto de irrigação - fabricado pelo sistema de cataventos – favorecendo a produção de frutas para consumo no mercado local. Tempos depois, esse sistema é substituído por motores a gás e diesel. (SOARES, 2002).

Historicamente, o Baixo Jaguaribe foi habitado pelos povos paiacus (Limoeiro, 2008) até meados de 1708, período durante o qual se intensificou o processo de imigração de pessoas de outros estados do Nordeste, que se fixaram nas ribeiras do Rio Jaguaribe. A região também apresenta sua importância histórica por ter sido berço da resistência indígena, a exemplo da Confederação dos Cariris.

Tomarão parte na pesquisa quatro “Comunidades da Chapada”: Tomé, Ipú/Maracajá, Carnaúbas e Macacos. Elas têm sua origem datada em meados da década de 20, quando se inicia o povoamento, com a chegada de famílias atraídas pela fertilidade da terra e pela caça em abundância, bem como pela extensão de terras para pequena produção na região da chapada. Considerando o aspecto produtivo:

Até 1930, a Chapada era dominada por uma “mata fechada”, com

poucos habitantes dispersos na longa planura, com limitadas atividades produtivas. Ao ocorrer intensos períodos de inverno entre as décadas de 1930 e 1940, em Quixeré, parte de seus moradores (da Várzea) subiu à Chapada para fazer queimadas e lá plantar algodão, milho e feijão, além de desenvolver outras atividades, como a criação e extração de madeira. (FREITAS, 2010, p. 75)

Em relação às questões ambiental e fundiária, a região foi marcada por processos de cooperação e de práticas agroecológicas, de convivência com o ambiente, desde a década de 1920 até 1970, conforme descreve Silva.

Havia também (entre as décadas de 1920 até 1970 mais precisamente), uma relação de cuidado e de preservação ainda entre seres humanos o meio ambiente. É possível afirmar que uma maioria dos camponeses estava diretamente ligada à sua terra, ao seu quintal, ao que atualizando o termo uma prática agroecológica e solidária, aos processos mais simples de cooperação como a troca de dias, o mutirão, prática comum entre famílias e até comunidades. (SILVA, 2011, p. 36)

A partir da década de 1960, o Baixo Jaguaribe também passou a ser palco dos interesses do capital para o desenvolvimento da agricultura com aplicação do pacote tecnológico, por meio do processo mecânico e químico da 'Revolução Verde', e ainda, aliado ao discurso de resolução dos problemas de escassez e fome com a implantação dos perímetros irrigados, tendo o Estado como principal aliado. Um dos perímetros instalados na área se encontra no território da Chapada do Apodi, entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, onde se delimita nossa pesquisa. Vale lembrar que:

No Ceará, a Chapada do Apodi compreende uma área de 2.421,8 km<sup>2</sup>, englobando terrenos dos Municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama. (...) A Chapada é constituída de arenitos da Formação Açú e calcários da Formação Jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d'água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra. A vegetação, de porte arbóreo, atualmente foi substituída por uma cobertura vegetal de menor densidade em razão da intensidade do desmatamento causado por conta da expansão da agricultura moderna, da extração de calcário e da produção de carvão que abastece a indústria ceramista regional. (FREITAS, 2010, p. 16)

Na Chapada do Apodi, a partir do aprofundamento do modelo neoliberal de agricultura do "Governo das Mudanças" em 1990, se intensifica a expansão agrícola da fruticultura irrigada, voltada à exportação. Paralelamente, ocorre o processo de **desterritorialização** de famílias e comunidades (FREITAS, 2010), que construíram na chapada seu território de vida.



Essa situação fez parte de uma realidade nova para os camponeses no Brasil, que durante a década de 1990, o período neoliberal conformou uma situação de abertura econômica para a participação do capital internacional no país, fortalecendo a dimensão econômica e colocando o país numa posição de subordinação à divisão internacional do trabalho.

Especialmente a partir do ano 2000, a reconfiguração do mundo do trabalho fez com que a indústria parasse de crescer e, de modo inverso, o agronegócio foi ganhando força, mediante os investimentos na economia voltada para a produção de produtos primários para exportação.

O Governo começa a investir em obras de infraestrutura objetivando o aumento na produção e comercialização de *commodities* agrícolas para exportação. O Ceará e, mais especificamente, a Chapada do Apodi, passa então, a ser o foco desse tipo de investimento, que inicia seu curso em 1980, época da expansão dos projetos de irrigação, a exemplo do Projeto Jaguaribe/Apodi e Tabuleiro de Russas, no Baixo Jaguaribe.



**Figura 2.** Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi. FONTE: Freitas, 2010

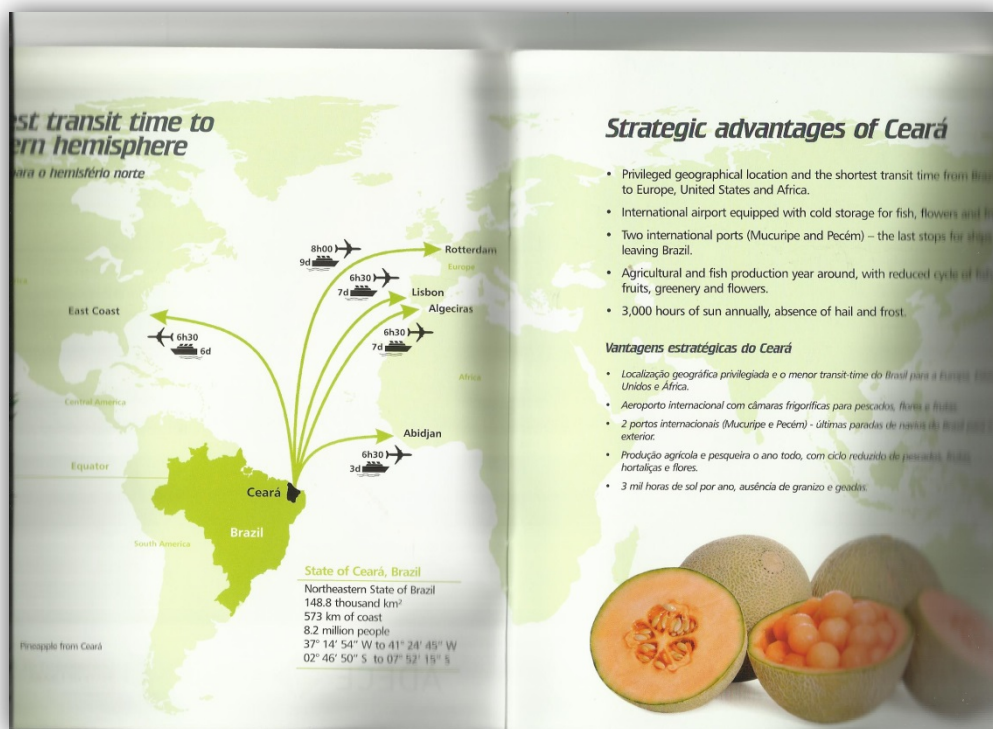
Destaca-se a região do Vale Jaguaribe como uma evidência de que, no mercado globalizado, os investidores econômicos têm desenvolvido estratégias de competitividade, as quais envolvem expansão territorial para os empreendimentos aliada à incorporação de novas tecnologias e novas (velhas) ordens de organização do trabalho no campo.

Essa reestruturação produtiva se reflete em profundas mudanças no mundo do trabalho e no ambiente, que trazem importantes implicações para a saúde e para o modo de vida das comunidades, tais como a perda da soberania alimentar dos camponeses, as condições precárias de trabalho, os agravos na saúde ambiental dos trabalhadores e os problemas sociais, como o aumento da violência, do uso de drogas e da prostituição.

Sob o véu do discurso do desenvolvimento econômico associado às promessas de geração de empregos e de melhorias de vida, se ocultam as contradições da imposição desta lógica de desenvolvimento nos diversos territórios, gerando profundas transformações ambientais, culturais e sociais, as quais, na maioria das vezes, impactam negativamente sobre o trabalho, o meio ambiente e a saúde da população.

Tomemos por exemplo o ramo da produção de frutas como commodities agrícolas. Em 2010, o Brasil aumentou as exportações de frutas em 8,97%, saltando de US\$ 575,4 milhões para US\$ 627 milhões o valor das exportações. O Nordeste se destaca nas três primeiras posições, cujo ranking de exportação é Pernambuco (US\$ 131,8 milhões), Bahia (US\$ 131,0 milhões) e Ceará (99,2 milhões). São Paulo aparece em quarto lugar (US\$ 80 milhões) entre os principais exportadores.

A Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - ADECE, que tem como um dos seus objetivos a atração de novos investimentos nacionais e estrangeiros para o Estado, posiciona a região nordeste em vantagens comparativas em relação a outras regiões, do ponto de vista geográfico, por ser a única área tropical semiárida do mundo, com alta intensidade luminosa natural e temperaturas altas e estáveis. Outras vantagens competitivas apontadas são: baixa umidade relativa do ar; baixa precipitação pluviométrica; solos francos sem impedimento à mecanização; ausência de granizo e neblina, além de uma faixa litorânea de 3.300 quilômetros (ADECE, 2011).



**Figura 3.** – Fac símle de material de divulgação produzido pelo Estado do Ceará para atração de empresas transnacionais do agronegócio. Fonte: ADECE, 2011

Essa realidade gerou uma nova dinâmica na economia nordestina, aumentando a oferta de emprego, o que foi confirmado pelos dados do Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com Freitas (2010), entre 1990 e 2010 foram criados 181.242 empregos formais no setor agropecuário.

Segundo a ADECE, no caso do Ceará, o Estado exibe vantagens comparativas como: condições climáticas (sol o ano inteiro); mão-de-obra abundante; localização estratégica em relação ao hemisfério norte; disponibilidade de terras a preços baixos; benefícios fiscais, além de incentivos e isenções que caracterizam o estado com fortes elementos para a atração do capital transnacional (ADECE, 2011).

O semiárido, antes visto como problema por causa da seca passa a ser solução para a expansão do capital no campo como um grande pólo de produção de frutas para exportação.

Em 1999, o Ceará cultivou 18 mil hectares e ampliou para quase 39 mil hectares sua área irrigada para produção de frutas em 2010, com um aumento do chamado Valor Bruto da Produção (VBP), que saltou de cerca de R\$ 72 milhões para R\$ 532 milhões, crescendo mais de sete vezes (Adece

2011). Os empregos diretos da fruticultura passaram de 9,6 mil para 21,5 mil no mesmo período.

Também em 2010, segundo a ADECE, ocorreu uma diminuição na exportação das frutas cearenses, tendo o abacaxi reduzido -98,7% em sua produção. A melancia sem sementes sofreu uma queda de -34,49% e a manga -15,28%.

Por outro lado, nesse mesmo período cresceu a exportação de mamão (+ 2.806%), banana (+ 35,66%), melão (+ 0,13%) e outras frutas (+ 114,75%) (ADECE, Câmara Setorial das Frutas).

De acordo com dados mais recentes publicados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, por meio de documento do Serviço de Monitoramento dos Perímetros Irrigados, que integra a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, o faturamento com a venda de produtos dos perímetros irrigados teve um crescimento de 20,8% em 2012, no Ceará. Ao todo, os catorze perímetros irrigados do DNOCS no Ceará alcançaram um faturamento de R\$ 181 milhões no período. Em conjunto com o faturamento de todos os perímetros do nordeste, o faturamento chegou a R\$284,3 milhões.

Esse documento retrata o desempenho do setor como positivo, apesar do impacto de dois anos da seca no Estado, e afirma que, “mesmo com a seca, houve crescimento da área cultivada no conjunto dos perímetros irrigados do DNOCS no nordeste, de 38.113 para 40.136 hectares cultivados”<sup>2</sup>, conforme reconhece o Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção do DNOCS.

Os perímetros de Tabuleiro de Russas e Jaguaribe-Apodi lideram os resultados de faturamento no Estado. No caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, o faturamento de 2012 foi de R\$ 44,238 milhões.

Por conseguinte, a região do Baixo Jaguaribe é palco desse cenário de expansão da área irrigada para produção de frutas tipo exportação, onde as comunidades camponesas convivem no mesmo território com empresas

---

<sup>2</sup>Dados acessados no site:

[http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f\\_registro=3100&f\\_opcao=imprimir&view=short&f\\_header=1&](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=3100&f_opcao=imprimir&view=short&f_header=1&). Acesso em 09 de junho de 2014.



como no interior do MST.

Posteriormente nos envolvemos no trabalho de gênero no MST que, desde 1995, começa a ganhar expressão em todo o território nacional. A partir de então, se inicia um processo organizativo do movimento com o objetivo de garantir o debate e os encaminhamentos em relação à discussão da opressão e discriminação das mulheres, de forma a atender a necessidade de compreender e construir novas relações de gênero na base do MST. Por meio do setor de gênero, o movimento construiu linhas políticas e organizativas referentes à questão baseadas em seus objetivos gerais e no seu programa agrário: “combater toda forma de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, dos jovens e das crianças” (MORISSAWA, 2001, p. 153).

A participação nos espaços nacionais (direção e coordenação) do MST, na Via Campesina Latino-Americana e na coordenação do setor de gênero nacional do MST nos permitiu adentrar no universo referente à questão da mulher e sua participação na luta, bem como no debate acerca das relações sociais patriarcais e capitalistas responsáveis pela discriminação e opressão da mulher.

Lançamo-nos na busca pela descoberta de elementos para uma análise permanente sobre a condição das mulheres no interior do movimento social, suas formas de resistência, suas lutas por direitos e, acima de tudo, na perspectiva de propor saídas que apontassem a superação dessa discriminação e opressão, questionando as desigualdades de poder e de participação e ressaltando a importância da visibilização do papel das mulheres na luta pelo acesso a terra e aos meios de produção.

Nesse período, os debates internos nos conduziram à opção por um feminismo de classe, considerando a premência da construção de novas relações sociais, baseadas em novos valores e no diálogo entre pares - considerando os espaços específicos das mulheres no conjunto da organização - e intervindo diretamente nos espaços de decisão.

O diálogo com teóricas e militantes feministas de grupos como o NEGIF - Núcleo de Estudos em Gênero, Idade e Família da Universidade Federal do Ceará e a SOF - Sempre Viva Organização Feminista foi fundamental para a compreensão sobre as bases de opressão do modelo de sociedade capitalista. Esse período vem marcar nossa aprendizagem sobre os



modos diferenciados de estabelecimento das relações de poder e participação que permeiam uma organização social: isso se fez refletir nas primeiras reflexões sobre o diálogo entre formação política de consciência feminista e as lutas em defesa de direitos, de ocupação de espaços e de negação de padrões, possibilitando uma crítica profunda ao modelo de sociedade baseado na opressão de classe e de gênero.

A participação em ações de luta contra as empresas do agronegócio que vivenciamos nos movimentos sociais como o MST e a Via Campesina, em diálogo com movimentos feministas, permitiram-nos uma aproximação com a problemática ambiental em nível nacional e, posteriormente, com o território do Baixo Jaguaribe, mais especificamente, com os problemas dos agrotóxicos e do agronegócio na Chapada do Apodi.

O estímulo aos processos coletivos e ao exercício de fazer o debate a partir de lutas desencadeadas dentro e fora do movimento - assim como a afirmação da militância política - proporcionou uma valiosa ampliação de nossa aprendizagem enquanto sujeitos que se afirmam na luta e na sociedade, construindo uma identidade própria como mulher, camponesa e sem-terra. Ao mesmo tempo, as lutas das mulheres contra o capital e o agronegócio desencadeadas nos anos 2000 nos permitiram o contato com esse tema e suas contradições. Assim, a partir de 2010 - de forma combinada e como resultado dessa experiência de luta - adentramos no território da Chapada do Apodi, passando a acompanhar os conflitos da região com o agronegócio de frutas.

O ingresso na academia veio ampliar nossas “lentes”, lançando o desafio de problematizar o modelo de desenvolvimento do agronegócio e o processo de vulnerabilização das mulheres camponesas, cuja motivação surgiu da percepção de lacunas sobre a perspectiva ambiental e de gênero nas análises acadêmicas sobre os processos de trabalho dessas mulheres e seus olhares sobre o conflito na região do Baixo Jaguaribe.

Nosso primeiro contato com a “Pesquisa Agrotóxicos”<sup>3</sup> se deu em abril de 2010, durante uma reunião envolvendo pesquisadores e diversos

---

<sup>3</sup> Estudo Epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe expostas à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos com o apoio do MCT-CNPQ- MS realizado pelo Núcleo Tramas da UFC no período 2007 a 2010.

movimentos sociais para a discussão de como seria feita a devolução dos resultados da pesquisa; – apresentados previamente para as comunidades e a sociedade. Consideramos esse momento importante para a validação da pesquisa enquanto ferramenta de qualificação e fortalecimento das lutas desencadeadas pelos movimentos sociais até então.

Diversas propostas foram discutidas para definir como seriam efetivadas as várias ações, tais como: divulgação nos meios de comunicação; transformação das informações em materiais pedagógicos (panfletos e jornais); divulgação em audiências públicas; debates nas comunidades; elaboração de dossiê-denúncia; seminários com parceiros de outros estados, e elaboração de um livro, dentre outras proposições.

Ensaíamos o primeiro passo daquilo que se promoveu em nível nacional - envolvendo diferentes sujeitos sociais - posteriormente, a criação de uma “Campanha Nacional de Luta contra os Agrotóxicos”.

O envolvimento nessa problemática dos agrotóxicos e do agronegócio nos instigou a ampliar o leque de investigação, de forma a que pudéssemos, por meio do contato com as comunidades em conflito ambiental do Baixo Jaguaribe, estabelecer conexões entre gênero, trabalho e a temática ambiental, mediante um arcabouço teórico e empírico vivenciado em várias esferas: inicialmente, na luta social das mulheres e na inserção nos movimentos sociais e, posteriormente, como educanda do Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA e na participação no Núcleo Tramas, núcleo de pesquisa da Faculdade de Medicina da UFC que tem como princípio o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem a problematização das dimensões relacionadas aos impactos socioambientais decorrentes da implantação de empreendimentos causadores de riscos à saúde enquanto acepção integral.

Compreende que a determinação do processo saúde-doença está relacionada à maneira [...] como a sociedade se organiza, se relaciona com a natureza e promove as relações entre as classes sociais [...], tendo, portanto, uma [...] inter-relação muito profunda com o trabalho, com o meio ambiente, com o modelo de desenvolvimento, com os processos de produção e consumo, com a cultura. (RIGOTTO, 2011, p.06)

Foi no Núcleo Tramas que aprendemos esse conceito amplo de saúde e onde assumimos o compromisso com uma ciência emancipatória, comprometida com as transformações sociais em uma perspectiva crítica no



contexto de análise sobre a civilização do capital e no diálogo com o território, seus sujeitos e saberes.

A “pedagogia do território”<sup>4</sup> – ou o território 'em seu saber intrínseco' - nos faz perceber que na região do Baixo Jaguaribe coexistem realidades antagônicas e complexas nos mais variados estágios, naquilo que se refere às formas de desterritorialização e reapropriação desse território.

Inaugurado pelo processo de desapropriação das terras, passando pela implantação dos perímetros irrigados até a expansão do capital com a chegada das empresas, projetos antagônicos de agricultura disputam esse espaço, tendo, de um lado, a forte atuação do agronegócio de fruticultura irrigada apoiado pelo Estado, e, de outro, as comunidades camponesas de produção familiar.

A região também é marcada por um contexto de mobilização social de denúncias, pressão social e resistência, em que as comunidades atingidas e os movimentos sociais desencadeiam ações pela reapropriação do território, seja por meio da conquista de assentamentos de reforma agrária, seja em forma de resistência e consolidação de outros processos produtivos, como é o caso da agroecologia e da agricultura familiar/camponesa.

Por outro lado, várias denúncias envolvendo as temáticas da contaminação ambiental por agrotóxicos e seus efeitos na saúde, dos problemas sociais, das condições de trabalho e das questões fundiárias têm gerado um contexto de conflitos socioambientais entre comunidades camponesas e empresas produtoras de frutas nessa região.

Vale ressaltar que os estudos desenvolvidos por SOARES (1999) apontam que a região, desde a década de 60, desenvolve atividades agropecuárias, especialmente as de produção de algodão, pecuária e cera de carnaúba.

Como expressão da reestruturação produtiva e mediante a implantação de perímetros irrigados em 1989, os anos 90 marcam a chegada de grandes empresas transnacionais de fruticultura nesse território. Tal processo

---

<sup>4</sup> Nome instituído pelo Núcleo Tramas ao processo de cooperação social desenvolvido nos territórios onde ocorre o abraço ao objeto-problema de pesquisa, e onde são pensadas metodologias e o envolvimento dos pesquisadores e das pesquisadoras com as questões sociais do território e seus movimentos.

gerou profundas modificações não apenas na questão fundiária - com o desaparecimento de comunidades inteiras, como foi o caso da Comunidade KM 69 (FREITAS, 2010) – mas também nos aspectos econômicos, sociais e produtivos - pela escolha de um modelo de produção pautado na modernização agrícola conservadora. Conforme Sampaio, Lima e Freitas, essa nova fase tem como características: a mecanização no sistema produtivo; o uso de insumos e de biotecnologia; a concentração de terra e a manutenção da exploração do trabalho no campo. (SAMPAIO, LIMA e FREITAS. In: RIGOTTO et all, 2011). Como uma das bases desse modelo, temos a produção em forma de monocultura, e dela decorrem outros problemas.

Além dos problemas de contaminação humana e ambiental pelos agrotóxicos, que geram desmatamento, queimadas e perda da biodiversidade, as monoculturas tendem a concentrar renda; reduzem empregos – principalmente se comparado com os empregos gerados na agricultura familiar; intensificam as desigualdades sociais e contribuem para o êxodo rural e os problemas de saneamento urbano; afetam a segurança alimentar por reduzir a qualidade e quantidade da produção agrícola familiar voltada à produção de alimento. (PORTO, 2007 p. 18)

Há uma indução de riscos implícita nesse modelo, que impõe um processo de vulnerabilização das comunidades camponesas, até então desconhecido pelos seus sujeitos. Por isso, alguns elementos de investigação da pesquisa são importantes para compreendermos as mudanças em curso no Baixo Jaguaribe.

O primeiro deles são os agrotóxicos utilizados nas grandes extensões de monoculturas de frutas e geradores de impactos, por exemplo, na saúde dos trabalhadores expostos ao contato com essas substâncias no cotidiano laboral. A “Pesquisa Agrotóxicos” analisou 545 trabalhadores e constatou que 97% dos trabalhadores de empresas do agronegócio estavam sujeitos à exposição aos agrotóxicos em diferentes processos: na preparação de misturas; no trabalho após a pulverização; no armazenamento; no transporte; no descarte de embalagens e até em suas residências, com a limpeza de roupas.

Paralelamente e, em consequência dos impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores, as comunidades também são atingidas pela contaminação do solo e da água. A título de ilustração, os dados levantados nos estudos realizados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH são alarmantes: foram identificados agrotóxicos em seis das dez

amostras de água coletadas no Aquífero Jandaíra, em 2009. Também no caso da pesquisa realizada pelo Núcleo Tramas foram encontrados entre três e doze ingredientes ativos em todas as amostras de água consumida pelas comunidades.

**Quadro 1.** Resultados das análises laboratoriais das amostras de água colhidas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, Ceará, 2009.

DESCRIÇÃO DO LOCAL DA COLETA	PRINCÍPIO ATIVO IDENTIFICADO	Classe Toxicológica	TIPO	CONTROLE/USO	CULTURA
água Reservatório principal	Carbofurano	I	Inseticida	Lagarta elasma	Banana
	Procimidona	IV	Fungicida	Podridão branca	Abacaxi, melão
	Carbaril	II	Inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi, banana
	Fenitrotona	II	Inseticida	Percevejo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi
água de poço para abastecimento humano, localidade Lagoa da Casca.	Fosetil	III	Fungicida	Podridão no topo	Abacaxi
	Carbaril	II	Inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi, banana
	Procimidona	II	Fungicida	Podridão branca	Abacaxi
	Tebuconazol	IV	Fungicida	Fusariose em abacaxi, mancha púrpura	Banana, abacaxi,
	Cletodim	II	Herbicida	Capim amargoso	Melão Abacaxi
água de poço para abastecimento humano, localidade Lagoa da Casca	Carbofurano	I	Inseticida	Lagarta elasma	Banana
	Fenitrotona	II	Inseticida	Percevejo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi
	Procimidona	IV	Fungicida	Podridão branca	Abacaxi, melão
	Tebuconazol	IV	Fungicida	Fusariose em abacaxi, mancha púrpura	Banana, abacaxi, melão
	Carbaril	II	Inseticida	Broca do colo do abacaxi, broca do fruto	Abacaxi, banana

Fonte: Pesquisa Agrotóxicos - 2009

Na apresentação dos resultados da pesquisa agrotóxicos, chamou muito a atenção da sociedade de Limoeiro do Norte e região, bem como dos movimentos sociais e mídia, o problema da pulverização aérea de agrotóxicos, considerado pelas comunidades como um dos maiores riscos ambientais (TEIXEIRA, 2010), causando o aumento dos casos de intoxicações agudas e crônicas. Foram produzidos mais de quatro milhões de litros de calda tóxica em dez anos de agronegócio na Chapada do Apodi (TRAMAS, 2010).

Nessa perspectiva, o Estado ocupa um papel fundamental, visto que, durante a realização da pesquisa, constatou-se que o Governo Federal concedia uma isenção fiscal de 60% para agrotóxicos, enquanto o Governo Estadual, por meio do Decreto Estadual n. 24.569/1997, proporcionava 100% de isenção fiscal de ICMS para agrotóxicos, além de isenção do IPI, CONFINS e PIS/PASEP (TEIXEIRA, 2010).

Tais isenções contribuem na ultimo, superado a quantia de um milhão de toneladas consumidas, compreensão do processo que levou o Brasil a posição de campeão mundial de consumo de agrotóxicos nos anos consecutivos de 2008 e 2009, tendo, neste movimentando U\$\$ 6,62 bilhões, dos quais nenhum destinou-se aos cofres públicos, a fim de ser revestido na prevenção ou tratamento dos impactos que todo esse veneno causou ao circular pelo território, a saúde humana e ao meio ambiente. O Estado, ao provocar o barateamento dos custos desses produtos, incentiva e amplifica sua utilização. Se o uso de substâncias químicas capazes de prejudicar a vida é autorizado, precariamente controlado e até mesmo estimulado, os recursos advindos de sua taxaçoão deveriam servir, ao menos, para os gastos com a atenção a saúde das pessoas atingidas e com a remediação dos impactos ambientais. (TEIXEIRA, 2010, p. 31)

Simultaneamente, nesse mesmo período, com a repercussão do assassinato de uma das principais lideranças comunitárias da Comunidade Tomé<sup>5</sup>, ganha força a articulação em torno da luta contra a pulverização aérea, que se torna uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais na região.

Dessa forma, uma das maiores conquistas da época foi a mobilização envolvendo um abaixo-assinado feito pelas comunidades da 'Chapada' em 2009, que denunciava o problema da contaminação pela pulverização aérea de agrotóxicos (TEIXEIRA, 2010).

Na Câmara Municipal, a pressão popular resultou na elaboração e aprovação, em 08 de outubro de 2009, da lei no 1478/2009, que dispõe

---

<sup>5</sup> Zé Maria do Tomé que denunciava os problemas da pulverização aérea e a contaminação das águas dos canais, e era presidente da Associação dos Ex-Irrigantes Expropriados Sem Terra.

sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. Por sete votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, os vereadores de Limoeiro do Norte estabeleceram ser, a partir daquele momento, “expressamente proibido as pulverizações aéreas em regiões agrícolas” naquele Município. (TEIXEIRA, 2010, p. 72)

Essa forma de resistência representou uma grande vitória, no que toca a luta das comunidades contra o modelo de desenvolvimento que carrega em seu cerne a destruição e a imposição de uma única forma de produzir.

Entretanto, em maio de 2010, um mês após o assassinato do Zé Maria, a Câmara Municipal de Vereadores de Limoeiro do Norte anula a lei que proibia a pulverização aérea, uma das conquistas da luta assumida por ele.

Problemas sociais também foram apresentados nas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Tramas, que evidenciaram como exemplo de problemáticas levantadas as transformações em curso nos modos de vida em Lagoinha que, de forma geral, atingem todas as comunidades da Chapada.

A convivência dos camponeses com novos problemas, que não faziam parte da vida e da cultura do campo, foi algo que chamou atenção nos estudos. Eram problemas da cidade, que 'chegaram' com toda força movidos pelo desenvolvimento. É o caso do problema das drogas e da prostituição. A cadeia da fruticultura traz em seu bojo a cadeia da prostituição, uma vez que, onde se instala uma empresa, com ela se instalam os serviços de bares, venda de álcool e outras drogas, formando um círculo vicioso.

Chegam à comunidade novas pessoas e velhos problemas que integram a dinâmica local, sem a calorosa acolhida, que é própria dos cearenses. Porém, se não são gente de lá, de onde vêm as donas dos bares e as jovens prostitutas? Não é de muito longe, são provenientes das cidades circunvizinhas e da Capital do Estado, no entanto, a relação e os vínculos com a comunidade praticamente inexistem, porque a sua estada é breve, pois logo será necessário vir outra “novata” para assumir o posto, talvez porque esta, que hoje está a serviço, amanhã esteja parida, ou quem sabe por que o seu tipo de trabalho lhe exige sempre caminhar e ser “novata” em outros lugares. Essa cadeia de prostituição promove vários impactos à cultura, ao modo de vida local, e também sobre o serviço de saúde, e, primeiramente, é claro, causa danos irreversíveis a estas mulheres. São trabalhadoras, são sobreviventes, são vítimas! Na luta psíquica travada para sobreviver ao seu trabalho, assumem o uso das drogas, que, talvez, amenizem as sensações, as percepções doídas do seu viver no mundo. (PESSOA, 2010, p. 167)

A pesquisa desenvolvida por Pessoa (2010), intitulada “Tecendo atenção integral em saúde ambiental e saúde do trabalhador na estratégia saúde da família em Quixeré – Ceará” serviu de base para nossa percepção dos

elementos determinantes acerca dessa realidade.

De modo complementar, a investigação de Freitas (2010) sobre “Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará” também pautou esse problema.

Em ambos os estudos, chama a atenção os relatos sobre a prostituição gerada pela chegada das empresas que produzem de forma sazonal naquele distrito.

O Distrito de Lagoinha passou por mudanças profundas com a expansão das empresas do agronegócio nesse local. A principal alteração foi a ampliação da população, em virtude das migrações permanentes ou temporárias oriundas de cidades e estados vizinhos. Uma parcela de migrantes vai aos poucos se apropriando do espaço e passam a residir no Distrito, onde tentam construir um novo território, sob as lembranças de seu antigo lugar. Outros permanecem temporariamente. Uma parte desses imigrantes desencadeia diversos problemas, característicos dos grandes centros urbanos, a exemplo do uso de drogas, violência e prostituição. (FREITAS, 2010 p. 138)

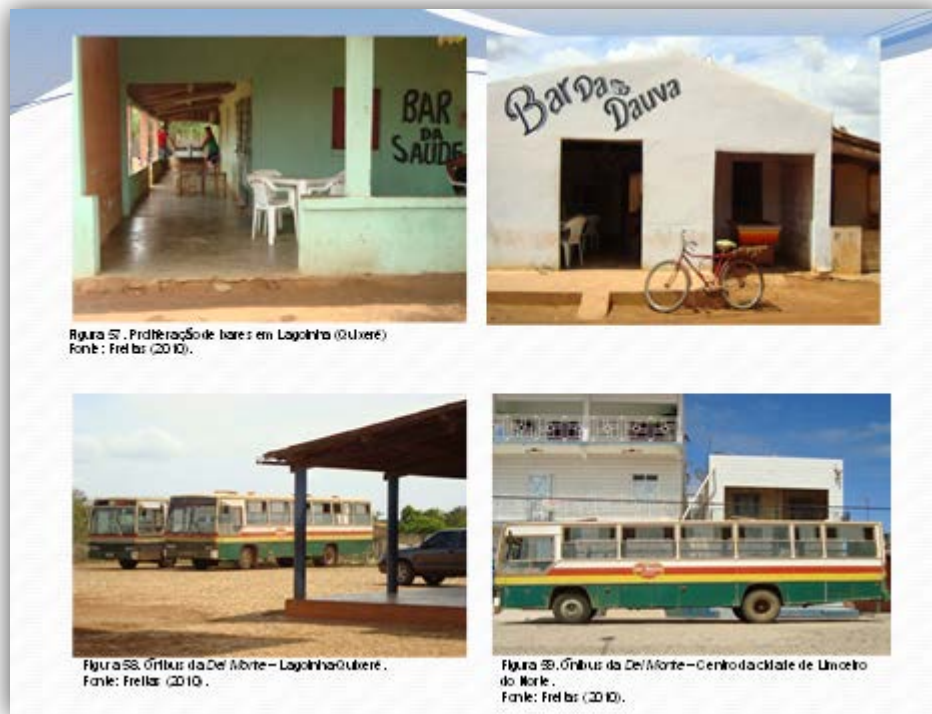
A oferta de trabalho feita por empresas nos períodos sazonais gera migrações em massa para o território e, conseqüentemente, muitos problemas; a prostituição é apenas um deles.

Outros problemas relacionados às transformações socioterritoriais ocorridas naquele espaço trata-se da prostituição – em parte funciona em bares instalados nas residências) – uso de drogas e da violência, causando a sensação do desconforto e de insegurança (...) Esses problemas estão relacionados, também, às condições precárias nas relações de trabalho ofertadas pelo agronegócio, a exemplo do emprego sazonal. As drogas e a prostituição constituem refúgios para os sem-trabalho da Chapada, principalmente os que aguardam um novo período de contratação. (FREITAS, 2010 p. 140)

A problemática da prostituição é citada pela pesquisa de Pessoa (2010) na Comunidade de Lagoinha, onde mulheres e adolescentes entram na cadeia do agronegócio vendendo seu corpo, como mecanismo de subsistência para si e sua família.

Um problema emergente no Distrito de Lagoinha, que pautou as discussões do grupo de forma intermitente, e, portanto, não pode deixar de ser entendido dentro da complexidade de relações do mundo do trabalho, foi a prostituição feminina. Diga-se feminina, em primeira instância, para não dizer infanto-juvenil, porque ela acontece em tenra idade, e no tempo de vida da juventude, quando reinam a beleza e o vigor da força de trabalho juvenil. São mulheres biologicamente falando, são mães, são adolescentes, são trabalhadoras atiradas e corajosas que migram em busca do sustento para si e para os filhos. Pelo exposto, a venda do corpo constitui mecanismo de subsistência

nesse contexto. É nessa realidade que seguiremos imersa ao longo desse tópico, desvelando diversos problemas sociais com severos impactos à saúde. Permearemos a vida marginal, a vida sem perspectivas, a vida de vários grupos populacionais de Lagoinha (PESSOA, 2010 p. 165)



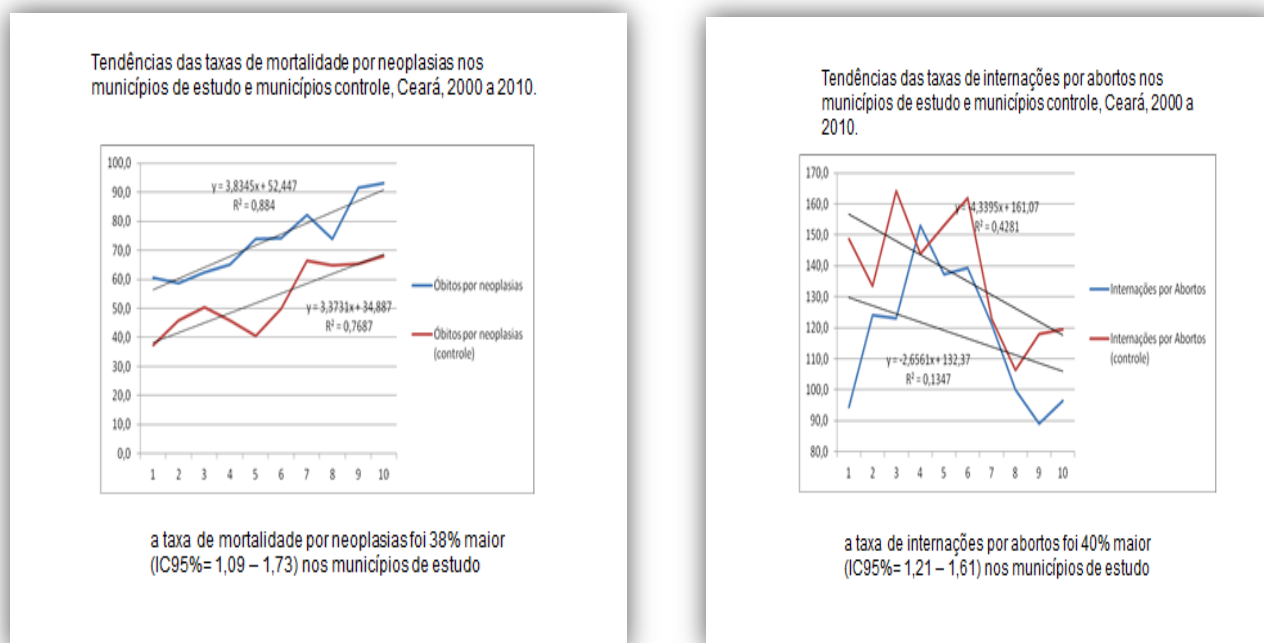
**Figura 5.** Bares e transporte na Chapada. Fonte: FREITAS, 2010

Além dos problemas relacionados à falta de terra para trabalhar, ao medo de perder o emprego e ao medo de adoecer, dentre tantos, os problemas sociais também ganham corpo nesse novo modelo de desenvolvimento e aparecem de forma grave na realidade da chapada.

Igualmente, como forma de dar continuidade às evidências dessa pesquisa, o Núcleo Tramas desenvolveu outro estudo, no qual quatro municípios da região do Baixo Jaguaribe expostos a agrotóxicos foram comparados a doze municípios caracterizados pela agricultura familiar com produção de sequeiro. Para tanto, foram analisados dados disponíveis no DATASUS entre os anos 2000 e 2010, o que explicitou constatações importantes de serem levadas em consideração.

Nos gráficos a seguir, a demonstração dessas evidências de vulnerabilização da população exposta a agrotóxicos, a taxa de mortalidade por neoplasia foi 38% maior nos municípios da Chapada, assim como as taxas de

internações por aborto que foram 40% maiores do que em outros municípios com características de produção camponesa/familiar.



**Figura 6.** Taxas de mortalidade por neoplasias e internações por abortos entre 2000 e 2010.

Fonte: Núcleo Tramas, 2012

Contudo, esses não são dados isolados, que atingem apenas a região do Baixo Jaguaribe. Estudos realizados em outras regiões do país têm evidenciado que o uso de agrotóxicos e seus agravos para a saúde e o ambiente atingem cada vez mais a saúde das mulheres.

Por exemplo, uma das notícias divulgadas na mídia que despertou a atenção da sociedade em 2010 foi a contaminação de leite materno por agrotóxicos em Lucas de Rio Verde, cidade do Mato Grosso conhecida pelo monocultivo de soja, cana e algodão. A pesquisa, feita sob a orientação do professor Wanderlei Pignati, da Universidade Federal de Mato Grosso, constatou a contaminação por resíduos dos agrotóxicos DDE, Endosulfan, Deltametrina e DDT em 100% das amostras de leite materno das sessenta e duas mães em período de amamentação no município em 2010 (PALMA, 2011).

Retornando ao caso específico do Baixo Jaguaribe, na medida em que as comunidades foram conhecendo alguns desses problemas, buscaram formas para visibilizá-los e solucioná-los. Esse processo desencadeou várias ações articuladas, tais como: denúncias dirigidas ao Ministério Público; oficinas;



seminários e mobilizações de rua, dentre outras. Ilustram as últimas o Grito dos Excluídos de 2008 e a greve dos trabalhadores da empresa Delmont – investigada por estudo de Teixeira (2010).

Como percebemos, essa é uma região marcada por problemas sociais e conflitos ambientais, mas também por resistências. As percepções dos riscos foram sendo evidenciadas ao longo do tempo, sobretudo em relação à contaminação da água do canal que abastece as comunidades, a quantidade de embalagens de resíduos tóxicos, a morte de animais, etc..

Além dos problemas ambientais desse modelo de produção, baseado na monocultura e utilização de agrotóxicos, as transformações nos modos de vida camponesa foram se tornando evidentes. Do mesmo modo, ocorreram mudanças nas relações de trabalho, passando a terra a ser vista, por um lado, como trabalho, e por outro, como negócio.

Por conseguinte, compreender a “territorialidade camponesa” versus a “territorialidade do capital”, apontada por Marques (2002), se configura fundamental, uma vez que a busca pela apropriação do espaço se dá, conforme afirma Martins (1994), entre a luta camponesa pela “terra de trabalho” e a luta do capital pela “terra de negócio”.

O território da Chapada foi, assim, diretamente impactado pela interposição desse modelo agrícola degradante, implantado para atender à lógica do mercado globalizado, deixando as comunidades camponesas vulneráveis aos impactos ambientais.

Desse modo, o cenário desenhado pelo processo de modernização agrícola conservadora na Chapada do Apodi nos conduz aos mecanismos que garantem a reprodução de uma ordem social injusta, promotora da desigualdade e da degradação socioambiental. Nessa perspectiva, o “processo desigual e combinado da expansão do capital” - preceituado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) – nos chama atenção para as alterações na base de produção e processo produtivo no campo. Mais ainda, nos coloca o desafio de estabelecer uma análise que leve em conta o fato de que essas transformações são recentes e afetam de diferentes formas o campesinato da 'Chapada'. Tal destaque é importante, uma vez que a escolha de mulheres camponesas que vivem em comunidades da chapada e que vivenciam esse processo caracteriza os sujeitos de nossa pesquisa.

Tomar parte nesses processos desencadeados ao longo de três anos foi fundamental para nos aproximar do território e das problemáticas ambientais, bem como das contradições daí decorrentes, as quais nos instigaram para a formulação de novas questões e problematizações acerca de uma realidade tão complexa.

Dessa maneira, nosso problema de pesquisa se constitui na compreensão sobre as interrelações entre gênero trabalho e ambiente no contexto da modernização agrícola, a partir da percepção e experiência das mulheres sobre as transformações da cultura camponesa e os conflitos estabelecidos com a implantação da lógica econômica capitalista da produção na Chapada do Apodi e as diferentes formas de 'r-existência' do campesinato nesse contexto.

## **Capítulo II. DA PRÁXIS FEMINISTA E CAMPONESA:** Formação Social do Campesinato Brasileiro, Protagonismos e Lutas das Mulheres Camponesas

Compreender a sociedade e seus impasses na contemporaneidade é um grande desafio para a academia e, em especial, para os projetos de pesquisa, frente à complexidade em que se inserem. Para alcançar essa finalidade, a questão central é a de que não é possível, em nossa avaliação, chegar a compreensões dos diferentes fatores implícitos no contexto sem considerarmos a dimensão histórica do papel do conhecimento científico. Nesse sentido, o exercício epistemológico e de práxis que fazemos em um primeiro momento é o buscar compreender o papel da ciência na produção de conhecimentos e a influência na construção de paradigmas, acompanhando assim a evolução das teorias sobre a concepção do mundo.

Tal análise é perpassada pela nossa compreensão acerca dos mecanismos de implantação do pensamento colonial, desde a compreensão da valorização do poder europeu sobre o mundo e sua justificativa até a percepção de que foi necessário um aporte teórico que justificasse esse domínio. Com o objetivo de dominar a técnica e explicar as transformações no mundo, evoluímos do pensamento colonial ao modelo simplificador difundido por cientistas como Descartes, para, na atualidade, chegarmos a necessidade de valorização de outros saberes existentes para o entendimento de uma realidade cada vez mais complexa.

A partir da reflexão crítica sobre a consolidação do modelo hegemônico de ciência associada à crise paradigmática e suas consequências para a sociedade, pretendemos estabelecer ponderações epistemológicas sobre o atual paradigma emergente. Algumas das características da ciência moderna que estão centradas no “saber seguro”, no ordenamento do pensamento ou do conhecimento oposto ao senso comum criam a chamada crise do paradigma dominante, a teoria da relatividade. Mas como disse Einstein, apesar de todo rigor científico, não existem verdades absolutas, apenas probabilidades. Nesse sentido, concordamos com Santos, que nos ensina:

“Em vez de eternidade, temos a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpretação, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e acidente”. (SANTOS, 2003, p. 48).

O desafio do conhecimento científico e da chamada tendência do *Homo Academicus* (Bourdieu, 2010) está em dar preferência à compreensão do mundo ao invés de sua manipulação. Dessa maneira, a superação desse desafio é uma condição porque “embora o objetivo de toda ciência seja desvelar o que está escondido, o que está escondido na sociedade e o que está escondido na natureza não estão escondidos no mesmo sentido” (BOURDIEU, 2010, p. 27). Isso nos leva ao reconhecimento do inacabado, da importância de um olhar necessariamente interdisciplinar, pretendendo aprender com a complexidade, ou seja, a diversidade do problema identificando outros saberes.

Cabe aqui a observação de que não se trata de “descredibilizar” as ciências: o que pretendemos é um uso contra-hegemônico da ciência, visando criar uma forma de relacionamento entre o pensamento científico e outras formas de conhecimento. Para tanto, é fundamental a pluralidade metodológica.

No momento em que a comunidade científica perceber a importância da reflexividade sobre sua práxis, o conhecimento científico será mais formativo, criador e interessado na transformação do que existe, respeitando a dialética histórica. Nesse sentido, partilhamos do paradigma interdisciplinar, que compreende a sociedade humana a partir da arte, da filosofia, dos saberes sistematizados, do olhar da totalidade, da complexidade do real e do reconhecimento do saber ancorado na experiência.

Nossa pesquisa segue delimitada por essas bases, se apresentando como uma pesquisa científica que busca inserir as questões atuais, os saberes locais e as análises das transformações ocorridas no mundo do trabalho e nas relações sociais que geram grandes desafios tanto para as pessoas que vivem no território da Chapada do Apodi quanto para a própria academia, em relação às diferentes compreensões sobre a realidade.

Propomo-nos, ao longo desta trajetória, a aprender e evidenciar saberes científicos e populares com vistas a contextualizar os conflitos socioambientais em que os sujeitos - no caso as mulheres camponesas - se reconheçam no problema em estudo. Para isso, se faz necessário aprofundarmos as contribuições do feminismo na crítica à ciência moderna e na proposição de uma ciência feminista que rompe com a visão androcêntrica e dualista do conhecimento e propõe as mulheres como sujeitos do conhecimento.

## 2.1 As Mulheres como Sujeitos do Conhecimento

Discutir “Feminismo e Ciência” requer, no mínimo, muita cautela, afirma Sardenberg (2002) nos seus estudos sobre epistemologia feminista. Esses dois termos se referem, segundo a autora, a zonas contestadas e contestáveis em si próprias, e tentar justapô-las torna a questão muito mais complexa e polêmica (HARDING, 1991). A começar pelo fato de que, dentro dos parâmetros da Ciência Moderna, falar de uma ciência feminista significa aludir, no mínimo, a uma “contradição em termos” (HARDING, 1987, p. 182).

Ora, as práticas científicas feministas fundamentam-se, assumidamente, em uma práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero – ao passo que um dos fundamentos básicos da ciência moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre “fatos” e “valores”. (SARDENBERG, 2002, p. 95)

Afirmamos como a autora que as práticas científicas feministas só têm sentido enquanto práxis política de uma ciência emancipatória que produza e que dissemine saberes “que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas”. (idem, p. 89) Contrariamente, “a ciência moderna objetivou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios”. (ibidem, p. 89)

A disputa no campo científico é perpassada também pela pluralidade de correntes, de valores e de posições sociais que influenciam as teóricas feministas. De modo geral, as correntes feministas vêm fazendo a crítica por meio de análises sobre dogmas, práticas e instituições de ciência, bem como esquemas e métodos das teorias tradicionais, apesar das suas diferenças.

Sardenberg elege três correntes de pensamento que se constituíram ao longo da história do movimento feminista. A corrente liberal, na qual a subordinação da mulher é uma questão de socialização diferenciada, sendo a discriminação baseada no sexo, o que fundamenta as lutas por direitos iguais, políticas de ações afirmativas e reformas semelhantes. (SARDENBERG, 2002, p. 90).

As outras duas vertentes são a socialista e a radical, as quais fundamentam a crítica a essa corrente afirmando que essas políticas de reforma social - embora necessárias - não são suficientes, porque não chegam à raiz do

problema. As causas da opressão e subordinação das mulheres são estruturais, no entendimento dessas duas correntes.

Entretanto, não podemos deixar de assinalar que há uma profunda discordância entre elas quanto à estrutura determinante de análise. “Para as socialistas, a primazia recai na estrutura capitalista de produção, ao passo que na perspectiva do feminismo radical a determinância maior está na estrutura patriarcal da reprodução” (idem).

A autora ressalta ainda que o debate sobre sexo e gênero foi muito caloroso nos anos 80 e que, com a discussão de *gênero e classe* dos anos 90, houve tentativas frustradas de arranjar um elo entre as duas abordagens.

Concordamos que as divergências não devam ser subestimadas, mas, para além do debate entre uma e outra abordagem, nossa compreensão é a de que ambas as vertentes trazem questões de análise pertinentes, em se tratando de pensar uma ciência que inclua e reconheça os diferentes papéis sociais atribuídos aos diferentes sexos, sendo a perpetuação das desigualdades construída por meio deles, surgindo então a importância do enfoque das perspectivas estruturais, de classe social.

Acreditamos que é exatamente essa combinação de fatores que determina as opressões de gênero e as desigualdades de classe. Por conseguinte, questionar a exclusão das mulheres como um princípio estruturador fundamental e um pressuposto dos discursos patriarcais fortalece as pensadoras feministas, as quais vêm:

Colocando em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido (WESTKOTT, 1979; CODE, 1991). Entretanto, por muito tempo, a questão da relação sujeito/objeto permaneceu ambígua nas posturas assumidas (MIÉS, 1998). Como deveriam as mulheres, enquanto “sujeitos do conhecimento”, se colocarem em relação ao “sujeito/objeto”? (SARDENBERG, 2002, p. 91)

A possibilidade de romper com muitos desses impasses amplia horizontes para uma teoria feminista - ou para as teorias feministas -, alicerçando no debate sobre gênero o objeto teórico para as investigações feministas.

[...] tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do *self*, bem como um princípio

classificatório de organização do universo (HEILBORN, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser re-avaliados e redefinidos, no sentido de “(...) análises dos efeitos de gênero no e sobre o conhecimento” (FLAX, 1990, p. 26) (SARDENBERG, 2002, p. 91).

A necessidade de novas abordagens tem demonstrado o caráter histórico, social e político das construções científicas que permite um “(...) sacudir dos fundamentos sociais, políticos, científicos e metafísicos dos sistemas teóricos patriarcais” (GROZ, 1995, p. 88), ainda que marcada por muitas ambivalências e tensões (COSTA, 1996). (SARDENBERG, 2002, p.92).

De acordo com Keller (1996), a ciência moderna se desenvolveu a partir de uma estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais.

Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada em uma lógica binária, construída a partir de pares de opostos; por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/iminente, cultura/natureza, ativo/passivo, etc. (SARDENBERG, 2002, p. 93)

De fato, afirma a autora, instrumentada por um olhar desconstrucionista, a crítica feminista “tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da ciência moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é, nem nunca foi neutra” (idem, p. 94). Há nessa afirmação uma questão-chave sobre o avanço da crítica para a construção de uma ciência feminista, em que novas perspectivas analíticas são necessárias para exprimir novos paradigmas de produção do conhecimento que levem em conta as inúmeras e diferentes experiências que vivenciam as mulheres na contemporaneidade. Ela proporciona centralidade às articulações da vida material e simbólica, estabelece conexões entre produção e reprodução social, divisão social e sexual do trabalho, ciência e ideologia, economia e política. Em nosso entendimento, configura um dos elementos fundantes de uma ciência feminista.

Dessa maneira, ganha relevância e sentido desvendar situações ocultadas pelos estudos tradicionais e pela visão androcêntrica do mundo, especialmente no que se refere ao campesinato.

Nessa lógica, acreditamos que os acúmulos feitos pelas teorias feministas apontam para uma compreensão de que a ciência tanto pode ser campo de reprodução de um conhecimento e uma cultura que desvaloriza a mulher como pode constituir-se em estratégia de desnaturalização da opressão de gênero e legitimação das mulheres como sujeitos de um conhecimento potencialmente crítico e transformador. Segundo Carrasco, existem duas grandes razões ocultas da invisibilidade da mulher, nas ciências e na cultura:

[...] uma mais antiga, de caráter ideológico patriarcal, e outra, possivelmente mais recente, de caráter econômico. A primeira está relacionada com as razões do patriarcado. Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, com o que se invisibiliza o resto da sociedade. (CARRASCO, 2003, p.18)

Como tentativa de rompimento dessa lógica que invisibiliza as mulheres, reconhecendo-as como sujeitos de conhecimento, de saberes e de experiências, e consciente das tensões, divergências e contradições postas aos estudos feministas, assumimos para o nosso estudo a ideia de Sardenberg, baseada nos estudos de Anderson (2001), qual seja, a noção de um “conhecimento situado”, cuja definição é “um conhecimento que reflete a perspectiva ou posicionalidade dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição” (SARDENBERG, 2002, p.98).

Ainda que essa ideia provoque implicações e concepções diferentes nas correntes feministas, a percebemos enquanto potencial de olhar para a ciência como um produto social, um processo dialético moldado pelos contextos sociais e políticos. Para isso, considerando os limites de optar por um ou outro tipo de olhar, almejamos aliar o pensamento feminista a outros estudos sociais, que possam dar conta de apontar e desconstruir dicotomias a partir da visão das mulheres em seu contexto de vida. Nesse esforço, sistematizamos os estudos realizados ao longo desses dois anos, que tomam parte do processo de aprender/fazer pesquisa. Dessa maneira, organizamos e a seguir apresentamos essa trajetória, que se iniciou com os olhares e concepções sobre a história social do campesinato, as mulheres camponesas e os conflitos ambientais na perspectiva das inter-relações de mulheres, trabalho e ambiente.



## **2.2 Sobre o Campesinato: Modos de Vida, Trabalho e Relação com o Ambiente**

Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História. (José de Souza Martins)

O campesinato é, em nossa concepção, uma categoria determinante para articular as questões conceituais com o cotidiano da disputa política de projetos de desenvolvimento do e no campo na atualidade. Seu estudo se configura necessário para compreendermos as mulheres nesse contexto, porque há, na nossa avaliação, uma dupla invisibilidade colocada para elas.

Essa duplicidade se dá pela invisibilidade tanto como mulheres quanto enquanto camponesas. Então, com base nessa premissa, pretendemos estabelecer um recorte histórico sobre as concepções de campesinato, no intuito de obter elementos que justifiquem e apontem as bases teóricas e os percursos de análise que dão sustentação a nossa pesquisa, a partir do entendimento sobre campesinato e mulheres camponesas na atualidade.

Muitos estudos, ao se referirem aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem e trabalham no campo, utilizam as denominações de trabalhador(a) rural, agricultor(a) familiar, produtor(a) rural, assalariado(a) rural ou camponês/camponesa, nome que ganha cunho político desde as lutas das Ligas Camponesas na década de 50.

Na história social do campesinato, a sua formação como sujeito histórico se dá como parte da formação do Brasil, pela sua miscigenação e processo de disputa e ocupação do território. Conforme diz Carvalho:

O campesinato sobrevive no Brasil em proporções e densidade muito diversificadas segundo as regiões e segundo suas modalidades. A referência ao campesinato sempre foi a referência à Europa continental Ocidental; é lá que os governos foram buscar os colonos quando findou o regime escravagista; estes se fixaram sobretudo no Sul e no Centro-Sul do país, regiões mais próximas da Europa em termos ambientais, onde deram origem a um campesinato original. Daqui em diante, o "tipo ideal brasileiro" do campesinato se tornou o campesinato do Sul e Centro-Sul. É esta referência que orientou todas as políticas públicas brasileiras para o campesinato - quando houve! inclusive as políticas recentes de colonização. O Norte ficou o refúgio dos camponeses atrasados, os "caboclos". (CARVALHO, 2004, p.80)

Com a finalidade de ajudar a discutir e entender o processo histórico de formação do campesinato e sua caracterização recorreremos também à compreensão de Fernandes (2003), que preceitua:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito. (FERNANDES, 2003. p. 279-280)

Para Guzmán e Molina (2005), o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, representando uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona. Utilizando um conhecimento condicionado pelo nível tecnológico de cada momento geram-se distintos graus de “camponesidade” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.75). Surge, então, a questão sobre como se constituiu o campesinato brasileiro.

Jose de Sousa Martins (1986) ao tratar sobre “os camponeses e a política no Brasil” apresenta a definição das palavras camponês e campesinato enquanto palavras políticas usadas para definir os trabalhadores do campo e suas lutas. Ressalta o autor que, em cada região do país, os trabalhadores do campo recebem uma denominação: caipira, caiçara, tabaréu, mestiços, pagão, homem do campo, trabalhador, etc. Refere-se também aos que vivem longe da cidade, e são assim chamados de rústico, atrasado, ignorante, ingênuo, inacessível, preguiçoso, dentre outros. Segundo o autor, no conjunto, são palavras depreciativas que, com as lutas camponesas, foram em parte desaparecendo, permanecendo apenas no folclore popular.

Com relação aos políticos e militantes de partidos, o camponês é visto “como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. [...] Às vezes será encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico” (MARTINS, 1986, p.25). Desse modo, conforme explicita o referido autor, se estabeleceu a exclusão política, que definiu o “não-lugar” do camponês no processo histórico.

Outro tipo de exclusão considerada pelo autor - que é profunda e radical em relação aos camponeses - é a exclusão ideológica do pacto político,

que define exatamente esse lugar do camponês no processo histórico e sua participação como um excluído, um ausente, um inferior. “Ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparecem como se fossem desnecessários, de um lado, e alheio, de outro lado”. (idem)

Essa exclusão se dá justamente porque alguns dos acontecimentos políticos mais importantes da história do Brasil foram protagonizados por camponeses. No entanto, isso foi desconsiderado na história tanto por intelectuais quanto pela população de modo geral. “A história brasileira, mesmo aquela cultivada pelos setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e dos que participam dos pactos políticos.” (idem, p. 26)

Martins afirma que o campesinato tem sua origem na época do período colonial e, a partir da interdição da propriedade, surgem três grupos que ficaram excluídos da posse da terra. O primeiro deles é a figura do “bastardo”, aquele que não tem sangue limpo, mestiço, filho de branco com índio. No século XVI ele aparecia como simples escravo, eventualmente alforriado e sem direito à herança do pai. Com o fim da escravidão, eles permaneceram como agregados da fazenda, excluídos do direito à propriedade.

O segundo grupo de formação do campesinato durante o período colonial são os “índios negros escravizados” e o terceiro foi resultado do regime denominado “morgadio”. Nele, o filho primogênito era o herdeiro legal dos bens da fazenda. Esse regime foi responsável pelo empobrecimento da população, além de causar muitos conflitos familiares.

“Justamente o morgadio indicava uma das características mais importantes dos regimes de sesmarias: a formulação de critérios que impedissem a fragmentação da fazenda e da família. Mesmo após a extinção do morgadio, os casamentos intrafamiliares não foram o único recurso que os fazendeiros utilizaram para impedir essa fragmentação. Usou-se o recurso de manutenção das terras indivisas, em comum, entre os herdeiros, baseada no consenso sobre limites e direitos aproximados de cada herdeiro.” (MARTINS, 1986, p.33)

Declara o autor que só é possível compreender as determinações da formação do campesinato no período colonial - e, sobretudo a sua exclusão política, social e econômica - se compreendermos que ela se determinava, em primeiro lugar, pelo trabalho escravo, e num segundo plano, pela forma de propriedade da terra. Assim, o camponês foi excluído da condição de proprietário de terra e colocado na condição de escravo.

Outro fato destacado pelo autor é o da exclusão desses camponeses de qualquer participação na estrutura do poder político. A constituição de 1824 estabeleceu, dentre outras coisas, restrição de cunho econômico. Quem quisesse ser eleitor ou candidato deveria ter uma renda líquida equivalente a cem mil réis, se as eleições fossem paroquiais. Se fossem provinciais, dobrava para duzentos mil réis, e caso geral, quatrocentos mil réis. No caso dos escravos libertos, estavam excluídos de qualquer nível. Essa decisão teve vigência até a Proclamação da República, em 1889.

A partir de 1891, as terras devolutas que foram transferidas da União para os Estados ficaram nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado passou então a definir sua política de concessão de terras, iniciando, nesse período, a transferência de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e empresas, principalmente no sul e sudeste do Brasil. No caso do sudeste, o trabalho que era executado por escravos foi assumido pelos imigrantes que, sendo trabalhadores livres, passavam a receber remuneração e tinham o direito de plantar alimentos e receber por serviços extras (MARTINS, 1986).

Outro elemento que teve influência na constituição do campesinato brasileiro foi o fenômeno político chamado pelos historiadores de “coronelismo”, que teve como característica marcante o controle dos chefes políticos sobre os votos dos eleitores, por meio da criação dos seus “currais eleitorais” e os chamados “votos de cabresto”. De acordo com Martins, pelo sistema de troca de favores políticos com os coronéis, o voto desde o início era tratado como mercadoria. Os eleitores de um coronel eram constituídos pelos seus clientes, por isso a expressão clientelismo político é mais do que uma força de expressão, suas raízes estavam na clientela econômica.

Esse sistema envolvia um mecanismo de trocas que compreendia a nomeação de funcionários municipais por indicação dos coronéis, a designação de autoridades policiais e judiciais do mesmo modo, facilidades na concessão de terras e favores na realização de obras públicas. (MARTINS, 1986, p. 46)

Troca de voto e fidelidade do eleitor garantia o poder do coronel, que oferecia desde presentes como pares de sapato até um pedaço de terra para os moradores. Em contrapartida, era garantido o controle da política local. “O coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para que pudesse

negociar posições políticas.” (idem, p. 47)

Além disso, era comum a utilização de mecanismos como falsificar assinaturas de mortos, colocar mesas eleitorais na própria casa, etc.. E também, como forma de impor o seu poder, o “coronel” com frequência utilizava jagunços para conter ou exterminar adversários. “O coronelismo enredava numa trama complicada, questões de terra, questões de honra, questões de família e questões políticas.” (ibidem, p. 48)

Outro aspecto de análise para a constituição do campesinato brasileiro é a sujeição da renda da terra ao capital. “A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital” (MARTINS, 1986, p.162). Desse modo, a terra opera como se fosse capital, mesmo que de fato ela produza do ponto de vista capitalista diferente do capital, que produz lucro (mais-valia), enquanto o trabalho produz salários e a terra produz renda. O autor coloca a seguinte questão: “Quem paga a renda? O capitalista ou o trabalhador?” E responde, afirmando que é o conjunto da sociedade, a riqueza socialmente produzida (MARTINS, 1986).

Consideramos pertinentes esses elementos históricos acima resgatados porque, quando falamos de campesinato, dos seus aspectos constitutivos, de seus contextos históricos e da situação social dos camponeses e das camponesas, de modo geral, nos referimos às várias contribuições teóricas construídas sobre esse conceito.

Em síntese, há vários modos de perceber o campesinato: seja como categoria histórica, seja como sujeito social, como sistema de produção, como modo de vida ou como classe organizada. Para tanto, elencamos algumas das categorias de análise sobre o campesinato que servem de base para a compreensão do nosso problema de pesquisa, no que tange aos diferentes sujeitos e territórios que optamos por investigar em nossa pesquisa.

Desse modo, segue uma primeira ideia sobre as dimensões de compreensão do campesinato, trazida por Fernandes e Welch (2008):

A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais

para continuar sendo camponês. (FERNANDES; WELCH, 2008, p.49)

Ao longo da história, podemos nos referir às formas de resistência que acompanharam e determinaram muitas vezes a constituição do campesinato brasileiro. Em diversos momentos, as formas organizativas de resistência foram determinando sua própria organização como classe, compreendida na delimitação do conceito de classe social de Thompson, que nos elucida:

[...] as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as gentes se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e, no processo de luta, se descobrem como classe e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo real histórico. (THOMPSON, 1989, p. 37).

Concordamos com Marques (2002) pelo fato de entendermos o campesinato como classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida, simplesmente. De acordo com a referida autora, enquanto o campo brasileiro tiver a marca da desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem nesse espaço bem como suas contradições. Portanto, “defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade” (Marques, 2002, p. 1-2).

A reflexão apresentada acima nos remete ao conceito de campesinato como sujeito político, que tem suas expressões nas lutas sociais, seja como conquista de espaço e reconhecimento ou mesmo como resistência às ameaças de destruição ou forma de viabilizar, por meio das lutas, sua presença na história do Brasil até os dias atuais, quando insiste em se recriar permanentemente e de diferentes formas. Esse camponês em movimento é tratado por Fernandes ao afirmar que:

A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital (Fernandes, 2000, p. 279 et seq.). [...] A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista,

significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. (FERNANDES, 2008, p. 07)

Corroborando a ideia de Fernandes, a recriação do campesinato é resultado da luta pela terra e se dá a partir de uma estratégia política e da ação dos movimentos socioterritoriais, conforme definição do mesmo, que geram conflitos e que são parte do processo contraditório do modo de produção e do modelo de agricultura predominante.

Complementando essa visão, de acordo com estudos realizados por Oliveira (2007), a recriação do campesinato é um processo dinâmico na constituição da humanidade:

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico. (OLIVEIRA, 2007. p. 264)

É possível considerar uma enorme diversidade camponesa como sujeitos sociais, conforme analisa Carvalho (2004). Incluindo e ilustrando tal concepção, temos: camponeses(as) proprietários(as) de terra; posseiros(as) de terras públicas; povos das florestas; agroextrativistas; ribeirinhos; pescadores(as) artesanais; castanheiros; quebradeiras de coco babaçu; açazeiros; os que usufruem dos fundos de pasto; arrendatários não-capitalistas; parceiros; foreiros e os que usufruem de terra por cessão; camponeses(as) quilombolas; povos indígenas; serranos; caboclos; colonos; os povos das fronteiras e os(as) novos(as) camponeses(as) resultantes dos assentamentos da reforma agrária (CARVALHO, 2004, p. 30).

Cada vez mais se amplia a quantidade de participantes de movimentos socioterritoriais que se articulam em movimentos locais, nacionais e internacionais, criando assim, novas formas organizativas e diferentes modos de vida.

Na nossa compreensão, faz parte também da constituição do campesinato seus diferentes modos de vida, instituídos a partir da contraposição em relação ao modo de exploração dos bens naturais. Os camponeses

instauram formas de acesso e apropriação da terra, da floresta, da água e dos demais bens como patrimônio coletivo, que se constitui como fatores instituinte de seus modos de vida familiar e comunitária.

Além disso, “compreendemos que os camponeses se constituem no 'fazer-se' da luta não só pelo acesso a terra, mas pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideais e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes” (DINIZ, 2009, p. 28).

Caracterizando o campesinato como sistema de produção, considerando a sua relação com a terra, trabalho, núcleo familiar e relações sociais, Moura (1988) afirma que “(...) o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas”. (MOURA, 1988. p. 09). E continua afirmando que “outra forma de definir o camponês, também encontrada nos livros de ciência sociais, é a de conceituá-lo como o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural [...] assim o camponês é um produtor que se define por oposição ao não-produtor”. (MOURA, 1988, p. 12).

Nesse horizonte, consideramos de suma importância discutir os aportes de constituição do campesinato, que retrata a relação não-capitalista de produção. De acordo com Oliveira:

O desenvolvimento do capitalismo não se fez e não se faz de maneira uniforme e única. O campesinato é uma classe social do capitalismo, necessária à sua reprodução, ainda que contraditoriamente. O campesinato é resultado dessa contradição e, como expressou Martins (1981), o nosso campesinato é construído, com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. “Assim, esse processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital, além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.” (OLIVEIRA, 1991, p. 48 apud DINIZ, 2009 p. 29)

O estudo sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas, focado na unidade econômica familiar não assalariada de Alexander Chayanov tem um significado ímpar para discutir o campesinato na atualidade. De acordo com a análise de Wanderley (2009), Chayanov elabora uma proposta teórica original para a compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, baseado em uma pesquisa



sobre o campesinato russo. Dessa forma, segundo a autora, se torna necessário conhecer os três níveis da trajetória teórica e política de Chayanov.

O primeiro nível apresenta a teoria explicativa do modo de funcionamento das unidades de produção nas agriculturas; o segundo trata do esforço de compreender o campesinato em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna e o último nível, expõe o confronto com o projeto de coletivização stalinista e a formulação de um projeto alternativo.

“O eixo central da teoria de Chayanov consiste na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida de certos princípios gerais de funcionamento interno, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista” (WANDERLEI, 2009 p. 138).

Ao contrário da empresa capitalista, o núcleo familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, de mais-valia. A unidade familiar é, no seu processo de produção, o próprio proprietário dos meios de produção (Chayanov, 1974). A ausência de mais-valia como motor do processo produtivo imprime um caráter específico na unidade familiar de produção de modo que, para Chayanov, o produtor familiar é fundamentalmente um produtor que trabalha e essa identificação é em referência à relação com o trabalho e seu esforço, enquanto que, para o capitalista, há uma distância em relação ao trabalho.

Por outro lado, o produtor depende da preservação de seu patrimônio produtivo e cabe a ele assegurar os recursos necessários para tal. Em consequência, o rendimento obtido não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como ocorre no processo propriamente capitalista. Em razão da separação entre o capital e o trabalho, é possível distinguir não só o salário como as diversas parcelas em que se dividem a mais-valia. Na unidade de produção familiar, pelo contrário, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho (WANDERLEY, 2009).

Para Chayanov, “o produtor efetua o que ele chama de um balanço entre o trabalho e o consumo”. (idem, p. 139) Entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família que começa com o casal, amplia-se com as crianças que consomem mas não trabalham até crescerem e participarem das atividades produtivas, saindo para constituir uma nova família. E “cada momento da evolução da família, sua

composição, determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo” (ibidem, p. 140).

El estímulo básico de la familia trabajadora para la actividad económica es la necesidad de satisfacerlos demandas de sus consumidores, y dado que sus manos son el medio principal para ello, debemos esperar, ante todo que el volumen de la actividad económica de la familia corresponda cuantitativamente en forma aproximada a estos elementos básicos em la composición de la familia. (CHAYANOV, 1974. p.56)

O referido teórico acrescenta que “(...) podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. Em outras palavras, el campesino se provee de una familia de acuerdo con seu seguridad material” (Idem, p.61). As reflexões de Chayanov se concentram em três elementos básicos: a agricultura não está isolada, se integra ao processo de acumulação do capital; deverá absorver o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir, sendo as transformações inseridas no objetivo de construção de uma sociedade socialista. No que se relaciona à subordinação ao progresso técnico, Chayanov insiste na necessidade de novos estudos mais abrangentes sobre a produção camponesa.

Para Wanderley (2009), a complexidade do meio histórico e a morfologia interna das unidades de produção é a grande contribuição da análise de Chayanov, no sentido de reconhecer no produtor familiar a possível condição de agente social do progresso e legitimá-lo, do ponto de vista social e político.

A dimensão política da economia camponesa como uma alternativa é definida, no pensamento de Chayanov, em termos da coletivização da agricultura. O autor refere-se ao processo de autocoletivização como uma verdadeira revolução agrária, em que o eixo central é o desenvolvimento de “corpos cooperativos”, que realizariam “um profundo processo de concentração vertical na agricultura”.

Para a autora, Chayanov era consciente das limitações da experiência cooperativa nos países capitalistas, mas “ele não pretendia apenas estabelecer através da cooperação os mecanismos de subordinação da agricultura e da produção familiar em particular. Ele pretendia, de fato, propor a constituição de uma nova estrutura social [...] e sua concepção de cooperação, longe de contrapor, se insere no projeto mais amplo de construção do socialismo. [...] E que as experiências de autocoletivização era a condição da preservação da herança camponesa [...] e a única via realista de desenvolvimento da agricultura”

(WANDERLEY, 2009, p. 145-146).

Ainda segundo Chayanov, a produção familiar moderna constitui o elemento determinante de sua dinâmica, daí a necessidade de compreensão da teoria da unidade de produção familiar assim como da estrutura interna da família em que o trabalho necessário à produção se orienta, para a satisfação de suas necessidades de consumo.

A atualidade do pensamento de Chayanov é fundamental para entendermos e refletirmos sobre a realidade dos camponeses, em tempos de grandes transformações nos modos de vida e visões sobre o campo e o campesinato no Brasil. Ao mesmo tempo, as disputas implícitas sobre modelos de produção exigem novos olhares sobre as mudanças em curso no modelo de produção familiar/camponês.

### **2.3 Repensando o Campesinato frente aos Desafios da Atualidade**

“Este é o pior momento da história em relação ao futuro da agricultura, dos camponeses e da natureza. Ou seja, a humanidade corre sérios riscos de desaparecer”.

(Depoimento de um camponês durante a Rio+20)

Os camponeses continuam cumprindo um papel fundamental na criação e recriação das formas de vida, tão importantes para o equilíbrio do planeta. Além disso, do ponto de vista econômico, as atividades da agricultura camponesa vêm crescendo nas últimas décadas.

De acordo com os dados da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são 13,8 milhões de pessoas situadas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Ademais, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares (SAF in: GARCEZ, 2005, p. 03).

Ainda assim, observamos o atual discurso dominante de discriminação social para com camponeses e camponeses, vistos como uma realidade de atraso e miséria. Todavia, de acordo com Martins, vem sendo

constituída uma teoria geral do campesinato contemporâneo, baseada em discussão centrada na especificidade camponesa, articulando os conceitos de modo de vida e classe social.

Uma das transformações que vem envolvendo o tema do campesinato é a distinção do conceito de agricultura familiar e agricultura camponesa. Do ponto de vista teórico, duas correntes de pensamento têm se confrontado na defesa dessas categorias. Conforme os conceitos de campesinato e agricultura familiar, Bombardi (2003) argumenta que:

O termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. Está se tentando forjar um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado. A este tipo de visão queremos opor a nossa, e iniciar o debate tendo como ponto de partida a ideia de que ao procurarmos explicar e entender a sociedade é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais. (BOMBARDI, 2003, p.01)

Essa concepção dialoga com a discussão em construção na Via Campesina Internacional que, no debate das ideias, defende o conceito de agricultura camponesa em contraposição ao conceito de agricultura familiar. O quadro abaixo representa alguns dos elementos que distinguem, segundo a Via Campesina, um conceito do outro.

**Quadro 2. Agricultura familiar vs agricultura camponesa**

<b>Agricultura familiar “borra” elementos centrales de la identidad y visión campesinas. Por ej:</b>	
<b>Visión desde la “agricultura familiar”</b>	<b>Algunos de sus efectos</b>
Le quita toda importancia a la estrategia de asegurar la subsistencia, o de utilizar y mantener la biodiversidad. Se promueve o exige la especialización y de hecho, impone el concepto que tanto la subsistencia como el uso o fomento de la biodiversidad son “atrasados” o ineficientes.	La agricultura familiar es plenamente compatible y funcional al agronegocio y al monocultivo. Las familias pasan de productores a consumidores de alimentos, y pasan a ser mano de obra barata para abastecer de materias primas al agronegocio y para asumir los riesgos que el agronegocio no quiere o no puede asumir. Se expande y generaliza
Se descarta la obligación/interés por cuidar la tierra o el territorio, ya que debe maximizarse la ganancia inmediata. Se exige al agricultor familiar tener una mentalidad empresarial	Por tanto, la agricultura familiar es también compatible con el uso intenso de agrotóxicos y es utilizada como vehículo para fomentarlos
Se descarta todo vínculo comunitario o colectivo. Las familias (o simplemente los “jefes de familia”) son individuos o unidades aisladas, sin vínculos de solidaridad ni ayuda, sin reconocimientos mutuos por los aprendizajes colectivos, etc.	El trabajo de fomento y asistencia técnica o económica está dirigida a individuos, no considera los efectos sobre comunidades y organizaciones (en muchas partes se le utiliza para causar divisiones), promueve la competencia y naturaliza los privilegios, desincentiva o ataca la organización, etc. Las organizaciones que se fomentan son sólo funcionales (como los grupos de comercialización)

<p>También se desecha la búsqueda o defensa de la autonomía. El agricultor familiar debe capitalizarse y modernizarse y por tanto debe hacer uso intensivo del crédito (endeudarse es bueno), la maquinaria, los insumos externos industriales, las semillas comerciales, etc.</p>	<p>La agricultura familiar fomenta la dependencia y el endeudamiento. En el marco actual en que el crédito es controlado mayoritaria o exclusivamente por los bancos -o es otorgado por el Estado con criterios bancarios- esto lleva a la pérdida progresiva de la tierra.</p> <p>En la medida que se expande el endeudamiento o el temor a él, gobiernos y agronegocios están imponiendo como “alternativa” la agricultura de contrato y el “encadenamiento productivo”, que es la pérdida total de la libertad y autonomía productivas, incluso con sanciones legales contra quienes quieren mantener algún grado de ellas.</p>
<p><b>Agricultura familiar también permite borrar cualquier diferencia social o de clase</b></p>	
<p>En la medida que los agricultores familiares son clasificados sólo por su capacidad empresarial, las diferencias sociales o económicas son vistas como producto exclusivo de diferencias en las capacidades personales</p>	<p>Paulatinamente desaparecen los programas orientados específicamente al campesinado o a los pueblos indígenas (por ejemplo, este tipo de raciocinio fue el utilizado por la OMC para eliminar los programas de ayuda o apoyo específicos para el campesinado y convertir a los subsidios en “ilegales”.</p> <p>Un ejemplo, de acuerdo al gobierno de Estados Unidos, 90% de los agricultores son agricultores familiares, ya que se definen como toda unidad agrícola que vende menos de 250000 dólares al año. Eso ha permitido ir cerrando todos los programas destinados a los realmente medianos y pequeños y llevarlos a la total dependencia frente al agronegocio, la agricultura de contrato como casi única vía, etc.</p> <p>El fracaso dentro de este esquema se explica como una falla o fracaso personal y por tanto sirve para evadir cualquier debate sobre las causas de las diferencias, el impacto del modelo, etc.</p>
<p><b>La agricultura familiar -en la medida que obliga a depender del crédito bancario o bancarizado- exige la propiedad individual de la tierra. La titulación individual pasa a ser obligatoria para acceder a los programas gubernamentales o para firmar contratos. Esto ha sido una de las armas más utilizadas para dividir comunidades indígenas e incluso hacer posible otros elementos del avance del capitalismo, como los servicios ambientales, REDD, etc.</b></p>	

Fonte: Coordenação Latina Americana das Organizações do Campo – CLOC-VC - 2012

Costa Neto (2007) e Van der Ploeg (2008) apontam para a existência de três tipos de agricultura concomitantes e/ou concorrentes: a “Agricultura Familiar Camponesa”, a “Agricultura Familiar Empresarial” e a “Agricultura Capitalista”.

Em sua argumentação, Costa Neto (2007) parte da crítica ao posicionamento teórico de Ricardo Abramovay sobre a concepção do desaparecimento da agricultura camponesa e o despontar da agricultura familiar capitalista, tecnificada, difundida como uma opção “progressista” diante da inexorabilidade do desenvolvimento do capitalismo agrário. Os teóricos da

agricultura familiar tais como VEIGA E ABRAMOVAY destacam a integração da agricultura familiar ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. (VEIGA, 1991, p. 190; ABRAMOVAY, 1992, p. 21).

Na leitura de Costa Neto (2007), Abramovay (1992) sustenta que a “Unidade de Produção Familiar Camponesa” não é funcional ao capitalismo em termos socioeconômicos, mas o desenvolvimento capitalista mina as bases do campesinato, já que ocorreria um conflito entre a racionalidade fundamentalmente econômica (capitalista) e o modo de vida camponês. Corroborando a crítica feita por Costa Neto, Fernandes afirma que os teóricos da agricultura familiar defendem

que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Fernandes defende a agricultura camponesa, que se contrapõe à agricultura capitalista, a qual, segundo ele, “na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato e promovendo conflito” (FERNANDES, s.n.t). No seu artigo sobre *Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar*, faz uma reflexão crítica acerca das pesquisas relativas à produção teórica sobre o tema em que os autores tratam os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou mesmo, segundo ele, utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica. De acordo com o autor, os teóricos da agricultura familiar defendem que:

O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Ele lembra que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* não usam o conceito de camponês. “Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de

agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho”. Faz referência a outros trabalhos como o de LAMARCHE, (1993) que apontam a transformação do camponês em agricultor familiar.

Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor (FERNANDES, s.n.t., p. 03)

Na sua análise crítica, esses trabalhos são essenciais para entender a destruição do campesinato e também para compreender que o espaço da luta e da resistência não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. Para o autor, “o mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato”.

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra. (FERNANDES, s.n.t., p. 04)

O autor lembra que Lênin e Kautsky no final do século IX prognosticaram o desaparecimento dos camponeses e atualmente os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um pensamento em que esse desaparecimento está em metamorfose, transformando-se em agricultor familiar. A crítica vem exatamente dessa questão.

Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que vêem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital. Os primeiros querem eliminar a face conservadora do campesinato, na polêmica representação de MARX, 1979. Os segundos querem eliminar a face transformadora do campesinato, como por exemplo: a participação nas lutas revolucionárias do século XX, analisada por WOLF, 1984. (FERNANDES, s.n.t., p. 04-05)

De acordo com o autor, a organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. E conclui que no capitalismo, a sua destruição não se efetivou porque segundo ele, sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e

por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-280). A partir da crítica à ideia de que os teóricos da *agricultura familiar* têm a compreensão que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso, aponta que “os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses” (FERNANDES, s.n.t., p. 07). No quadro abaixo, Fernandes e Molina descrevem os antagonismos existentes hoje no campo:

**Quadro 3. Campo do Agronegócio e Campo da Agricultura Camponesa**

<b>Campo do Agronegócio</b>	<b>Campo da Agricultura Camponesa</b>
Monocultura – Commodities	Policultura – Uso Múltiplo dos Recursos Naturais
Paisagem Homogênea e Simplificada	Paisagem Heterogênea e Complexa
Produção Para Exportação (Preferencialmente)	Produção Para o Mercado Interno e para Exportação
Cultivo e Criação onde Predomina as Espécies Exóticas	Cultivo e Criação onde Predomina as Espécies Nativas e da Cultura Local
Erosão Genética	Conservação e Enriquecimento da Diversidade Biológica
Tecnologia de Exceção com Elevados Nível de Insumos Externos	Tecnologia Apropriada, Apoiada no Saber Local com Base no uso da Produtividade Biológica Primária da Natureza
Competitividade e Eliminação de Empregos	Trabalho Familiar e Geração de Empregos
Concentração de Riquezas, Aumento da Miséria e da Injustiça Social	Democratização das Riquezas – Desenvolvimento Local
Êxodo Rural e Periferias Urbanas Inchadas	Permanência, Resistência na Terra e Migração Urbano-Rural
Campo com Pouca Gente	Campo com Muita Gente, com Casa, com Escola...
Campo do Trabalho Assalariado (Em Decréscimo)	Campo do Trabalho Familiar e da Reciprocidade
Paradigma da Educação Rural	Paradigmas da Educação do Campo
Perda da Diversidade Cultural	Riqueza Cultural Diversificada
<b>Agro-Negócio</b>	<b>Agri-Cultura</b>

Fonte: Fernandes e Molina (2004, p. 85)

As diferentes contribuições teóricas sobre as distinções do campesinato que trouxemos são importantes no intuito de termos um panorama geral de como o termo é utilizado na academia por diferentes autores. No



entanto, na nossa compreensão, camponês e campesinato não são apenas categorias de análise, mas fazem parte da demarcação política de uma classe social e/ou de sujeitos sociais que se opõem ao latifúndio e à agricultura capitalista, delimitando um posicionamento político na estrutura da sociedade capitalista. Ou ainda, como afirma Martins (1990), o termo camponês deixa de ser mera palavra e torna-se uma palavra política, enraizada numa concepção de história, de luta política e de confronto entre classes sociais. Assim, “a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome”, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico - o campo - em contraposição à povoação ou à cidade, mas sim na estrutura da sociedade. Desse modo, no apoiamos na ideia de que o campesinato se constitui dessas diferentes categorias que se inter cruzam, sem a escolha de um ou de outro modo, sem dicotomias, mas como um sujeito político que a medida que é necessário se organiza (como classe), defende seus modos de vida, conseqüentemente sua cultura, recria suas formas de produzir a partir das suas necessidades, e ou seja, é um ser de muitas facetas que - na contramão da história que insiste em não reconhecê-lo-, se recria permanentemente.

#### ***2.4 Sobre Mulheres Camponesas: Lutas e Protagonismos Contra a Ordem do Capital***

As mulheres camponesas sempre estiveram presentes na luta e na organização do campesinato. No entanto, a marca de sua invisibilização como sujeito político fez com que sua presença e seu trabalho não fossem reconhecidos nem valorizados ao longo de muitos anos. A condição de mulher trabalhadora foi relegada ao espaço privado da casa e das relações familiares - como algo natural – muito embora elas não tenham deixado de atuar no mundo da produção e no da política, dentro dos movimentos sociais.

O despertar para o reconhecimento da participação das mulheres em processos coletivos é bem recente, fruto de movimentos organizados de mulheres que entre as décadas de 70 e 80 alcançaram repercussão na sociedade, à medida que os movimentos feministas foram ganhando força e unificaram as bandeiras de luta, com a instauração do Ano Internacional da

Mulher em 1975. Esses acontecimentos conduziram o processo organizativo e, de certa forma, unificaram em todo o mundo a luta pelos direitos das mulheres.

No caso do campo, essas conquistas impulsionaram, na década de 1980, a bandeira pela sindicalização das mulheres, o acesso à documentação e direitos previdenciários e a disputa pela participação das mulheres nos espaços de decisão política dentro das organizações sociais. Esse movimento de inserção social das mulheres em sindicatos, associações, movimentos sociais e partidos políticos foi determinante para o reconhecimento das próprias mulheres como sujeitos políticos e sua visibilização na luta.

Contudo, até hoje, no caso do campesinato, prevalecem ainda as formas de discriminação e opressão das mulheres. É o que ocorre, por exemplo, nas atividades agrícolas de produção, em que sua participação é qualificada pela família como 'ajuda'. Isso repercute e se reproduz nos movimentos e nos órgãos governamentais, o que tem dificultado seu reconhecimento como trabalhadora portadora de direitos.

No caso da luta política pela terra, só recentemente e em consequência da pressão dos movimentos sociais é que o INCRA aprovou a Portaria 981/2003, por meio da qual torna-se obrigatória a titulação da terra em nome do homem e da mulher.

As dificuldades de participação política e de atuação em toda a cadeia do processo produtivo familiar, a burocratização dos programas voltados para as mulheres, bem como as questões ligadas ao acesso à educação e à documentação representam alguns dos desafios permanentes que promovem a opressão das mulheres trabalhadoras, o que é permanentemente reforçado por práticas e costumes sexistas. Essas dificuldades tendem a se agravar com as transformações sociais, ambientais e de trabalho que o campesinato vem sofrendo.

Desse modo, nossa pesquisa apresenta o intuito de contribuir para a visibilização das mulheres camponesas e problematizar o significado das transformações geradas pelo processo em curso de modernização da agricultura em seus territórios e que afeta direta ou indiretamente seus modos de vida.

Isso porque algumas análises, como as feitas por integrantes da Marcha Mundial de Mulheres, indicam que:

O crescente impacto dos grandes projetos desenvolvimentistas gestados pelo capitalismo no Brasil, que estão amparados pelo Estado através do PAC e do BNDES, tem levado à perda dos territórios e da autonomia dos e das pequenas produtoras, dos quais a maioria são mulheres, comunidades indígenas e quilombolas. As maiores expressões desses projetos são o agronegócio, a Transposição do Rio São Francisco e seus tentáculos dos perímetros irrigados, as grandes barragens para a construção de hidrelétricas (Belo Monte, Jirau, etc.), o IIRSA, a mineração, a utilização intensiva de agrotóxicos e a produção de agrocarburentes. As mulheres têm um papel central na defesa dos ecossistemas e dos biomas contra os governos (Federal, Estaduais e Municipais) que querem vendê-los às multinacionais. As ações das mulheres da Via Campesina, que destruíram as plantações de eucaliptos da Aracruz Celulose, assim como o papel das comunidades indígenas e quilombolas na defesa de suas terras ancestrais, são exemplos vitoriosos de defesa do meio ambiente a partir de suas realidades. (MEDEIROS, 2013)

Esse aprofundamento se configura fundamental por considerarmos que as mulheres camponesas desempenham cada vez mais um importante papel não só na defesa do ambiente como também na produção de alimentos de qualidade, garantindo a segurança alimentar, além de sua importante contribuição para a harmonização de conflitos na família e manutenção da biodiversidade (SHIVA, 1998).

Estudos *com e sobre* mulheres camponesas (PACHECO, 1996; NOBRE, 1999; TORRES FILHA, 2001) afirmam as mulheres como quem mais contribui para a preservação da biodiversidade, realizando a seleção de espécies e de sementes, preservando a base da autonomia econômica com a produção de quintal e muitas outras especificidades da agricultura camponesa. Siliprandi, ao analisar o conceito de segurança alimentar e gênero, reconhece que:

Em muitos lugares, o trabalho que as mulheres realizam tem uma importância muito grande para a manutenção da biodiversidade, pois ao fazerem a horta, os pequenos cultivos, ao cuidarem dos animais domésticos, das plantas medicinais, elas estão contribuindo para que esses produtos não se percam (porque guardam sementes, aclimatam novas espécies, transmitem os conhecimentos sobre como utilizar cada produto). Elas continuam mantendo essas atividades mesmo que não sejam com intenções comerciais. (SILIPRANDI, 2005, p. 16)

Alguns movimentos feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres, reconhecem que as mulheres também são responsáveis pela produção, coleta e preservação das frutas e sementes nativas, desempenhando um papel central e determinante na garantia da soberania alimentar e na preservação do patrimônio genético.

Ainda assim, estamos longe de ver reconhecidos o lugar e as

contribuições das mulheres para a agricultura. No primeiro Censo da Reforma Agrária, feito em 1996, apenas 19.905 mulheres foram beneficiadas diretamente pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757 pessoas.

**Tabela 1.** Beneficiárias da Reforma Agrária por Sexo e Região, 1996

QUADRO 2 – BENEFICIÁRIAS DA REFORMA AGRÁRIA POR SEXO E REGIÃO, 1996 (PORCENTAGENS)				
	Homens	Mulheres	Sem informação	Total
Norte	85,0	12,7	0,3	100
Nordeste	85,3	13,4	1,3	100
Sudeste	83,2	13,8	2,9	100
Centro-Oeste	86,8	11,5	1,7	100
Sul	91,1	7,9	1,0	100
Total	85,6	12,6	1,8	100
	(n = 135.011)	(n = 19.905)	(n = 2.841)	(n = 157.757)

FONTE: INCRA/CRUB/UnB. Primeiro Censo da Reforma Agrária – 1996, p. 26.

**Fonte:** CAMPOS, 2006

Esse quadro passa por um processo de transformação dentro dos movimentos sociais organizados, onde a presença e as demandas das mulheres já não podem mais ser ignoradas. A luta pelo acesso à terra e à documentação, pelo reconhecimento de sua organização produtiva e pelas políticas públicas com igualdade de gênero – desencadeadas por alguns movimentos camponeses - bem como algumas conquistas na esfera da participação política em instâncias de decisão desses movimentos são exemplos desse processo.

Em seus estudos sobre mulheres e agroecologia, Siliprandi (2009) enfatiza que elas são as verdadeiras protagonistas nos espaços de produção agroecológica. Mesmo que a lógica patriarcal não contribua para tornar visível o trabalho realizado pelas mulheres e o conhecimento sobre a história da agricultura invisibilize a sua presença, em termos de direitos e de políticas públicas para a agricultura, a participação e a contribuição delas têm sido importantes. Até hoje, mesmo considerando as relações patriarcais existentes no campesinato, essa proposição se coloca como uma dupla situação a ser superada pelas mulheres em seu reconhecimento como sujeito político: a

conquista de direitos em relação à terra, ao trabalho e sua autonomia econômica por um lado, e por outro, o reconhecimento público de sua afirmação enquanto trabalhadoras rurais e de sua participação nos espaços de tomada de decisão, como ocorreu no caso específico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Foi em 1996 quando se constituiu o Coletivo Nacional de Mulheres, que o MST assumiu o direito da mulher à terra. Em 1999, esse número igual de homens e mulheres membros, e o plano era que estruturas similares fossem criadas em nível sub-regional e estadual. De fórum foi reconstituído como Coletivo Nacional de Gênero, com acordo com um de seus membros, o mandato do coletivo de mulheres nunca tinha sido muito claro, e o que se tornou evidente foi a necessidade de uma 'revolução cultural' nas relações entre homens e mulheres: *"Tem que ser um problema tanto de homens como de mulheres e em todas as suas dimensões"*. (DEERE, 2004, p. 190-191)

A presença cada vez maior das mulheres nos movimentos organizados demonstra esse desejo de superação, muito embora as atividades desenvolvidas por elas não sejam ainda reconhecidas, em virtude da visão ainda hegemônica pautada nas relações patriarcais e mercantis que dominam nossa sociedade. Uma realidade que vem transformada na atualidade com a articulação de movimentos de mulheres organizados seja no interior dos movimentos sociais, seja nos movimentos autônomos de mulheres.

Há, na visão dos movimentos sociais, uma internacionalização da luta camponesa a partir dos anos 1990 que tem gestado a organização de "novos camponeses latino americanos" que tem contribuído para a construção de um pensamento social gestado a partir das experiências na América Latina.

A partir de uma nova dinâmica de conflitos sociais, novos sujeitos autodenominados de povos originários e comunidades tradicionais são trazidos pelo Valter do Carmo Cruz em seu artigo que trata desde as lutas por terra ao reconhecimento de territórios. Intitulado "uma nova gramática das lutas sociais", esse artigo fala sobre a emergência das lutas por direitos territoriais na América Latina e Brasil de povos que historicamente foram marginalizados e invisibilizados tornando-se protagonistas na luta por direitos e justiça em todo o continente. De acordo com o autor, contrariando o diagnóstico de desaparecimento de forças sociais que pertenciam ao passado ou mesmo de que seriam incorporados ao processo de modernização do capitalismo esses novos personagens pertencentes à movimentos indígenas, afrodescendentes, sem terra, zapatistas, atingidos por barragens, ribeirinhos, pequenos

agricultores, castanheiros, seringueiros, quebradeiras de coco, etc., “são agora protagonistas de outros possíveis futuros”. (CRUZ, p.122. In: ACSELRAD et al..., 2013). E lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de ‘r-existência’ das comunidades tradicionais.

Trata-se de movimentos sociais de ‘r-existência’, pois não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas populações, mas também por uma determinada forma de ‘existência’, por um determinado modo de vida e produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar. (idem, p. 126)

Outra característica apontada pelo autor é a busca desses movimentos socioterritoriais pela autonomia política, econômica e produtiva. Eles procuram por meio de diferentes formas e alternativas “a construção de sua autonomia material e simbólica em relação às forças do mercado mas também em relação ao Estado e a outros setores da sociedade civil como os partidos políticos”. (ibidem, p.128) Interligado com essa questão, outra característica desses novos movimentos está relacionada com a busca pela valorização dos saberes tradicionais. “Assim, a luta é ao mesmo tempo uma luta política e epistêmica”. Pela democratização dos saberes e conhecimentos, bem como a “valorização de outras matrizes epistêmicas que não as do conhecimento científico ocidental”. CRUZ, p.129. In: ACSELRAD et al..., 2013)

Além da busca “por uma espécie de desmercantilização das relações sociais” com novas práticas de produção, comercialização e organizações comunitárias e de reapropriação social da natureza. Há segundo o autor, uma intensa valorização material e simbólica do espaço expresso através do papel estratégico que os movimentos dão à terra, ao território e as territorialidades como fundamento para as estratégias para afirmação de direitos e de autonomia. O que ao autor chama de territorialização das lutas sociais.

A Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) criada em 1994 e a Via Campesina (VC) criada em 1993 é um exemplo de articulação de diferentes povos. Um marco histórico da VC foi a defesa do tema da Soberania Alimentar durante a “Cumbre Mundial sobre la Alimentación” realizada em 1996. Com o massacre de trabalhadores Sem Terra em Eldorado dos Carajás no Pará, a VC instituiu o dia 17 de abril, como dia internacional da luta camponesa. Atualmente fazem parte da VC em torno de 164 organizações de 73 países. E representa ao redor de 200 milhões de camponeses e

camponesas. Dentro dessa grande articulação, as mulheres estão organizadas em um coletivo e tem feito, desde a criação dessas articulações, um debate sobre o papel das mulheres na afirmação da cultura camponesa e no enfrentamento ao modelo de produção que tem ameaçado a vida no campo.

Durante sua IV Assembleia<sup>6</sup> realizada em Quito, no Equador, a articulação das mulheres que participam da Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) ligadas à Via Campesina Internacional, reafirmaram:

Ao ritmo das lutas históricas dos povos e movimentos sociais, a América Latina iniciou um caminho de mudanças sem precedentes, de desenvolvimento do pensamento crítico, reforçando o projeto socialista, a construção do Bom Viver / Viver Bem, cristalizado em processos de transição que estão comprometidos com a descolonização e por profundas transformações, que levem a sociedades de igualdade, justiça e soberania, bem como a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Para as mulheres rurais de nossa América, reunidas na metade do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e de nossos deveres para com ela, a afirmação da diversidade da economia como produtiva, a prioridade da reprodução da vida e não do capital, é uma realização significativa das reivindicações históricas das camponesas rurais, indígenas e afrodescendentes. (...) Nós nos comprometemos a continuar a luta pela soberania alimentar, por nossas formas de vida, pela agricultura camponesa e por modos de distribuição de reciprocidade, que são desenvolvidos em harmonia com a natureza, dentro da qual temos implantado o exercício criativo da agricultura. (...) Nós rejeitamos as visões capitalistas que predominam na agricultura, que privatizaram a terra e a água e que impõem a dinâmica das empresas que destroem a vida rural. Nós nos opomos a transnacionalização da produção de alimentos e à lógica da acumulação de ganhos do capital, que continuam a servir como objetivo a humanidade e nossas vidas, para as subordinar aos seus interesses. A América Latina que queremos construir é uma que se construa de um relacionamento harmonioso e de interdependência entre os seres humanos, constituídos como iguais, que orientem sua ação tendo em conta a sustentabilidade da vida. A América Latina a que aspiramos é uma compilação de convivência e solidariedade entre povos e culturas diversas, descolonizada, sem machismo ou racismo. (...) Queremos uma região e um mundo livre de todas as formas de violência, seja machista, patriarcal, capitalista ou imperialista. (...) Levantamos nossas vozes em uníssono em defesa da Mãe Terra como um todo e por uma reforma agrária integral, que garanta o acesso das mulheres a terra. Nós levantamos nossas vozes em defesa da soberania alimentar, produção e distribuição baseadas em economias solidárias e comunitárias, e não nos esquemas desleais e predatórios do capitalismo.

---

<sup>6</sup> IV Assembleia da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC – Vía Campesina, Declaração de Quito

Frente aos terríveis desafios que estão colocados, somos instigados a olhar para a realidade organizativa das mulheres que pode nos trazer uma complexa geografia da vida versus uma negação da morte. Nesse sentido, as mulheres camponesas da CLOC e VC que tem feito uma leitura mais radical do feminismo, afirmam que não há soberania sem justiça de gênero por isso fortalecem luta pelos direitos a soberania alimentar.

Por outro ângulo, é sintomático que, na esfera de participação política, mobilizações de mulheres que vivem no campo e que lutam pela terra tenham se intensificado no Brasil nos últimos anos. As mobilizações em torno do “08 de março” - dia internacional de luta das mulheres - têm cumprido papel importante na denúncia dos riscos do modelo de desenvolvimento chamado agronegócio bem como dos impactos sociais e ambientais causados pelas empresas transnacionais.

Nos últimos tempos, tem sido um fato importante na organização das mulheres camponesas o protagonismo delas em ações de combate à exclusão no acesso à terra, à ausência de condições básicas de vida e à destruição do meio ambiente, haja vista que projetos de desenvolvimento inviabilizam a permanência das mulheres e suas famílias no campo. As mulheres sem-terra têm sido protagonistas de muitas dessas ações de enfrentamento ao modelo do agronegócio.

No campo, segundo as mulheres que integram esse movimento, não basta apenas discutir a opressão; faz-se necessário combatê-la (MST, 2000). Para essas mulheres, que participam dos espaços organizativos do MST, a opressão está intimamente ligada às questões culturais, de classe social, às raízes da pobreza e às desigualdades sociais que, no caso do campo, tem nome e rosto: o agronegócio, que ameaça a vida. Apoiadas nesse argumento, as mulheres organizaram diversas ações contra o agronegócio e em defesa da soberania alimentar.

A ação mais simbólica desses enfrentamentos e denúncias foi a ocupação da empresa Aracruz Celulose, do Rio Grande do Sul, uma das maiores empresas transnacionais do mundo na produção de eucalipto, ocorrida no dia 08 de março de 2006. A empresa fabrica 2,4 milhões de toneladas de celulose branqueada por ano, sendo que, somente no Rio Grande do Sul são mais de 261 mil hectares de área plantada. Essa mobilização teve como objetivo



denunciar o avanço do “deserto verde” com a monocultura de eucalipto. As mulheres declararam em seu manifesto:

Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde. (MST&VIA CAMPESINA, 2006)

Com o início da ação das mulheres contra o “deserto verde” houve - do ponto de vista dos movimentos sociais - uma ruptura do padrão estabelecido sobre o papel das mulheres camponesas na ação e formação política, assim como na luta social e ambiental no Brasil. A repercussão dessa ação nos movimentos sociais e ambientais do mundo inteiro aponta para essa ruptura. De modo diverso, a ação das mulheres foi criminalizada na esfera política e jurídica, e inclusive na esfera da mídia impressa e televisiva brasileira, comparada a ações nazistas, em particular no que se refere à suposta tentativa de impedimento do desenvolvimento científico (REVISTA VEJA, Abril de 2006).



Figura 7. Ação das Mulheres da Via Campesina. Fonte: Revista Veja, 10.03.2006

Esses antagonismos constituem elementos que nos permitem sublinhar que o movimento de mulheres alcançou um patamar de ameaça ao *status quo* da sociedade brasileira por meio dessa ação. Em primeiro lugar, por ter sido uma ação radical protagonizada por novos sujeitos políticos - as camponesas - que destruíram um laboratório de pesquisa científica, questionando assim, o papel da ciência a serviço do capital e, de modo suplementar, por realizar uma ação contra uma empresa transnacional, denunciando a problemática ambiental que o modelo do agronegócio gera no ambiente e seus impactos para a cultura camponesa. Bem mais ainda, por convocar a sociedade a assumir novas bandeiras de luta, que desafiam o feminismo e o movimento ambientalista, além de chamar a atenção da sociedade, questionando o modelo pautado na exploração da natureza e na lógica da perversidade do capital sobre o ambiente e o trabalho.

### Capítulo III. CONFLITOS AMBIENTAIS: Terra, Trabalho e Ambiente e a dialética entre a (agri)Cultura e o (agro)Negócio na Chapada do Apodi.

Nossa compreensão se estabelece sob o prisma da chamada Justiça Ambiental, conceito que nasce no interior dos movimentos socioambientais em luta - a partir dos anos 80<sup>7</sup> - e que questiona os mecanismos da desigualdade no acesso aos bens naturais e a destinação desigual dos impactos de grandes empreendimentos, pautados em um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, no qual pobres, negros, quilombolas, índios, trabalhadores e moradores de periferias das grandes cidades recebem a maior carga dos danos ambientais, além dos impactos significativos em sua saúde, seu modo de vida e de trabalho (ACSELRAD, 2009).

Complementarmente ao olhar sobre a destinação desigual dos impactos ambientais, Murphy (1994) aponta que as sociedades estão se organizando em “classes ambientais”: umas ganham com a degradação e outras pagam os respectivos custos ambientais.

Esse aspecto é tratado também no movimento da luta por justiça ambiental que, segundo Acselrad (2010), descreve o modo como se organizam as condições materiais e espaciais de produção e reprodução da sociedade, isto é, como distintas formas de apropriação dos recursos ambientais se distribuem no espaço.

Ou seja, como para a expansão da monocultura do eucalipto, perdem os *quilombolas* suas terras e fontes de água; como, para a expansão da soja transgênica, são inviabilizadas as atividades dos pequenos agricultores orgânicos; como, por causa da produção de energia barata para as multinacionais do alumínio, perdem os pescadores e ribeirinhos do Tocantins sua capacidade de pescar; como, para a produção de petroquímicos, perdem os trabalhadores sua saúde pela contaminação por poluentes orgânicos persistentes. Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. (ACSELRAD, 2010, p. 111)

---

<sup>7</sup>Na década de 1980, o movimento negro norte-americano trouxe para a agenda política o debate ambiental, a partir de denúncias de que os depósitos de lixo tóxico e de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se nas áreas habitadas pela população negra. Ao relatar que estavam sendo vítimas de um *racismo ambiental*, esse movimento dava visibilidade à articulação existente entre degradação ambiental e injustiça ambiental. Esse processo dá início então ao conceito de Justiça Ambiental em que compreende os recursos naturais como bens coletivos, e reafirma os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção equânime contra a discriminação e a desigualdade ambiental. (MALLERBA in: SOS CORPO, 2012, p. 16).

Além do mais, o autor considera que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz e, portanto, uma saída seria alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos (ACSELRAD, 2010).

Outrossim, a partir da concepção de um pensamento contra-hegemônico sobre relações desiguais entre os seres humanos entre si e com a natureza, consideramos as dimensões sociológicas dos problemas ambientais e de gênero.

Ponderamos, ainda, que o modelo do capital, marcado por uma cultura de produção destrutiva (THOMAZ JUNIOR, 2009), se apropria cada vez mais da natureza e da exploração do trabalho para seguir a lógica da acumulação, gerando impactos para trabalhadores(as) e ao ambiente.

Esses impactos recaem de forma desproporcional sobre determinadas populações e grupos étnicos (HERCULANO&PACHECO, 2006), provocando desigualdades e injustiças; estão interligados e carregam em seu cerne a lógica da opressão de classe, raça e gênero.

Os problemas desse modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ecologicamente predatório (SACHS, 1986) são a expressão de um modelo de (in)sustentabilidade do capital em escala global, como argumenta Boff:

Hoje, pela unificação do espaço econômico mundial nos moldes capitalistas, o saque sistemático do processo industrialista contra a natureza e contra a humanidade torna o capitalismo claramente incompatível com a vida. A aventura da espécie *homo sapiens* e *demens* é posta em sério risco. Portanto, o aqui-inimigo da humanidade, da vida e do futuro é o sistema do capital com a cultura que o acompanha. (BOFF, 2000, p. 34)

É importante acrescentar a essa afirmação da incompatibilidade do modelo capitalista com a vida, o que alguns estudos apontam da convivência com os problemas de saúde, a perda do território, as transformações nos modos de vida, as formas de convivência comunitária e os problemas sociais que, historicamente, atingem de diferentes formas mais diretamente as mulheres. É o que indica o estudo de Campos (2009) sobre pobreza feminina no Brasil, no qual mostra as mulheres como as mais atingidas pela pobreza, a exclusão social e a precarização do trabalho.

No que tange ao aspecto do trabalho, essa questão também é levantada pelo Relatório dos Direitos Humanos da Plataforma Dhesca, demonstrando que:

Dados da OIT informam que os efeitos da crise financeira imporão o desemprego a homens e mulheres, mas serão as mulheres, particularmente as negras, as mais gravemente afetadas, uma vez que constituem o grupo populacional que tem empregos mais vulneráveis, piores condições de trabalho, menos produtivos e salários mais baixos. (PLATAFORMA DHESCA, 2009, p. 106)

Da mesma maneira, no nordeste, o relatório DHESCA sobre a *Missão São Francisco*, que investiga violações de direitos humanos decorrentes do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, revelou as condições degradantes do trabalho das mulheres no pólo de fruticultura para exportação em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). De acordo com a relatora do Direito ao Meio Ambiente, Lia Giraldo, houve testemunhos de trabalhadoras da agroindústria sobre o trabalho degradante ao qual estão expostas.

Vários acidentes de trabalho; jornada excessiva; ausência de EPI's; exposição constante a agrotóxicos; péssimas condições de vida para os assalariados rurais como reflexo do modelo de desenvolvimento proposto e que tem degradado o São Francisco. (RELATÓRIO DHESCA, 2006, p. 18)

Problemas como esses também estão presentes em comunidades atingidas pelo agronegócio de frutas na região do Vale do Jaguaribe. As alterações engendradas pelo agronegócio na região se constituem elemento central para a explicação do conflito que gerou uma série de impactos socioambientais, no que diz respeito aos usos e apropriações dos territórios, às transformações na paisagem e à contaminação pelo uso de agrotóxicos, com suas consequências para o trabalho, o ambiente e a cultura dos camponeses e camponesas.

Nossa pretensão é aprofundar tais problematizações segundo os olhares das mulheres que vivem em território camponês e lidam com as modificações desse espaço. Quais os sentidos dados pelas mulheres para o território? Haesbaert nos apresenta sua contribuição:

O território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolve com seus espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão

em jogo. (HAESBAERT, 2007, p. 95-96)

Desse modo, “[...] implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social” (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Compreender o movimento dialético das transformações territoriais tendo por base a perspectiva dos diferentes interesses e disputas envolvidos explicita o paradoxo das contradições das desigualdades, as quais envolvem processos de destruição e recriação das relações sociais de seus sujeitos, evidenciando a necessidade do debate permanente nos planos teórico e prático a respeito do processo de territorialização e des-reterritorialização, presentes na realidade camponesa na atualidade.

Consideramos pertinentes essas questões para compreendermos as experiências das mulheres como sujeitos atuantes do território. Como esses processos interferem nos modos de vida das comunidades camponesas? Quais são as implicações para o ambiente e o trabalho das mulheres? Adotamos como referência a ideia de que

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apoiam num conjunto de valores que lhe dá sentido. (MARQUES, 1994, p.6)

Os muros e fronteiras aí estabelecidos requerem um novo olhar sobre o território, apreendido não apenas como superposição de um conjunto de sistemas naturais mas como lugar de afirmação de culturas, economias e políticas; por conseguinte, enquanto parte do cotidiano de seus habitantes na criação e recriação da vida. Para Paulino e Almeida (2010), o modo de vida dos camponeses ultrapassa os modelos de produção, em uma conjunção dos elementos terra, trabalho, família e economia. O importante é considerarmos que ele é dinâmico, isto é, acompanha as mudanças que ocorrem no conjunto da sociedade, conforme explica Oliveira:

Muitas vezes incorremos no erro analítico de pensar a unidade camponesa de produção e consumo como modo de vida fechado em seu tradicionalismo, externo ao mercado e reticente à incorporação de novos valores. Um idealismo que trata o camponês fora da dimensão econômica nacional e global. Entretanto, a permeabilidade do modo de vida camponês em adotar elementos e valores de um mundo globalizado não significa, necessariamente, sua desagregação, mas ao

contrário, ajustes necessários à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2008. p. 206)

Embora essa visão possa ser problematizada, ao olharmos para o contexto histórico em que os territórios estão inseridos, como são e como foram se constituindo, como vão incorporando elementos novos e reproduzindo suas culturas e valores, leva-nos a pensar que os territórios, embora incluídos na lógica de dominação capitalista, também refletem seus modos de produzir sua existência e garantir a resistência a essa lógica.

Para nós, tais elementos são fundamentais, concordando com Shanin na descrição e análise de uma das características do modo de vida camponês em seu processo organizativo de produção e organização da economia familiar.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir seu modo de vida e não o de acumular, o apoio e ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para problemas de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26)

A partir da percepção das transformações da cultura camponesa na região do Baixo Jaguaribe, é possível entender os processos de desconstruções e (re)criações de modos de vida segundo a dinâmica de (des)encontro entre a (agri)cultura e o (agro)negócio.

No caso dos camponeses e camponesas do Baixo Jaguaribe, historicamente seus modos de vida vêm sendo (des) e (re)articulados pelo fato de seus moradores verem seus territórios ocupados pelos projetos de irrigação, como, por exemplo, a construção dos Perímetros Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas. Tais apropriações passam a ditar novas regras ao acesso e uso das terras e da água, anteriormente utilizadas como e para reprodução de seu modo de vida camponês.

Entretanto, se por um lado as mudanças provocadas pelos conflitos provocam modificações em seu modo de vida, por outro suscitam na comunidade formas de luta que vêm garantindo a resistência nos territórios.

Diante de conflitos instalados e dos diálogos possíveis entre visões distintas, buscamos aprofundar, à luz da realidade das mulheres camponesas e da teoria feminista, a compreensão dos processos da lógica econômica capitalista e as mudanças que homens e mulheres sofrem direta ou indiretamente em seu meio cultural, social e ambiental na região do Baixo

Jaguaribe, entendendo que eles e elas se inserem em um processo dinâmico e dialético. Vão resistir e criar formas de se relacionar com o universo complexo do trabalho e do ambiente em que vivem, mediante a chegada de empreendimentos estrangeiros, impostos pela lógica de expansão do capital ao campesinato. Em tal contexto de articulação entre ações locais e lógica global, corroborando Boaventura de Sousa Santos (2013), “se qualifica a tensão entre este modelo de desenvolvimento e os direitos ambientais, e em especial o direito à saúde”. Nessa perspectiva, como afirma o autor:

Em vários continentes, estamos a assistir à enorme concentração de terra e à transformação de vastos espaços em campos de monocultura alimentar ou agrocombustível, ou mesmo em reserva alimentar de países estrangeiros, como está a suceder na África. No Brasil, este fenômeno ocorre no contexto da reprimarização da economia, da expansão da fronteira agrícola para a exportação de *commodities*, da afirmação do modelo da modernização agrícola conservadora e da monocultura químico-dependente. Soja, cana-de-açúcar, algodão, tabaco e eucalipto – são exemplos de cultivos que vêm ocupando cada vez mais terras agricultáveis, para alimentar não as populações mas ciclos produtivos vários, ao mesmo tempo que avançam sobre biomas, como o cerrado e a Amazônia, impondo limites ao modo de vida e à produção camponesa de alimentos, e consumindo cerca de metade dos mais de um bilhão de litros de agrotóxicos anualmente despejados em terras brasileiras. (ABRASCO, 2012, p. 11)

Como forma de garantir competitividade no mercado globalizado, os agentes econômicos criam novas estratégias empresariais em parceria com o Estado. Desse modo, a fim de promover a atração de novos empreendimentos, o Estado, mediante a garantia de benefícios fiscais e tributários, flexibilização e desregulação de leis, outorga de infraestrutura (estradas, portos para escoamento da produção, tecnologias, etc.). Inclui, ainda, além de tais privilégios, vantagens como oferta de terras a baixo custo, acesso à água e financiamento por meio de incentivos e isenções fiscais, proporcionando, ao mesmo tempo, flexibilizações na legislação e fiscalização ambiental para impor sua lógica.

Não obstante, o Estado cumpre o papel de legitimar esse modelo e se subordinar à sua lógica, inclusive com o ocultamento dos danos causados. É um modelo pautado na expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities*, tendo por base a lógica de mercantilização da natureza. Ademais, esse processo de expansão vem combinado à lógica da exploração da força de trabalho, mediante a proletarização do campesinato e a precarização das relações de trabalho. David Harvey (2004) apresenta sua contribuição, a fim de



ajudar a compreender melhor tal sistema:

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiverem um papel vital no desenvolvimento desses materiais. (HARVEY, 2004, p. 123)

O autor aponta duas situações para ilustrar o processo de acumulação por espoliação, que são: o processo de desterritorialização de comunidades camponesas e indígenas para produção de monoculturas tipo exportação, e o processo de subalternidade dos territórios, onde se mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e mercado. (HARVEY, 2004). Desse modo, tal fenômeno pode ter efeitos diversos, conforme destaca Silva:

[...] A fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de boias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centro de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc.) e de fluxos de informações, capitais, mercadorias e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização, territorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares. (SILVA, 2006, p. 293)

As contradições envolvidas na expansão das atividades do agronegócio se edificam pela lógica da expropriação de territórios, acumulação por meio da espoliação da terra e saque das riquezas do solo, água e subsolo, sendo resultantes de um pacto estratégico entre o grande capital agroindustrial, o financiamento público, o latifúndio e o Estado.

Vale lembrar que a atração de empresas de grande porte e todo o seu pacote tecnológico (insumos, máquinas, equipamentos, etc.) está alicerçada no discurso da promessa de emprego e desenvolvimento - reforçando a visão de que o campo é atrasado e precisa se desenvolver – bem como na promoção de parcerias do Estado com pequenos produtores.

Assim, vai se constituindo um processo combinado de expansão da fronteira agrícola para atender às demandas do mercado globalizado, gerando conflitos nas comunidades camponesas de base familiar com produção de subsistência para atender mercados locais. Por conseguinte, entendemos os conflitos ambientais como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Atualmente, podemos destacar inúmeros enfrentamentos em curso, tais como aqueles envolvendo questões e disputas ligadas à concentração fundiária; preservação ambiental; demarcação de terras indígenas e quilombolas; expropriação; expulsão de povos e comunidades tradicionais; expansão do agrohidronegócio; controle e produção de alimentos; extração devastadora dos bens naturais; conflitos pela manutenção de formas de vida tradicionais, etc.

Uma das mulheres participantes da pesquisa analisa bem essas transformações em que estão em jogo distintos interesses sobre o ambiente, sobre os direitos e o acesso aos produtos do trabalho. Ao se referir à atuação das empresas do agronegócio da fruticultura ela afirma:

Eu vejo que são interesses diferentes porque **o interesse das pessoas que moram aqui é plantar para o seu sustento e os interesses delas [as empresas], não. É plantar para exportar.** É tanto que tem empresa que o trabalhador não tem direito de trazer para casa um melão, não tem direito de trazer para casa uma melancia. Uma fruta que planta lá, ele não tem direito de trazer para casa. Tem um dia no mês que ele dá aquela quantidade para aquela pessoa. Não é sempre que a empresa dá. Tem umas empresas que são liberadas, as pessoas trazem o tanto que quiserem. Mas outras são assim e tem que passar pela portaria e mostrando tudo o que vai trazer. Se fosse o interesse deles ou mesmo dos pequenos produtores, eles dariam de graça para as pessoas porque está trabalhando. Não é de graça porque está trabalhando lá, mas não! O interesse deles é para exportação, para enriquecer a si próprio. (Mirian)

Essa afirmação é baseada na própria vivência dentro da família de relatos feitos sobre a atuação das empresas em relação a essa questão. Além de ter na memória situações que retratam essa questão, ela reflete de forma emotiva sobre a negação do direito à alimentação:

É tanto que quando tinha a empresa Delmonte quando ela plantava abacaxi, o sobrinho do meu esposo trabalhava lá, aquelas do refugio, eles colocavam dentro de uma vala e tocavam fogo mas não dava aos empregados de jeito nenhum. Para a empresa, **os empregados não eram considerados dignos daquela alimentação!** Às vezes tinha gente que ia comprar para os bichos, para os animais e eles não vendiam, tocavam fogo, deixavam lá se acabando, mas não vendiam. E já outros, não. (...) Tem uns que até dão, tem outros que revendem. Isso varia muito de patrão. Mas infelizmente os trabalhadores de hoje **são muito explorados no meu modo de pensar.** (Mirian)

E conclui sua fala indagando sobre a lógica contrária do modo de ser camponês que reflete também os valores que ainda perpassam suas formas de produzir.:

É diferente da visão de um trabalhador quando tem seu roçado, que **o gosto dele é dar o que ele produz**. Quando produz sai distribuindo pra todo mundo. O meu pai ele planta verdura, mas nunca vende. Ele mesmo colhe e sai dando aos vizinhos, aos filhos, sempre ele tem isso. E mesmo quando ele planta para vender, como o mamão e a banana, ele sempre traz para casa para dá, além do que ele vende. (Mirian)

A proletarização e exploração da força de trabalho camponês passaram a ser uma dimensão relevante na expansão dessa lógica de produção baseada na ideologia do desenvolvimento. Rigotto (2008) nos ajuda a compreender essa conceituação, ao analisar que:

A ideia de desenvolvimento, esta nova significação imaginária social, é, segundo Castoriadis, a de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. Desenvolvimento é a progressão em direção à maturidade, a capacidade de crescer sem fim, colocada como norma natural. Seus postulados são: a racionalidade dos mecanismos econômicos, a concepção de que o homem e a sociedade estão naturalmente predestinados ao progresso e ao crescimento, a onipotência virtual da técnica, a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico. (RIGOTTO, 2008, p. 43)

Segundo essa concepção, a capacidade de produção derivada do desenvolvimento das forças produtivas se desdobraria no progresso econômico, possibilitando o desenvolvimento social.

De acordo com Fabrini (2010), a lógica produtiva que vem sendo implantada no Brasil, do Período Colonial ao início do século XX, mediante o chamado modelo “agroexportador”, depois dos anos 30 até os anos 80 é denominado de “revolução verde” e, a partir do início do neoliberalismo, nos anos 90, até os dias atuais, designado “agronegócio”, impedindo que as transformações de ordem social ocorram. Muito ao contrário, especialmente com a chegada de grandes grupos empresariais na agricultura aumentaram os problemas ligados à questão agrária, inclusive realizando a contra-reforma agrária<sup>8</sup>. Esses conflitos vão desde o processo de expropriação da terra e dos meios de produção, passando pela vulnerabilização a problemas de saúde e ambientais, decorrentes do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

É justamente o novo patamar de organização do capital e sua

---

<sup>8</sup> GOVERNO LULA E A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL . Por Horácio Martins de Carvalho. www. <http://coral.ufsm.br/enev/docs/governolula.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2014.

dinâmica territorial que geram significativas modificações, refletindo a expansão do capital mediante novos ajustes espaciais (HARVEY, 2004). Os agentes econômicos externos trouxeram consigo uma nova organização do trabalho no campo, por meio da criação de um mercado de trabalho formal, produzindo um avanço na proletarização do campesinato.

Dessa forma, o trabalho se configura como uma categoria central na nossa análise sobre os conflitos destacados. Cabe-nos, então, explicitar o papel do trabalho, pelo fato de entendermos o ser humano enquanto um ser prático e social, isto é, um ser de práxis; entendendo, ainda, que sem o trabalho não existe práxis. Nessa perspectiva, o trabalho é considerado por Marx como processo de formação da vida.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1972, 424)

É no e pelo trabalho que o sujeito humano se constitui enquanto tal; modifica o mundo e a si mesmo, criando novas necessidades e possibilidades. A partir do capitalismo industrial, essa relação entre ser humano e natureza, tendo por base o trabalho, se modifica. Dentro desse sistema sociometabólico, em que tudo tende a tornar-se mercadoria, o mercado passa a estruturar o nexo produtivo e reprodutivo e se converte em mediação suprema da acumulação.

A produção passa a responder às necessidades do mercado e a ser orientada pelo lucro. Mudam o caráter da pressão sobre o ambiente físico e a concepção de tempo: o horizonte temporal não é mais orientado pelos ciclos da natureza, mas sim pela amortização dos investimentos [...] O trabalho é convertido em emprego e passa a ser progressivamente organizado em um complexo sistema de produção que instaura relações profundamente novas entre os produtores, entre eles e os meios de produção, deles com os consumidores. (RIGOTTO, 2008, p. 71)

Surge, então, um sistema social propriamente dito, ou - conforme nos ensina Mészáros - uma estrutura de controle “totalizadora” das mais poderosas, que se constitui como sistema global. Tal ideia de “global” pressupõe estrangimentos estruturais para reformas locais (MÉSZÁROS, 2002).

No caso do campo, boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais são pressionados a se transformar em força de trabalho para as empresas

- mediante a falta de acesso ou perda da terra e da falta de políticas públicas estruturais de fortalecimento da agricultura camponesa - e, portanto, o camponês constrói uma nova relação com o trabalho enquanto meio de sobrevivência, mudando inclusive, sua identidade com o trabalho.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva, na sociedade capitalista, o trabalho é degredado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua relação no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho, torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. (ANTUNES, 1988, p. 180)

Alves (2007) explicita que uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica da precarização do trabalho, que tem como principal forma o sistema de trabalho assalariado. Para ele, o capitalismo moderno tem ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. De acordo com o autor,

Nas observações de Marx de 1847, encontramos elementos para considerar a precariedade e a precarização como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. A individualidade burguesa é, portanto, uma individualidade de classe (ou individualidade estranhada) submetida ao acaso e ao poder das coisas. Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição sócio estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. (ALVES, 2007, p.113)

Além disso, o processo de trabalho, além da dimensão econômica, possui dimensões simbólicas, que o fazem construir não apenas espaços de produção e distribuição de riquezas e desigualdades, mas também criar espaços e conflitos sociais de gênero, entre outros. Por conseguinte, no caso do campo, essa nova reconfiguração do trabalho nos instiga a pensar as questões de gênero e o mundo do trabalho à luz da teoria feminista. Em nossa compreensão, a centralidade da análise das relações de trabalho torna-se fundamental para as discussões acerca das desigualdades de gênero enquanto agente de reprodução de hierarquias, conflitos e invisibilidades.

Ao ingressarem no mundo do trabalho fora do âmbito doméstico, as mulheres são duplamente exploradas. Por um lado, vendem sua força de trabalho no “mercado” a um preço mais baixo que o dos homens e, por outro lado, a manutenção de suas “obrigações familiares” produz uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades (KERGOAT, 2003). Considerando que a igualdade econômica e política das mulheres são relevantes, não podemos negar que a sociedade capitalista se desenvolveu com base na divisão social e sexual do trabalho, derivada dessa inter-relação. De acordo com Hirata,

Os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África sub-sahariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. (HIRATA, 2001, p. 143)

Desse modo, o trabalho apropriado pelo capital, enquanto uma força do capital e não do trabalhador, sendo articulado por essa divisão social e sexual pode resultar e fortalecer a desigualdade econômica das mulheres.

Por outro lado, existem outras formas de produção não-capitalistas que, além de questionar os efeitos específicos sobre o trabalho das mulheres - derivados da aplicação de políticas econômicas neoliberais - valoriza o trabalho doméstico e visibiliza o trabalho reprodutivo - necessário à manutenção da vida - reconhecendo a produção das mulheres. Essa questão será tratada como um dos focos do nosso trabalho no capítulo que trata dos resultados da pesquisa.

Finalmente, julgamos fundamental ressaltar que nossa escolha em aprofundar a inter-relação entre gênero, trabalho e ambiente estabelece concordância com o conceito amplo de que as dimensões ambientais e do trabalho não estão separadas das demais dinâmicas de vida do campesinato. É sob essa base que discorreremos sobre os olhares e as experiências das mulheres em relação à terra, produção e cultura; o trabalho, o ambiente; as relações familiares e transformações sociais e de saúde. E o fazemos ancoradas no conceito de experiência, mesmo que ainda em construção, mas que auxilia na produção de conhecimento das mulheres como sujeitos do processo. Isso

porque entendemos como Scott que

Precisamos dar conta dos processos históricos que, através dos discursos, posicionam sujeitos que produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiências, mas os sujeitos são constituídos através da experiência. A experiência torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, **aquilo sobre o qual se produz conhecimento** (SCOTT, 1999, p. 27)

Com base nessa afirmativa, apresentamos então, as dinâmicas que as mulheres tecem a partir de suas histórias, vivências e sentidos dados na sua relação com a terra, o ambiente, o trabalho e seus modos de viver e produzir no campo bem como as interferências pautadas pela modernização agrícola no território da Chapada.

## Capítulo IV. OS CAMINHOS TRILHADOS NA EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

"Quando escrevo, repito o que já vivi."

Guimarães Rosa

A aventura pedagógica de fazer pesquisa, com mulheres camponesas no território em conflito nos coloca numa perspectiva de produção de conhecimento que seja capaz de romper com a lógica androcêntrica e colonialista de construção do conhecimento e nos leva a incorporar não só as vivências das mulheres como sujeitos do conhecimento com seus saberes e suas experiências mas também nos faça percorrer diferentes caminhos, optar por diferentes formas e instrumentos que se articulam entre si. E fundamentalmente nos coloque em uma atitude de ressignificação do ser/fazer pesquisa em diálogo permanente entre teoria e prática.

Desse modo, tomamos por base a práxis feminista para adentrarmos no universo do conflito dos territórios e na vida das mulheres, buscando construir um **conhecimento situado** que leve em consideração o contexto e o tempo histórico de cada uma, estabelecendo o compromisso de valorizar e visibilizar seus saberes e suas experiências no âmbito da academia.

Por conseguinte, mais do que coletar, entrevistar, observar, nossas experiências e histórias de vida se entrecruzam num exercício de fazer pesquisa optando por uma atitude ética de comprometimento, de respeito e de valorização de saberes, numa tentativa de contribuição aos processos de reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, detentoras de saberes que muito tem a contribuir com a construção do conhecimento científico. De tal sorte que nossas escolhas epistemológicas vão de encontro ao debate sobre ciência e feminismo como eixos estruturantes das nossas opções metodológicas mediante o 'encontro' com o problema de pesquisa que nos propusemos a investigar.

### **4.1 'Encontro' com o Problema e Construção dos Caminhos da Pesquisa**

O contato estabelecido com a temática e os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos e a cada nova aproximação com as comunidades do Baixo Jaguaribe, desde nossa inserção no Movimento 21, foi possível participar de espaços de diálogo sobre o contexto da região, os quais nos possibilitaram



descortinar os numerosos problemas sociais e ambientais que estão envolvendo os projetos de desenvolvimento e as comunidades camponesas e seus diferentes sujeitos.

É importante ressaltar que o Movimento 21 (M21) é composto por diferentes organizações sociais (MST, CPT, Pastorais Sociais, Cáritas, Conlutas) e pesquisadores (Fafidam/UECE, Tramas/UFC). O M21 inicia suas articulações no contexto de discussão e participação na Pesquisa Agrotóxicos em 2006 e se fortalece a partir do assassinato do Zé Maria, em 2010, num entrelaçamento entre movimentos sociais e academia, desenvolvendo diálogos de saberes em torno da problemática dos agrotóxicos, do modelo de desenvolvimento, da agroecologia, reforma agrária e agricultura camponesa e a inter-relação entre trabalho, ambiente e saúde.

Nesse âmbito de articulação podemos adentrar no universo do agronegócio da fruticultura irrigada e ao mesmo tempo, no cotidiano das comunidades camponesas cercadas por esse projeto e perceber as nuances e entrelinhas do conflito envolvendo os diferentes interesses em disputas no território.

As diferentes formas de relação de trabalho e de inserção no modelo produtivo do agronegócio bem como as resistências, nos permitem assinalar a diversidade de trabalhadores/as, camponeses/as que participam desse processo. Tomam parte nesse universo: empregados/as do agronegócio, pequenos agricultores integrados ao agronegócio, irrigantes independentes, pequenos/as agricultores/as de sequeiro, camponeses/as assentados/as, camponeses/as em transição agroecológica, as empregadas da usina de reciclagem, as trabalhadoras do sexo, comerciantes, etc. São numerosas pessoas envolvidas em um processo de subordinação ao modelo produtivo e/ou de resistências a ele. E nossa motivação está exatamente em analisar as implicações para as mulheres desse modelo no trabalho e no ambiente.

Dentro desse processo de busca, nosso objetivo é identificar suas percepções sobre esse contexto porque consideramos que as evidências sugerem um conflito silencioso que é a realidade das mulheres camponesas nos seus territórios.

Inicialmente, despertaram-nos as questões relativas às relações estabelecidas e vivenciadas pelas mulheres dentro das empresas e suas

experiências sobre tal contexto, bem como os conflitos oriundos desse modo de produzir. Mais ainda, investigar as transformações ocorridas com a chegada dos grandes empreendimentos trazidos pelo agronegócio, que repercutem de diferentes formas sobre os diferentes segmentos de mulheres camponesas.

Instiga-nos estabelecer o entendimento acerca de problemas sociais como: drogas, violência, prostituição, precarização do trabalho, conflitos ambientais, riscos, vulnerabilidades, incertezas, protagonismo em lutas, articulações em rede, resistências, conhecimentos e ações.

Desse modo, esses antagonismos constituem os elementos que nos fazem querer desvelar e visibilizar os gritos, silêncios e ações vivenciadas por essas mulheres no cotidiano do trabalho e assinalar – por meio da voz - a vida e o pensamento das mulheres que vivem neste território camponês, bem como as relações sociais e produtivas dessas mulheres em territórios transformados ou não pela expansão do agronegócio.

Ademais, promover a análise dos sentidos e significados do emprego das mulheres nas empresas de frutas, do trabalho produtivo das mulheres pequenas produtoras e das artesãs, estudantes e donas de casa. Todas essas questões são necessárias para respondermos a inquietude que nos move sobre as implicações da modernização agrícola no trabalho e nos modos de vida e do ambiente das mulheres no contexto do território em conflito.

#### ***4.2 Métodos e Técnicas de pesquisa***

Para construir o marco teórico-metodológico da compreensão sobre a relação entre modernização agrícola, mulheres camponesas, trabalho e ambiente pretendemos organizar um método de investigação que leve em conta o diálogo de saberes acadêmico e empírico para a construção dos olhares de ambiente e de trabalho das mulheres camponesas. Por isso, optamos por uma perspectiva metodológica de natureza dialética e histórica, considerando o permanente processo de transformação do saber, da dinâmica e dialética da vida.

Nossa pesquisa pretende conhecer aspectos de uma realidade que não está dada ou acabada, mas se encontra em movimento dinâmico. Assim, a construção desse entendimento se dará em diálogo com os conhecimentos

trazidos pelas mulheres como sujeitos do processo, saberes construídos em seu cotidiano e nas inter-relações produzidas na vivência camponesa, ou seja, um conhecimento produzido sobre e pelas mulheres enquanto sujeitos da pesquisa. Igualmente, nossa pesquisa opta por um “fazer ciência” com consciência de seu papel, potencialidades, limites e incertezas.

A partir da crítica ao paradigma dominante de ciência e pesquisa pautada na razão e simplificação, conscientes de sua ineficiência em abordar problemas complexos, optamos pela pesquisa qualitativa, definida por Santin Esteban como:

Um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar. Atravessa as Ciências Sociais, Humanas e Físicas. É multiparadigmática, onde as pessoas que a praticam são sensíveis a um valor de um enfoque multimétodo. O campo da pesquisa qualitativa é inerentemente político, atuando por meio de múltiplas posições éticas e políticas. (SANTIN ESTEBAN, 2010, p. 125)

Apresentamos como eixo norteador a abordagem do conhecimento enquanto resultado da articulação entre o campo teórico e o campo empírico. Para tanto, utilizaremos a pesquisa participativa, a qual estabelece relações comunicativas com as pessoas ou grupos da situação investigada, em que pesquisadores participam do contexto investigado, identificam-se com valores e comportamentos (THIOLLENT, 1986).

A escolha de tal abordagem se deu em função de considerar e trabalhar com a vivência, a experiência e o cotidiano de vida das mulheres camponesas, assim como pelo desejo de estabelecer “estreitos vínculos com o grupo dos sujeitos pesquisados e integrar-se ao contexto social, ao ponto de colocar-se sob seu ponto de vista e ter sensibilidade para sua lógica e para sua cultura”. (MINAYO, 2008, p. 277). Observa-se que essa abordagem está em consonância com o conceito de ecologia de saberes de Boaventura de Souza Santos, que traz na sua essência a ideia de que

Não basta somente reunirmos todo o conhecimento científico produzido pela ciência moderna, mas construirmos um verdadeiro diálogo entre as vozes que emergem dos territórios e que nos trazem informações que não estão nas grandes bases de dados oficiais. Tudo isso trabalhado em conjunto com os grupos acadêmicos locais, engajados na realização de uma ciência capaz de valorizar essas experiências, construindo um conhecimento com grande potencial de transformar esse mundo. (SANTOS: in DOSSIÊ ABRASCO, 2013, p. 15)

Acrescentamos nesse percurso investigativo as metodologias feministas como fundamento de nossa pesquisa por pretendermos resgatar

experiências “de e com mulheres”. Narvaz e Koller explicitam que nas pesquisas feministas são muito utilizadas as abordagens qualitativas, tais como as narrativas, a pesquisa-ação, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida e o método autobiográfico, dentre outras. De acordo com as autoras, a investigação feminista envolve todo um complexo processo que se inicia com o delineamento dos diferentes métodos a serem utilizados na pesquisa.

As metodologias feministas assumem o caráter intrínseco das abordagens críticas (Guba & Lincoln, 1994), tendo como objetivo comum a mudança social, o resgate da experiência feminina, o uso de análises e de linguagens não sexistas (Eichler, 1988) e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres. A pesquisa feminista tem especial preocupação com o lugar do/a investigador/a na relação com os/as participantes e com o impacto da investigação nos/as participantes da pesquisa. Na investigação feminista, a relação desigual de poder entre o/a investigador/a e o/a investigado/a é trabalhada de forma a que a perspectiva do/a último/a seja validada e reconhecida como fundamental, considerando-se os/as participantes especialistas das suas próprias experiências. (NARVAZ & KOLLER, 2010 p. 651)

Dessa forma, trata-se de um estudo comprometido e engajado, no intuito de contribuir para desvendar situações ocultas e compreender a complexidade da realidade, estabelecendo conexões entre a categoria gênero e outros campos do conhecimento.

Além do mais, as epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (KELLER, 1985; HARDING, 1986). Nesse sentido, pretendemos manter um olhar sensível, comprometido e rigoroso na percepção dessas mulheres e suas realidades históricas.

Os entrecruzamentos das histórias vividas pelas mulheres para compreender o hoje, e nos lançar pistas sobre o futuro é fundamental na nossa análise sobre a modernização agrícola. Por isso, consideramos que os elementos da história oral contribuirão para essa questão sobretudo pelo olhar da interdisciplinaridade que ela carrega.

Para Alberti (1989, p.41), é relevante o fato da história oral não pertencer a um campo estrito do conhecimento, sendo que “sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno pluridisciplinar”.

Nesse sentido, a história oral é

“[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.”. (ALBERTI, 1989. p.52)

De acordo com Debert, a história oral é expressa mediante duas possibilidades que a história de vida proporciona. A primeira é a “produção de uma nova documentação”, em que há a oportunidade de incorporar à literatura a versão que “os oprimidos e desprivilegiados têm dos grandes e dos pequenos acontecimentos” (DEBERT, 1988, p. 304). A segunda perspectiva é o estabelecimento de um diálogo entre pesquisador e o sujeito da pesquisa, onde é possível alcançar um ponto de interseção no qual ambos possam compartilhar algo novo, que se apresenta pela primeira vez ao analista e se reapresenta ao sujeito, através de sua memória.

Cabe a nosso ver aqui uma distinção. Para Queiroz (1988), a história oral engloba tudo que é narrado oralmente, seja uma história pessoal, de grupo, real ou mítica. A história de vida é o relato do sujeito sobre sua existência, através do qual ele ou ela reconstitui os acontecimentos do qual vivenciou. E esse relato é feito através de depoimentos em que o sujeito da pesquisa decide o que vai relatar, enquanto o pesquisador se mantém na medida do possível, na escuta. (QUEIROZ, 1988 p. 19-21)

Alberti ensina que a história oral, não é um fim em si mesma, mas sim um meio de conhecimento em que é preciso haver questões e perguntas que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. Contudo, afirma a autora, “em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar” (2005, p. 30). E reafirma:

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Ou mais precisamente: tais versões devem ser, elas mesmas, objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta como os entrevistados viam e vêem o tema em questão?: Ou: O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?” (ALBERTI, 2005, p. 31)

Pretendemos assim, buscar ferramentas que nos permitam adentrar na compreensão acerca do vivido, do aprendido e do significado que as mulheres dão e que abrangem o universo da inter-relação trabalho e ambiente a partir de suas histórias de vida. Na busca por construir as trilhas e as formas que servissem de base para nossa investigação no decorrer da pesquisa, optamos em utilizar algumas ferramentas que mais se adéquem à dinâmica da pesquisa. Por isso nossa escolha pelas **técnicas** de questionário, entrevistas semiabertas, diário de campo e a observação participante.

A **Observação participante**: é considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Segundo Minayo, “sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como estratégia no conjunto da investigação, mas como método em si mesmo, para compreensão da realidade”. (1993, p. 134).

Por isso ela tem uma relevância no nosso trabalho, pois nos permitiu adentrar nas nuances e nas dinâmicas das relações sociais presentes na realidade das mulheres em seus territórios e nos levou a partilhar do cotidiano. Experimentando, como nos explica Brandão que “a observação participante, que obriga à partilha da vida do/com o outro e que nos envolve e faz se completarem estratégias (ou técnicas, se quiserem) de coleta de dados, como registro etnográfico em diários de campo, a entrevista, a história de vida, a exegese do visto e do ouvido [...]” (BRANDÃO, 2003, p.293).

Conforme salienta Goldman o que a proposta de observação participante de Malinowski promove é a abertura de espaço para que as populações falem ao invés de serem interrogadas pelo pesquisador. (GOLDMAN, 2003, p.458). E para isso é imprescindível a proximidade com o território para que possamos nos aproximar das situações em que as relações ocorrem no cotidiano das Comunidades.

Outra técnica que utilizamos foram as **entrevistas semi-abertas** que são utilizadas como instrumento para coleta de história de vida, quando a coleta “busca dar mais profundidade às suas reflexões” (MINAYO, 2007, p. 262). No nosso caso realizamos as entrevistas com as 12 mulheres integrantes da pesquisa, e uma agente de saúde para coleta de informações sobre o trabalho das mulheres que ela acompanha.

Também sentimos a necessidade de aplicação de um **questionário** com todas as mulheres envolvidas na pesquisa com o objetivo de organizar as informações de caráter quantitativas contendo informações tais como: nome, idade, número de filhos, escolaridade, documentação, cadastro da terra, situação sindical, etnia, estado conjugal, tipo de trabalho que desenvolve atividades produtivas, atividades domésticas, lazer e cultura.

E como **instrumentos de registro** utilizamos o caderno de campo, a fotografia e o áudio para captar pormenores da realidade pesquisada sobre as dimensões ambientais, sociais, culturais, do trabalho e aspectos do modo de vida das comunidades e das mulheres envolvidas na pesquisa. Na nossa compreensão, essas técnicas e instrumentos foram essenciais para o registro do vivido e do sentido durante todo o processo da pesquisa.

#### **4.3 Passos Dados no Itinerário da Pesquisa**

A nossa pesquisa é fruto de um longo processo que envolveu motivações, temporalidades e sujeitos diversos. Iniciou-se em 2010 quando nos aproximamos da problemática dos agrotóxicos junto aos movimentos sociais da região, motivada pela pedagogia do território, interconectada com o desejo de estudar e com a oportunidade de participar de um grupo de pesquisa.

A participação nas atividades de campo do Núcleo Tramas nos levou a adentrar no cotidiano das famílias camponesas, por meio de um relacionamento próximo e comprometido com o território. Este contato permitiu e possibilitou a troca de experiências e saberes, fortalecendo a ideia que comungamos com Santos (2008) de que estaríamos diante de dois sujeitos e não entre um sujeito e um objeto. Ambos sujeitos de conhecimentos e abertos para aprender.

Desse modo, na tentativa de articular as questões globais e as locais - que afetam as condições de vida das mulheres- bem como levando em conta os processos históricos que engendraram as formas de resistência camponesa e que são mediados pelos conflitos oriundos da modernização agrícola, definimos os procedimentos metodológicos qualitativos, divididos em seis fases: participação em atividades no território, debates nos núcleos de pesquisa

(Núcleo Tramas e GPM21), estudo bibliográfico, levantamento documental, trabalho de campo e sistematização dos dados.

As etapas percorridas no decorrer da pesquisa não foram de forma linear: foram desencadeadas em função da necessidade de darmos conta dos objetivos a que nos propusemos. Assim, ora recorriamos aos livros para aprofundamento de temas, de dúvidas e ideias que contribuíssem para nos conduzir ao caminho de um rigor acadêmico; ora atuávamos no campo, quando as questões surgiam. Por vezes, esses movimentos se entrecruzavam. Do mesmo modo, as vivências dessa interrelação nos impulsionavam a querer saber sempre mais e mergulhar em novas e pulsantes questões, que provinham do território e das falas das mulheres.

De toda forma, organizamos esse nosso percurso por meio de um exercício de sistematização dos passos dados, tal como um trabalhador que, em sua labuta cotidiana de lavrar a terra, vai aprimorando suas experiências mediante sua relação com a produção. Com ele comungamos e socializamos a experiência de 'lavar palavras'; passos que demos nessa trajetória de fazer pesquisa engajada.

#### 4.3.1 *PREPARANDO A TERRA: Os estudos entre as idas e vindas do campo*

Desde que entramos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - PRODEMA, os trabalhos nas disciplinas e as leituras desenvolvidas aconteceram com o intuito de tecer nossa construção teórico/metodológica para realização da pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica foi realizada uma revisão de literatura que embasou nossos estudos em torno das discursões sobre conflito ambiental, território, gênero e feminismo, modernização agrícola conservadora.

Para tanto, os seguintes autores e autoras foram fundamentais para o aprofundamento da parte **metodológica** de nossa pesquisa: ALBERTI, 1989, 2005. BANDEIRA, 2008 BARROS, 2002. DEBERT, 2001 MINAYO, 1993, 1994 NARVAZ, M. G. & KOLLER, 2006. SANTOS, 2001, 2012. SARDENBERG, 2002. THIOLENT, 1986. THOMPSON, 2002.



No que se refere a categoria **trabalho**, nos ancoramos nos estudos de ALVES, 2007. ANTUNES, MARX, 1972, 2004. MESZÁRÓS, 2002. THOMAZ JUNIOR, 2009.

A parte de **feminismo e gênero** foi embasada pelas contribuições de CAMPOS, 2009. CARRASCO, 2003. COSTA, 1998 DEERE, 2004, ENGELS, 2002. HARDING, 1996. LOBO, 1991. LOURO, 1995. HIRATA, 2001. IASI, 1991. NOBRE, 1999. PACHECO, 1996. SAFIOTTI, 1976, 2001 SCOTT, 1995. SILIPRANDI, 2009.

Em relação ao tema do **território e modernização agrícola** nos fundamentamos nas contribuições dos autores descritos a seguir, dentre tantos outros que subsidiaram e ampliaram nossa investigação. COSTA, 2006. CORRÊA, 2002. FREITAS, 2010 HAESBAERT, 2002, 2006, 2007. HARVEY, 2004, 2008. PESSOA, 2010. SILVA, 2006. SOARES, 1999.

Para a questão **ambiental** foi fundamental as contribuições de BOFF, 2000. ACSELRAD, H. 2004, 2005, 2009, 2010. HERCULANO & PACHECO, 2006. PORTO, 2007. RIGOTTO, 2008, 2011. TEIXEIRA, 2010.

Para os estudos sobre o **campesinato e agricultura** realizamos leituras de BOMBARDI, 2003. Carvalho, 2004; CHAYANOV, 1974, 1981. COSTA NETO, 2007. DINIZ, 2009. FABRINI, 2010. FERNANDES, 2001, 2003, 2008. GUZMÁN; S.; MOLINA, 2005. MARQUES, 1994. MARTINS, 1986. SHANIN, 2008. OLIVEIRA, 2007, 2008. WANDERLEY, 2009. MST, 2000, 2006. Dentre tantos outros que contribuíram para subsidiar e ampliar a nossa pesquisa.

Na etapa de levantamento bibliográfico foi realizada uma busca por registros documentais, dissertações, teses, artigos de revistas que publicizaram problematizações relevantes para o objetivo da pesquisa, que tinha como eixo mulheres camponesas, trabalho e ambiente. Para tanto, foram consultados os acervos da Biblioteca da UFC, NEAD, Núcleo Tramas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPECE, ADECE, ABRASCO, Bancos de Teses e Dissertações, dentre outras.

#### 4.3.2 ABRINDO OS SULCOS DA TERRA: A Arte de Semear Processos

Por diversas vezes fomos a campo no intuito de articularmos e dialogamos com sujeitos do território sobre a intenção da pesquisa, bem como firmarmos compromissos com a mesma. Então, a seguir registramos alguns momentos que foram importantíssimos para debatermos acerca do desenho da pesquisa.

O primeiro deles se deu durante o acompanhamento da greve dos trabalhadores e das trabalhadoras da Empresa Delmont onde pudemos perceber as péssimas condições de trabalho, as ameaças, e a vulnerabilização em que vivem cotidianamente no ambiente de trabalho. O contato para a realização da pesquisa se deu com algumas das mulheres que aderiram e estavam no comando das negociações da greve.

Dessa maneira, foram 11 dias de convivência com os e as grevistas nos quais pudemos escutar relatos das condições de trabalho e acompanhar todo o processo de negociação com a empresa. Isso com um olhar voltado especialmente às mulheres e sua inserção nas negociações, debates nos meios de comunicação, além da observação das pressões para o retorno ao trabalho, sobretudo por parte da família.

Também tivemos contato com as mulheres de Potiretama no intercâmbio que o Núcleo Tramas proporcionou de experiência com comunidades em transição agroecológica. Durante dois dias conhecemos as experiências de duas comunidades: a Comunidade de Catingueirinha – acompanhada pela Cáritas – e que tem um trabalho com quintais produtivos, cisterna calçadão e casa de sementes, envolvendo 30 famílias da Comunidade que participam também da feira de agricultura familiar e economia solidária no Município de Potiretama.

Também conhecemos o Assentamento Oziel Alves pertencente ao Movimento Sem Terra (MST). O Assentamento se autodenomina '*Comunidade de Resistência*', no qual, em uma área de 1.200 ha de terra as famílias optaram pela coletivização dos bens naturais: terra, água, e a vivência coletiva em Comunidade.

O terceiro momento de aproximação com o território se deu em Janeiro de 2013 durante a visita do Núcleo Tramas para realizar o inventário dos

casos de câncer em Comunidades da Chapada. Respondendo à solicitação de agentes de pastorais da igreja, fomos a campo para realizar entrevistas com moradores e moradoras, no intuito de fazer uma avaliação preliminar de casos de câncer e da história ocupacional e ambiental desses e dessas moradoras, além do objetivo de detalhar a caracterização da doença e a exposição a agrotóxicos e outros cancerígenos, levando em consideração os locais de moradia e de trabalho ao longo de toda a vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa para uma posterior avaliação da percepção de risco. Estivemos na Comunidade de Lagoinha contribuindo nesse processo. Fomos também com o objetivo de conhecer a realidade da Comunidade e para promover uma aproximação com as mulheres prostitutas.

No *'Encontro de Formação de Novas Lideranças da Chapada do Apodi'* organizado e coordenado pela Cáritas de Limoeiro do Norte, tivemos um espaço de discussão em que o grupo foi convidado a identificar mulheres nas comunidades que pudessem contribuir na pesquisa. Já nesse primeiro contato, explicitamos os nossos objetivos em relação ao problema de estudo e enfatizamos a relevância da participação das mulheres como sujeitos construtoras desse conhecimento coletivo e como forma de valorizar e reconhecer os saberes sobre o território. Foi nesse momento que houve a adesão para a participação na pesquisa de algumas mulheres, bem como a sugestão de nomes de outras mulheres.

Essas visitas exploratórias no território ocorreram no intuito de construir - por meio do diálogo com movimentos sociais, pastorais sociais e mulheres - nossa interação e aproximação com o território além da constituição do grupo de pesquisa e a construção da nossa proposta de pesquisa, tendo em vista que nossa abordagem é centrada nas práticas e vivências das mulheres no seu cotidiano.

Todo esse processo foi sendo mediado com as contribuições no Grupo de Pesquisa do M21 - o GPM21 - e nas reuniões de orientação do Núcleo Tramas, os quais foram espaços de socialização e diálogo sistemático sobre as vivências da pesquisa, bem como de acolhida às contribuições do coletivo na ampliação e aprofundamento das questões sobre o problema de pesquisa.

#### *4.3.3 ÉPOCA DE PLANTAR, OBSERVAR E CUIDAR: definindo passos, reavaliando escolhas e recriando caminhos*

As adesões foram a porta de entrada para que pudéssemos conversar com algumas mulheres e convidá-las a nos indicarem outras mulheres que consideravam importantes irmos lá, conhecer e convidá-las para participarem da pesquisa. Nossa primeira tarefa foi dialogar com mulheres que já conhecíamos com vistas à indicação de nomes de mulheres para participarem da pesquisa. Tendo a clareza dos critérios que construímos, fomos visitando e conhecendo àquelas que se engajariam na pesquisa. O critério estabelecido foi a variedade de trabalho que desenvolviam e sua relação com a terra.

Tivemos a colaboração de duas mulheres para realizar as visitas e os convites nas casas das mulheres e, à medida que elas iam participando e escutando a proposta, foram se envolvendo na pesquisa.

Quando fazíamos a nossa apresentação como participante do Núcleo Tramas, dos objetivos da Pesquisa e a tarefa de concluir o curso com a apresentação de um trabalho final, fomos indicando sobre nossa opção de não escrever sozinha, de não realizar um estudo a portas fechadas. Mas de fazer um exercício diferente em que o trabalho fosse construído a muitas mãos, que tivesse sentido para falarmos e publicizarmos sobre os conhecimentos das mulheres. Por isso nossa escolha em convidá-las a construirmos um espaço de diálogo, de conversa, de reflexão que expressasse nesse trabalho o que pensam, como vivem e como dialogam as mulheres sobre temas significativos e que considerassem relevantes para suas vidas no contexto atual.

Apresentamos também nossa motivação em trabalhar com e sobre o tema das mulheres trazendo a tona nossa vivência de que durante um bom tempo, realizamos trabalhos de formação com as mulheres, de motivação para participação em espaços políticos, de realização de estudos e ações com mulheres em movimentos sociais.

Falamos da escolha do território da Chapada do Apodi porque conhecemos alguns estudos sobre a região e não encontramos pesquisas especialmente sobre as mulheres. Citamos os trabalhos de pesquisa do Núcleo Tramas que até então mulheres haviam participado falando de temas gerais como a água, a saúde, etc. Mas não sobre elas mesmas, como mulheres.

Lembramo-nos da Pesquisa Agrotóxicos em que foram feitos exames de 540 trabalhadores e nenhum deles eram mulheres. E organizamos a pergunta de partida da nossa pesquisa nos questionando sobre o que pensam as mulheres sobre a Chapada, sobre o seu trabalho, sobre a realidade social em que vivem.

Assim, com cada uma delas, partilhamos nosso desejo de fazer um estudo que falasse sobre o trabalho das mulheres na Chapada, partindo de uma metodologia de olharmos para a história de vida, a partir do relato do que já vivenciou e vivencia tendo como eixo central o tema do trabalho. Combinamos que a princípio não teríamos perguntas fechadas mas que a fala de cada uma seria sobre as vivências e experiências do trabalho a partir da sua história de vida.

Todas as mulheres que visitamos concordaram em fazer parte do diálogo e da troca de experiência. O grupo que selecionamos poderia ter sido bem maior – visto que as mulheres foram indicando outras mulheres para conhecermos seus trabalhos (especialmente no artesanato) - mas optamos pelo número de 11 mulheres que estavam em diversos espaços (empresas, espaço doméstico, agricultura, igreja, perímetro, escola) e realizavam diferentes tipos de trabalho, seguindo o critério de ligação com a agricultura, espaços de atuação e variedade de trabalho.

Um passo importante de reorganização foi dado quando nos deparamos com a dinâmica do território a partir das idas à campo. A variedade de trabalho e o tempo de vivência no cotidiano das mulheres, a densidade de temas e profundidade das entrevistas, as distâncias das comunidades e moradias, e o contexto que se inseriam. Além dos temas que nos propusemos inicialmente, teríamos que aprofundar as questões ligadas à agroecologia, reforma agrária e todo o debate sobre prostituição, mercantilização do corpo, etc.

Nossa angústia era em relação ao tempo da pesquisa, ao acúmulo teórico das problemáticas, e pensar que instrumentos iríamos adquirir para analisar com profundidade as questões que as mulheres levantavam. Isso porque no primeiro momento tínhamos no nosso horizonte envolver mais dois grupos de mulheres: as prostitutas dos bares da Comunidade de Lagoinha em Quixeré e mulheres com experiência em agroecologia de uma comunidade

camponesa e um assentamento de Reforma Agrária ambas no município de Potiretama.

Mas ao longo das idas a campo para a Chapada e da profundidade das entrevistas, vimos o quanto nosso universo estava ampliado e em diálogo e combinação nas reuniões de orientação definimos por diminuir o número de Comunidades e segmentos de mulheres e mediante a necessidade de diversidade de olhares das mulheres da Chapada, acrescentamos uma mulher jovem ao grupo de pesquisa.

De todo o exposto, são 04 Comunidades envolvidas na pesquisa: Tomé, Ipú/Maracajá, Carnaúbas, Macacos pertencentes à dois municípios do Vale Jaguaribe: Quixeré e Limoeiro do Norte. Três fatores nos levaram a escolha dessas comunidades, dentre as 07 Comunidades da Chapada que participaram do processo de formação da Cáritas. O primeiro diz respeito ao fato de que algumas mulheres protagonizaram sua inserção na pesquisa; o segundo porque nesse encontro de formação foram indicadas mulheres e por ultimo a indicação de que deveria ter também na pesquisa, mulheres da comunidade que tem a presença da usina de reciclagem de materiais tóxicos. O que mediou a escolha não foi propriamente o lugar de moradia, mas os diferentes tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres.

Escolhemos para a pesquisa diferentes sujeitos que contemplem a diversidade dessas mulheres. A escolha se deu por elos significativos em relação às diferentes formas de trabalho: a) Mulheres empregadas nas empresas do agronegócio; b) Pequenas produtoras; c) Mulheres de trabalhadores de empresas; d) Trabalhadoras da usina de reciclagem de produtos tóxicos; e) Pequenas produtoras irrigantes; f) Donas de casa; g) Sócias da Associação Comunitária; h) jovens estudantes; i) Artesãs; j) Agentes de Saúde. Conforme o desenho a seguir:



**Figura 8.** Mandala de Mulheres envolvidas na Pesquisa<sup>9</sup>

A escolha por essa diversidade é para mostrar que não existe de forma homogênea a mulher camponesa, mas as mulheres com suas diversidades e multiplicidades de identidades sociais, suas diferentes formas de serem sujeitos políticos e suas diferentes identidades culturais, de trabalho e de relação com o ambiente. Essas mulheres têm em comum o trabalho ligado à agricultura; vivem no campo e vêm de lugares diferenciados a relação de conflito com o agronegócio em seus territórios. Nosso objetivo não é aprofundar cada segmento, mas o que nos une na nossa pesquisa: os diferentes olhares e experiências sobre o trabalho, o ambiente e seus conflitos a partir do processo de modernização da agricultura em curso no território.

<sup>9</sup>Escolhemos a *Mandala* como significado de círculo, ou "aquilo que circunda um centro", inspirada nos círculos de cultura do Paulo Freire, mas também por outros significados, como espaço de integração, elo de encontros com histórias, memórias, sentidos, fazeres, como espaço de criação e recriação dos sentidos sobre o trabalho e o ambiente a partir dos olhares das mulheres.

#### 4.3.4 O PROCESSO DE COLHEITA: colhendo e acolhendo as histórias

Nossa inserção no campo e as vivências da pesquisa ocorreram durante os meses de outubro, novembro e dezembro de (2013) e fevereiro de (2014), totalizando sete visitas de campo de duração média de uma semana cada. Foi um intenso período de convivência, no qual optamos por morar na Comunidade do Tomé, onde fomos acolhidas por uma das famílias.



**Figura 9.** Fotos da Pesquisa de Campo – Colaboração Socorro Oliveira

Após as visitas em cada casa, explicando os objetivos e fazendo o convite para a participação na nossa pesquisa, realizamos a aplicação de questionário para colhermos informações sobre cada mulher com vistas a conhecer melhor o perfil delas.

O questionário foi fundamental para a obtenção dos dados quantitativos que compõem a pesquisa, bem como possibilitou reflexões de caráter qualitativo acerca das condições sociais e econômicas das mulheres.

Outro passo importante que demos foram as visitas aos locais de



moradia e de trabalho das mulheres. Utilizando como transporte a bicicleta, percorremos as três comunidades para realizar visitas ora eram visitas informais para convivência, ora agendadas com as mulheres para realização das entrevistas, ora quando éramos convidadas para participar de alguma atividade social e religiosa na família ou na comunidade.

As entrevistas individuais com as mulheres foram feitas com o agendamento prévio para esse fim. Consideramos muito importante a combinação que fizemos de respeitar os tempos em que elas estivessem livres para que esse momento se realizasse com a maior tranquilidade possível do tempo necessário para a conversa que poderia se prolongar. Nesse sentido, pedimos que elas mesmas definissem o dia e o melhor horário e nós nos adequamos à agenda delas.

Optamos então em realizar duas entrevistas a cada visita ao campo, assim teríamos tempo não só para o momento das entrevistas, mas também para a observação participante, de acompanhar, e na conversa informal, pudemos experimentar novas questões, tirar dúvidas, entender melhor o contexto das falas no seu cotidiano.

Nossos encontros foram seguidos de um engajamento em tarefas necessárias para um tempo de informalidade, de troca de informações e de espaços de fortalecimento da confiança mútua, em que pudemos nos conhecer mais, para falarmos o mais naturalmente possível durante as entrevistas com o gravador ligado ou para o momento das fotografias.

Nos momentos das entrevistas, abrimos espaço para a memória, para as emoções, para expressão das angústias e também das alegrias. Assim, tendo o trabalho como eixo, como ponto de partida e de chegada, através da memória a história foi recriada pelas mulheres que, inicialmente, tinham dificuldade de falar, mas, à medida que iam reconstruindo sua história, valorizavam a oportunidade de parar e refletir sobre o vivido.

A realização de entrevistas individuais para a construção das histórias de vida teve duas questões como ponto de partida: as vivências e os significados do trabalho e do modo de vida camponês e as transformações do território com a chegada do agronegócio. A partir dos objetivos da pesquisa, organizamos questões que nos subsidiaram durante as entrevistas.

Para analisar as repercussões do processo de des-reterritorialização

empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente e o trabalho, tínhamos como fio condutor desse momento as concepções e percepções das mulheres sobre o ambiente, sob alguns aspectos:

1. A partir de sua trajetória de vida como camponesa, sua condição como mulher trabalhadora; como vêm a vida no campo; a relação com o ambiente e seus conflitos: terra, água, etc. E como lidam com as novas situações sociais.
2. As repercussões das transformações e do conflito ambiental nos modos de viver e produzir entre mulheres camponesas com a chegada das empresas: transformações (econômicas, sociais, culturais e produtivas); interferências nos modos de vida das comunidades camponesas; implicações no trabalho das mulheres; formas de lutas e resistências.
3. Aspectos das trajetórias de trabalho das mulheres: acesso, condições, conquistas e dificuldades; sentidos do trabalho no agronegócio, na agricultura familiar, na agroecologia, na prostituição e no trabalho doméstico; discutir os sentidos e perspectivas do trabalho no campo para as mulheres camponesas.
4. Perspectiva de viver e produzir no campo.

Porém, no momento das entrevistas, após fazermos uma breve apresentação de quem somos, nossos objetivos com a pesquisa, etc., deixamos em aberto as escolhas do percurso vivido de como a temática do trabalho foi se constituindo na sua experiência de vida. Com algumas mulheres, à medida que elas iam solicitando e íamos também percebendo a necessidade, fomos fazendo perguntas mais de esclarecimento e aprofundamento de ideias.

Após a sistematização, organizamos os pontos em comum, as singularidades e as discordâncias nos diferentes segmentos de mulheres.

Organizamos o tempo para entrevistar duas mulheres e, em média, temos um total de dezesseis horas de entrevista gravadas que variam entre 29min e 106min.

No período das idas a campo, sentimos a necessidade de realizar entrevista com uma agente comunitária de saúde - ACS que faz um trabalho de acompanhamento das mulheres de 15 a 65 anos em suas casas, por ela

conhecer de perto quem são e como vivem essas mulheres. Nosso intuito foi perceber os tipos de trabalho - formal ou informal - que desenvolvem.

Das poucas dificuldades que enfrentamos, uma delas ocorreu quando em dois momentos das entrevistas, os homens se aproximaram para escutar. Percebemos que as mulheres não se sentiam bem para se expressar vendo que estavam sendo observadas, mas que em alguns momentos recorriam a eles para tirarem dúvidas sobre, por exemplo, o ano que chegaram, a quantidade de terra que tinham, etc. Percebendo isso, ficamos atentas em propor espaços mais reservados, com menos barulho para a realização das entrevistas. Mas vale ressaltar, que essas presenças não interferiram, na nossa avaliação, no objetivo de resgate das percepções sobre os temas e os problemas que as mulheres evidenciavam a partir de suas histórias de vida.

Outra dificuldade foi a questão do transporte, do deslocamento para as comunidades que realizamos de bicicleta. O desgaste físico pesou muitas vezes. Mas se, por um lado, foi difícil nesse aspecto físico, por outro, sentimos próximas à realidade delas, utilizando um transporte comum, o que, de certa forma, nos colocou em igualdade de condições. Em nossa avaliação, isso contribuiu para estreitar os laços de confiança e afetividade.

Vale ressaltar que para além de ter clareza dos objetivos aos quais nos propusemos na pesquisa e a responsabilidade de realizar o campo nos colocando como pesquisadoras, o processo de aprendizagem no/do fazer pesquisa extrapola os muros aí estabelecidos e durante esse período de intensa vivência com a comunidade e as mulheres, pudemos construir um processo de escolhas e vivências e quem o 'como fazer' e o 'que fazer' se entrecruzam como parte desse percurso. Nesse tempo de moradia, vivenciamos momentos festivos, celebrativos, religiosos e culturais, dentro da dinâmica da vida familiar e comunitária que foram essenciais para nossa reflexão e aprendizagem de vida.

#### *4.3.5 A Arte de Debulhar os Frutos Colhidos: Sistematização das histórias de vida*

A sistematização das histórias de vida foi um processo longo e denso. E contou com várias fases: de transcrição das entrevistas, de organização das histórias de vida, dos temas comuns a partir das falas das

mulheres, da organização das falas por categoria, da organização de um quadro analítico que continha a partir do tema: o que pensam as mulheres, o que diz o Estado, o que foi sistematizado pela academia e nossa compreensão desse processo de diálogo. Ao final, uma das dificuldades que enfrentamos foi a densidade de conteúdo das histórias de vida e as diversas opções de como poderíamos descrever e analisar os resultados da pesquisa. A riqueza do processo de pesquisa foi tão significativa para nós que optamos em descrever os passos que demos.

Optamos em transcrever as entrevistas porque consideramos - a partir de depoimentos de outras experiências de pesquisa do Núcleo Tramas - de que essa é uma forma de já irmos refletindo sobre as falas, organizando as ideias e adentrando no universo de aprofundamento das questões. Esse trabalho durou dois meses, entre fevereiro e março de 2014. Mas não pudemos deixar de relatar que é um trabalho exaustivo, embora potencializador de reflexões.

Após as transcrições das entrevistas, realizamos a tarefa de organizar as falas referentes aos temas comuns nas histórias das mulheres. Ao todo, foram 18 temas, que reorganizamos posteriormente em cinco categorias. Dessa maneira, as temáticas abordadas pelas mulheres continham os seguintes temas:

- 1 Terra, Produção e Cultura;
- 2 Trabalho;
- 3 Ambiente;
- 4 Relações Sociais e Familiares;
- 5 Saúde

Após essa delimitação, desenhamos um quadro analítico para cada categoria com base no processo de análise das seguintes questões: o que pensam as mulheres; o que dizem o Estado e as leis; o que já foi sistematizado pela academia e o que pensamos sobre essa inter-relação.

#### *4.3.6 Partilha dos Frutos: Socializando os Saberes e as Experiências das Mulheres*

Após o exercício solitário e ao mesmo tempo carregado de presenças, organizamos a estrutura de um texto que contivesse as aprendizagens e vivências da pesquisa. A partir dessa sistematização e como forma de exercício comprometido de que é um estudo compartilhado de saberes, optamos em realizar um **'Encontro de Socialização e Validação do Trabalho'** com vistas à aprovação para posterior apresentação da pesquisa para a academia.

Nesse encontro, tivemos a presença de 10 (uma ausência justificada por motivo de doença), das 11 mulheres que fizeram parte da pesquisa e outras mulheres convidadas por elas para esse momento.

Organizamos esse encontro em três momentos. No primeiro deles, utilizamos a metodologia de 'reconhecimento das falas' através do qual, foram distribuídas em papel impresso, trechos de falas sobre as categorias de análise e elas leram as falas uma das outras e a medida que iam fazendo a leitura se reconheciam e/ou eram reconhecidas como autoras das falas.

No segundo momento, apresentamos de forma didática, nossas escolhas teóricas sobre porque escolhemos trabalhar com mulheres, camponesas, sujeitos de um território em conflito por distintos interesses. E construindo conhecimentos através de saberes e experiências, respeitando e valorizando o lugar de onde cada uma se coloca. Em seguida, apresentamos as conclusões a que chegamos sobre a construção da identidade com a terra e a produção, os impactos ambientais do modelo de produzir, os sentidos e condições de trabalho, as transformações sociais e familiares e a saúde na Chapada.

O terceiro momento se constituiu pela abertura de um espaço de debate sobre a apresentação, a validação e avaliação de participação nesse processo de pesquisa onde as mulheres ressaltaram a importância desse trabalho. Ao final, fizemos um momento de confraternização e um brinde à força e as resistências das mulheres da Chapada.



**Figura 10.** Encontro de Validação. **Fonte:** Arquivo da Pesquisa. Colaboração: Bruna Sarkis.

Temos a clareza de que não sabemos que transformações ocorrerão, mas cientes de que o tempo presente nos propicia viver e dizer o que temos e sabemos nesse tempo. Os saberes e sabores estão contidos no capítulo de resultado da pesquisa.

#### **4.4 AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS NA PESQUISA**

##### **Comunidade do Tomé**

O Distrito Tomé fica localizado na divisa dos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte. Carrega esse nome em homenagem ao primeiro habitante da comunidade, um índio forasteiro que viveu na região entre os anos de 1929 e 1935, atraído por uma lagoa conhecida como Lagoa da Jurema. Na seca de

1935, o índio foi embora com destino a Russas. Mas antes, deixou gravado em uma pedra seu nome e o período que viveu ali. Deixou a única casa do local, que virou moradia de pessoas que viviam da caça e que passaram a viver ali. Ao passo que aumentava o povoamento do lugar, foram sendo desenvolvidas várias atividades, como a produção de milho, feijão, algodão e caju; a criação de animais de pequeno porte e a extração de madeira, conforme relato dos moradores.

A primeira oferta de trabalho na comunidade chegou por meio do projeto de “Emergência Contra a Seca”, no qual as pessoas cadastradas recebiam o pagamento em forma de mercadoria e não de dinheiro. Desse trabalho resultou a primeira estrada de acesso à comunidade. Há relatos de que em 1930, a comunidade foi vítima de uma epidemia de malária que matou muita gente. Na época, o padre fez a promessa de construir uma capela, que começou a ser construída em 1938 e terminou em 1940.

Nos dias atuais, 749 famílias e 2.238 habitantes vivem na Comunidade do Tomé, que conta com quatro escolas, dois postos de saúde, associações e Posto dos Correios, dentre outros equipamentos. 'Tomé' caracteriza hoje o centro político da Chapada, sofrendo vários problemas decorrentes do uso de agrotóxicos e da contaminação da água, os quais se intensificam com a expansão das empresas agrícolas no território.

Em contrapartida, o distrito se constitui em um dos mais importantes palcos de lutas, reivindicações e resistências. Partiu dessa comunidade a iniciativa de criar uma associação de expropriados do Perímetro Irrigado, denominada de Associação dos Desapropriados e Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi. Outras ações emblemáticas da comunidade foram o abaixo-assinado que denunciou a contaminação por pulverização aérea, e as mobilizações de rua, a participação em atividades como o Grito dos Excluídos que visibilizou a luta pela Chapada como território dos trabalhadores e das trabalhadoras, dentre outras.

### **Comunidade de Macacos**

Essa comunidade teve início em 1913 com a chegada da família de Dona Dequinha e seu Jerônimo, um agricultor que desbravou a mata e escolheu

uma área para plantar. Dona Dequinha de 93 anos conta que ele vinha caçar e permanecia ali por um tempo de forma provisória, mas que depois foram se instalando. Em 1915 chegaram outros moradores que foram se apossando de pequenas partes de terras para plantio na agricultura de milho, feijão e algodão. Nesse período a Comunidade se chamava Rancho dos Macacos e depois passou a ser chamada de Sítio Macacos. O nome surgiu porque os homens que vinham caçar na mata faziam ranchos e naquele tempo, esses ranchos eram cercados de macacos por todos os lados.

### **Comunidade Ipú/Maracajá**

A Comunidade de Ipu/Maracajá tem sua criação datada de 1935 onde as famílias tiravam o sustento através da caça, do corte de madeira, da palha da carnaúba e do cultivo de grãos no inverno. A terra era o meio sustento, de prosperidade das famílias que viviam no local. O nome vem da caça do gato maracajá e a comunidade foi se ampliando e se denominando Maracajá de Dentro, Maracajá de Fora e entre uma e outra, as famílias deram o nome de Comunidade Ipu. Em 2002 veio o acesso à água encanada através do canal. E com a saída de parte das famílias para a implantação do perímetro, recentemente a Comunidade se autodenomina Ipu/Maracajá. São 40 famílias que vivem nessa comunidade num total de 136 pessoas.

### **Comunidade de Carnaúbas**

A ocupação da Comunidade de Carnaúbas ocorreu na década de 1950 quando um homem chamado de Antônio Tangureira andava pelas matas da Chapada caçando animais junto com mais três companheiros que construíram um rancho no meio das matas. Um dos primeiros habitantes foi José Teofeles que andava no meio da mata e encontrou três pés de carnaúbas e ali construiu sua casa. De acordo com o depoimento de membros da comunidade, esses moradores tiveram acesso à terra ao se apossarem da mata fechada e a partir daí, foram vendendo para os primeiros habitantes que constituíram as famílias de Manu, João Zacarias, Gerardo Costa Lima, Luiz de Brito, Raimundo Camilo e Antônio Terezinha.



Na década de 1990, com a chegada do perímetro irrigado, a comunidade teve acesso a energia elétrica e a técnica de irrigação. Antes, o acesso à água era através de cacimbas, onde a água era retirada e levada para casa em sistema de 'roladeira' (rolamento). Com o passar dos anos foi construindo um poço profundo que abastecia a comunidade com a água encanada nas casas. Só mais recentemente veio o sistema de abastecimento do SAAE.

Na história escrita por membros da comunidade, a transformação da paisagem ocorreu devido a devastação das matas para a construção de sítios irrigados. O que gerou o desaparecimento de animais que existiam na comunidade como tamanduá, tatu, peba, veado, raposa, nambu, etc. afetando a caça que era um meio de alimentação das famílias. Outros tipos de animais como bois, cavalos, jumentos, etc. contribuía para o trabalho produtivo. As plantações e colheitas era em sistema de produção de sequeiro que gerava a renda da família com as colheitas de algodão, milho, feijão. Para a alimentação das famílias havia também a produção de macaxeira, mandioca, melancia, jerimum, pimentão, banana, pimenta de cheiro, mamão, manga, limão, etc.

A Comunidade de Carnaúbas se organiza através da associação comunitária e das pastorais sociais da igreja especialmente a pastoral do idoso e da criança. Atualmente a população de é de 59 famílias e cerca de 190 habitantes.

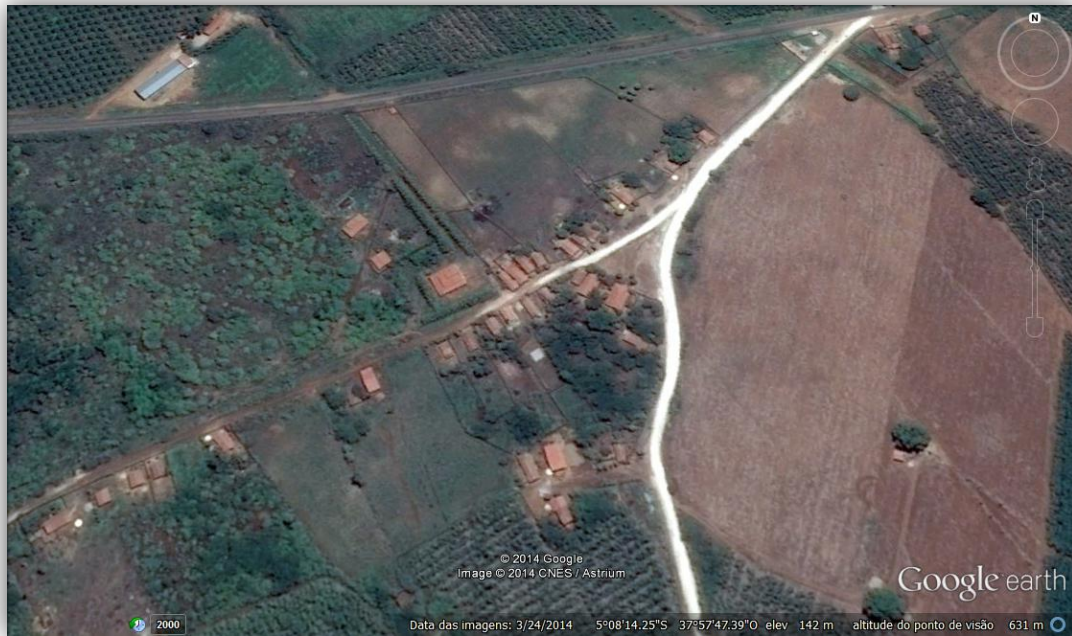
Do ponto de vista de infraestrutura social, existem 01 posto de saúde, 01 igreja católica, 01 igreja evangélica, 01 chafariz, 01 poço desativado e 01 escola desativada. Tem orelhão e cisternas de placa para armazenamento de água da chuva.



**Figura 11.** Imagem do Google Earth da Comunidade do Tomé



**Figura 12.** Imagem do Google Earth da Comunidade de Macacos



**Figura 13.** Imagem do Google Earth da Comunidade de Ipu/Maracajá



**Figura 14.** Imagem do Google Earth da Comunidade de Carnaubas

#### **4.5 AS MULHERES SUJEITOS DA PESQUISA**

Conhecer as mulheres que trilharam conosco essa caminhada de fazer pesquisa situando-as no seu contexto e nas suas experiências de vida e trabalho é parte fundamental para adentrarmos na leitura delas sobre o trabalho, o ambiente e o contexto que vivem na atualidade. Através da socialização de suas histórias de vida as mulheres foram reconstruindo suas memórias individuais e coletivas sobre o trabalho e a vida na Chapada e as transformações do lugar e das relações perpassadas pela implantação de uma nova lógica produtiva e de valores.

O exercício da historicidade, das memórias e das histórias enunciadas, é relevante no sentido de irmos situando quem fala e de onde fala, atentando para o fato de que essas mulheres modelam o passado de um lugar muito especial no presente, da posição em que ocupa na comunidade, dentro das empresas, na escola, com as crianças, na beira do fogão, lavando roupa, nos quintais, em diálogos com as plantas e os animais. São palavras que expressam as vivências, os significados que são ditos por muitas vozes, que permanentemente rompe com a leitura linear das etapas da vida quando passam a nos situar em tempos diversos que perpassam o mundo do trabalho e suas transformações. Tempos, lugares, experiências, sentidos mostram as mulheres não de forma isoladamente, à parte, individualizadas mas respeitando suas especificidades, mas fazendo parte de estratégias de sobrevivência que incluíam a família e a comunidade como um todo.

Evidentemente, quem fala o faz do seu lugar e olha para o passado, revisita-o carregado do hoje, das transformações, o passado desse ponto de vista é reconstruído, e é desse lugar que a mulheres o reconstroem, e que buscam elementos para interpretar seu papel na família, na comunidade, para reinterpretar a vida de outras mulheres, o olhar sobre as empresas e sobre o mundo. Amparadas por discursos outros, diálogos entre pares, é assim que as mediações interferem na elaboração do seu discurso sobre si mesma sobre a realidade pulsante em que vivem. Nesse sentido, as narrativas das mulheres evidenciam as complexas imbricações entre as faces da ofensiva do Estado, das empresas e da labuta cotidiana da família e suas buscas por darem sentidos outro as suas vidas. Por isso, trazemos a partir de suas especificidades, o que é



comum a elas, o que elas dizem sobre outras mulheres. Todas começaram a trabalhar na agricultura ainda quando criança aprendendo com os pais o gosto de trabalhar na terra. Todas falam do amor pelo trabalho, percebem e tem um profundo conhecimento sobre as transformações do lugar, todas estão de seus diferentes modos, construindo e reconstruindo a ideia de pertencimento ao lugar em que vivem. Vindas de uma realidade de pouco acesso ao estudo, todas aprenderam a fazer pela prática, olhando, observando, construindo saberes pela experiência. E tem em comum a vivência dos processos de desterritorialização e arrendamento da terra e veem as doenças como consequência do modo de produzir.

A partir das suas singulares, constroem o olhar para os pequenos acontecimentos cotidianos e fazem uma ponte com as grandes questões e ambos se articulam na experiência das mulheres. Seja em relação às questões ambientais, seja em relação às questões de gênero, seja em relação à saúde, seja em relação ao trabalho.

Perpassada por diferentes lugares, cada uma vai descortinando o ambiente, o trabalho, as vivências cotidianas. Ester a partir dos filhos das mulheres educando-os; Mirian: a partir do engajamento nas pastorais sociais da igreja; Judite: uma mulher atenta as transformações do seu lugar e da sua cultura na relação com a juventude, dentro da escola. Dona Luana é como pequena produtora, na sua relação com as plantas, os bichos e sua família. Taís e Jezabel como empregadas de várias empresas da região, Brígida como empregada e agora tendo a terra para trabalhar e a liberdade de produzir dentro dos valores produtivos que acredita e que aprendeu. Maria: como irrigante, lidando com os problemas de política do DNOCS, com a produção dentro dos parâmetros das empresas e ao mesmo tempo, rompendo com essa lógica e produzindo para subsistência da família de forma variada. Rita Maria com o olhar de quem acompanhou, pela associação de moradores, o processo de chegada das políticas públicas como concessão para chegada das empresas pela associação de moradores e Sophia como jovem estudante, filha de uma das lideranças da Comunidade assassinada pela pistolagem da região.

**Quadro 4. PERFIL DAS MULHERES**

<b>Trabalho</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Documentos</b>	<b>Situação Conjugal</b>	<b>Cor</b>	<b>Filhos</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Comunidade</b>
Empregada da Usina de Reciclagem	Taís	41	Pessoais + CT	Casada	Branca	02	Fundamental Incompleto	Carnaúbas
Empregada	Jezabel	51	Pessoais + CT	Casada duas vezes, divorciada	Branca	03 + 02 netos	Fundamental Incompleto	Tomé
Artesã, dona de casa e Sócia	Rita Maria	58	Pessoais + CT	Casada no civil e religioso	Branca	09	Fundamental completo	Tomé
Irrigante integrada	Maria	41	Pessoais + CT + CM (motorista)	Casada	Branca	03	Fundamental Incompleto	Tomé
Artesã e Dona de Casa	Judite	54	Pessoais + cCT	Viúva	Branca	08	Fundamental Incompleto	Tomé
Professora e Dona de Casa	Ester	46	Pessoais + CT	Casada	Morena	04	Segundo grau incompleto	Tomé
Pequena Produtora	Brígida	58	Pessoais + CT	Casada	Amarela	04 + 6 netos	Fundamental Incompleto	Macacos
Estudante, filha de líder comunitário	Sophia	23	Pessoais + CT	Casada	Branca	01	Graduanda	Tomé
Agricultora de Sequeiro	Luana	62	Pessoais + CT	Casada	Branca	12	Fundamental Incompleto	Ipu/Maracajá
Artesã e dona de casa	Mirian	39	Pessoais + CT	Casada	Morena	04	Fundamental Completo	Tomé
Ex-Agente de Saúde	Odete	64	Pessoais + CT	Casada	Branca	03	Fundamental completo	Carnaúbas

Organizado pela autora a partir de questionário.

**Capítulo V. SABERES E EXPERIÊNCIAS:** As repercussões do processo de des-(re)territorialização empreendido pela modernização agrícola na Chapada do Apodi, CE.

Nossa proposta neste capítulo é trazer os resultados da pesquisa de campo no intuito de relacionar as repercussões da modernização agrícola na vida, no trabalho, na saúde e no ambiente. Temos como base o referencial teórico que construímos em torno das discussões sobre conflito ambiental, território, modernização agrícola conservadora e modo de vida camponês. Aqui, dialogamos tais referenciais com os saberes e as experiências das mulheres.

A partir das vivências em campo, fomos construindo laços de confiança e de amizade com as mulheres. Isso nos permitiu descortinar as dores e as belezas de seu cotidiano. Foi nessa partilha de experiências que pudemos testemunhar o espírito de solidariedade entre mulheres frente aos desafios, como sua superação em relação à violência doméstica, aos assassinatos dos filhos, aos problemas de drogas e às doenças.

Também foi uma experiência de ‘pôr uma lente’ para enxergar os processos de recriação dos modos de vida. Assim, percebemos que existe resistência camponesa na Chapada e que essa resistência é vivida de diferentes formas – através do poder instituinte das mulheres nos espaços de atuação política, no espaço doméstico, nos grupos religiosos e, sobretudo, no aspecto produtivo.

Por outro lado, pudemos observar os sentimentos e a percepção sobre o (não) futuro; angustiarmo-nos com o sentido do grau de violência naturalizada, seja ela em casa ou no trabalho. Conhecemos e nos sensibilizamos com a realidade das crianças vistas como ‘os filhos esquecidos do agronegócio’ a partir da perda do vínculo dos pais, que têm a maior parte do tempo dentro das empresas, longe da família. Ao mesmo tempo, presenciemos as alegrias e os sorrisos das mulheres ao falarem com orgulho sobre o pertencimento ao lugar, o amor pelas plantas e a dedicação a tudo em que se envolvem.

Foi um tempo em que pudemos partilhar saberes, sabores, tarefas, alegrias e comoções. Enfim, um tempo de intensa vivência, onde nos deixamos tocar pelas histórias e pelas memórias, pelo real vivido, problematizado e

recriado permanentemente. Muitas vezes, deixamo-nos tocar e emocionar pelas histórias, assumindo um compromisso e um vínculo afetivo, emotivo e político com essas mulheres. Esse compromisso e esse vínculo transpassaram os objetivos da pesquisa que transpassaram os e adentraram no universo das emoções, da arte, da beleza e do desafio de ser mulher.

Ao mesmo tempo, mantivemo-nos vigilantes, atentos para distinguirmos o nosso tempo e o nosso lugar como pesquisadora. Assim, buscamos alcançar, pelo olhar, pelo ouvir e pela observação, os significados dessas relações.

Nessa interação do vivido, cabe-nos reconhecer os saberes, os sentidos e as vivências que as mulheres dão à sua relação com a terra e o trabalho. Eles traduzem seus modos de ver, produzir e viver no campo e comportam uma dimensão epistemológica pouco explorada sobre os sentidos dessa experiência.

Isso ao nosso ver é importante para pensarmos sobre a produção de ciência baseada na experiência, em que não há separação entre prática e teoria. Baseada nos estudos de Larrosa (2000), Bahia, Felipe & Pimentel nos aponta que

O nosso aprendizado tem demonstrado que o saber da experiência e o conhecimento científico não estão separados um do outro. O saber da experiência, "o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida"(LARROSA, 2000 p. 27), é síntese de diferentes aprendizados que vamos tecendo ao longo da nossa existência. Por sua vez, o que é o conhecimento teórico senão um modo particular de falar da experiência e que se deu a conhecer a outrem? (BAHIA, FELIPE & PIMENTEL, 2005, p.128)

Sobre esse aspecto, algo necessita ser compreendido, problematizado, sistematizado. Nutrir-se do diálogo e da práxis entre saberes e experiências pode nos levar à interpelação de novos aprendizados possibilitando, assim, compreender o sentido do conhecimento da experiência e o papel do conhecimento científico, pois, conforme continua a alertar Bahia, Felipe & Pimentel ,

O conhecimento teórico se nutre da experiência. O ato de teorizar, como ato de compreender, exige fundamentalmente que algo nos interpele, nos ocorra. É somente nesse plano que a reflexão se torna possível. Se nada nos acontece, se nada nos faz sentido (diz algo do mundo), não há sobre o que refletir. Aliás, o que move a ciência é a possibilidade de que algo nos ocorra, nos afete. Assim, o conhecimento científico, se concebido como possibilidade de diálogo com experiência



de outros seres humanos, como nós, se torna pretensioso. (BAHIA, FELIPE & PIMENTEL, 2005, p.29)

A experiência que as mulheres carregam da sua relação com o meio ambiente traz consigo diversos aspectos que necessitam ser teorizados e assimilados. Por isso, concordamos com BAHIA, FELIPE & PIMENTEL (2005) quando defende que, para que o conhecimento científico participe da reconstrução da experiência, ele próprio precisa ser abertura, acolhimento.

Neste processo, o conhecimento científico, como uma forma particular de conhecimento, em vez da única, pode participar da ressignificação da experiência. Escutar o que ainda não tínhamos escutado, parar para pensar sobre o que até então era normalidade, nos perceber percebendo o mundo funda uma nova relação com o saber, cujos pilares vamos abstraindo da própria experiência. (BAHIA, FELIPE & PIMENTEL, 2005, p. 130).

A partir dessa compreensão, elencamos cinco eixos para nossa análise sobre as repercussões do processo de des-(re)territorialização empreendido pela modernização agrícola na Chapada: terra, produção e cultura; questão ambiental; trabalho; transformações sociais e familiares e saúde.

Na interpretação desses eixos, tomamos como base a tarefa elencada por Scott (1999) no sentido de compreendermos que os processos históricos posicionam sujeitos que são constituídos por suas experiências e de que essas experiências, por sua vez, não aparecem como a evidência do conhecimento, mas explicam a sua produção. É sobre essa produção, portanto, que discorreremos a seguir.

## 5.1 TERRA, PRODUÇÃO E CULTURA CAMPONESA: Formas de Des-territorialização e Recriação do Território Camponês

Se um homem tem um pedaço de terra, esse pedaço de terra é ele mesmo, faz parte dele, é como ele mesmo. Pode fazer o que quiser com ele, e fica contente quando chove e sabe que vai haver produção, e fica satisfeito da mesma maneira quando sabe que não poderá colher nada. Está sempre satisfeito, porque a terra é dele. De certa maneira ele vale mais, porque possui a terra.

John Steinbeck. As Vinhas da Ira. 1979.

A estratégia geopolítica do agronegócio no Nordeste brasileiro - de expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities* - tem imposto um processo de desterritorialização de comunidades camponesas, conforme já enunciamos.

Por sua vez, o processo decorrente dessa disputa territorial entre setores empresariais aliados ao Estado e comunidades camponesas tem gerado um conflito que apresenta, em sua essência, a disputa pelos bens naturais e as formas de viver e produzir no campo. Terra e água, por exemplo, passaram a compor esse cenário de disputa gerando um fluxo de apropriação dos territórios camponeses e uma ameaça de dominação crescente desses territórios pelo capital. Como provas disso, temos os processos de desapropriação e expropriação relatados e, ao mesmo tempo, a luta pela reapropriação da terra e do território e pela recriação da cultura camponesa.

Partindo da análise de que as relações sociais produzem territórios diferentes - por colocarem em disputa formas, sentidos e conflitos de interesses envolvendo diferentes sujeitos -, ganha importância a luta pelos direitos territoriais e a compreensão de que existe uma disputa territorial entre o campesinato e o capital, que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Conforme lembra Fernandes (2008), essa disputa forma territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes e paisagens geográficas completamente distintas.

Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do **território do agronegócio**, que se distingue pela grande escala e homogeneidade

da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para exportação; o **território camponês** que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizada pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional, nacional; o **território camponês monopolizado pelo agronegócio**, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses. (FERNANDES, 2008, p. 296).

As paisagens, então, são um dos elementos que mostram as divergências e as disputas de modelos de desenvolvimento para o campo: de um lado, seus sujeitos e seus bens naturais são vistos como cultura; de outro, como negócio.

Ao afirmarmos isso, não estamos pensando em algo estático, linear, dicotômico, do “ou isso, ou aquilo”. Na dinâmica camponesa, muitas vezes, os elementos estão imbricados e, dependendo dos sujeitos e das condições efetivas, adaptam-se, questionam, resistem e criam outras formas de vida e trabalho.

Assim, embora seja preciso reconhecer que o Estado e o capital impuseram uma lógica de apropriação material e simbólica do território da Chapada porque ocuparam terras, difundiram mitos, proletarizaram parte dos camponeses e das camponesas e subalternizaram os integrados, também é preciso perceber que essa situação não sufocou todo o modo de vida. Nesse sentido, os depoimentos das mulheres mostram que o campesinato recriou formas de reafirmação da sua cultura, da sua organização produtiva, da sua relação com o trabalho e da sua identidade.

Assumindo esses parâmetros, nosso estudo discute, com os sujeitos desses territórios, as implicações das transformações do modo de vida da cultura camponesa com a chegada da modernização agrícola. Assim, realiza essa discussão no âmbito da disputa pela terra e pela produção camponesa e no contexto da estratégia de “desenvolvimento do Nordeste”.

Para realizar esse propósito, lembramos que a Chapada do Apodi se coloca no cenário de reestruturação produtiva e reordenamento do espaço agrário com as ações desenvolvidas pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) no intuito de implantar a política de irrigação do Baixo Jaguaribe.

De acordo com Lima, Vasconcelos e Freitas (2011), “esse novo cenário acarreta a reestruturação do espaço alterando, principalmente, o modo de vida dos pequenos agricultores camponeses e das comunidades rurais” (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p. 98). Diante disso, indagamos: de que forma esse cenário aparece para as mulheres? Que questões elas problematizadas a partir dele?

As mulheres têm muito presente esse processo de reestruturação do território nas suas vidas. Suas histórias remontam ao período que demarca a ocupação da Chapada por partes de famílias que ali se alojaram e permaneceram vivendo.

Elas se referem ao que essas famílias aprenderam com a terra; às formas de produção; ao arrendamento; à fase de desapropriação das terras pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); à inserção dos camponeses na lógica do projeto (como pequenos irrigantes); à chegada dos médios e grandes empresários, que intensificaram o processo de expropriação; à invasão de terras do perímetro e às novas situações de expropriação, como as que resultaram na criação da Associação dos Ex-Irrigantes Sem Terra, criada pelo Zé Maria do Tomé, como veremos.

Revelam, ainda, que, no contexto atual, muitos dos que antes viviam na terra e da agricultura passaram a se constituir como empregados do agronegócio, como força de trabalho disponível para as empresas em troca de um salário, sendo expostos a diversos tipos de condições precarizadas de trabalho. Essa conjuntura está explícita nos depoimentos das mulheres quando elas rememoram as formas de apropriação do território da Chapada, as ameaças de dominação do capital, as vivências dos processos de desapropriação. Todavia, também descrevem aspectos que demonstram a reapropriação e a recriação dos modos de vida, como veremos nas suas narrativas. Nosso intuito, com isso, é fazer uma releitura das fases que alguns autores caracterizam de “dominação do território pelo agronegócio”; mostrar que, de diferentes formas, o campesinato se recria e evidenciar como as mulheres têm um papel fundante nesse processo.

### 5.1.1 Formas de Apropriação e Identidade dos/das Camponeses/as com a terra e o Território da Chapada do Apodi

“E foi assim que a gente cultivou o gosto pela terra”

No que tange às formas de apropriação dos territórios pelos(as) camponeses(as) na Chapada do Apodi, temos a terra como eixo estruturador da história das comunidades a partir da chegada das famílias que adentraram as matas fechadas (entre 1930 e 1950) e construíram ali, conforme descreveu Silva (2011), processos de cooperação simples, convivência coletiva e práticas agroecológicas.

Com efeito, através da relação com o ambiente, das formas de produzir, das relações sociais construídas dentro de uma vivência coletiva entre famílias (no interior das comunidades), constituíram-se, conforme descreveremos ao longo das categorias a que nos referirmos, formas de apropriação do território que foram - e vão - compondo os modos de vida e a organização social dessas comunidades.

Nas memórias de infância, além da relação com a terra, aparecem o trabalho coletivo e a solidariedade como elementos que constituem o ser camponês e as suas sociabilidades. Nesse sentido, evidenciamos o relato a seguir:

Porque assim, no tempo do inverno, todos os vizinhos se juntavam, faziam aquela roda e iam debulhar feijão, iam contar histórias, as histórias antigas, sempre tinha muito isso. Foi uma época que a gente viveu; uma época que pra mim foi muito rápida, dos cinco aos dez anos, mas que nunca me saiu isso da minha mente. E foi uma época **muito difícil de trabalho, difícil de dinheiro, mas a gente sempre estava muito unido**. Os vizinhos sempre ajudavam uns aos outros, você nunca trabalhava um dia de serviço. Um dia eu estava na sua roça, outro dia você trabalhava na minha e assim iam levando a vida. Hoje em dia não, se você quiser alguma coisinha, tem que ser pago. Se não for pago, ninguém faz mais favor. Infelizmente fazer um favor hoje é difícil. (Mirian)

A construção de espaços coletivos para socialização (debulhas) de histórias pautadas na união para a partilha do trabalho, da produção e das memórias (essa forma de convivência) define uma das faces do modo de vida camponês. Nele, as famílias cultivam traços e valores que constituem sua identidade cultural, produtiva e social no território de vida.

Nesse caso, “o **território** depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das **relações sociais existentes**”. (DIEGUES, 2008, p. 85, grifos do autor). Essas relações sociais que atribuem vínculos de vida e produção com a terra vão sendo passadas entre gerações como herança cultural através de formas de participação na vida comunitária e familiar. Elas também vão constituindo a identidade das mulheres que integram esta pesquisa.

Ao descreverem suas histórias e seus percursos de trabalho, essas mulheres refletem sobre sua própria identidade recriando sentidos e valores que se fazem do/no trabalho. Seu ser camponesa está condicionado a sua relação com a terra, o trabalho, a cultura e a história. Essa formação da identidade com a terra faz parte, como descreve Edward Thompson (1987), do processo pelo qual camponeses e camponesas se fazem como sujeitos do campo em um caminho permanente da ação/reflexão humana. Nesse sentido, ele diz, ao se referir à construção da identidade de classe, que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (1987, p. 9). Aliada a esse exercício de reflexão sobre a constituição da identidade, cabe também a contribuição da análise de Scott (1999) sobre a experiência como constituinte dos sujeitos e, enquanto tal, como produtora de conhecimentos.

No caso do nosso estudo, a paráfrase sobre a identidade das mulheres como camponesas é de que sua gênese e sua constituição são processos contínuos de ser/fazer-se na relação com e na terra e com o trabalho. Nessa acepção, a terra é, ao mesmo tempo, o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver e de morrer. É através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si que constituem o processo de produção material de sua existência, conforme nos ensina Gramsci:

A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente [...] o homem não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente por meio do trabalho e da técnica (GRAMSCI, 1989, p. 39).

Assim, os modos de vida são produzidos e cultivados pelo jeito de ser, viver, produzir e reproduzir a vida. No caso das mulheres camponesas, elas aprendem a fazer e aprendem a ser em processos mediados pelas e nas

relações com seus pares, na família, na relação com a terra, com a natureza.

Dona Luana, por exemplo, afirma-se como agricultora nessa condição:

Ave Maria! Eu tenho um amor muito grande pelo verde. Eu gosto de planta, gosto de criar, eu **sou agricultora forte mesmo**, planto horta: cebola, coentro, eu não posso ver um caroço de pé de árvore que eu planto, agora veio uma planta, um sobrinho meu trouxe um caroço de uma planta, foi de longe, não sei se foi do Pará e eu plantei e até hoje não sei que planta é essa, mas só o gosto de plantar e ver tudo crescer bem bonito me faz bem. (Dona Luana)

A aprendizagem do trabalho com a terra transcorre a infância dessas mulheres, que têm no trabalho da família a referência para aprender a lidar com a terra e os conhecimentos desta:

Desde a idade dos oito anos, acredita? Eu ia com meu pai para o cercado, meu pai cavando cova e eu plantando. Ele me dizia: “*minha filha bote de quatro a cinco caroços em uma cova*”. Eu fui criada, nasci e me criei dentro do trabalho, porque meu pai e minha mãe eram agricultores e nós sempre trabalhemos mais nossos pais. Nós nos reuníamos todos: era papai, mamãe, eu mais meus irmãos, aí nós começamos a trabalhar desde esse tempo. Nos pusemos de moça e rapaz, casamos e continuamos trabalhando. Até hoje a gente trabalha ainda, nunca deixamos de trabalhar, não. (Dona Luana)

A relação com a terra, o ambiente e o trabalho, na infância de tais mulheres, era uma brincadeira, um divertimento através do qual eram construídos os valores e os conhecimentos dessa relação:

Aí eu comecei a fazer artesanato porque antes disso, quando a gente era criança também meu avô quando não tinha algodão, quando era tempo de seca que não tinha algodão, tinha pouco trabalho, só tinha mesmo a caeira. Aí a gente trabalhava com corte de olho [carnaúba]. O olho branco tirava o pó para fazer a cera da carnaúba. Porque aqui a gente conhece por olho, né? Aí o olho verde a gente fazia vassoura, fazia corda, bolsa, chapéu. Desde a época do meu avô. Ele trabalhava e a gente, sempre criança estava pelo meio, estava ali fazendo as bonequinhas de palhas do olho, fazia as coisas. **Para nós não era trabalho, era divertimento**, não é? (Mirian)

Ela relembra como foi construindo o vínculo com a terra nessa relação entre o brincar e o aprender; como se constituiu, assim, um processo contínuo de aprendizagem mútua, da relação com a as formas de viver na/da terra:

Desde criança a gente começou... Os meus pais, eles nos levavam, eles iam trabalhar e não tinham com quem deixar a gente. Enquanto o sol era frio, eles nos levavam para ajudar eles a apanhar o algodão. Quando a gente era pequenininho, eu achava interessante e fiz isso com os meus filhos, a primeira coisa que eles fizeram foi o quê? A minha mãe fazia uma vassoura pequena, do meu tamanho, um cabo pequeno. As enxadas também eram de acordo com nosso tamanho. E ele ensinava a gente a brincar com a terra. Não era trabalhar, era brincar. E a gente até brigava porque eles faziam as enxadas pequenas pra nós, mas nós queríamos eram as grandes deles. **E foi**

**assim que a gente pegou o apego com a terra** porque eles não nos forçaram a trabalhar, eles nos ensinaram a trabalhar brincando. (Mirian)

Essa experiência relatada foi tão significativa na constituição da relação com a terra que Mirian relata com orgulho a experiência do filho já repassando para o neto a mesma aprendizagem que teve. O “repasse” traz alegria porque indica que, de certa forma, os ensinamentos da relação com o trabalho na terra estão sendo levados adiante:

Mas aí assim, esse contato mesmo com a terra a gente teve desde criança; eles já ensinaram como se fosse uma brincadeira. É tanto que no ano retrasado, nós plantamos no roçado da minha sogra; a gente plantou eu e meu filho. E o meu filho pegou uma pá, uma pá dessas grandes de apanhar lixo, não era pá de servente; pá de cozinha mesmo e ele desamassou todinha e fez tipo uma enxadinha para o filho. Aí eu disse assim: *no meu tempo era enxada de verdade, não é?* Ele brincava e o filho dizia: *papai, eu vou trabalhar mais você*. E ele disse: *vamos meu filho, vamos trabalhar bem muito*. E quando ele chegava lá no roçado e pegava a enxada e dizia: *não papai, minha enxada não presta não. Eu quero é a sua*. Risos. E logo ele se cansava. Risos. O que eu achei interessante: ele está ensinando para o filho dele coisas que os meus pais me ensinaram, quando eu era criança. (Mirian)

Brincar e aprender ou aprender brincando. Nesse exemplo, podemos discorrer que a ludicidade é um instrumento indispensável na aprendizagem, no desenvolvimento da cultura camponesa e na produção de saberes. Isso, por sua vez, dialoga com os estudos de Vigotsky (1994) sobre a formação social da mente. Segundo ele, a brincadeira tem como característica a imaginação, a imitação e a regra. No caso camponês, são perpassadas aí regras de convivência, de práticas sociais e de manifestações culturais que foram sendo construídas e estabelecidas em função dos ciclos da natureza.

Com efeito, as formas de apropriação do território trazem diferentes aspectos - como os citados acima - que indicam como vão se criando vínculos de viver e trabalhar com a terra. Esses aspectos são muito importantes para compreendermos como se dá a constituição da identidade dos camponeses e das camponesas com a terra.

Os vínculos que compõem o ser camponês são forjados num processo dialético e, ao mesmo tempo, criativo que vai transformando o sujeito a partir das experiências que fazem e refazem os sujeitos permanentemente



dentro da sua historicidade. Assim, podemos incorporar o termo - elaborado por Thompson - de “experiência humana”, em que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações, relações produtivas determinadas, como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essas experiências em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1987 p.182).

Assim como Mirian, Dona Brígida lembra como constituiu essa identidade com a terra e afirma a alegria de trabalhar na agricultura:

Quando eu cheguei aqui no Tomé eu era pequenininha, trabalhava mais o meu pai em roça: limpando de enxada, tirando tarefa de terra; depois a gente plantava também no inverno, a gente trabalhava na roça, tirando tronco com chibanca. **E foi assim que a gente cultivou o apego com a terra.** (...) Sou feliz lá no meu trabalho. (Dona Brígida)

Ao cultivar a terra, Dona Brígida cultiva o apego a ela. Em um viés de mão dupla, ela descreve a ideia de pertencimento, ligação, afeto e identidade com a terra, assim como um compositor popular traduziu na música “Caminhos Alternativos”:

**e o camponês se mistura  
a terra** que tanto ama.

Amar o campo, ao fazer a plantação,  
não envenenar o campo é purificar o pão.

**Amar a terra, e nela plantar semente,  
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.**

(Zé Pinto, compositor popular)

Ao percorrer o caminho de sua história, de sua memória e experiência, Dona Brígida nos ajuda a pensar a constituição da identidade das mulheres transcorrendo a ideia de que se é pelo que se faz. Isso ocorre porque, no ato de fazer, transitamos por campos objetivos, mas também nos permitimos vasculhar subjetividades que vão nos constituindo, em dinâmica e dialética, como ser.

Por isso, na relação com a terra, com as plantas e, no caso da história de vida de Dona Judite, na relação com os animais, percebemos alguns elementos constituintes do seu ser como mulher camponesa:

Nunca deixei de criar qualquer coisa, tem que ter: um bacurim, um cabrito, uma galinha com uma ninhada de pinto. Nesse quintal pequeno

assim, mas eu tinha boi que era do meu menino, que ele trabalhava com a carroça nesse boi, depois ele vendeu, comprou umas criações. Ninguém falta, tem que ter, porque na hora que falta, pra mim é uma tristeza; pra mim **está acabando com um pedaço da minha vida**. Tem que ter aquilo ali para eu estar vendo, estar ajudando, boto uma água, cuido. Só fico satisfeita eu me acostumei com esse cheiro do esterco, às vezes ele (o filho) diz assim: *Mãe faz é vergonha chegar uma pessoa*. E eu digo: meu filho, é o seguinte: quem quiser andar na minha casa do jeito que eu sou, como eu sou e com o que eu tenho e sou, bem! Quem não quiser, pronto. Vai lá pra onde tem coisas bonitas, tem coisas boas. O importante é eu me sentir bem como eu sou e com o que eu faço e eu sou feliz assim. (Dona Judite)

Rita Maria, por sua vez, aponta a relação com as plantas como uma terapia para a sua vida, mostrando que isso é o que a faz feliz. Como uma espécie de devolução aos benefícios adquiridos dessa relação, também vê nos animais uma forma de sentir e partilhar seu bem-estar:

Tanto eu acho bom a planta que serve de alimento como eu acho bom plantas, as flores mesmo pra mim conversar com elas. Pra mim, quando eu tiver aguardo eu dizer como são lindas, que eu adoro elas, **eu gosto de conversar com as plantas**, eu gosto muito de animais. Faz bem pra gente e eu me sinto feliz porque eu tenho minhas plantas pra todo dia eu aguardar e conversar com elas. Eu adoro planta. Planta e animal. Inclusive essas duas vasilhas vazias aí é porque eu **sinto que eles têm sede**. Aí todo dia eu encho essas duas vasilhas, duas vezes ao dia, de noite não, eu encho na boca da noite. Mas as duas vasilhas aí são cheias direto para os gatos e cachorros, quem chegar beber. (Rita Maria)

Outro aspecto da identidade das mulheres diz respeito ao morar no campo. Maria traduz o gosto de morar em uma comunidade camponesa quando afirma: “Eu não vou negar que eu gosto! Logo a gente é acostumada desde a idade de dez anos e hoje eu tenho quarenta e um e até hoje graças a Deus eu gosto.” Na mesma direção, dona Odete declara:

E **já insistiram muito**, teve um que quis até me dar uma casa, **pra eu sair daqui, mas eu não saio não**. Só saio quando morrer. Apesar de que o meu marido também não quer essa vida de cidade. Ele quer no campo, já com essa idade que ele tem ainda trabalha e é gostoso a gente estar no campo, aonde a gente se criou desde pequena em roça, e pra morar em cidade eu não me acostumo. Antigamente era porque eu achava uma vida mais sossegada, hoje não, hoje já é o contrário, a gente não tem mais aquela cautela (calmaria) que tinha no campo como tinha antes, mas olhando bem ainda é sempre um pouco mais calmo do que cidade, eu acho. (Dona Odete)

Apesar de identificar as transformações induzidas pelas empresas no lugar bem como os problemas daí decorrentes, ela assegura:

E até hoje eu gosto bastante só que as empresas pra mim não foi um vitória, não. Porque pra mim não melhorou nada. E eu acho assim que piorou a vida dos moradores em termo da empresa desativar, não

empregou mais ninguém, só poluiu o nosso ambiente e pronto! Foi só isso que a gente ganhou das empresas. Mas até hoje **eu gosto de morar aqui, eu não pretendo sair.** (Dona Odete)

A afirmação da identidade e do pertencimento ao lugar é traduzida por Dona Judite na sua relação com a moradia; no seu apego a casa; no gosto e no prazer que tem em ter o seu lugar, vez que todos esses elementos fazem que se sinta bem. Por duas vezes, por exemplo, os filhos e as filhas lhe construíram uma casa de alvenaria. De acordo com seu depoimento, todavia, ela não se reconhece nesse lugar e vai arranjando formas de retomar:

Mas essa aqui onde eu moro [casa de taipa] pode ser a rua mais beleza do mundo, o mais bonito do mundo tem que ter um barraco (referindo-se a casa de taipa). Quando meus filhos falaram que iriam construir uma casa pra colocar os cacarecos, eu falei assim: não derrube essa não, pra ser arreio de bicho, essas coisas assim. Mas no fundo, no fundo, já foi eu me lembrando de querer voltar. Aí vou alí, trago uma rede, vou dormir um sono alí meio dia, aí vou chegando, vou ficando. Risos. Eu toda vida gostei. Mas é aqui onde eu me sinto bem. Quando eu chego alí [casa de alvenaria] ao meio dia, quando eu vou pra ali é mesmo que está no purgatório, meu Deus do céu, fico me abanando. Quando eu chego aqui (casa de taipa), eu digo: não preciso de ar condicionado, não. E com meus bodes, meus carneiros, minhas galinhas em redor d'eu, eu sou muito feliz, sou muito feliz mesmo, graças a Deus. (Dona Judite)

Em outro depoimento, Rita Maria se refere aos problemas sociais que a comunidade enfrenta hoje, especialmente no que tange à violência. Contudo, afirma e reafirma a defesa do lugar e fala das raízes que a fazem confirmar o “lugar como seu”, sem medo de viver - mesmo diante do quadro de violência trazido por pessoas desconhecidas por quem nasceu e se criou ali:

Eu não sei se é porque eu nasci e me criei aqui, por isso não tenho medo, eu não tenho medo de morar e viver aqui porque aqui foi onde eu nasci e a senhora pode ficar sabendo: a senhora aqui está com medo, lá no seu lugar a senhora não tem medo não! Pode haver as coisas que houver aqui, lá no seu lugar a senhora não tem medo, tem? Tem não. **Eu moro aqui, eu não tenho medo, mas sabendo e vendo que a violência está demais!** Antigamente também não era. Tem muita gente de fora. (Rita Maria)

As mulheres com as quais fomos dialogando no decorrer da pesquisa têm em comum essa relação com a terra, o trabalho e o território como constituintes do seu ser em diferentes aspectos. Não obstante, tendo como referência algumas lições e aprendizagens a partir da realidade das mulheres empregadas nas empresas de fruticultura na atualidade, Sophia nega essa condição alegando a precariedade do emprego ofertado e os problemas que

esta acarreta na relação trabalho e ambiente. Isso nos permite perceber a relação da juventude com o território camponês que, no seu caso, foi construída de forma diferente das outras mulheres com as quais dialogamos:

**Eu não quero ser agricultora de jeito nenhum na minha vida.** Nunca gostei da área, eu não critico, mas nunca me atraiu, papai sempre me incentivou a ser engenheira agrônoma, sempre queria que eu fosse, mas eu: *não, pai, se o senhor quiser investir em mim, ter orgulho de mim, eu seguindo outra carreira, uma coisa que eu goste, tudo bem, mas para que eu exerça a profissão de agricultora para o senhor me ver numa empresa tendo contato com aquela coisa do veneno, a exploração, eu ganhando mincharia, por mais formada, mas ganhando mincharia para enricar uma empresa?...* O patrão que só visa o lucro, poluindo o solo, se ele está explorando trabalhador, se ele está maltratando uma comunidade, só na visão dele de manter lucro, de ter cada vez mais dinheiro, de enricar, não quero não, isso aí pra minha vida, não. Porque o que acontece é isso aí, **o que eles querem é o lucro, eles não estão nem aí para saber se o trabalhador está bem, não procuram ajudar a contribuir com a saúde daquele trabalhador.** (Sophia)

Levando em consideração a questão geracional, a forma como Sophia constrói sua identidade como camponesa nos leva a refletir sobre o tempo histórico de não ter vivido processos de construção da identidade a partir da relação de “cultivo do apego” com a terra (fato que as demais mulheres da pesquisa experimentaram).

O que colabora com sua criticidade sobre o trabalho das mulheres dentro das empresas, por sua vez, é o que ela tem visto e vivido hoje, já com as intervenções da modernização agrícola. No universo da representação social, isso contribui para a construção, na sua interpretação, do ser camponesa hoje. Essa percepção dialoga com o que já apontaram os autores que discutem o tema do trabalho, pois, quando a força de trabalho se torna mercadoria e não realização do sujeito, a tendência é a externalização (ANTUNES, 1988), o afastamento desse objeto. Por isso, no caso particular em que analisamos a constituição da identidade do ser mulher camponesa, Sophia nos ajuda a pensar que a negação ao emprego passa a se constituir também em uma forma de resistência a ele.

Além dos aspectos apresentados acima (relativos à terra, ao trabalho e à moradia), acrescentamos a solidariedade e a socialização de saberes como também constituintes da identidade das mulheres como camponesas. Esses dois aspectos são, na nossa avaliação, geradores e potencializadores de fortalecimento da comunidade. Eles contribuem para o estreitamento das

relações comunitárias que perpassam o cotidiano e o ser dessas mulheres e, por sua vez, estimulam novas solidariedades.

No período de vivência em campo, percebemos nuances que nos permitiram descortinar esse aspecto tão significativo na vida das mulheres, pois, à medida em que elas reconhecem dificuldades vividas, buscam formas de superação baseadas em atitudes e gestos de solidariedade. Esses são concretizados em vivências cotidianas de cooperação entre si, através de ações simples, como a partilha dos frutos colhidos:

Antigamente a gente tinha que descer para Quixeré pra comprar um mamão, pra comprar um coco, agora não, agora aonde, na hora que você quiser você vai ali no projeto tem só de goiaba, tem só de mamão. É muito difícil eu comprar. É mais os amigos que tem “*Maria, vá buscar uma caixa de mamão pra você*”. Mas aí agora mesmo eu estou parada porque não estou fazendo pra vender, mas na hora que disser assim: *Maria, faça duzentas cocadas pra mim*. É ligeiro! E eu não preciso me preocupar porque **muita gente partilha os frutos comigo. Eles se sentem bem e eu também**. Risos. (Dona Judite)

Do mesmo modo, o aprender trabalhando, experimentando e repassando conhecimentos e gestos de solidariedade são traços apresentados pelas mulheres. Dona Odete, por exemplo, faz memória de como aprendeu trabalhando:

E foi ótimo meu trabalho. Fiz muita experiência; apesar d’eu ser analfabeta, eu venci o trabalho. Venci mesmo sem nem assim, uma reclamação das coordenadoras. Porque eu não tinha leitura, não tinha saber, mas na voz de trabalhar e orientar, eu repassava as orientações bem direitinho, levava as informações bem direitinho. **Não tinha um tipo de saber, no lápis, não. Aprendi trabalhando**. Aprendi fazendo os nomes das pessoas trabalhando, eu tenho o meu cadastro de trabalho. Mas aprendi com o passar do tempo, trabalhando. E hoje as meninas ficam assim, admiradas porque **eu não estudei e eu celebro a palavra**, eu faço tudo, mas aprendi com o trabalho. (Dona Odete)

O saber produzido pela experiência, nesse caso, está intrínseco à compreensão da arte de aprender a partir da experiência. É o encontro com o que experimentamos, pois ele (nos) transforma, nos constrói como sujeitos e, simultaneamente, constrói conhecimentos.

Outro fator importante - defendido pela Dona Judite - é a socialização de saberes. A partir do reconhecimento da importância do artesanato como algo que faz parte da cultura e da preocupação com a nova geração que precisa aprender a trabalhar com o talo da carnaúba (e “levar adiante a nossa cultura”, como ela mesma diz), defende que o conhecimento aprendido sobre a carnaúba seja socializado:

O artesanato é muito importante, muito importante. Eu dou umas aulas ali no colégio para os professores. É de garrafa pet, é de trabalho com o talo. Mas que é muito importante, é bonito, o pessoal gosta; a palha também. Eu acho importante, muito importante o trabalho da mulher. Aí eu faço, todos os anos quando tem feira de artesanato, feira de ciência, eu ajudo muito os alunos, **eles vêm fazer a pesquisa aqui**. Quando têm aquelas feiras no colégio, eu faço um bocado de coisinhas com eles para eles exporem lá. Pra ensinar, mas nunca cobre nada não. (Dona Judite)

As aprendizagens dessa e de outras formas de trabalho vão sendo construídas com outras mulheres e são feitas a partir da observação, da experimentação. Dona Judite, por exemplo, faz pastel e salgados para vender na lanchonete a partir de uma experiência que conjuga esses fatores:

Essa mulher que eu ia pegar os produtos da Avon para vender, ela fazia coxinha e pastel. **Eu interessada em aprender**, eu marcava pra chegar lá na hora que ela estava fazendo e eu tinha vergonha de pedir pra ela me ensinar. Eu chegava lá no pingo do meio dia. Era a hora que ela podia fazer pra eu ver como era que ela fazia. Mas também era só uma vez, eu vendo uma vez, duas, pronto. Quando eu chegava em casa, na hora que eu chegava com aquilo na cabeça também não dava trabalho não. (Dona Judite).

A mesma situação de aprender pela observação do trabalho é relatada quando evidencia como sua filha aprendeu a costurar. Ela lembra e reconhece:

“Minha filha, ela é craque na costura. Uma alfaiate de mão cheia, mas aprendeu comigo. Quando eu estava costurando, ela chegava, era no pé da máquina ali, todo tempo, só faltava furar os dedos observando. E eu dizia: *sai daí menina, vai cuidar no que fazer*. Mas também ela não fez curso, não aprendeu pra dizer assim fulano foi ensinar, ensinar a cortar, não. Foi só mesmo vendo.” (Dona Judite)

Sobre a solidariedade, inúmeros relatos foram apresentados pelas mulheres no sentido de situações em que vivenciaram problemas com outras mulheres e, juntas, buscaram saídas coletivas para resolver suas questões. A experiência de solidariedade vivida por dona Odete com uma vizinha, por exemplo, diz respeito ao seu conhecimento sobre o que os agrotóxicos causam à saúde das pessoas e sobre como poderia ajudar e aconselhar as mulheres a não se submeterem a esse tipo de trabalho:

Assim, eu dizia muito para as minhas colegas que trabalhavam lá (usina de reciclagem) que tal fosse a minha precisão de trabalhar em um negócio daquele eu não ia não... porque as pessoas ficam assim tudo preta, com aquela catinga. E eu dizia assim: **menina, isso faz muito mal!** Aí tinha uma mulher que é muito amiga minha, ela é uma mulher nova, trabalhou lá. Aí ela só vivia gripada, doente. *Mulher, deixa esse serviço! Você não morre não se deixar esse trabalho, não*. Ela: *você vai me dá de comer?* Ela só tem uma filha, não tem marido. Eu disse: *mulher, é o seguinte, eu não vou dizer que vou lhe sustentar,*

*não, mas eu lhe ajudo. Saia mulher, desse serviço, esse **serviço não vai ser nada bom pra você.** Você é uma mulher nova, só tem sua filhinha, vai trabalhar em um negócio desse! Aí ela: Odete, eu vou pensar no seu caso. Depois ela disse: Odete, eu deixei, não pretendo mais voltar, não. E eu disse: volte não. **Aí eu comecei a dar a cesta a ela todos os meses.** Quando eu fazia o meu mercantil, eu dava uma cesta para ela. Aí depois ela conseguiu o seguro safra, conseguiu o Bolsa Família, aí ela disse: *não se preocupe que dá pra mim passar.* Aí eu:  *você acha que dá pra você passar só com isso?.* Ela:  *dá! Eu moro perto da minha mãe, ela também me dá.* E aí eu disse: *não, mas eu não vou esquecer de você não. Aqui e acolá eu venho deixar alguma coisa.* Eu tenho assim, muito carinho por ela. Aí eu pedia, só faltava chorar nos pés dela para ela sair. (Dona Odete)*

O gesto da Dona Odete ultrapassou o conselho e se transformou em atitude solidária de tentar garantir com que a amiga se mantivesse fora do trabalho que adocece até conseguir outras formas de garantir a sua existência e a da família. Essa amiga, porém, não obteve outro emprego e vive dos programas sociais do governo, como o Seguro Safra e o Bolsa Família. Como continua a relatar Dona Odete:

e assim, da ajuda da família, de quem tem vontade de ajudar e graças a Deus ela vive bem. Graças a Deus nunca passou um dia sem comer e está vivendo e cuidando da filhinha. Porque, sei não, mas **eu tenho a maior dó de ver as pessoas trabalhar naquele serviço.** (Dona Odete)

Dona Odete, ao comungar com o sofrimento do outro, da outra, explicita o sentido da cooperação e da solidariedade e fortalece as relações comunitárias. Se, por um lado, poderíamos nos questionar em razão de seu gesto não solucionar o problema do trabalho, por outro, avaliamos que sua ação de amenizar a dificuldade de sobrevivência da amiga demonstra uma das formas de ser do campesinato, de sua identidade: a vivência comunitária, de ajuda mútua entre aqueles e aquelas que comungam do mesmo sentimento e constroem suas relações intercomunitárias e territoriais.

Nessa mesma direção, no período que estava com problemas de saúde, Jezabel contou com a mãe e também com a ajuda da comunidade para superar o desafio de não poder trabalhar e não ter o que comer:

Mamãe comprava meus remédios, caríssimos. Um o governo dava e os outros quem comprava era mamãe, o mais forte que era receita azul. E o pessoal da comunidade, eu agradeço muito também (pausa: emoção e choro) A Branquinha todo final de semana ela mandava meu frango completo: vinha do cheiro verde ao arroz. E as pessoas da comunidade fizeram cesta básica. Ficaram pedindo e me deram. A Branquinha, eu morro, morro e não pago esse favor a ela, de jeito nenhum, esse amor é muito grande. E não foi só um mês, não, viu? Me operei 28 de fevereiro de 2008, me lembro como se fosse hoje, aí

passei março, abril, maio junho e julho, seis meses. **E só sobrevivi porque elas me ajudaram.** (Jezabel)

Os relatos evidenciam que inúmeros desafios perpassam a condição das mulheres camponesas. Mesmo assim, podemos afirmar que sua identidade não é induzida por um processo de individualização, mas construída nas interrelações que propiciam que elas sejam sujeitos coletivos. O que as constitui como sujeito, por sua vez, são as contradições que vivem e suas formas de superação, pois procuram subverter as dificuldades nas atitudes de ajuda entre mulheres, de comunhão com seus sofrimentos e de diversas formas de partilha que tecem seu ser/fazer.

Além desses aspectos trazidos pelas mulheres, para tratar das formas tradicionais da vivência camponesa, temos outro aspecto relacionado à sabedoria popular. É a experiência do(a) agricultor(a) de lidar com as variações da chuva e criar estratégias de produção para garantir seu sustento, numa mistura que envolve crença, leituras sobre o ambiente e olhar atento aos sinais da natureza:

E o meu sogro **ele era muito da terra**, ele sempre plantava. Ele sabia o ano que dava o inverno bom, o ano que dava o inverno ruim. Mesmo que fosse um inverno ruim, ele sempre tinha colheita, ele sempre colhia para passar o ano porque **ele fazia as experiências**. Quando chegava as fogueiras no mês de junho, ele enchia uma garrafa de água, cavava um buraco e enterrava a garrafa. E fazia as três fogueiras: São João, São Pedro e Santo Antônio aonde a garrafa estava enterrada. Quando terminava as fogueiras, ele ia e desenterrava a garrafa e dependendo do nível de água que tivesse na garrafa, ele sabia quando ia começar o inverno e que tempo ia demorar. E era interessante porque podia ter seca, mas ele sempre conseguia pelo menos o de passar os seis meses de seca. (Mirian)

Esse pode ser considerado um dos aspectos que compõe a apropriação do território da Chapada do Apodi pelos camponeses presentes até hoje na realidade das comunidades.

Ao tratarmos das questões relacionadas sobre a forma como as mulheres foram constituindo suas identidades com a terra, os vínculos com o território e os modos de vida como camponesas temos a clareza de que trazemos para o presente a memória de um passado de “boas lembranças” e, ao mesmo tempo, contribuímos para que elas problematizem o sentido das escolhas que são feitas sobre o que dizer, o que lembrar, por que lembrar.

Nesse âmbito, muitas lacunas podem ser empreendidas na análise de tais escolhas. Sem, contudo, negar a existência dessas lacunas, nossa opção é



abordar a dimensão do significado, da importância que as mulheres dão na busca por redesenhar sua história.

Por isso, essa discussão sobre a memória ganha relevância porque ela é um elemento constituinte da identidade. Dessa forma, entrelaçadas, memória e identidade possibilitam analisarmos o processo histórico e os sujeitos que partem do tempo presente, mas que, ao relatar trajetórias, permitem-nos ver os acontecimentos a partir de uma memória seletiva do passado.

Como evidencia Perrot (2001), o dizível fabrica o indizível. Bosi, do mesmo modo, ajuda-nos a pensar sobre a memória da experiência vivida a partir do cotidiano, pois fala de 'uma memória das coisas' em transformação. Nela, "os lapsos e incertezas são o elo de autenticidade. Nesse sentido, a fala emotiva e fragmentada é portadora de significados que nos aproximam da verdade" (BOSI, 2003 p. 63-65). Por isso, de acordo com ela, devemos notar as contradições e os limites, visto que a memória é "cooptada por estereótipos que nascem, ou no interior da própria classe, ou de instituições dominantes como a escola, a universidade que são instituições interpretativas da história" (idem, p. 23).

Com efeito, as mulheres participantes da pesquisa, ao se reportarem ao passado, fazem isso a partir de representações seletivas do tempo histórico. Pierre Nora (1997) trata dessa questão destacando que nem tudo é lembrado, nem tudo é gravado, nem tudo é registrado. Assim, para lembrar, é necessário esquecer (NORA, 1997). Nesse sentido, os esquecimentos e os silêncios são muito reveladores nos mecanismos de manipulação da memória (LE GOFF, 2003).

Pollack (1992), por seu turno, acrescenta que a memória é "permeada do sentido não só daquilo que ocorreu no passado, mas do tempo presente e de seus conflitos" (POLLACK, 1992, p. 204). Por isso, é necessário percebermos as escolhas, os sentidos e os significados que as mulheres atribuem às experiências vividas no intuito de revisitarem o presente com elementos que aferem e constroem suas diferentes formas de perceber o movimento do real e suas nuances:

...lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de

representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1998 p. 55)

Esse é um elemento fundante no que tange à construção da identidade das mulheres no contexto atual. De fato, as formas como elas retratam o passado não são, em nossa interpretação, espécies de romantização. Na verdade, essas formas propõem que estejamos atentos(as) para descobrirmos as nuances do processo histórico. Isso se acentua, sobretudo, quando observamos o contexto de ruptura com os modos de vida a partir da chegada de um empreendimento através do qual os territórios e seus sujeitos não participaram da tomada de decisão e, como dissemos, tiveram que passar a conviver com algo externo à sua cultura e às suas formas de vida.

Na Chapada do Apodi, o processo de des-reterritorialização ocorreu dentro desse contexto. Assim, ao identificarmos que as famílias desenvolvem distintas formas de uso comum dos bens naturais; de organização coletiva da produção; de trabalhos; de diálogos e de socialização de saberes necessários à reprodução da vida no território - como veremos nas temáticas a seguir -, percebemos o conflito com os interesses do capital e observamos que as formas de uso bem como o controle da terra e da água se constituem como os elementos mais flagrantes de sua disputa pelo território.

### *5.1.2 A disputa do capital e o processo de des-reterritorialização do campesinato*

O processo de disputa pelo território da Chapada do Apodi se intensifica a partir da perda das terras e das ameaças advindas com a implantação do perímetro. De acordo com Lima, Vasconcelos e Freitas (2011), a reestruturação da região é marcada por um processo de des-reterritorialização dividido em fases distintas. A **primeira** foi a “**(des)apropriação da terra de produção e da terra de moradia** dos agricultores familiares camponeses” (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p. 115). Nessa fase, foram desapropriados 10.284,23 hectares de área que eram ocupadas, majoritariamente, por pequenos proprietários para que houvesse a implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA).

Na fase de construção do PIJA, que contou com o aparato do Estado para a garantia da infraestrutura necessária ao funcionamento do projeto, ocorreu, segundo aqueles autores, a **segunda** fase de desterritorialização. Esta levou à **modificação do modo de vida e trabalho dos camponeses** na região, pois “As estruturas instaladas alteraram completamente a configuração espacial da Chapada, desnudando e fragilizando a natureza daquele território” (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p. 120).

Por sua vez, a transformação de alguns camponeses em pequenos produtores irrigantes constituiu-se na **terceira** fase da desterritorialização. Nela, foram realizados, novamente, processos de **expropriação da terra e implantação de novas formas de produção**. A falta de incentivos e isenções fiscais do Estado - para utilização de água e energia e compra de maquinaria, por exemplo – contribuíram para o surgimento de dívidas e para a expropriação dos camponeses pela terceira vez naquele território. (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011). Paralelamente, isso induziu à formação de um novo jeito de produzir dos camponeses e das camponesas da Chapada, pois muitos deles precisaram se integraram a uma nova lógica produtiva para poderem sobreviver.

Atualmente, grande parte do território está apropriada pelo agronegócio. Essa hegemonia ocorreu através de invasões ou arrendamentos das terras por parte dos médios e dos grandes produtores, conforme demonstra a tabela abaixo, organizada por Freitas (2014). De acordo com Lima, Vasconcelos e Freitas (2011), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) reconhece que a maior parte da área foi apropriada ilegalmente por empresas nacionais e multinacionais. Essa invasão, por seu turno, constitui um cenário de reconcentração fundiária na Chapada do Apodi.

**Tabela 2.** Áreas invadidas/ocupadas destinadas à segunda etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi

Invasores/ocupante	Área (ha)	Ano
Del Monte Fresh Produce Ltda (invasor)	1.223,27	2004
Banesa - Bananas Nordeste S.A. (invasor)	356,74	2004
João Teixeira Júnior (invasor)	284,29	1998; 2003
José Gadelha de Lima (invasor)	198,93	1989;1998
WG Prod. e Distrib. de Frutas Ltda (invasor)	174,46	2002
Luiz Prata Girão (invasor)	148,84	1998; 2002
José Anchieta Mendes Xavier (invasor)	126,45	1989;2003
Fernando Antônio G. de Oliveira (invasor)	124,79	1988
Assoc. Ex-posseiros Santa Maria (ocupante)	108,82	1991
<b>Total</b>	<b>2.401,45</b>	-

Fonte: DNOCS (2009); organizado por FREITAS (2014).

**Fonte:** Dossiê Perímetros Irrigados – 2014

Tudo isso é fruto de um processo global e nacional de reprimarização da economia para consolidar o chamado “crescimento neodesenvolvimentista” e conta com o forte aparato do Estado para se concretizar. Com efeito, este tem proposto grandes obras - os perímetros são exemplos disso - para a expansão das fronteiras do capital e desencadeado, além de questões concretas (como expropriações e concentrações de terra e água), capturas simbólicas com significativas transformações nos territórios e na vida dos camponeses.

Os primeiros passos percebidos e visibilizados pelas mulheres sobre essa questão estão contidos nos tempos históricos vividos desde o relato sobre o período em que os avós tinham terra. Depois, passam para o momento em que as famílias tinham que trabalhar em forma de aluguel de terra e arrendamento da produção para proprietários que foram tomando posse da Chapada do Apodi. Jezabel, por exemplo, lembra bem do esforço da mãe para criar os filhos e de como isso fez que ela assumisse o compromisso de trabalhar no sistema de aluguel de terras:

Mamãe sempre foi a dona da casa, o homem e a mulher da casa. Aí era eu e meu irmão. Ela levava as panelinhas, cozinhava debaixo de uma moitinha lá no Maracajá. Tinha um senhor lá, minha mãe sempre amiga dele aí alugava os terrenos. A gente plantava milho, feijão e algodão. Mas toda vida a gente era de dentro, trabalhando. Aí teve uma época que nós trabalhávamos, trabalhávamos e não estava dando mais. Aí minha mãe pegou e entregou os terrenos. Sem a terra, quando era na época de inverno a gente sofria um pouquinho mais e quando era no verão a gente apanhava algodão. (Jezabel)

Como foi explicitado, o pagamento era em forma de 5 por 1 [no primeiro caso, referindo-se à quantidade de produto colhido e, no segundo, à quantia entregue para o dono da terra].

Situação semelhante, por sua vez, foi vivida por Dona Brígida, pois sua família, ao vender a terra para os grandes proprietários, também passou a trabalhar no sistema de arrendamento:

A gente não trabalhava em terra própria, era de Edmundo Bandeira nesse tempo que a gente trabalhava nessa terra aí. E hoje já está tudo cheio de banana, não é? A gente trabalhava de aluguel, assim, arrendado, era três por um. O que desse, era assim. E depois de criança eu ajudava meu pai assim, de roçado dos outros porque nós não tínhamos. (Dona Brígida)

Rita Maria, do mesmo modo, passou por essa experiência na família, assim como Mirian. No caso dela, a família vivia da agricultura na terra que pertencia a seu sogro. Essa terra também era o lugar onde se podia trabalhar cortando lenha. No inverno, o trabalho era familiar. Porém, além do trabalho na terra do pai, seu esposo arrendava também outros terrenos para plantar quando o inverno era bom:

Aí ele enchia os bulhão de setenta litros, oitenta litros de feijão, de milho e revendia. De cada dez litros que ele colhia, um litro era do dono da terra." O que sobrava era a renda da família. "Ele não pagava com dinheiro, não. Pagava com o próprio produto. (Mirian)

Nesse período, a família vivia do plantio de milho, feijão e algodão assim como de outros produtos cultivados para a subsistência, como melancia, maxixe e jerimum. Até recentemente, Mirian trabalhou nesse sistema.

Da mesma forma, Dona Ester teve a experiência com o aluguel de um terreno para fazer uma horta e trabalhar com seus dois filhos na produção de verdura:

De início era até bom, tinha coco também, mas aí foi se acabando, fracassando. O poço secou, aí eles desistiram. A concorrência era grande, mas tinha umas encomendas boas, mas acabou a água. Tinha um homem que comprava lá da Lagoa da Casca que ele comprava 300 molhos (de verdura) todo final de semana e tinha outra pessoa que passava no meio da semana e levava outros 300, era assim. Essas

encomendas era que sustentava mais. Aí depois que o poço secou, não pudemos mais manter essas encomendas e tivemos que entregar o terreno. (Dona Ester)

Esse sistema de arrendamento de terras compõe o cenário da problemática agrária desde os tempos imperiais até hoje em campos brasileiros. Alguns estudos (FERNANDES 2000, STÉDILE,1997) apontam que a implantação da Reforma Agrária vem quebrando com essa lógica, mostrando que onde não há reforma agrária, há concentração de terras.

No caso do território da Chapada do Apodi, a situação não foi e não é diferente. Confirmamos nos depoimentos das mulheres a ideia de encurralamento dos grandes proprietários e a geração dos processos de desterritorialização. Isso se iniciou com a perda ou a venda das terras dos camponeses que tinham pequenas propriedades, principalmente quando se percebe que os grandes proprietários chegavam oferecendo a compra fácil e o pagamento rápido:

Quando eu me casei, meu marido tinha um pedacinho de terra. Nós trabalhávamos lá em Maracajá, era do meu sogro, mas cada qual tinha um alqueire. Só que aí veio a venda porque veio esse pessoal grande, comprando pra fazer esses plantios grandes medonhos aí ficaram sem terra. O pai dele vendeu a terra para os grandes porque ele era quem tinha terra e dava uma pontinha pra cada um. Aí os grandes chegaram comprando as terras e eles foram e venderam e ficaram sem terra. (Dona Brígida)

Além da perda da terra, outra repercussão dessa concentração está relacionada às mudanças na matriz produtiva e, conseqüentemente, à imposição de um pacote tecnológico, como lembra Dona Odete:

**As águas, tudo o que a gente consumia, tudo era sadio. Agora com esses agrotóxicos, tudo é contaminado.** Muito por causa dessas empresas porque antes a gente não via isso não. A gente plantava, a gente colhia, a gente não via esse tipo de coisa. Hoje não, hoje todo mundo usa porque **as empresas foi quem incentivou e até por causa das empresas fazerem isso, os agricultores também fazem.** Se o pequeno agricultor plantar e não tomar providência, não dá mais nada porque a praga bate em cima. Aí é horrível, eu acho que **piorou muito a situação dos agricultores e dos moradores da Chapada do Apodi. Só enriqueceram eles mesmos** [se referindo aos empresários]. Que a gente não sabe quem são eles, muitas vezes, não é? São de fora. **E o pior, quando chegam aqui, invade o terreno alheio, aí é que é pior mesmo.** Não aconteceu aqui mesmo em nós, não. Graças a Deus que não, mas tem muita gente que sofre e eles **inventam de fazer indenização e no fim não faz,** não dão o que a pessoa merece. E daí por diante. Teve muitas coisas que piorou a situação. (Dona Odete)

Dona Odete nos apresenta um quadro da dinâmica da desterritorialização. Nele, a imposição de um modelo exerce tentativas de enquadramento em uma única forma de produção, o que gera algumas consequências: a primeira diz respeito ao tema da contaminação das águas e dos alimentos produzidos (uma nova realidade para os camponeses); a segunda se refere ao encurralamento dos venenos sobre a produção dos camponeses e o incentivo ao seu uso a partir do discurso de que “não pode haver produção sem agrotóxicos”; a terceira é o processo de invasão e não pagamento das indenizações das terras. Tudo isso justifica, segundo sua análise, o agravamento da situação das comunidades à custa do enriquecimento dos que “vêm de fora”.

Seu relato indica, talvez, uma separação e/ou enquadramento de quem é “de fora”, pois estes não se incluem nas formas de ser do camponês/camponesa. Do mesmo modo, revela a clareza de que apenas eles enriquecem. O que desencadeia uma situação desigual entre camponeses e empresas. Com efeito, percebe-se, pela fala de Dona Odete, que o método de invasão e as falsas promessas de indenização por parte das empresas só pioram a vida e as condições das comunidades.

Portanto, sob a égide do discurso modernizante de um projeto que promete a geração de emprego e renda, impõe-se a desterritorialização e o processo de vulnerabilização dos camponeses e das camponesas. Soma-se a isso o ocultamento dos danos ambientais e sociais (RIGOTTO, 2011).

De fato, há um arcabouço político e um aparato estatal traçado para levar “desenvolvimento” para regiões supostamente “subdesenvolvidas”. Entretanto, o projeto dos perímetros irrigados (conduzido pelo discurso das “tecnologias altamente qualificadas”) vai de encontro às formas e às experiências de produção desenvolvidas até então pelos camponeses. Ele carrega em seu cerne fortes indícios de violações de direitos territoriais, trabalhistas, sociais e ambientais que as mulheres trazem presentes em seus depoimentos.

Isso ocorre especialmente, quando se referem a como foi conduzido o processo de desapropriação por parte do DNOCS, algo que gerou três fases de desterritorialização das famílias.

A primeira fase vinculou-se exatamente às desapropriações das terras para a introdução do perímetro e foi seguida de um discurso de incentivo a

formas de produzir que gerassem mais produtividade e rentabilidade. A desapropriação veio interligada com as expulsões e as invasões de terra e gerou, de acordo com os relatos, uma reconfiguração na paisagem.

Dona Judite, por exemplo, reconhece que não sabe mais onde fica a terra que era da sua família devido às novas configurações produzidas com a monocultura da banana: “Nós tínhamos terra e foi desapropriada. Aí hoje em dia não sei nem onde é essa terra mais porque o que a gente tinha é tudo coberto de banana. E ninguém tem mais terra para plantar” (Judite). Mirian, ao referir-se ao lugar onde mora atualmente, faz a memória de como e porque veio para o Tomé, expulsa de outra comunidade que foi desapropriada para a construção do perímetro:

Quando eu tinha 10 anos, a gente veio porque o Maracajá de Dentro **ele foi desapropriado aí então a gente foi obrigado a sair de lá**. Nós tínhamos um pedaço de terra. O meu pai tinha um sítio com a casa. Aí no que as famílias foram desapropriadas, obrigaram a gente a sair, o DNOR no tempo não era DNOCS ainda. Era outro nome, mas era o mesmo órgão. (Mirian)

De acordo com seu relato, sua família não queria sair, mas precisou se retirar após um longo trabalho de convencimento dos técnicos do DNOCS, que disseminavam a ideia de que os desapropriados não tinham alternativas e de que sairiam recebendo a indenização ou não. A ameaça, por sua vez, efetivou-se para algumas das famílias que resistiram e se recusaram a sair das suas terras:

Lembro que meu pai recebeu o dinheiro e a gente foi morar em Limoeiro porque já foram **passando os tratores derrubando as casas**. A gente morou um ano em Limoeiro, **meus pais não se deram**, voltamos e viemos para cá pro Tomé. O dinheiro da indenização ele comprou uma casinha lá em Limoeiro aí ele não gostou de lá por conta do trabalho porque o pai dele tinha um sítio lá no Sitio Saquinho. Aí ele vinha talhar no sítio do pai. Ele sempre gostou de lidar com isso. (Mirian)

A família foi expulsa, mas a identidade com a terra permaneceu. Essa é uma forte característica da identidade camponesa. Na lógica da cidade, não coube seu sentido de pertencimento e relação com a terra. Foi isso, segundo Mirian, que o motivou a retornar para o campo.

A injusta indenização também é descrita no seu depoimento, visto que, de acordo com o relato, o pai teve que recomeçar tudo de novo - dessa vez, nas terras do avô de Mirian.



Tal situação nos remete à ideia de **desenraizamento**. De acordo com Cavalcanti (2002), ele se configura como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social.

A questão é importante para entendermos a situação de expulsão, pois ela provoca uma nova realidade e vai de encontro ao processo de enraizamento. Este descreve a construção da identidade camponesa, em que cada “indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p.137).

A forma de hegemonia do espaço agrário se reproduz na Chapada do Apodi e instaura o conflito exatamente porque gera fluxos de expropriação, concentração e invasão da terra com o intuito de explorar os recursos naturais e transformá-los em mercadorias de alto valor competitivo. Ao mesmo tempo, as famílias que aí viviam com são expulsas - em nome e para dar lugar - ao “progresso”.

Freitas (2010) aponta que, entre 1985 e 1988, foram desapropriadas 320 famílias para a construção da primeira fase do projeto de irrigação. O que o DNOCS chama de desapropriação para fins de interesse público, entretanto, as famílias chamam de expulsão e violação de direitos. Dona Judite, por exemplo, assistiu a duas situações dessas violações, que tiveram como consequência não só a perda da terra e as transformações na identidade cultural, mas também o comprometimento da dignidade humana, conforme observamos no relato abaixo:

O projeto alí aonde eles implantaram a Fapija[Federação das Associações do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi], eu assisti um senhor no dia que um trator veio derrubar a casinha dele, **eu assisti o senhor chorando. Mas é triste, ele não queria sair do que era dele, não queria de jeito nenhum:** *“Eu não saio daqui, eu não aceito de jeito nenhum, pode derrubar a casa que eu fico em cima desse pé de pau mas eu não saio do que é meu”*. Aí no dia em que esses tratores chegaram, e foi pra demolir a casinha dele, **é triste você vê uma pessoa de cinquenta e tantos anos chorando, caminhando vendo que você suou, construiu sua família, ser derrubado por pessoas estranhas não tem nada a ver.** Como se fosse assim, eu achei meu Deus, como é que eu quero dizer, como que fosse... hoje em dia não fazem esses, como é mulher? Chega num canto, toca fogo, chega numa fabrica, toca fogo, aí o dono que quiser não está nem aí, eu imagino que ele sentiu aquilo no coração, aquilo foi uma dor tão grande!... (Dona Judite)

Faltam palavras à Dona Judite para descrever a dor de quem perdeu aquilo que lhe dá a vida. Esse sofrimento também é descrito pelo que viveu sua

avó com a chegada do DNOCS trazendo o tal “desenvolvimento” para a comunidade:

A minha avó ela não foi jogada fora porque eles chegavam e “*se vocês saírem, bem, mas se vocês não saírem, nós derrubamos com vocês dentro!*” Eles diziam. Mas com a minha avó não foi assim. Ela foi embora pra Limoeiro, **adoeceu**, porque nunca foi da cidade, aí foi morar na cidade, adoeceu, aí veio **para o colo da minha mãe**. Aqui onde eu estou morando a primeira casinha foi dela, de barro também. Mas uma pessoa que era como eu já puxei a ela: gostava de criar suas galinhas, seus cabritinhos, plantar. Ela com sessenta anos ainda limpava de enxada, **aí saiu assim repentinamente**, ela não foi botada pra fora, mas eles avisaram eles chegaram e “*olha a senhora vai ter que sair*” e conversaram e tal... **aí saiu e era um sofrimento muito grande**. Minha avó, tendo que sair, deixar tudo pra trás, pois **aconteceu com muitos**. Hoje onde é Maracajá, essas pessoas foram as que mais sofreram. Mas todos eram donos de suas terras, plantadores de feijão, plantadores de milho, algodão, essas coisas aí foi muito sofrimento, foi triste. No dia que foi pra fazer os piquetes, foi triste, muito triste para os moradores de lá. Muitos choravam. Aí foram contentando eles dizendo que o “*senhor vai morar na rua, mas que a sua terra você vai trabalhar, você vai plantar, é para os pobrezinhos. Aí nós vamos botar o pivô, o pivô são tantos proprietários, cada qual tem sua parte*”. Aí foram embelezando, embelezando, e os **pobrezinhos** foram caindo na conversa deles. (Dona Judite)

As tentativas de dominação do espaço perpassam também o aspecto - apontado pela Dona Judite - de fragilidade das famílias para lidarem com algo desconhecido do ponto de vista dos direitos, da organização, das informações e da participação política nos processos de decisão sobre os empreendimentos que chegam.

Tal situação gera, conforme descreveu Porto (2007), um processo de “vulnerabilidade populacional”. Mais do que isso, desencadeia um processo de fragilização e vulnerabilização dos grupos sociais com velhas táticas e novos discursos que tentam minimizar os conflitos fundiários.

Exemplos disso são os dados apresentados por Freitas (2010), pois, para a implantação da primeira etapa do perímetro, foram selecionados 316 irrigantes, mas, destes, apenas 197 eram ex-proprietários ou ex-posseiros que viviam na Chapada.

Assim, a expropriação foi, em primeiro plano, o grande impacto desse modelo em nome da racionalidade econômica de um desenvolvimento a serviço do agronegócio. Com ela, as empresas apropriaram-se indevidamente das terras dos camponeses para construir algo extrínseco ao seu contexto histórico, produtivo e social.

Como uma espécie de compensação social, a instalação do PIJA

também impôs a criação de instituições. Alegava-se que o projeto traria as mudanças que as comunidades queriam e que, para isso, seria necessária a criação de uma associação de moradores para a garantia de direitos. Esta representaria, portanto, uma “aceitação” do “projeto de desenvolvimento”. A fala da Rita Maria, por exemplo, evidencia como ocorreu esse processo:

O objetivo era que quando saiu o projeto de irrigação, a gente tinha que ter uma associação. Se queria puxar alguma coisa pra cá através do projeto, tinha que ter associação. Aí a gente fundou, justamente foi quando a gente trouxe o cemitério, a ambulância e a água. (Rita Maria)

A Associação foi a tentativa de incluir no projeto a conquista de algumas infraestruturas sociais a que, até então, as comunidades não tinham acesso. Contudo, também foi uma espécie de “troca”, pois, para ter esse acesso a bens e serviços, as comunidades também precisaram abrir mão das riquezas que possuíam.

Rita Maria, à medida que ia refletindo sobre sua própria fala, acrescentou elementos que distinguiam os interesses em jogo e evidenciou como a comunidade se apropriou da ferramenta em seu benefício:

A Associação era uma coisa e o projeto era outra. Justamente os pobres daqui que tinham terra venderam para os ricos. Mas hoje nem os ricos daqui quase mais têm lá. Até os ricos estão do lado de fora, não é? Agora eles (os donos das empresas) que já eram ricos e acabaram de enriquecer com as terras dos pobres. (Rita Maria)

Esse relato evidencia os tensionamentos e os conflitos entre classes sociais. Ele se refere a três tipos de pessoas: os camponeses (que perderam suas terras e eram moradores da comunidade); os que se tornaram irrigantes e foram perdendo suas terras para outros grandes e médios proprietários e as empresas que foram chegando, invadindo e se apossando, muitas vezes ilegalmente, das terras. Quais as consequências disso para as disputas em relação à manutenção e à recriação dos modos de vida do campesinato e às suas múltiplas formas de existência?

Parte dos camponeses que antes eram explorados pelos donos das terras no sistema de arrendamento conseguiram se converter em pequenos irrigantes. Eles entraram na lógica de reprodução do capital, adequando-se ao seu modelo produtivo (pautado na monocultura, na maquinaria e no pacote químico). Do mesmo modo, subordinaram-se ao sistema bancário e à normatização do DNOCS. Nesse sentido, percebemos a reprodução da

estratégia de investimento que empresas têm utilizado na integração de pequenos e médios produtores ao agronegócio.

Segundo Carvalho (2010), tais parcerias com empresários capitalistas formalizam a tendência do capital de subordinar os(as) camponeses(as) aos seus interesses para otimizar o lucro e garantir a apropriação de suas terras.

Com a contribuição e a viabilização do PIJA, o Estado produziu o espaço adequado às necessidades de expansão do capital através do agronegócio. De que forma? Desenvolvendo a desterritorialização dos(as) camponeses(as), dessa vez, dos irrigantes expropriados do perímetro após terem sido condicionados ao modelo produtivista destinado aos grandes empresários.

O camponês, ao negociar suas terras, foi obrigado a se enquadrar na lógica das burocracias bancárias e precisou se submeter a critérios impostos pelo DNOCS, que passou a controlar todo o processo produtivo: produção, extensão da área, tecnologia e comercialização (DINIZ, 1997). Ao final, todavia, não teve condições de se manter como irrigante porque não contou com o apoio do próprio Estado. Viveu, portanto, uma situação desigual, conforme salienta Rita Maria:

As desvantagens é o tipo da coisa que os daqui negociaram com os grandes as terras e não tinha condições. O governo não oferecia condições dos pequenos ficarem, porque os pequenos não tinham por onde. Como uma pessoa pobre, que não tem nada na vida vai para um banco fazer um empréstimo pra plantar, para poder depois ter que pagar? Agora já tem! Mas antes, quando começou, não tinha esses empréstimos para os pequenos produtores, não. Muitos daqui diziam: *não eu não posso vender para comprar isso, não posso comprar cano, não posso comprar aquilo; o pivô ninguém pode manter.* (Rita Maria)

Isso, porém, não ocorreu do “lado inverso”, ou seja, com as empresas. Para estas, o Estado fez propaganda destacando as grandes vantagens do perímetro, como sol, terra, água em abundância, infraestrutura, incentivos tributários, e flexibilização de leis para a adequação dos empreendimentos.

Mirian narra, a partir da experiência vivida pelo seu pai, como ocorreu a inadimplência que acelerou a expropriação deixando a “alternativa” da venda do lote. Essa “alternativa” fez que o pai se tornasse, pela segunda vez, o

camponês sem terra restando para ele apenas a “opção” de ser mão de obra para os grandes produtores:

O projeto foi feito para os moradores que foram desapropriados. Mas só que na segunda safra que eles fizeram, que era uma cooperativa, o presidente da cooperativa não repassou o valor para o banco porque eles faziam empréstimos no banco. E o presidente não quitou a dívida do banco deixando todos os associados inadimplentes. Aí então eles não puderam mais fazer empréstimo porque estavam com débito no banco. **Então eles foram vendendo os seus lotes** que cada um tinha um lote de quatro hectares e o meu pai era um deles que tinha um lote. E, antes a gente trabalhava no lote do nosso pai. **No que ele foi obrigado a vender, então a gente foi trabalhando para outras pessoas.** (Mirian)

Além do problema da inadimplência daqueles que não tiveram condições de permanecer e da concentração da terra que isso acabou desencadeando a partir da venda dos lotes, a expropriação é vista pela dona Judite como uma forma de encurralamento dos grandes em relação aos pequenos que foram obrigados a vender:

No primeiro ano ficou devendo ao banco, no segundo ano devendo novamente, no terceiro ano o banco não afrouxou mais, não pode plantar. Aí **os grandes chegaram e começaram a comprar. Ou vendia ou perdia.** Por quê? Tinha um plantador aqui, outro ali e outro ali. Aquele ali vendeu, esse vendeu, aquele outro vendeu, se eu não vendesse, perdia. Porque eu não podia entrar na minha terra passando por outra, **aí foram obrigados.** (Dona Judite)



**Figura 15.** Sede da Associação



**Figura 16.** Reunião dos Expropriados

**Fonte:** Acervo do Núcleo Tramas

Dona Judite traz o exemplo concreto do encurralamento que levou à criação da Associação dos Ex-Irrigantes Sem Terra. Isso, por sua vez, confirma os dados apresentados por Freitas (2010) quando esta relata que, em 2009, dos 316 ‘pequenos’ irrigantes selecionados inicialmente, 255 foram expropriados do

perímetro provocando a segunda fase de desterritorialização dos camponeses e camponesas. Essa desterritorialização atingiu a terra, o território e, conseqüentemente, a produção.

Mirian, por exemplo, problematiza o início do projeto. Nesse período, os camponeses, ainda esperançosos com as promessas do governo, tentaram produzir o que já era cultura na região, mas, como a marca era a “modernização agrícola”, novas espécies foram introduzidas. Com elas, destruíram-se, em parte, outras experiências de domínio e expressão dos(as) camponeses(as):

No tempo que nós trabalhávamos lá, o trabalho era só mesmo com algodão e feijão. Depois foi que veio essas outras plantas. Mas assim que começou o projeto, era só isso mesmo, não tinha outro tipo de planta, não. Era o que o que o pessoal já sabia plantar. Depois foi que veio **essas novas experiências** de melão, de abacaxi, de banana. A gente tinha essa marca que foi se perdendo quando as empresas foram chegando e foram afastando os trabalhadores. (Mirian)

É interessante observar que essa reflexão apresenta o que está na essência da expansão do capital. Conforme leciona Martins (1980, p. 35), “a expansão do capitalismo, no campo ou na cidade, depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção”. Logo, assinalamos que, com a expropriação das famílias camponesas (que foram destituídas dos meios de produção), restou-lhes unicamente a venda de sua força de trabalho.

Essa pode ser considerada a terceira forma e/ou fase de desterritorialização vivida pelas famílias da Chapada do Apodi. Nela, os(as) camponeses(as) saem da condição de donos de suas terras para virarem empregados das empresas, assalariados rurais. Assim, Antunes (2004) destaca que

O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se um estranho em relação ao gênero humano. (ANTUNES, 2004, p. 09).

No item em que descreveremos e analisaremos o trabalho, poderemos aprofundar melhor essa questão. Mesmo assim, trazemos aqui a interpretação da Rita Maria quanto à contradição entre o benefício do emprego ofertado pelas empresas e a desvantagem do salário e da desvalorização do

trabalho. Percebemos, assim, a geração de emprego e renda *versus* a exploração:

Teve vantagem porque **eles podem ser grande, mas acolheu os pequenos pra trabalhar**. Eu acho um ponto positivo aí porque **eles quiseram os pequenos para trabalhar**. Mas agora de certos tempos pra cá, os daqui estão indo é embora porque as próprias empresas que está aqui dentro não está mais favorecendo esses serviços, **e se oferece o ganho**, é... pelo amor de Deus! **Não tem um salário digno** como lá fora [se referindo aos grandes centros urbanos]. Lá fora o cabra trabalha pouco – que é o que eles dizem, não é? Trabalha pouco e ganha muito. Aí a vantagem que eu acho é essa: quem não tem coragem de ir lá pra fora, fica aqui mesmo ganhando essa mincharia. Ainda tem muitos trabalhando, como Aroldo, Neguim... Coitados já estão de idade e não têm coragem de sair para canto nenhum e fica aí nessas condições. (Rita Maria)

Esse processo de desterritorialização denota que a hegemonia sobre parte do território e da força de trabalho passa a ser articulada por novos sujeitos, que surgem da aliança entre Estado e empresas e geram novos desafios para o campesinato. Este tem, ao mesmo tempo, adaptando-se a essa nova situação e, de muitas e diferentes formas, resistido a ela.

Assim, “a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital” são consideradas “condições essenciais para continuar sendo camponês”. (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 49). Na experiência das mulheres, a resistência nutre-se em algumas situações de luta pelo retorno a terra e está permeada dos valores que mantêm sua identidade camponesa.

### *5.1.3 Reapropriação da Terra e do Território e Reafirmação do Campesinato*

O fortalecimento dos modos de vida do campesinato se constitui a partir da ‘reapropriação de suas condições de vida e processos produtivos’ (LEFF, 2009). Eles se colocam enquanto modos de resistência ao agronegócio na medida em que buscam “romper com a ideologia produtivista da ordem econômica dominante” (LEFF, 2009, p.331).

Partindo dessa premissa, as formas encontradas pelas mulheres quanto à participação nos processos produtivos a partir do acesso a terra, do desenvolvimento da organização da produção com a inserção da família e da

negação do pacote tecnológico são alguns dos elementos que nos fazem refletir sobre a sua inserção como sujeitos no processo de reafirmação do campesinato.

Participando, elas conhecem e, conhecendo, transformam a sua realidade. Quanto mais problematizam o mundo, mais se sentem desafiadas e mais se engajam na busca por soluções concretas. Como lembra Paulo Freire (2002) para ser, tem que estar sendo. O sujeito, assim, aparece como “ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do ser mais” (FREIRE, 2002, p.72).

Nessa busca, a reterritorialização e a reafirmação dos modos de vida camponês perpassam, como dissemos no referencial teórico, pela destruição e pela recriação tanto das relações sociais e de seus sujeitos quanto do acesso às condições materiais de garantia da sua existência.

Nesse campo, os sujeitos, no caso, os e as camponesas, tendem a desenvolver formas de reapropriação do território e das territorialidades. Trata-se de "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993 p. 160).

Concretamente, a luta pelo acesso da família a sua própria terra iniciou, para Dona Brígida, com a conquista resultante do seu trabalho, mais precisamente da compra de 10 hectares de terra onde hoje pode produzir e garantir trabalho para toda família. Ela lembra bem como tudo ocorreu:

Depois, muito depois, agora já – tá com dois anos só- passamos dois anos de alugado ali, na terra de Didi, de lá eu consegui construir cinco casas no terreno que foi de herança. Aí meu filho foi e disse assim: *mãe, venda uma casa dessa pra nós comprarmos um pedacinho de terra!..* Aí eu disse: *meu filho!...* Eu estava trabalhando no projeto, eu trabalhava e levantava as casinhas. Aí ele foi e disse assim: *mãe, pois abra mão de uma casa dessas, mãe, para eu vender, pra nós comprarmos um pedacinho de terra pra nós!* Aí eu disse: *meu filho, eu não queria vender não, minha casinha, não. Agora que eu levantei!.. Mas mãe, só eu e pai, nós dois trabalha tanto assim pra fora! Deixe nós fazer uma coisa pra nós sobrevivermos.* Aí eu disse: *pois então, pode procurar a venda.* Aí eu escolhi uma separada das outras, aí ele vendeu a casa e comprou esses dez hectares de terra. Só que não foi só com o dinheiro da casa, mas eu entrei com a metade e ele continuou, fez empréstimo. (Dona Brígida)

A organização familiar foi a forma que permitiu a compra da terra e a possibilidade de trabalho que envolve toda a família na produção de bananas e verduras. A partir desse trabalho coletivo, foi possível realizar o pagamento do empréstimo feito e garantir renda para toda a família:



Vou dizer, assim, porque tudo meu menino resolve. Agora só que ele paga a nós, viu? Eu ganho cento e cinquenta reais. Risos. Por semana. Minha filha ganha cem reais e a mulher dele ganha também, viu? Risos. Todos ganham, não sai nada de graça. Eu comprei a terra, mas devido o pai deles ter problema de ser moco, eu só tenho um filho único, as outras são só mulher. Uma ela não trabalha porque é doente das costas, mas a outra trabalha também mais nós, tudo na terra. Uns trabalham na banana e nós trabalhamos na horta. (Dona Brígida)

A divisão do pagamento ocorre de acordo com o que foi produzido e vendido. O filho tem a tarefa de organizar a comercialização e o pagamento, que também é de acordo com o tempo de envolvimento de cada pessoa da família nas tarefas. Paralelamente, fica atento à necessidade de envolvimento de mais membros, especialmente para a colheita da banana. Nessas horas, são convocados para o trabalho, em especial, os primos.

Atualmente, mesmo com dificuldades, já são perceptíveis conquistas em relação à autonomia de produção (o quê e como produzir), tempo e trabalho. Além disso, observamos a alegria de ver as melhorias como fruto do trabalho:

Aí lá tem porque foi assim: eu vendi essa casa minha por onze mil reais e ele fez o empréstimo pra comprar a terra. De lá do trabalho na terra, meu filho possuía uma casinha de dois vãos, hoje é uma mansão medonha, é bem grande a casa dele. Eu já levantei uma embaixo e uma em cima, tudo de lá e já possuo uma moto, meu filho tem um carro, tem moto, tudo de lá. Estou só pelejando para colocar as portas nos quartos. (Dona Brígida)

E como se dá esse processo de trabalho? Dona Brígida descreve o dia a dia no sítio com o trabalho na horta de verduras:

Olhe, nós começamos cinco da manhã e vamos para cinco da tarde, às vezes até seis. Porque a gente corta, por exemplo, dia de sexta, são oito caixas de cebola e cinco de coentro. Aí, vamos limpar todinha essa cebola, vamos tirar toda a palha dela, e vamos amarrar os molhos todos. Na semana a gente faz só que? Cento e trinta, cento e vinte molhos para vender para fora a dois reais pra um, um real pra outro, e, no dia de hoje, é de quatrocentos a quinhentos molhos que nós amarramos dia de sexta feira e todo mundo se envolve nesse trabalho. (Dona Brígida)

Ela faz questão de dizer que o trabalho que desenvolve na sua terra é diferente do trabalho que realizava nas empresas quando foi empregada. Além disso, expressa o orgulho de não utilizar venenos na sua plantação:

Na banana, não. Usava, mas era pouco. E no canteiro nós não usamos veneno de jeito nenhum. Nós arrancamos o mato de mão. **Porque o que a gente não quer pra gente, não quer para os outros**, não é? Você vai e compra um cheiro verde e é só veneno, aquilo ali vai lhe prejudicar. Lhe prejudica, prejudica a terra e **prejudica muito mais a nós que produzimos e lhe vendemos aquele produto envenenado**, não é? A gente tem que ser honesto, não pode ser assim. (Dona Brígida)

Percebemos, aqui, um exemplo de ética camponesa - marcada pelas noções de justiça, direito, honestidade e equidade. Com a preocupação em produzir de forma saudável, também apontamos a realidade de que, na Chapada do Apodi cearense, existem outros jeitos de produzir.

A partir do relato, observamos que Dona Brígida faz uma ruptura com a imposição do uso de veneno. Além de negar a forma de produzir do agronegócio, ficam evidentes os valores que não se perderam do ser camponês, como a sabedoria em relação à análise da totalidade das coisas. Ela ensina, ainda, a como lidar com outras formas de manejo, apontando que alternativas utiliza para que a terra não fique envenenada:

Agora na banana, o meu menino não gosta de matar mato com veneno e aí quando está assim cheio de mato, ele fez uma compra de umas ovelhas e soltou tudinho, aí deixou zerado. Aí agora ele vendeu as ovelhas aí agora já tem mato grande aí ele já tá pensando em comprar outro bocado pra botar de novo. É uma alternativa, ao invés de usar veneno, e ainda foi melhor assim: por quê? Se você usar veneno, aquela terra fica envenenada e eu não me dou com o veneno por isso não é botado veneno nas coisas e quem luta tudo sou eu. **A mão mais forte sou eu que vivo lá. Aí eu não gosto de veneno junto de mim.** Aí agora o meu marido, a banana brejou, caiu uma parte. Ele foi e plantou de novo e o mato está desse tamanho, eles foram e estão tirando na enxada pra não usar o veneno. (Dona Brígida)

A experiência produtiva aqui apresentada traz dois aspectos importantes que instituem um poder: de um lado, como mulher; de outro, como questionamento ao modelo produtivo do agronegócio e da modernização agrícola.

O primeiro é o poder de decisão que Dona Brígida exerce na relação familiar, presente no seu empoderamento no que tange às decisões sobre a forma de produzir da família, ainda que esse poder seja exercido de forma partilhada com o filho. O segundo é a ruptura com o mito e a propaganda de que não é possível produzir sem utilizar veneno.

De fato, a família da Dona Brígida nos mostra que há resistência a esse pensamento que se diz hegemônico. Ela rompe com ele e aponta uma das formas de resistência e r-existência do campesinato na Chapada, pois, como evidencia Porto-Gonçalves. “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165)

Em nossa interpretação, configura-se, assim, a reapropriação do território, que articula terra, trabalho e produção e que é fruto dessa forma de reorganização do trabalho familiar. Nesse sentido, o trabalho da terra passa a ser visto como fonte de vida e compromisso que fortalece o vínculo também afetivo com o lugar:

Daí, nós plantamos banana, temos verdura... Nós estamos aqui (Tomé), mas eu já tenho compromisso lá, pois temos quatrocentos molhos de verdura para amarrar, hoje. Só a família que faz esses produtos nessa terra onde eu moro. Eu gosto de lá também porque lá é **a fonte de nossa vida**. (Dona Brígida)

Essa experiência demonstra a reapropriação como fruto da articulação em que está imbricada a relação terra-trabalho-produção-cultura. Além de romper com a lógica da estrutura fundiária que restringe essa relação, a reapropriação ressignifica os sujeitos sociais e vai ao encontro da valorização de formas não capitalista de produção.

Tal situação fortalece a ideia de que há uma tensão entre a produção para o autoconsumo (tanto de produtos como de insumos) e a produção de mercadorias

(...) que gera uma dinâmica social que exige mais do que a percepção da unidade camponesa isolada, mas a afirmação de uma racionalidade camponesa como projeto social para o campo, não como alternativa à reprodução do capital, mas como negação desse modo de produção (e da sua superestrutura) (CARVALHO, 2010, p. 07).

Dessa forma, a recriação da cultura camponesa na atualidade passa, segundo as mulheres, não só pela possibilidade do acesso a terra, mas pela negação do uso de agrotóxicos. Nesse sentido, também é possível manter e reorganizar os traços que determinam os modos de vida, seja pela forma em que a família se insere e organiza o trabalho e a produção, seja na maneira como ela pensa uma agricultura que mantém sua autonomia produtiva de acordo com as necessidades de manutenção da família.

Sobre essas questões, temos o exemplo vivido pela Maria. Mesmo tendo garantido o acesso a terra em quatro hectares dentro do perímetro irrigado, ela nega os agrotóxicos e desenvolve uma produção diversificada, contrapondo-se ao monocultivo da banana:

Eu tenho uma horta mesmo, mas é só para o gasto. É cebola e coentro. Planto pimentão para não botar agrotóxicos, não é? Eu não boto, eu só boto mesmo o produto químico que é o adubo na banana. O esterco de criação eu boto, e pronto. Eu não pulverizo. Tomate eu não planto porque eu não gosto, tem que ter o agrotóxico direto e eu

não gosto não. Aí a cebola eu também não pulverizo. Tem certos tipos de gente que pulveriza a cebola, o coentro, porque produz inseto, mas eu não pulverizo não. Também é só para o gasto de casa mesmo! É pequeno. E eu crio também umas galinhas, pato, sempre aqui acolá vou para o mato mais ele sempre tirar madeira para a gente cozinhar no fogo a lenha. Tudo é coisa da roça e eu gosto muito, é minha vida. (Maria)

Sua atitude vai na contramão da monocultura da banana plantada pelo seu marido no próprio sítio. Lá, ela delimitou seu espaço e sua forma de produção, o que representa uma das formas de reapropriação da natureza, conforme vimos no marco teórico quando apontamos as interpretações tecidas por Cruz (2013).

Observamos a mesma realidade, por sua vez, nas pequenas propriedades da Dona Luana, da Dona Brígida e da Rosa; no sítio do pai da Mirian e nos quintais da Dona Judite, da Dona Rita Maria e da Dona Ester.

Essa diversidade produtiva mostra, ao mesmo tempo, traços do sistema camponês de produção:

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura- pecuária” é considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos sobre as sociedades camponesas tradicionais mostram que a evolução destas pode ser percebida através do esforço de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. (WANDERLEY, 1996, p.03.)

Efetivamente, percebemos que as mulheres apresentam uma diversidade de produção aliada às necessidades de consumo da família. Ao mesmo tempo, têm um espaço de domínio produtivo em que fazem a opção pela produção saudável. Tais espaços se tornam os lugares de fortalecimento do vínculo com a terra e de contraposição ao modelo de produção imposto pelo agronegócio na região. No depoimento de Dona Ester sobre o trabalho com a horta no quintal, esses ensinamentos já foram passados para seus filhos. Ela expressa orgulho de abrir mão da moradia para acompanhá-los no trabalho com a horta:

Aí então já pra apoiar eles nós fomos pra lá, mudamos pra casa de lá e fomos morar lá pra cuidar dessa horta. Até porque eles são ligados demais à agricultura esses meninos daqui. Eu acho que nós já passamos isso pra eles. Risos. Desde o nascimento porque eles são tão ligados à agricultura que já fizeram o curso técnico em

agropecuária e eles não querem caçar outro emprego. O povo fica chamando, o cunhado dele fica mandando chamar, fica viajando, mas eles dizem: *eu não quero não sair daqui pra trabalhar em canto nenhum. Esse negócio de viajar não. Passamos dois anos com muita dificuldade estudando o curso técnico ai eu vou fazer o que no RJ, SP não sei aonde? Eu quero trabalhar aqui na terra mesmo.* Aí está no sangue deles já a agricultura. Eles queriam só melhorar porque o sonho de todo jovem é só melhorar. (Dona Ester)

Ver um filho de agricultor valorizando a profissão da agricultura e se colocando à disposição para desenvolver o trabalho é motivo de orgulho para Dona Ester, que acompanha de perto seus filhos e trabalha junto com eles para ver realizado esse sonho.

Tal situação difere da problemática de êxodo rural que atinge boa parte da juventude camponesa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1996 e 2006, o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a três milhões.

Em contrapartida, os filhos de Dona Ester mostram que ainda acreditam na possibilidade de viver da agricultura, mas encontram muitas barreiras para serem rompidas. Uma delas é o problema do acesso à educação, especialmente ao ensino médio. Nesse sentido, cumpre observarmos que a elevação do nível de escolaridade é um dos fatores que contribuem para a busca por uma vida melhor.

Ainda de acordo com o IBGE, os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos têm um nível de escolaridade 50% maior do que os que moram no campo. Essa situação é agravada pela falta de incentivos à produção, à cultura e à autonomia da(s) juventude(s) camponesa. De acordo com Brumer (2006), em grande parte, a migração se justifica por uma visão relativamente negativa da produção camponesa e suas atividades agrícolas. Está atrelada também à limitação do acesso a terra e aos problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Os filhos da Dona Ester, todavia, caminham na contramão dessa corrente. Pelo relato, uma possibilidade de justificativa para isso está centrada nos aspectos da identidade com o trabalho na terra; da inserção no território e da possibilidade de atuar naquilo que escolheram a partir do estudo de temas agrários.

Infelizmente, durante a pesquisa, o poço secou e eles tiveram que parar a atividade com a horta. Mesmo assim, não deixaram de continuar

acreditando no sonho. Atualmente, estão participando do curso de produção orgânica promovido pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte<sup>10</sup>.

Essa experiência vivida pelas famílias demonstram que o acesso a terra, a valorização do trabalho e o reconhecimento da importância da pequena agricultura e da produção saudável e diversificada se apresentam, hoje, como desafios à realidade vivida pelas mulheres.

Além disso, um dos entraves à participação das mulheres na questão produtiva é a comercialização. Mirian, por exemplo, experimentou várias tentativas de vendas de produtos, como frutas. Nesse sentido, montou uma bodega (pequena mercearia); tentou vender comidas salgadas e doces na praça da comunidade e tentou vender leite e verduras do sítio do pai. Alega, entretanto, que não tem sorte com vendas devido aos “calotes”. Hoje, a partir de toda essa aprendizagem, ela afirma:

Aí hoje eu faço artesanato, mas só quando me encomendam porque eu criei tipo trauma de vender e não receber. Risos. E tem muitas pessoas que vendem as coisas aqui, mas só vendem a dinheiro, não vendem fiado, de jeito nenhum. Justamente por conta disso: as pessoas compram fiado e depois esquecem que compraram. (Mirian, 2013)

A mesma dificuldade é vivida pela Rita Maria (com seu artesanato de gesso) e pela Dona Judite (com seu artesanato de palha da carnaúba). Esta lembra que tem o maior prazer em fazer as peças, mas “Agora ninguém tem pra quem vender porque é como eu falei pra você de que o santo de casa não obra milagre. Aqui pode sair oferecendo: você quer, fulano, esse jarrinho pra você? *Mulher, quero não que eu não tenho nem onde colocar*”. Desse modo, a única proposta encontrada por ela para resolver o problema é trabalhar por encomenda:

Assim, se a pessoa encomendar: *Maria eu quero um cesto, faça um cestão bem grande pra mim pra colocar roupa suja*. A gente faz só por encomenda. *Maria, faça um balaio pra eu cobrir uma galinha, uma ninhada de pinto* aí a gente faz. Mas que dissesse assim: tem um local, uma pessoa que se carregasse aí a gente trabalhava direto, né? Ninguém vai perder o tempo da gente fazendo... Taí a gente faz e fica aí. Daqui vai para o lixo. Risos. Não vai porque a menina tomou de

---

<sup>10</sup> Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atua como uma rede de solidariedade no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais.

conta e coloca as calcinhas dentro. Risos. Mas que ninguém valoriza o trabalho da gente, não. A gente mesmo não valoriza. (Dona Judite)

Individualmente, as mulheres têm problemas com a comercialização de seus produtos, mas vimos também que elas já vivenciaram experiências coletivas de organização dentro da Associação de Moradores, quando esta era coordenada pela Rita Maria:

Era bom estar na Associação. A gente trabalhava, a gente conhecia... a gente ia para as reuniões pra fazer as propostas pra vim o que a gente queria. A gente se reunia nas quintas-feiras pra trabalhar, fazer serviço com palha, fazer boneca, fazer flor, inventava muita coisa. Tinha os barracos pra vender, dia de sábado nos juntávamos nos barraquinhos e íamos vender as coisinhas. Era um grupo de mulheres dentro da Associação, mas nunca deixou de ter homens também. Eles ajudavam na hora que a gente ia pra uma viagem. Cada um tinha uma motinha, já levava a gente. A gente andava daqui, pra li, pra acolá. (Rita Maria)

Na nossa compreensão, o potencial dessas mulheres é enorme no que tange à sua inserção política na comunidade, na casa, na cozinha, no quintal e na roça. Nesses espaços, circulam saberes, informações e diferentes formas de poderes instituídos pelas próprias mulheres. Assim, mostram que, dos seus lugares e de diversas maneiras, rompem permanentemente o instituído e criam suas formas de lidar com os desafios que lhes são apontados. Não só reafirmam sua identidade com a terra como recriam sua relação com a produção e a cultura se contrapondo a uma ofensiva permanente que vem sendo entre instituída pelas novas demandas do capital para a Chapada.

Por isso, em suas resistências cotidianas, as mulheres cumprem um papel de compreender as dinâmicas e as lógicas de reorganização do capital no campo para subvertê-las. Com seus protagonismos na produção e na garantia da soberania alimentar de suas famílias, dinamizam, de forma peculiar, as disputas no território.

Mesmo em situações em que não é garantida a autonomia sobre o uso da terra, elas têm cumprido um importante papel na preservação da biodiversidade e de seus modos de vida, alertando para os problemas advindos com a modernização agrícola.

Assim, observamos que o território da Chapada vive um processo não de dominação do capital, mas de coexistência entre hegemonia e conflitualidades envolvendo interesses divergentes. A hegemonia, como forma

que se impõe, é constantemente recriada. Ela sofre resistências e é, muitas vezes, modificada.

O conceito de hegemonia (GRAMSCI, 2002) nos possibilita, portanto, desvendar os jogos de consenso e, ao mesmo tempo, de dissenso que atravessam e condicionam as disputas de sentido e poder. Esse conceito comporta questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolve, também, o plano ético-cultural:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2002, p. 95).

Simultaneamente, acrescentar ao conceito de hegemonia, então, o conceito de contra-hegemonia que vai ao encontro da superação e se coloca em contraposição apresentando a possibilidade de rupturas.

De todo o exposto, concluímos, pela experiência das mulheres, que o capital e o Estado forçaram para apropriar-se, como dissemos, do território da Chapada, mas não sufocaram o modo de vida camponês. Houve imposição e destruição, mas a resistência está presente. Isso ocorre a partir da construção da identidade com a terra, da relação com o trabalho, do pertencimento ao lugar, dos laços de solidariedade, das relações intercomunitárias, da socialização dos saberes e da sabedoria popular, como as mulheres apresentaram. Também ocorre pela reafirmação e pela reapropriação das condições de vida; pela participação nos processos produtivos; pela organização familiar da produção; pela negação aos agrotóxicos; pela diversidade produtiva; pela preocupação com o ambiente; pela ética camponesa e pelo empoderamento das mulheres.

Isso nos permite uma releitura das fases descritas como formas de dominação do território. Assim, podemos dizer que, simultaneamente e debaixo do processo de dominação, o campesinato e seus diferentes sujeitos e modos de vida se reafirmam na Chapada. As mulheres tiveram e têm um papel determinante nessa disputa pela terra, pelo território e pela afirmação da cultura camponesa, que busca formas variadas de se recriar permanentemente.



## **5.2 QUESTÃO AMBIENTAL SOB OS OLHARES DAS MULHERES: “Aqui na Chapada os direitos da natureza estão sendo negados”**

Conforme já discutimos, a ‘política neodesenvolvimentista brasileira’ (BOITO & BERRINGER, 2012) tem gerado grandes disputas territoriais e tem fomentado significativas transformações ambientais fazendo emergir novas realidades no campo. Frente à necessidade de tecer as linhas de conexão entre os desdobramentos da relação capital x trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002) e o processo de modernização agrícola - e mediante a emaranhada teia de conflitos na Chapada do Apodi -, buscaremos analisar como esse processo tem interferido na organização da produção camponesa e de que forma acarreta impactos relativos ao ambiente e, conseqüentemente, aos/as trabalhadores/as.

Na medida em que identificamos diferentes interesses em torno do uso comum dos bens naturais, vimos que, de um lado, estão os interesses das grandes corporações (pautadas pela mercantilização da natureza). De outro, as comunidades tecem disputas de sentidos e buscam uma permanente reapropriação dos territórios. Essas disputas apresentam questões problematizadoras que nos instigam a conhecer, a partir das experiências das mulheres, de que forma os distintos interesses do agronegócio e do campesinato tecem suas relações com o ambiente.

Tendo como pano de fundo o olhar sobre o modelo de desenvolvimento e as pressões estabelecidas pelos grandes conglomerados econômicos, percebemos que a acumulação/reprodução do capital também se faz mediante a exploração e a destruição da biodiversidade. A Chapada do Apodi é palco desse cenário. Por trás da aparência moderna do agronegócio, a exploração descomedida da natureza e dos(as) trabalhadores(as) sustenta a lógica de acumulação via territorialização do capital no campo. Gera, ainda, o que alguns autores chamam de destruição biológica e cultural da natureza:

O agronegócio é devastador. Imensas áreas de florestas e do cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, secando nascentes e mananciais, sugados pelo ralo das monoculturas, pastos de capim, carvoarias, mineradoras e madeireiras. Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes (CANUTO, 2004, p. 10).

Essa é uma “velha”/nova realidade que tem assolado o campo brasileiro, especialmente as Comunidades da Chapada. De acordo com Dona Judite, tal processo tem como uma de suas bases a ambição:

**Quem foi que destruiu? Foi o homem. Devido o que? Devido à ambição.** Quando nós plantávamos, o cercado do meu pai era aqui na frente aí aonde tem essas bananas, daí meu pai ia e nós íamos de pé para plantar e colher. Todos os anos *ah, tá chegando novembro*, todo mundo agoniado, fazendo aquelas coivaras, para plantar. Se plantava, colhia... **ninguém tem mais esse gosto, não. Elas** (as empresas) **destruíram tudo.** Quando chega o inverno chega me dá uma tristeza!.. Não tem mais onde eu plantar nem um quilo de feijão. (Judite)

Na Chapada do Apodi, as consequências já são perceptíveis pelo grau de homogeneização da paisagem, pela contaminação da terra e da água, pela poluição do ar e pelos impactos à saúde e à soberania alimentar das famílias.

As pesquisas realizadas pelo Núcleo Tramas entre os anos de 2007 a 2010, por exemplo, apontaram essas questões e são referendadas pelas mulheres quando estas relatam os impactos ambientais do agronegócio nos seus territórios e lembram como eles geraram processos de desigualdades ambientais, perceptíveis pelas evidências da apropriação material do território.

De acordo com Carneiro, Rigotto & Pignati, (2012), são exemplos disso: a concentração de terras, a imposição da monocultura, a introdução da mecanização, a informatização, a biotecnologia, a fertilização química intensiva do solo e os agrotóxicos. Tudo isso impacta de forma desigual as populações camponesas, que ficam expostas aos riscos e aos danos ambientais desse modelo caracterizado como agroquímico dependente.

### 5.2.1 Impactos na Água

Em relação à água, os elementos centrais que desvelam a problemática da contaminação mostram a perda da autonomia no acesso e no controle sobre ela. Nesse sentido, a contaminação se constitui como uma das maiores expressões de violência desse modelo na vida das mulheres da Chapada. Isso ocorre porque, na compreensão das mulheres, a água tem um importante significado para suas vidas no cotidiano.

Sophia afere que os fios que tecem a trama dos agrotóxicos em relação à contaminação ambiental e aos impactos à saúde foram diagnosticados, em primeira instância, pelas mulheres da Comunidade.

Em seu depoimento, ela denota que, antes mesmo de se falar em pulverização aérea e de problemas com venenos, houve um surto de alergias e problemas de coceiras na pele que atingiram várias pessoas, especialmente, as crianças.

Tece com o fio da sua própria história o problema da contaminação humana por agrotóxicos na Chapada, vez que ela mesma foi vítima e, a partir daí, desencadeou todo o processo de denúncia e de luta do seu pai contra a contaminação da água.

O fio da meada, então, inicia-se em 2004, quando sofreu, a partir de problemas de coceiras na pele, uma intoxicação grave. A mãe a levou para o hospital. Na época, os médicos recomendaram remédios e injeções, mas o quadro só se agravava. Como os medicamentos não resolviam o problema, outras mulheres alertaram a sua mãe de que a doença poderia vir da água:

Aí disseram que podia ser a água e que mamãe fervesse a água para eu tomar banho. **E mesmo fervendo, não dava jeito.** Aí teve uma época que eu passei a tomar banho com água mineral. Aí foi que foi amenizando, amenizando, até eu melhorar. Isso foi na mesma época que começou a morte dos peixes, dos animais. Aí por conta disso que aconteceu, foi a primeira análise da água que foi feita. O meu pai pegou essa água e levou eu me lembro, eu acho que foi para o Centec na época e quando foi feito disseram que a água estava contaminada.  
(Sophia)

Por parte das famílias, portanto, começa a descoberta da contaminação da água consumida, que vinha pelo canal do perímetro que abastecia a comunidade.

Sophia relata que essa situação familiar desencadeou a busca de seu pai pelas respostas ao problema das intoxicações das pessoas. Ele chegou a pressionar os órgãos e descobriu que a contaminação ocorreu por um “acidente” com um funcionário de uma das empresas do agronegócio: o funcionário foi abastecer o trator com veneno para pulverizar a plantação e, nos procedimentos, colocou primeiro o veneno no tanque do trator e, depois, a mangueira para abastecer com água do canal. Todavia, deitou-se no trator e dormiu. O resultado, foi que o trator encheu e começou a retornar a água - já com veneno - para a piscina que abastecia a comunidade:

Aí foi que **estourou a bomba** (notícia) **que a primeira contaminação foi feita no trator**, não tinha nem avião ainda. Aí pronto, aí contaminou e a sorte é que não morreu ninguém, **mas muita gente adoeceu com problemas na pele**. Aí pronto, daí já foi uma luta. Ele [Zé Maria] começou a ir atrás dessas coisas quando o resultado deu positivo e o cara disse o que tinha acontecido e tudo. Aí parece que eles tiveram que secar a piscina. Nisso, a empresa soube da poluição, mas não fez nada. Só depois que a análise chegou já tinha passado uns quinze dias ou mais o pessoal usando essa água, aí interditaram a piscina, lavaram, secaram todinha. Aí pronto, começou a ter fiscalização e meu pai começou a ver vidros de venenos nas piscinas, os sacos de adubo, tudo jogado. (Sophia)



**Figura 17.** Mortandade de Peixes



**Figura 18.** Coleta de Resíduo Tóxico

**Fonte:** Acervo Núcleo Tramas

Este depoimento indica que o alarme dado pelas famílias no que tange ao problema da contaminação das pessoas por agrotóxicos se relaciona ao modo como os(as) camponeses(as), em seu devir histórico, desenvolvem conhecimentos tecidos na relação com o ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, 2006). Revela, também, uma concepção de ambiente que não se separa da sociedade.

Dessa maneira, as mulheres, atentas aos sinais do corpo adoecido, fizeram “pontes” com o uso da água e alertaram para as possíveis reações que uma água de má qualidade pode trazer ao organismo, especialmente, de crianças. Foi a experiência prática que as levou ao nexos entre adoecimento e contaminação, mesmo desconhecendo, até então, os impactos dos agrotóxicos à saúde.

O caráter predatório do modelo, portanto, já é perceptível para as mulheres, que veem o enriquecimento de alguns à custa da exploração da natureza e dos(as) trabalhadores(as).

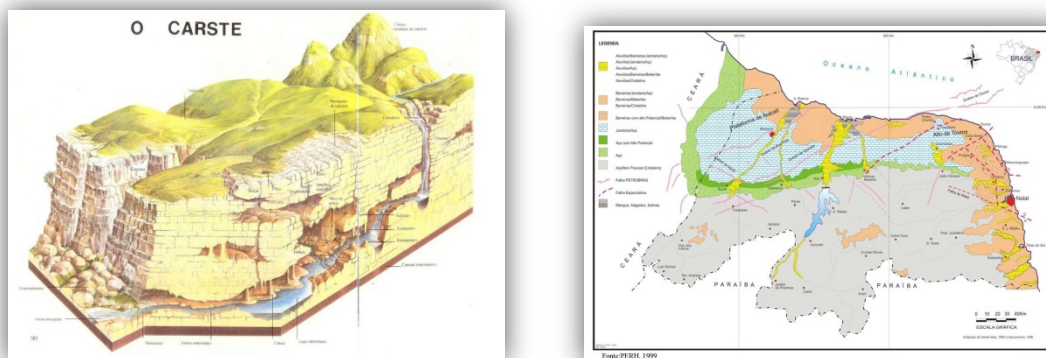
As transformações foram apontadas e tiveram repercussão para a própria empresa, fruto, segundo Sophia, de uma reação de negação da natureza. Da água vista e sentida como bem comum à água degradada e à vida ameaçada, a argumentação de Dona Judite se constrói. Com base na comparação entre o vivido no passado e a ameaça ao presente, ela relata:

Nós tínhamos poços profundos aqui e a gente bebia água limpa. Fomos nascidos e criados bebendo essa água sem contaminação nenhuma; **nós podíamos beber ela sossegada. Hoje nós não temos mais esse gosto!** Se quisermos beber uma água boa, até porque tenho dúvida: eu sei se essa água não tem contaminação nenhuma também como o povo fala? É água de nome Cristalina, da marca Apodi. E eu sei lá de onde ela vem, como ela vem, se não tem contaminação também? **A nossa é uma água boa, é uma água boa sim! Mas ninguém pode beber, né? Ninguém pode beber e isso ninguém sofria.** (Dona Judite)

A “perda do gosto” é um elemento que tem perpassado a experiência das mulheres e que demonstra aspectos de como as transformações estão imbricadas em diversas esferas da vida camponesa, tanto em relação ao apego com a terra e às vivências comunitárias quanto em relação ao trabalho e às relações sociais.

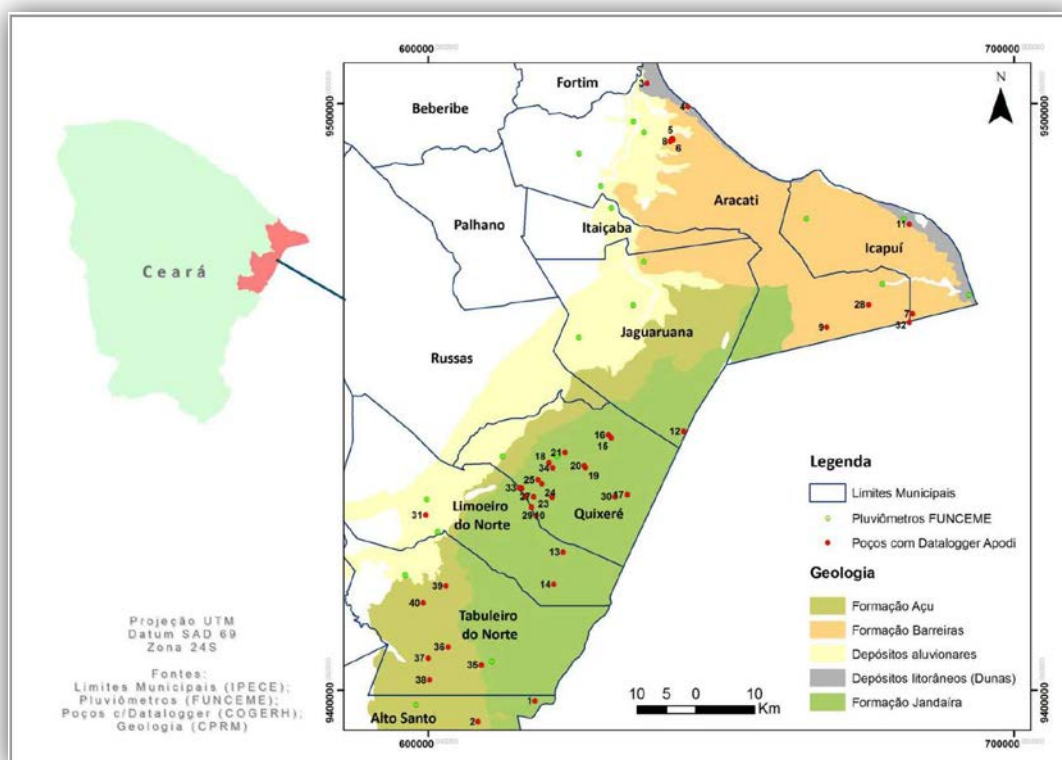
No caso específico da questão ambiental, isso se reflete especialmente na relação com a alimentação e a água. A qualidade e o medo da contaminação (“beber ela sossegada”, “comer alimento sadio”) são expressões que se referem a essas transformações e a como as mulheres e as comunidades como um todo passam a enxergar esses problemas.

Nos últimos anos, na região, debates públicos vêm sendo organizados e lutas sociais vêm sendo protagonizadas pelas comunidades e pelos movimentos sociais, o que tem gerado uma apropriação desses problemas. O aquífero Jandaíra, por exemplo, tem sido foco dessa questão, sobretudo pelas formas de utilização da água e pela sua contaminação.

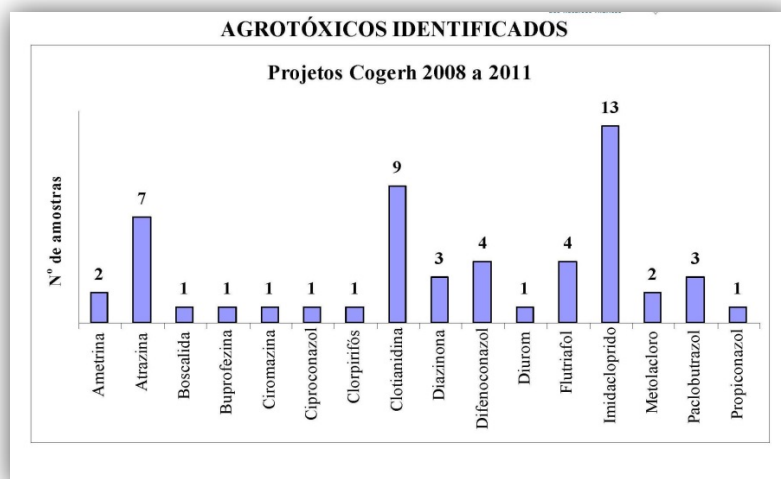


**Figura 19.** Carste do Aquífero Jandaíra. **Fonte:** COGERH, 2013.

Assim, percebemos que a ameaça à soberania hídrica é uma das marcas da modernização agrícola na Chapada do Apodi, visto que, lá, o agronegócio passou a controlar não só o fluxo da água, mas instituiu a contaminação por produtos químicos. Nesse sentido, por exemplo, está a pesquisa feita pela COGERH entre os anos de 2008 a 2011, a partir do monitoramento de poços profundos.



**Figura 20.** Localização dos Poços Monitorados. **Fonte:** Cogerh, 2013



**Figura 21.** Agrotóxicos identificados nas amostras de água subterrânea entre os anos de 2008 a 2011. **Fonte:** Cogerh, 2013

Nas amostras colhidas, foram identificados 16 tipos de agrotóxicos na água. Três tipos presentes na maioria das amostras foram a Atrazina (herbicida fabricado pela Nortox, de classificação toxicológica III, média toxicidade e potencial de periculosidade ambiental II, sendo perigoso para o ambiente. É bastante utilizado no cultivo de cana, sorgo e milho<sup>11</sup>); a Clotianidina (inseticida de classificação toxicológica III, utilizado nas plantações de algodão, feijão, milho e soja<sup>12</sup>) e o Imidacloprido (inseticida de classificação toxicológica II, altamente tóxico, utilizado em diversos cultivos especialmente de algodão, feijão, milho, soja, cana)<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Fonte: [www.adapar.pr.gov.br](http://www.adapar.pr.gov.br). Acesso em 04 de setembro de 2014.

<sup>12</sup> Fonte: [http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP\[5291-1-0\].PDF](http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP[5291-1-0].PDF) Acesso em 04 de setembro de 2014.

<sup>13</sup> Fonte: [http://www.nortox.com.br/imagens/produtos/imidacloprid\\_bula.pdf](http://www.nortox.com.br/imagens/produtos/imidacloprid_bula.pdf).

**Tabela 3.** Amostra de Água subterrânea contaminada por Agrotóxicos – 2010 e 2011

ANÁLISE DE AGROTÓXICOS 2010 e 2011		
Mês da coleta	Número de amostras	Número de amostras contaminadas
dez/2010	40	2
mar/2011	38	2
mai/2011	42	9
jul/2011	40	7
set/2011	40	2
nov/2011	40	9

**Fonte:** Cogerh, 2013

Os dados mostram a contaminação como resultado desse modelo que passa a impor às comunidades uma “alternativa infernal”: conviver com a água contaminada, adentrar na lógica da mercantilização e pagar pela água mineral de qualidade duvidosa ou se contentar com a falta dela. O que passa no imaginário dessas mulheres ao ter que obrigatoriamente “conviver com ideia de beber, cozinhar, comer, banhar e lavar” com essa água contaminada?



**Figura 22.** Água para consumo contaminada. Desenho de Gracinha Xavier. Cedido à pesquisa

A incerteza passa a reger o imaginário das mulheres sobre aquilo que é considerado como um bem para a sustentabilidade da vida, a água. A água representa a facilitação das atividades no seu cotidiano e o medo da ameaça de



viver sem ela é desafiante. O sonho passa a ser, então, a possibilidade de poder ter acesso a uma água de qualidade. Nesse sentido, a luta pela adutora tem sido uma das grandes bandeiras das comunidades da Chapada. As mulheres, mais uma vez, estão à frente desse processo pressionando e debatendo com os órgãos públicos essa questão. Os espaços de diálogo e pressão política são as assembleias gerais que ocorrem a cada três meses e que são organizadas pela Cáritas e as pastorais sociais da Diocese de Limoeiro do Norte.

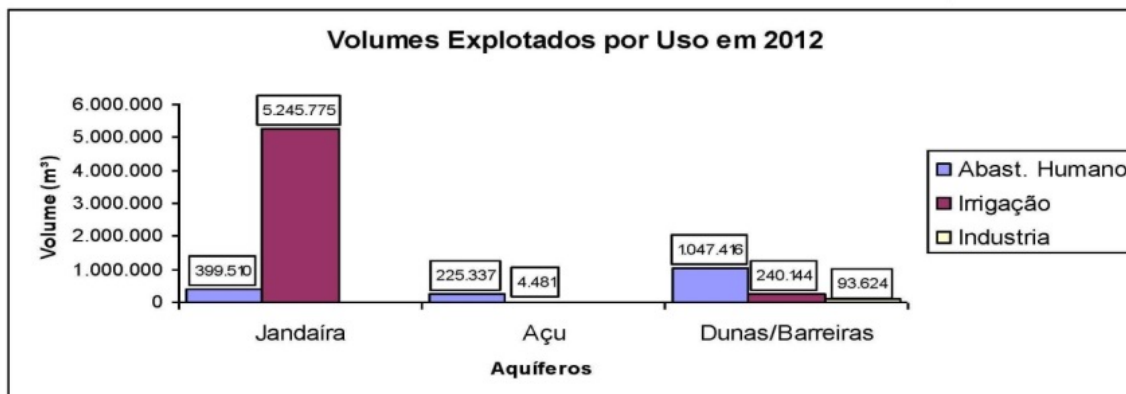
Além disso, há uma preocupação com o uso indiscriminado da água. Nesse aspecto, existem duas questões importantes para nossa análise. A primeira diz respeito ao volume de água que é utilizado na produção da fruticultura irrigada e no abastecimento à população de modo geral. Isso nos permite problematizar a ampliação da desigualdade de acesso. De que forma?

Em 2008, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - Cogerh apresentou os dados relativos ao volume de água extraído do aquífero Jandaíra. Nesse período, a extração foi superior à capacidade de recarga e o órgão estimou um déficit de 4 milhões de m<sup>3</sup> ao ano.

Os dados também apresentam uma situação resultante, nos últimos anos, do aumento do número de poços profundos na Chapada. Em 1999, foram cadastrados 1.398 poços. Desses, 1.174 estavam em propriedades particulares e apenas 224, em locais públicos.

Em diálogo com moradores da Chapada, estes reconhecem que quem tem dinheiro, tem acesso à água. Segundo o que relatam, as empresas podem cavar poços mais profundos. Os moradores e os pequenos produtores, entretanto, veem seus poços secarem e sofrem os impactos da seca que os atinge atualmente. Em movimento contrário, a tabela abaixo, com dados da Cogerh, aponta-nos o volume de água consumido pelas empresas no ano de 2012.

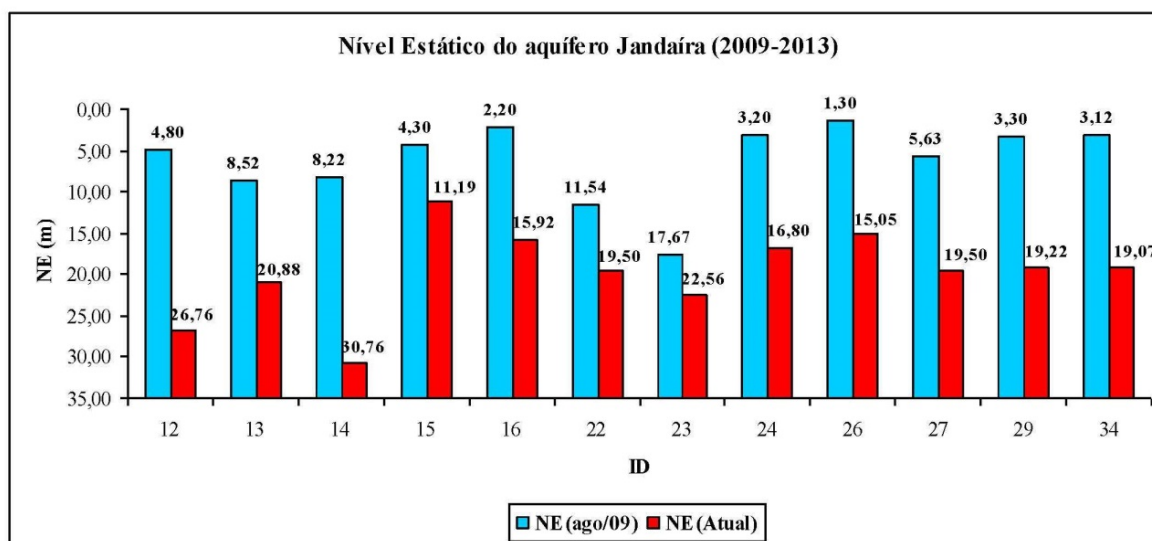
**Tabela 4.** Volumes de Água Explotadas por Uso em 2012



Aquífero	Abast. Humano	Irrigação	Industria
Jandaíra	399.510	5.245.775	
Açú	225.337	4.481	
Dunas/Barreiras	1.047.416	240.144	93.624

Fonte: Cogerh, 2013

O quadro acima, portanto, revela a desigualdade de acesso à água do aquífero ou, mais precisamente, a desigualdade de acesso entre empresas e abastecimento humano. Ao mesmo tempo, verificamos, conforme indica o gráfico abaixo, a relação disso com a diminuição do volume de água do aquífero. Isso, por sua vez, contribui com a situação de escassez de água na Chapada, fato descrito pelos(as) moradores(as) com a secagem dos poços pertencentes aos(às) camponeses(as) que trabalham na agricultura familiar.



**Figura 23.** Nível de Água do Aquífero Jandaíra 2009 - 2013. Fonte: Cogerh, 2013

Para além da desigualdade de acesso, outras questões podem ser problematizadas em relação ao uso indiscriminado da água. Nos seus relatos, as mulheres fazem uma ligação entre sua realidade local e a consciência ambiental do problema global:

Uma dona de casa amanhece o dia aguando o terreiro, aguando a estrada, aguando não, lavando a estrada sem necessidade e se a gente for reclamar: **não faça isso, enquanto a gente está desperdiçando água aqui, muita gente está morrendo de sede em outros países.** Eles dizem: *Ah! A água que eu lavo aqui não vai servir para eles lá?!..* É o que dizem. **A ignorância chega a esse ponto.** Tem gente que diz assim: *Eu não estou pagando? Eu gasto do jeito que eu quiser.* Ah! Mas isso aqui há dez anos vai faltar. *Para que que a gente quer dinheiro, senão pra comprar?* Aí em dez anos você **vai ter o dinheiro, mas não vai ter como comprar porque não vai ter de jeito nenhum.** A gente está vendo agora a comunidade de Lagoinha comprando água, não é? Quinhentos litros de água por vinte reais, trinta reais. E ainda tem gente que a Defesa Civil vai lá, enche e ainda água terreiro e ainda briga com a Defesa Civil quando demora a ir lá colocar água. Infelizmente tem isso. As pessoas são incompreensíveis. É como se fossem todos analfabetos, como se ninguém nunca tivesse ido à escola! Mas o pior é que **tem gente que tem muito estudo e que faz essa situação acontecer.** (Mirian)

Ao apontar a responsabilidade das pessoas sobre o problema do gasto de água, Mirian, através de um exemplo concreto de como a utilização da água pode acarretar problemas, demonstra uma preocupação com o futuro do bem e o cuidado que ele merece.

Esse depoimento nos faz pensar sobre o grau de consciência ambiental que perpassa a relação do campesinato com a natureza. Aponta, inclusive, as interferências que já atingem o imaginário da população de que o “dinheiro pode comprar tudo” (Mirian), um mito frente à possibilidade da escassez de água na Chapada.

Mais do que apresentar o risco, o exemplo que elucida a conexão entre o “poder comprar, mas não ter a água” demonstra a forma de relacionar os diferentes sentidos atribuídos à percepção da água (como bem a ser cuidado ou mercadoria). Essa é talvez uma forma de perceber as diferentes visões sobre o ambiente estabelecidas na (des)ordem do capital sobre a natureza:

Só que agora estou com maior medo porque dizem que vai faltar água, o Castanhão está secando. Ainda hoje eu estava dizendo à Rita: *meu Deus, eu tenho pena das minhas plantinhas que vão morrer tudo.* Porque quando chegar aqui com carro-pipa, eu não vou tirar água do carro-pipa pra aguar uma planta. (Rita Maria)

Inferimos, assim, que o medo move as mulheres na luta para visibilizar a problemática da água. Isso está explícito na fala da Rita Maria e, de

certa forma, é a expressão do que é divulgado permanentemente, das notícias que circulam sobre a água no cotidiano da comunidade e de seus sujeitos.

### 5.2.2 Impactos à produção

Outra face da modernização que impacta os camponeses e as camponesas da Chapada diz respeito à racionalidade econômica baseada em práticas destrutivas e poluentes. Essas práticas geram prejuízos econômicos, convivência com a “alternativa infernal” e “mobilidade do capital”. Traduzem, também, o processo de desigualdade ambiental. Esse processo nos permite mostrar a penalização e vulnerabilização de alguns grupos sociais (impactados de forma desigual por esse modelo).

A constatação do prejuízo de tal modelo para a produção camponesa é relatada a partir do fato ocorrido no quintal da dona Luana. Ao apresentar o problema da pulverização aérea de agrotóxicos no plantio de banana ao redor de seu sítio, ela fala do prejuízo causado pela morte de uma quantidade significativa de animais:

Os bichos da gente morria, as galinhas. Muitas, muitas. Só de uma lapada só, entre galinha, peru, capote e pato, morreram umas trezentas cabeças, só minha. Eu tinha demais, minha filha. Um saco de milho só era três dias. Era muita, muita, muita. Muito capote. Só capote morreu sessenta de uma lapada. Passava os aviões aí matava porque pingava dentro de uma lagoa que tinha aí com água aí morria, morreu foi muito. É assim, minha filha, a nossa vida. (Dona Luana)

Para dona Luana, as empresas só trouxeram prejuízos com a contaminação. Esta gerou a morte dos bichos; provocou o adoecimento de muita gente que mora ao redor das plantações; prejudicou a terra com os agrotóxicos e, de modo consequente, acarretou a contaminação dos alimentos.

A elucidação dessa fala traduz a ideia de alternativa infernal (PIGNARRE e STENGERS, 2005), no sentido de percebermos que, depois de vulnerabilizadas com a perda da terra e a falta de políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa, as famílias são obrigadas a “conviver” com esses problemas.

Pignarre e Stengers (2005, p.40) denominam como “alternativas infernais” situações que se caracterizam pela apresentação pública de uma série de opções ou alternativas, todas elas invariavelmente ruins; pelo mecanismo circular em que as tentativas de se buscar soluções inovadoras apenas agravam o problema e pelo efeito de poder que esse tipo de enunciado produz sobre as pessoas, que sentem-se incapazes de agir e, como resultado, submetem-se, resignam-se,

deprimem-se ou simplesmente produzem denúncias que ecoam no vazio, incapazes de reverter o mecanismo que as paralisa (LISBOA; BARROS, 2008, p. 370).

Dona Judite também interliga a problemática da contaminação com a forma de produzir trazida pelas empresas produtoras de frutas, milho e soja, uma vez que estas utilizam uma grande quantidade de veneno para produzir em grande escala. Ela reconhece a vantagem desse tipo de empreendimento, que traz o emprego como solução para as famílias. Entretanto, já prognostica que, nessa forma de utilização da natureza (até seu limite), a tendência é que tais empresas se retirem e deixem a população apenas com os problemas, especialmente o de escassez de água. Sem a água, surge, também, a perda do emprego:

**A vantagem das empresas é porque enriqueceu muito o nosso município.** Enriqueceu muito, **mas que tirou muito também da natureza.** É mais desvantagens. No meu modo de dizer, o que elas destruíram são mais desvantagens do que mesmo as vantagens. **A vantagem é muita, é.** Eu nem sei avaliar o tanto de pessoas que têm empregadas aqui na Chapada do Apodi. É muito, muito. **É, empregou muita gente, tudo bem, empregou.** Mas que **quando essas empresas forem embora,** porque não vai ser para a eternidade, **não vai ser por muito tempo porque já está começando:** o nosso lençol freático já está negando a água, já tem muitos poços secando, já tem muitas empresas que 30% já está parada porque não tem água. E muita gente já perdeu o emprego por conta disso. (Dona Judite)

A mobilidade das empresas, portanto, é vista pela Dona Judite com dois problemas: a forma de uso da água (gerando sua escassez) e, como consequência, o desemprego.

### 5.2.3 Impactos à alimentação

Os impactos à produção podem ser visualizados não só na degradação ambiental e nas incertezas sobre o futuro, mas também no direito à alimentação sadia. Nesse sentido, acrescenta Sophia, quando analisa os problemas causados pelo agronegócio da fruticultura à saúde dos trabalhadores:

Eu acho que o que eu consigo ver mesmo e o que chama mais a atenção é isso, por quê? [sobre as desvantagens] **Eles estão assim expostos, principalmente os trabalhadores.** Como ontem eu estava falando para o meu tio, ele dizendo assim que tinha gente que ainda hoje não acreditava que existia esses problemas. Aí dizia assim: *como é que pode, eles dizer que o câncer é por causa dessa água contaminada e por que que o Lula teve câncer?* Aí eu disse assim: só que eles não veem que as frutas elas são aguadas com essa água

também e **elas tanto recebem a água contaminada como também elas estão expostas porque precisam da pulverização.** Tem empresa aqui que ela pulveriza de manhã e quando é de tarde ela está tirando o produto já pra vender, ele não se toca disso aí. (Sophia)

Do ponto de vista técnico, vários problemas poderiam ser analisados, mas, nessa fala, é importante ressaltar a exposição a múltiplos fatores que a sociedade vivencia hoje com os agrotóxicos. Mais uma vez, então, as mulheres mostram a articulação que modelo de produzir tece em níveis locais e sociais.

Impressiona o fato de que, ao se referirem à exposição a agrotóxicos, as mulheres partem de uma visão totalizadora do problema. Elas articulam seu olhar partindo da exposição do trabalhador, passando pela exposição dos alimentos e relacionando o envenenamento da população ao envenenamento da terra, vistos na mesma proporção. Em tal perspectiva, por exemplo, está a clareza do relato da Dona Judite:

**Com a terra acontece a mesma coisa.** Porque ela pode ser produzida por seis meses, antigamente era assim, ela produzia seis meses e seis meses ela descansava para poder produzir de novo. **Hoje em dia, não. É produção por cima de produção.** A terra está fraca? O que que faz? Joga produto químico. Então **a plantação ela está mais sendo sustentada pelo produto químico, do que mesmo pela própria terra** porque a terra ela não tem tempo de se recompor. **Ela não tem condições de respirar** tão rápido por conta de tanto produto que é jogado e tanta plantação. Quando um pequeno produtor planta, ele planta pouco e faz aquele intervalo da plantação, **mas as grandes empresas não respeitam esse tempo da terra se recompor.** Ele passa ali dez anos plantando, nesses dez anos a terra está gasta, não presta mais para nada, então ele sai e **vai para outra terra.** E aquela terra fica improdutiva. Até chegar dez anos de novo ela já tenha se recomposto. Porque eu sinto que **a terra é como o ser humano,** ela vai crescendo, ela vai se modificando como a pessoa que também vai crescendo, se modificando, engordando, muitos vão caindo os dentes, **assim também é a terra.** No meu modo de pensar, não é? **Ela vai se modificando, se desgastando da mesma forma,** envelhecendo, como as pessoas também envelhecem **dependendo do tratamento.** (Dona Judite)

Desse modo, a percepção das relações ecológicas e da vida dos agroecossistemas é apresentada por Dona Judite, que relaciona o modelo de produzir às suas consequências para o ambiente e que também aponta para a ideia de herança maldita.

Outras consequências são sentidas, ainda, aos olhos das mulheres, que veem alterações inclusive no sabor da comida. Nesse sentido, está o depoimento da Dona Judite sobre as vantagens e as desvantagens pensadas a partir das formas de ver e vivenciar os processos e as lógicas de trabalho e produção que impactam, de forma negativa, o ambiente:

O milho verde do inverno, ele é totalmente diferente do milho ele não tem o doce que tem o milho do inverno, tem não. Aí, tudo isso são vantagens? São não, são desvantagens. A vantagem porque você trabalha e tem a família de três, quatro pessoa que trabalha de carteira assinada, e naquele dia vai receber o **dinheiro, mas é só naquele dia. Aquilo que Deus dava ia ser para sempre.** Por isso eu digo as vantagens são essa trouxe muita riqueza, mas em compensação: **a mortandade, o nosso verde, os nossos animais, a nossa água, ninguém respira mais um ar puro,** você não se levanta de manhã... eu ia pra casa da minha avó, fica ali na saída pra Quixeré, eu saía daqui de pé de manhazinha ou de tardezinha, uma brisa tão boa, um vento cheiroso, aquele cheiro de brisa, **hoje você vai, você sente catinga de veneno,** de esterco de adubo, adubando, andam fazendo um adubo não sei que, a podricagem [podridão] que **você tem hora que não consegue nem comer.** Tudo isso são desvantagens. Mas o grande ele não enxerga isso aí, não. Os empresários eles não veem por esse lado não. Por quê? Quando eles disseram assim: *não, ó, acolá não está produzindo mais.* **Eles têm condições de ir para outro canto e nós vamos ficar** a que perteno [pertencendo] Pois é, a vantagem que eu acho é essa. (Dona Judite)

Na sua experiência, Dona Judite retrata com lucidez as nuances do conflito, pois, nele, os impactos ao ambiente são nítidos assim como na relação conflituosa entre classes. Ela percebe a interferência do agronegócio nas situações rotineiras, mas de grande significado para o campesinato, como é o caso do momento sagrado da refeição. Percebe, ainda, a ausência dos empresários nesses espaços e lembra que, por isso mesmo, eles não têm noção da problemática.

Tais fatores, portanto, revelam a consciência do problema ambiental estabelecida nessa relação produção/reprodução do capital bem como as consequências desse processo no modo de vida camponês. Essas consequências aparecem na questão da mobilidade e da deslocalização do capital e na ‘alternativa infernal’ de um “mal necessário”. Assim, a questão que Dona Judite aponta na sua fala dialoga com o conceito de injustiça ambiental:

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego. Afirma também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas (ACSELRAD; MELO; BEZERRA, 2009, p. 16-17).

Infere-se, por conseguinte, que os danos ambientais causados pelo agronegócio ampliam as desigualdades, vez que este modelo de produção apresenta, na sua essência, a exploração do trabalhador e da trabalhadora e a exposição destes(as) a diferentes riscos.

#### 5.2.4 Impactos à Paisagem

Os caminhos que as mulheres trilham sobre a questão ambiental também passam pelo seu olhar sobre a reestruturação produtiva e o reordenamento do espaço agrário. Nesse interim, elas apontam a homogeneização da paisagem e o desaparecimento de animais e da diversidade da mata. Nesse exercício de reflexão, identificam os pontos sobre os quais se baseia o desequilíbrio e articulam as interconexões estabelecidas pela natureza. Vejamos como essa questão se coloca pela experiência da Dona Judite:

Nós saíamos para o mato aqui dessa ruazinha, um quilômetro que você andasse, você já **estava na mata fechada**. De tudo você via: tinha tatu, tinha o peba, tamanduá, nambu, todo animal que você pudesse imaginar, tinha por aqui. **Hoje você não vê mais isso**. A nossa chuva, porque tem gente que diz por aí: *ah, meu Deus, é sete anos de seca, vai morrer todo mundo de seca porque vai se acabar os projetos porque Deus não manda chuva*. Não tem nada haver. Não tem nada haver, por que? o homem foi quem acabou com isso aí. *Mas como foi que acabou Maria?* **Cadê a nossa mata?** Não tem mais, nós não temos mais, **pra onde você olha você vê só o descampado**, o sol chega treme, você não avista mais um pé de árvore, aí **como é que essa chuva pode vim?** Não pode de jeito nenhum. (Dona Judite)

Nas entrelinhas, ela nos aponta uma espécie de “guerra silenciosa” travada entre o modelo capitalista e a natureza. A consequência dessa lógica destrutiva, por sua vez, é vista sob o olhar da comunidade encurralada de problemas, como a água contaminada, as frutas envenenadas, o trabalho explorado, a terra expropriada. Ao se referir às doenças que, na atualidade, acometem o território, Sophia identifica as raízes dessas questões:

Agora o nosso problema de morrer muita gente aqui, principalmente aqui na comunidade é porque **é como se nós fôssemos o centro e ao redor estão todos os problemas**. Nós estamos, como se diz, expostos a tudo isso aí: é água, é fruta, é tudo. E tirando assim, a questão do veneno, **se não fosse o veneno, fosse o trabalho**, eu acho que é a exploração mesmo do trabalhador. Por que é que vem



tanta empresa de fora? Porque a **mão de obra daqui é barata**, eles exploram mesmo. O trabalhador ele passa, ele trabalha oito horas e ele ganha o quê? Um salário, seiscentos e setenta reais, quando ele recebe é quinhentos e alguma coisa. Aí desconta não sei o quê, não sei o quê, até a alimentação deles é descontada: a empresa dá o almoço, mas desconta no final do mês. (Sophia)

Assim, Sophia identifica alguns pontos através dos quais reflete sobre a comunidade como o centro por onde circundam todos os problemas - como o desequilíbrio ambiental e a exploração do(a) trabalhador(a), ambos ocasionados pela implantação do perímetro irrigado e pela chegada das empresas e de sua lógica produtivista.

### *5.2.5 Impactos ao ar/solo*

No que tange à poluição do ar pelos agrotóxicos, quem sofre em primeira instância, é a comunidade, que vive cercada, sem alternativa. É o que lembra a Sophia:

Agora a questão é que tem esses aspectos negativos: a questão da poluição... A ambição é tão grande que eu acho que daqui a pouco eles vão plantar é no fundo dos quintais das casas porque eu lembro que meu pai dizia que **tinha uma lei, alguma coisa, que a igreja ela representa o centro da comunidade e que só era para plantar com a distância de um quilometro quadrado** para poder plantar e hoje em dia quase em cima da igreja tem. E se tivesse... Na época, não tinha muita casa dava certo, só que se tivesse casa, tinha que ser pelo menos **quinhentos metros da casa. E hoje em dia, não**. Ali na rua que eu moro, já estão... da minha casa pra lá não dá cem metros para a plantação. **E a questão do veneno?** O que veio assim, acabar mesmo com o ambiente e a saúde das pessoas foi na época da pulverização aérea. Ninguém nunca tinha visto ouvir falar em nada, em nenhum tipo de problema, mas depois que veio, acarretou muitos problemas mesmo, muitos. (Sophia)



**Figura 24.** Desenho da poluição. Fonte: Gracinha Xavier cedido à pesquisa

Como já dissemos, a Lei nº1478/2009, que proibiu a pulverização aérea, foi aprovada na Câmara de Vereadores do município de Limoeiro do Norte a partir das denúncias das comunidades e da luta do Zé Maria, que evidenciava os problemas da contaminação por agrotóxicos.

Nesses últimos tempos, por causa da seca, o uso dos aviões sobre as plantações diminuiu, mas isso não significa, segundo o depoimento das próprias mulheres, que diminuiu o uso dos agrotóxicos. Lembramos que eles continuam a ser aplicados, na maioria das vezes, por trator, *spray boom* ou que são colocados no próprio pivô (sendo misturados à água) ou no sistema de pulverizador costal.

Na comunidade de Carnaúbas, por exemplo, o problema da contaminação do solo e do ar é com a usina de reciclagem dos plásticos e das mantas tóxicas. Mais adiante, estudaremos melhor o processo de trabalho existente lá, mas é importante ressaltar o que Odete traz de contribuição para que analisemos a prática da queima do lixo tóxico. Essa prática, desenvolvida

por tal usina, acarreta muitos problemas e, ao mesmo tempo, reações da comunidade:

Mulher, aquele trabalho alí [usina], pra mim eu só fico mais assim preocupada era quando ele fazia queimada. Porque ele fazia muito, mas a **gente batia muito com ele** e agora ele não está mais queimando. Ele dizia pra nós, inclusive ele é até meu afilhado, ele dizia: *madrinha, não sou eu que queimo, não, são os trabalhadores*. E eu disse: *meu filho, mas você fale com eles porque prejudica demais as pessoas idosas que já têm problemas, as crianças*. Mas aí, está com muito tempo que ele não queima mais. Agora eu acredito que **quem mora alí bem pertinho, talvez se sinta prejudicado. O cheiro é muito forte e aquele plástico já vem das empresas que cobre as plantas com veneno, é tudo muito forte**. Aí quando queimava, ninguém aguentava. Ainda houve assim umas quatro queimadas grandes, mas aí, de **tanto o povo pedir, ainda teve gente que ameaçou que ia denunciar**, aí nunca mais ele queimou não. Ele disse que não ia mais aceitar queimar, não. Eu disse pra ele: eu espero que não. (Dona Odete)

Dona Odete mostra que a comunidade exerce uma vigilância popular, pois percebe o problema, vai à fonte e propõe formas de ação. Pela legislação brasileira, a reciclagem dos resíduos tóxicos tem um marco regulatório rigoroso dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº. 12.305-2010 e regulamentada por meio do Decreto nº. 7.404-2010. Porém, como veremos mais adiante, o caso dos agrotóxicos pode ser considerado emblemático dentro da cadeia produtiva do agronegócio.

Com efeito, a artificialização da produção faz que as empresas atinjam suas metas com a qualidade exigida pelos mercados, mas, ao mesmo tempo, gera uma quantidade de lixo tóxico que pode contaminar o ambiente. A lei é clara quanto à responsabilidade dos resíduos (que deveriam ser tarefa das empresas), mas estas não cumprem o que é determinado. Na verdade, repassam tal responsabilidade para um membro da comunidade a fim de que este faça a intermediação entre as relações desumanas do ponto de vista do trabalho e os elevados níveis de contaminação do ponto de vista do ambiente. Assim, a estratégia utilizada pelas empresas é justamente contratar e entregar o problema a quem não tem capacitação necessária para lidar com o perigo. Desse modo, ficam isentas e se desresponsabilizam dos riscos.

O trabalho desenvolvido por Dona Odete em relação ao convencimento sobre o problema é, por seu turno, pedagógico. Ele desempenha um papel importante de conscientização e vigilância popular da contaminação ambiental que repercute de forma positiva para a comunidade.

Os impactos ambientais apresentados pelas mulheres demonstram evidências que caracterizam, segundo Carneiro, Rigotto & Pignati (2012) - inspirados em Acselrad (2004)-, o processo de *apropriação* dos recursos do território – como terra e água - na perspectiva do capital.

As mulheres apontam elementos que dialogam com as ideias desses autores, que discutem a questão da apropriação também no aspecto cultural (simbólico), pois também há produção e difusão de sentidos sobre o lugar na perspectiva do capital.

Em seu discurso, o capital nega a história e a vida na Chapada do Apodi; invisibiliza diferentes sistemas produtivos e culturas; afirma-se como modelo moderno, eficiente, único e possível; caracteriza a tradição como “atraso”; anuncia-se como portador do progresso e do desenvolvimento e utiliza a violência na defesa de seus interesses.

As mulheres fizeram um percurso trazendo à tona as questões relativas à problemática ambiental na Chapada. Elas nomearam como raiz do problema a ambição, pois, em nome desta, forjam-se processos de destruição, adoecimento, contaminação da água, medo da escassez, homogeneização da paisagem, desaparecimento dos animais, exposição e exploração dos trabalhadores, negação do direito à alimentação sadia, envenenamento da população e da terra, poluição do ar, contaminação do solo, poluição pela reciclagem dos produtos tóxicos, violência e negação da cultura (todos como “faces de uma mesma moeda”).

A seguir, portanto, apresentamos um diagrama com alguns dos elementos apontados pelas mulheres como reflexos de suas interpretações sobre o problema.



**Figura 25.** Diagrama da Problemática Ambiental na Chapada

Fechando o ciclo da problemática ambiental a partir das percepções das mulheres, Mirian traz à tona, também, o tema do consumo. Ela relaciona-o à destruição do ambiente e percebe o emprego como um fim para garanti-lo, pois a circulação de mercadoria é imposta e permite uma indução de trabalhar apenas para consumir:

**Hoje em dia há muita destruição.** As pessoas começaram a fazer compras excessivas, **compram mais do que necessitam. O mercado induz muito à compra**, então, se você tem uma roupa boa, amanhã sai uma nova moda, uma nova tendência e você tem que comprar aquela tendência porque você tem que estar na moda senão você é brega, você é cafona, você é careta. Então, todo ano você tem que trocar os móveis da sua casa, senão o povo fica falando: *olha fulano como é brega, olha as coisas como são!* E as pessoas não querem ouvir isso. Então, todo ano troca os móveis da casa, todo ano troca o celular, todo ano troca a moto, todo ano troca o carro... **Trabalha só para esse consumo. O importante que era ajudar o próximo, trabalhar para o seu sustento, só para o necessário, não existe mais.** (Mirian)

Ao olhar para a realidade geral dos valores capitalistas (pautados no consumo desenfreado e no desejo de consumir), Mirian compara e retoma os princípios que regem o modo de vida camponês, visto que este pensa no trabalho como forma de garantir o sustento, o necessário para a reprodução familiar. Essa questão, por sua vez, dialoga com os estudos de Chayanov (1981) sobre o campesinato.

Jezabel acrescenta outro elemento a essa discussão: o fato do acesso aos bens de consumo chegar com a garantia do salário. No final, todavia, conclui que, muitas vezes, são bens que não são necessários. Nesse intuito, lembra que ganhou um micro-ondas, mas nunca o utilizou:

Olhe, agora não, que a menina está trabalhando e tá me ajudando, mas de primeiro o meu salário era para água, gás, energia, água e a feira. Aí era eu, Marlon, Mia e o menino que eu crio, **quatro pessoas para um salário.** Mas agora a filha está trabalhando, tá me ajudando, agora é diferente. Eu não tinha um armário desse, ela já me ajudou. Esse micro-ondas foi a outra que me deu no dia das mães. Mas para não usar também. Porque eu não preciso, **pobre não precisa dessas coisas não.** Pobre só basta o básico: a geladeira, o fogão, um *armariozinho* para botar as coisas dentro. (Jezabel)

Esse debate pode parecer descolado da discussão que vínhamos discorrendo sobre os impactos do modelo ao ambiente. Entretanto, Mirian, mais uma vez, chama-nos a atenção para a relação entre consumo, produção do lixo e consciência ambiental. Ela destaca que a terra não suporta tamanha pressão e

faz a ligação desse problema com o aquecimento global e as catástrofes ambientais:

Essa nova geração, como dizem, tem poluído muito o meio ambiente com desgaste de tanta coisa. **Esse consumismo tem sobrecarregado a terra porque não dá conta da terra absolver tudo que é jogado nela**, tão rápido. Se ela pudesse absorver na rapidez o que é jogado nela, a gente **não teria tantas situações climáticas** que a gente passa hoje. A gente vê hoje quantos **países aí sendo inundados, outros morrendo de fome e de sede...** A gente ver uma Chapada rica, a **nossa Chapada é rica, mas a população que mora nela não é rica**. Infelizmente. (Mirian)

Conforme já observamos, Mirian parte dessa visão totalizante e afirma que:

Aqui na Chapada **os direitos da natureza estão sendo negados**, infelizmente. De que forma? **Da forma da exploração. A natureza hoje ela é muito explorada: nós temos além do projeto irrigado que vem a água do rio, temos também os projetos de poços profundos.** São muitos poços cavados na comunidade prejudicando também o lençol freático. O aquífero **Jandaíra, ele já não suporta mais o nível de água que é retirado porque as chuvas que estão caindo são poucas.** Então não dá pra repor a mesma quantidade de água que é sugado, o desperdício é muito grande. E aí a gente ver o modo que a natureza é negada. **Essa é que bem tem direito** porque quem nos sustenta é ela. Então ela tem o direito de respirar mais do que nós porque ela dá respiração. Através do ar que ela libera é que a gente respira. **E se a natureza morrer, a humanidade também vai morrer!** A gente vê hoje o grande **aquecimento global**. Antigamente a Comunidade era pequena, você não via... **Não tinha carro de lixo, não tinha saneamento, mas você não via lixo jogado pelas ruas, todo mundo tinha aquele cuidado.** Hoje em dia, não. Hoje em dia ninguém liga mais para nada. (Mirian)

Na contemporaneidade, essa perspectiva da natureza como portadora de direitos vem sendo debatida, especialmente, na América Latina, a partir da construção de processos alternativos ao capital e de articulações e incidências em propostas transformadoras no âmbito político, social econômico e cultural. Entre as mais notórias experiências, temos o chamado “Socialismo Comunitário da Venezuela, o “Suma Qamanã no Paraguai, o Estado Plurinacional da Bolívia e o Sumak Kawsay/Buen Vivir do Equador. (LEON, 2010).

Nesse âmbito do debate das alternativas ao modelo civilizatório do capital, o Fórum das Alternativas construiu o Projeto de Declaração Universal do Bem Comum da Humanidade com elementos que dialogam com a questão, por exemplo, dos direitos da natureza. A Declaração parte da ideia de que:

Se trata (1) de pasar de la explotación de la naturaleza, como recurso natural, al respeto de la tierra como fuente de toda vida; (2) de privilegiar el valor de uso sobre el valor de cambio en la actividad económica; (3) de introducir el principio de la democracia generalizada en todas las relaciones humanas, incluidas las relaciones entre hombres y mujeres y en todas las instituciones sociales y (4) de promover la interculturalidad para permitir a todas las culturas, los saberes, las filosofías y religiones esclarecer la lectura de la realidad; participar en la elaboración de la ética necesaria a su permanente construcción; y contribuir en las anticipaciones que permiten decir que “otro mundo es posible”. Ese es el paradigma del « Bien Común de la Humanidad » o del « Buen Vivir », como posibilidad, capacidad y responsabilidad de producir y reproducir la existencia del planeta y la vida física, cultural y espiritual de todos los seres humanos en el mundo. De ahí, la propuesta de una Declaración Universal. (FORO ALTERNATIVO, 2012 p. 01)<sup>14</sup>

A natureza, assim, é vista com respeito e integridade:

la naturaleza es el origen de las múltiples formas de la vida, incluyendo la Humanidad, que tiene la tierra como su hogar. [...]Es responsabilidad del género humano, en tanto que su parte consciente, respetar la justicia ecológica y los derechos de la naturaleza, que también forman la base de su propia existencia y del Bien Común de la Humanidad. (FORO ALTERNATIVO, 2012, p. 02)<sup>15</sup>.

Além disso, a Declaração afirma que

Son contrarias a la responsabilidad humana frente a la naturaleza, al Bien Común de la Humanidad y al Buen Vivir, y por eso susceptibles de sanciones, todas las prácticas que destruyen las capacidades de regeneración de la « madre tierra », tales como las explotaciones salvajes de las riquezas naturales, la utilización destructiva de productos químicos, la emisión masiva de gases con efecto invernadero, los monocultivos agotadores de los suelos y de las reservas acuáticas, la utilización irracional de las energías y la producción de armas nucleares, químicas, biológicas. (FORO

---

<sup>14</sup> “Se trata (1) de passar da exploração da natureza, como recurso natural, ao respeito da terra como fonte de toda vida; (2) de privilegiar o valor de uso sobre o valor de troca na atividade econômica; (3) de introduzir o princípio da democracia generalizada em todas as relações humanas, incluídas as relações entre homens e mulheres e em todas as instituições sociais e (4) de promover a interculturalidade para permitir a todas as culturas, os saberes, as filosofias e religiões esclarecerem a leitura da realidade; participarem da elaboração da ética necessária à sua permanente construção e contribuírem nas antecipações que permitem dizer que “outro mundo é possível”. Esse é o paradigma do “Bem Comum da Humanidade” ou do “Bem-Viver”, como possibilidade, capacidade e responsabilidade de produzir e reproduzir a existência do planeta e a vida física, cultural e espiritual de todos os seres humanos no mundo. Daí, a proposta de uma Declaração Universal” (Fórum Alternativo, 2012, p. 02). (Tradução nossa).

<sup>15</sup> “A natureza é a origem das múltiplas formas da vida, incluindo a Humanidade, que tem a terra como seu lugar. [...] É responsabilidade do gênero humano, no sentido de ser sua parte consciente, respeitar a justiça ecológica e os direitos da natureza, que também formam a base de sua própria existência e do Bem Comum da Humanidade”. (Fórum Alternativo, 2012, p. 02). (Tradução nossa).



É interessante observar que as transformações ambientais retratadas pelas mulheres nos mostram danos ambientais de grande magnitude, como a contaminação da água, do solo e do ar, mas elas também olham para as transformações na paisagem, a exploração e a exposição dos trabalhadores das empresas a riscos ocupacionais, o consumo e as consequências dessa situação local para a realidade global. Sob essa perspectiva, apresentam consciência ambiental e estão atentas à relação ser humano-natureza. Como não poderia ser diferente apontam a natureza, assim como nós, como portadora de direitos. Direitos que, em suas interpretações, estão sendo violados na Chapada do Apodi.

---

<sup>16</sup> “São contrárias à responsabilidade humana frente à natureza, ao Bem Comum da Humanidade e ao Bem-Viver e, por isso, suscetíveis a sanções, todas as práticas que destroem as capacidades de regeneração da mãe terra, tais como as explorações selvagens das riquezas naturais, a utilização destrutiva de produtos químicos, a emissão massiva de gases de efeito estufa, os monocultivos esgotadores dos solos e das reservas aquáticas, a utilização irracional das energias e a produção de armas nucleares, químicas e biológicas”. (Fórum Alternativo, 2012, p. 02). (Tradução Nossa).

### **5.3 SENTIDOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

“O patriarcado é a mão invisível do capital”.

Cristina Carrasco

Importantes e complexas transformações vêm ocorrendo a partir da reorganização do capital. Elas trazem consigo novas dinâmicas territoriais e novos desafios aos sujeitos do campo e às suas formas de trabalho. Por isso, conforme já enunciamos, a análise das relações de trabalho torna-se central para as discussões acerca dos conflitos e das desigualdades de classe e também de gênero, especialmente nessa nova conjuntura do campesinato em disputa de projetos com o agronegócio.

Com efeito, o debate acerca do trabalho da mulher, o papel do emprego precarizado, as formas de resistência produtiva e cultural, a reapropriação e a reafirmação do território e os mitos do emprego e do desenvolvimento se entrecruzam nas visões e experiências das mulheres no seu cotidiano de trabalho.

O trabalho é o que articula o cerne do sentido da vida das mulheres da Chapada. Todas iniciaram muito cedo a relação com a terra. Nesta, começou o gosto pelo trabalho em família, que foi aprendido pela dinâmica, pela imaginação e pela criatividade das brincadeiras.

Hoje, elas dividem seu tempo entre o trabalho doméstico e as tarefas na agricultura, no artesanato e nas atividades sociais. Essa foi uma das maiores surpresas que o campo nos apresentou. Se antes escutávamos falar da Chapada do Apodi como o lugar “dominado” pelo agronegócio, o lugar da monocultura, da água contaminada, do avanço das doenças e dos problemas sociais, as mulheres foram nos apresentando a Chapada como um lugar em disputa, também com outras características, com diferentes sujeitos, com diversidade de produção, com culturas, com histórias diversas - um lugar com toda a sua multiplicidade e cheio de possibilidade; uma Chapada em reapropriação, em recriação pelos camponeses e pelas camponesas; em lutas e resistências cotidianas.

O trabalho é o foco dessa percepção, pois é no e pelo trabalho que elas se fazem e refazem diuturnamente. Por isso, como forma de aguçarmos nossa compreensão, apresentamos um quadro da diversidade de trabalho das mulheres sujeitos da nossa pesquisa para situarmos os tempos e os lugares por elas ocupados assim como os sentidos que atribuem a ele.

Para entendermos de forma mais aprofundada as questões que permeiam os saberes e os sentidos das mulheres a partir da diversidade de trabalho em que estão envolvidas (trabalhos que constituem, no cotidiano, a força motriz de suas vidas), organizamos o grupo da pesquisa em três diferentes categorias de tipos de trabalho. Levamos em consideração os tempos de dedicação às atividades agrícolas, de inserção social e de serviços das empresas.

A partir das histórias de vida, situamos as mulheres organizadas por tempo e lugar de vivência e atuação. O primeiro grupo de mulheres foi organizado pelo lugar que elas ocupam na atualidade. Nele, a maior parte do tempo é dedicada ao trabalho na agricultura, no quintal, no cuidado com plantas ornamentais e no cuidado de animais, ainda que se assumam outras atividades (como as que envolvem comércio, artesanato, educação e tarefas inseridas no espaço doméstico). Fazem parte desse grupo Rita Maria, Dona Luana, Rosa e Brígida.

O segundo grupo de mulheres, composto por Mirian, Sophia, Judite, Ester e Odete, é formado por mulheres que dividem seu tempo de trabalho entre as atividades domésticas, a atividade estudantil e a inserção nas atividades políticas e sociais das comunidades.

O terceiro grupo, por sua vez, é composto pelas empregadas do agronegócio, que têm a maior parte de seu tempo de trabalho e de vida dedicado ao serviço dentro das empresas ou, ainda, que apresentam sua produção integrada ao modelo produtivo dentro do projeto de irrigação. Maria, Jezabel e Taís representam essa categoria.

Para nós, é importante essa divisão social dos tempos e dos espaços de atuação das mulheres porque suas experiências com o trabalho são permeadas pelas formas de inserção, pelos lugares, pelos sujeitos e pelos diálogos que elas fazem entre si e com seus pares. Sua consciência também é marcada por essas questões. Isso traz sentidos relevantes para nossa análise

porque cada uma - do seu lugar, com seu conhecimento e a depender do nível de informação que recebe, dos diferentes relatos que escuta, da própria experiência e dos diálogos que constrói- compõe sua visão sobre o tema.

Essa consideração nos deu certa segurança para acolher todos os relatos tentando entender, respeitar e valorizar cada um deles, pois uma das grandes sabedorias das mulheres é que elas aprendem a lidar com as situações, buscam diferentes mecanismos de análise, encontram caminhos para enfrentar os problemas e procuram suas saídas.

Analisaremos essas questões a partir das histórias de vida. Para isso, apresentamos a seguir um resumo de suas histórias e a diversidade de trabalho em que estão envolvidas cada uma delas.

### 5.3.1 DIVERSIDADE DE TRABALHOS DAS MULHERES

#### 1. *Mulheres envolvidas em atividades domésticas, artesanais e de inserção nas atividades políticas e sociais das comunidades*

#### **ESTER**

Dona Ester nasceu na Comunidade do Quilômetro 60 e, em 1995, veio para a Comunidade do Tomé. Atualmente, está com 46 anos e tem 04 filhos. Seu cotidiano de trabalho é dividido entre as tarefas domésticas, as aulas de reforço para crianças da Comunidade e as atividades religiosas. Como filha de camponeses, lembra o esforço do pai para que os filhos estudassem ao mesmo tempo em que mantivessem o vínculo do trabalho com a terra. Para ela,

filho de agricultor ele acaba sendo também, trabalhando no campo, sendo agricultor porque mesmo que a gente cuide da lida de casa, (...) a gente trabalhava em casa e ajudava sempre a eles porque agricultura de casa é assim, sempre na agricultura familiar sempre todo mundo da casa trabalha, de alguma maneira a gente está se envolvendo e trabalhando.

Depois de completar 18 anos, começou a trabalhar como professora municipal. Segundo seu relato, trabalhava como professora leiga, pois, na época (1984), não era necessário ter graduação para assumir a profissão:

Quando eu comecei a trabalhar de professora, eu era professora não porque não sabia (risos) [não tinha escolaridade, titulação] porque sabia muito, porque eu tinha experiência. Quer dizer, era contado muito

mais a experiência do que a escolaridade do professor. (...) A gente não tinha a oportunidade de estudar e se formar, mas a gente ia se capacitando assim. E no dia a dia com a as crianças a gente ia aprendendo mesmo.

Dona Ester exerceu essa função durante 14 anos na Comunidade do Quilômetro 69. Depois, trabalhou na Escola João Batista entre os anos de 1996 até 1998, quando se complicou a relação de conciliação entre casamento e estudo. Impedida de continuar, ela deixou as atividades que desenvolvia tanto como professora quanto como estudante:

Meu marido ficava só (risos) cortando. Todo ano ele queria proibir, aí eu parei. Por isso eu nem conseguia concluir o Ensino Médio e nem me conformava de está em casa, que eu já queria trabalhar, não é? Aí eu voltava de novo pra sala de aula. Aí ele impedia de novo e ficava nesse vai e vem. Aí quando ele veio dizer assim que não suportava mais, eu já tinha perdido as chances já, aí já estava mais difícil pra mim. Não consegui me formar, não. E parei por aí.

Além dessa pressão, outra dificuldade de continuar exercendo a profissão como professora veio com a exigência de realizar concurso público para o ensino. Em 1998, chegou esse tipo de seleção e, como ela não havia concluído o Ensino Médio, não pôde fazer:

Aí pronto, já fiquei fora desde esse tempo. Aí eu acho que eu mesma me abandonei porque eu disse: "*não, vou deixar pra lá, é mais difícil agora pra eu estudar, talvez eu não aprenda mais*". Mas eu fiz besteira porque os meus meninos já eram tudo grande. Era a oportunidade que eu tinha de estudar e ter terminado.

Mesmo sem poder participar do concurso, Dona Ester continuou exercendo o ofício de professora, dessa vez, dando aulas de reforço em casa.

Um marco na sua história de vida foi a saída da Comunidade onde nasceu para morar na Comunidade do Tomé, pois vivenciou um processo de desterritorialização ao romper o vínculo afetivo e cultural com a primeira Comunidade e ao perder a proximidade com os laços de parentesco. O motivo foi o emprego do marido, convocado pelo patrão para trabalhar no Tomé. As memórias presentes e os sentimentos revelados demonstram que até hoje sente uma grande afetividade com o lugar de origem:

Pois é, eu até gostava de lá, do Quilômetro 60, e até dá uma saudade do povo de lá!... Porque eu gostava. Desde menina que eu morava lá, né? E não tinha nada que dissesse assim: não, não há razão justa que dissesse: *eu quero ir embora daqui*. Não, eu gostava de lá. Aí meu marido começou a trabalhar pra cá, no finado Olavo. (...) O Olavo queria trazer ele pra cá. Pelejou, pelejo u, até trazer. Foi por isso que

nós viemos, mas gostava de lá. Aí nós viemos pra cá. Eu sinto falta de lá, mas estar bom aqui também.

A conciliação do trabalho doméstico com o ensino das crianças permanece até hoje. Permanece, todavia, como um impasse, precisamente pelas dificuldades de exercer as duas atividades. Nesse sentido, Dona Ester alega que, quando era mais nova, isso era mais fácil, pois podia contar com as duas filhas que moravam em casa e contribuía com as tarefas domésticas:

Existe um impasse muito grande em dar conta das duas coisas. Antes eu sempre – não castigava as meninas, não. Mas eu sempre botava elas pra me ajudar desde pequena. Elas já me ajudavam. Eu tinha duas filhas mulher, e cedinho elas já me ajudavam na luta de casa: barria terreiro, aguava as plantas, e era uma ajuda já muito grande. Não era fácil, mas... acumulava coisa para o final de semana, feriado. Mas a vontade que eu tinha de trabalhar – não era nem necessidade (risos), mas a vontade que eu tinha era maior. Aí eu não desistia, fazia era continuar.

Ela lembra que, quando trabalhava fora nos dois turnos, era mais difícil, pois chegava às 11h, cozinhava rapidamente e contava com a ausência do marido, que saía para trabalhar às 06h da manhã e só retornava ao final da tarde:

Facilitava muito em certo ponto, porque era só os meninos, eu ajeitava ali e pronto. Os meninos, claro, concordavam em tudo (risos) aí dava certo. Mas aí à noite, não. Eu acho que eu arrumava bem direito era à noite, da tardinha pra noite que eu arrumava a casa, fazia janta, até a hora de dormir eu estava fazendo alguma coisa. Mas não era fácil, não.

Apesar de todas as dificuldades, Dona Ester faz questão de continuar conciliando essas tarefas porque ser professora é o que a move. De acordo com o seu relato, o que dá sentido à sua vida é essa missão de repassar o conhecimento:

É vocação mesmo. Assim, é de mim mesma querer ser. O que aprender querer repassar pra alguém. Eu acho que é professor mesmo. O professor é quem mais repassa o que sabe para os outros. É quem mais tem oportunidade de repassar seus ensinamentos. Eu acho que era isso que me movia, era a **vocação de ser professora. É o que me move.**

Mesmo tendo a clareza de que o marido não apoia seu trabalho, mantém o desejo e continua fazendo o que realmente dá o sentido da sua vida, que é o trabalho como professora. Ela consegue até brincar com a situação e mostra como vai levando esse debate com o marido:

Ele não gosta de estudar, não. (Risos) Ele diz assim: “*você não tem tempo pra nada, só com esses papéis velhos. De dia e de noite com esses papéis*”. Eu digo: “*É, está bem. Quando eu morrer, em vez de botar muitas flores no meu caixão, bote papel. (risos) Bote caderno, esses cadernos que eu estou juntando aí dos meninos*”. (Risos) Mas eu digo isso brincando, não quero isso no meu caixão, não. (Risos) Mas eu digo assim, pelo tanto que eu gosto, não é? Me apego e fazer o quê? Eu acho que minha vida é o papel, é o caderno, o livro.

Atualmente, além do trabalho doméstico e das aulas de reforço escolar, Dona Ester participa e coordena trabalhos sociais de grupos organizados na igreja da qual faz parte, o que envolve sua atuação na celebração eucarística, nos círculos bíblicos e na catequese. De casa para a igreja, da igreja para casa. Esse é o caminho trilhado no seu cotidiano. Ela vê, nos contatos com as crianças todas as tardes em sua casa, a alegria de poder contribuir com a construção do ser/saber de muitas pessoas que hoje já são mães e colocam seus filhos para estudar “com quem ajudou a conhecer o mundo das letras e do ser/estar no mundo”.



**Figura 26.** Trabalhos da Dona Ester. **Fotos:** Arquivo da Pesquisa. Colaboração: Elitiel Guedes



## JUDITE

Dona Maria, conhecida como Judite, casou aos 12 anos e nove meses e ficou viúva aos 53 anos. Teve oito filhos. Desses, três morreram. Seu cotidiano é permeado pela diversidade do trabalho. Já a sua história, pelos lugares de inserção na agricultura, no comércio de lanchonete, no artesanato, no cuidado com os filhos e as filhas e nos tempos de afeição à poesia.

Ela se dedica intensamente aos afazeres cotidianos, tecidos pela criatividade do artesanato (com garrafa pet e palha e talo de carnaúba), da costura e da tessitura de sabores feitos na beira do fogão. Estes resultam em diferentes tipos e sabores de caldos; farofas; cocadas de banana, coco, leite, gergelim, caju, goiaba e do que mais tiver à disposição.

O trabalho na agricultura é a marca de sua história de vida. Através dele, pode cortar lenha de machado; fazer carvão; arrancar macambira; limpar; plantar; cuidar; colher; comercializar.

Ela sempre fala do trabalho com muito orgulho, com prazer. Após o casamento, continuou com a atividade na roça compartilhando a tarefa, dessa vez, com o marido:

Trabalhamos uns 10 anos na agricultura. Aí começou umas estiagens, aqui e acolá aparecia umas secas a gente ia para os matos cortar de machado; eu fiz carvão, eu cortei lenha de metro, eu arranquei macambira (...) Graças a Deus eu não tenho muito estudo, mas Deus me deu muita inteligência. Eu trabalho, eu faço cocada, eu faço pastel, eu faço qualquer tipo de salgado... Comecei botando uma lanchonete pra poder trabalhar em casa porque não podia mais ir trabalhar no mato. Tinha uma lanchonete, daí então, é onde vivo até hoje. Costuro, trabalho em artesanato, eu trabalho com tecido, eu trabalho com garrafa pet, eu trabalho com palha, trabalho com talo, o talo da carnaubeira, trabalhei muito vendendo para Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte. Nós trabalhávamos dia e noite, eram seis mulheres trabalhando, fazendo balaio, fazendo cestão, cesta para ovos, uns baúzinhos que a gente fazia uns *kits* para bebê recém-nascido.

Dona Judite tem orgulho das aprendizagens da infância, de como aprendeu a lidar com a terra, de como as lições do trabalho com a carnaúba foram passadas de geração em geração. Dessas lembranças, sente falta apenas da pouca oportunidade de estudo que teve. Quando casou, insistiu para que todos os seus filhos estudassem, mas poucos prosseguiram. A defesa dessa perspectiva em sua vida persiste na memória, tanto que reafirma que, se pudesse escolher, teria dado continuidade aos estudos. Pesando nas

oportunidades e nos conhecimentos que eles trazem, especialmente, às mulheres, defende:

Eu fico maravilhada quando eu vejo uma pessoa, uma senhora, ela pode ser solteira, pode ser casada, seja o que for, mas que a prioridade: o estudo. É porque é aonde você consegue alguma coisa com mais facilidade. Eu não queria e não aconselho nenhuma mulher: “*parei meus estudos pra poder casar*”. Não! É o primeiro passo errado que dá. Eu vou me casar, vou. Mas vou continuar estudando. Então converse, entre em um acordo, se ele estudar bem, se ele não, mas que não impedir porque é no mundo que nós estamos vivendo a mulher viver como antigamente sem saber de nada!.. Porque no fundo, no fundo, ela finda sendo escrava do trabalho de casa porque não sabe fazer outra coisa, é só lavar, cozinhar, limpar bunda de nenê. Então, eu não aconselho nenhuma a querer levar essa vida.

Além disso, Dona Judite valoriza a oportunidade que a geração atual tem de acesso ao estudo e lembra a importância e a felicidade que sente em poder socializar o que sabe. Sobre isso, relata:

É estudar, é valorizar a oportunidade – eu não tive oportunidade –, mas fico feliz quando eu posso ajudar a qualquer pessoa com o pouco saber que eu tenho, fico muito satisfeita e qualquer um que precisar, eu estou à disposição se for pra tentar ajudar alguma coisa.

Complementa seus conselhos, por sua vez, reconhecendo a força que a mulher tem quando apresenta determinação:

A mulher quando quer, tem força, quando crê, quando confia, quando é decidida, se você não tiver fé, amor, não for decidida, você não vai a lugar nenhum. Agora você tem fé, força de vontade, eu vou conseguir, eu vou batalhar, chega! Eu acho que é pela fé, pela força que a mulher consegue alguma coisa porque se você não tiver amor a si próprio, porque se você não ama a si próprio e ao outro não chega a lugar nenhum.

Como uma mulher atenta aos problemas sociais e consciente das questões relativas ao ambiente, à saúde e ao trabalho, Dona Judite faz do seu trabalho e das suas relações familiares, afetivas, comunitárias e de vizinhança um espaço de ensino/aprendizagem permanente. Ao circular por vários ambientes (como a igreja, a comunidade e a escola), está sempre questionando e problematizando as situações vivenciadas na Chapada. Observadora, ela percebe as transformações no trabalho e no ambiente. Por isso, muitos a conhecem e a definem como “um poço de sabedoria”.

Além desses aspectos, faz da cultura e da poesia uma ferramenta de diálogo com a juventude. Na comunidade, é uma das pessoas que se preocupa em fazer o resgate das festas e das danças populares. Do ponto de vista ambiental, é uma das poucas pessoas com que a Comunidade pode contar,

tanto que os(as) professores(as) das escolas sempre a convidam para organizar e participar das feiras de ciência. O trabalho e o conhecimento sobre a cultura da carnaúba é um dos elos dessa articulação entre o seu saber e a escola.

Percebemos que ela e outras mulheres que compõem a pesquisa são pessoas que, mesmo não tendo participado de grupos organizados de mulheres, têm a problemática das mulheres, as questões de gênero e as questões familiares como temas que fazem parte das suas vivências. Nesse sentido, tais temas são problematizados e debatidos nos seus espaços de atuação, ainda que isso ocorra sem uma intencionalidade organizada. Suas falas, portanto, são a expressão de que a consciência feminista está sendo gestada no seu cotidiano.







**Figura 27.** Trabalhos da Dona Judite. Fotos: Arquivo da Pesquisa. Colaboração: Elitiel e Robinho

## MIRIAN

Mirian tem 39 anos e nasceu em Quixeré, na cheia de 1974. Naquela época, a família morava numa comunidade chamada Maracajá de Dentro, um povoado próximo ao Tomé. A memória em relação ao trabalho vem desde os cinco anos, quando sua mãe trabalhava apanhando algodão e levava os filhos e as filhas para a roça. Quando ocorreu a crise desse produto, a família passou a trabalhar na caieira do avô (retirando cal para vender). Aos 09 anos de idade, passou a ficar em casa cuidando da irmã mais nova, pois a mãe ia para o roçado pela manhã e dava aula à tarde:

Desde os dezesseis dias que minha irmã nasceu, com nove anos, eu comecei a cuidar dela desde esse dia que a minha mãe estava operada. Ela passou vinte dias no hospital e eu fiquei em casa cuidando dela novinha. (...) Eu cuidei dela até o dia deu me juntar. Risos. Porque depois a minha ia trabalhar e eu ficava cuidando dela.

Mirian cuidava, então, da casa e de outra criança. Como não tinha acesso à água encanada, precisava carregar a água em um barril tirado da cacimba no torcedor. Ela o enchia e o trazia para casa. No mínimo, eram doze latas, duas vezes por dia.

Nos finais de semana, contribuía com a venda dos produtos do sítio do pai, que os colocava em um caixote na garupa da bicicleta e os vendia de porta em porta. Aos 14 anos, saiu de casa para casar e passou a cuidar dos próprios filhos. A partir daí, aprendeu, através da televisão, a fazer artesanato de jornal. Como já sabia fazer trança de palha de carnaúba, achou que também seria fácil fazer a arte com o jornal:

Então eu imaginei: não é tão difícil. Então eu comecei a fazer cestinha de jornal, aí comecei a fazer e a vender. Aí eu vendia cestinha, porta retrato, baú, muita coisa de jornal. Aí parei um tempo, comecei a fazer crochê. Comecei a fazer coisas para vender xuxa [liga] de cabelo, porta toalha, fiz um tempo, aí enjoiei e parei também. Aí comecei a fazer artesanato de EVA [Etil Vinil Acetato], lembrança de aniversário, lembrança de casamento. Eu fiz um bom tempo, aí outras pessoas começaram a fazer também, eu fui e parei também.

Após algum tempo, começou a trabalhar como zeladora no colégio. Foram cinco anos de dedicação, interrompidos quando um novo prefeito a exonerou alegando que ela não tinha realizado concurso público. Na época, tentou realizar a prova, mas não pôde se inscrever porque só estudou até a oitava série do Ensino Fundamental.

Mirian também teve a experiência de trabalhar como agente de saúde quando assumia o lugar da cunhada no período de férias. Nesse período, também tentou se inscrever no concurso para Agente Comunitária de Saúde, mas, novamente, não pôde realizar a prova por não ter cursado até a série formalmente exigida.

A partir daí, decidiu fazer o telecurso de primeiro grau, mas não o concluiu. Sobre o estudo, relata:

Quando eu me juntei eu estava fazendo a terceira série aí quando terminei fiz a quarta e na quarta eu já estava grávida só terminei a quarta série em dia de ganhar menino. Aí pronto, não continuei mais pra frente porque o menino era pequeno aí deixei o menino crescer.

Assim, cuidar das crianças; criar diferentes tipos de produtos para comercialização e trabalhar na roça, no artesanato e nos afazeres domésticos foi o que determinou boa parte da sua juventude. Aos poucos, engajou-se no trabalho da igreja e, hoje, exerce a coordenação da capela, da catequese e das celebrações religiosas.

Como continua responsável pelo trabalho doméstico, divide o tempo trabalhando, de manhã, como zeladora de uma loja de roupas e perfumes. Nas tarde livres, costura e faz artesanatos, como bonecas de E.V.A, utensílios de papel jornal e flores de meia. Boa parte do que utiliza provém de reciclagem com caixas de leite, rolo de papel higiênico e CDs.

Entre as mulheres da pesquisa, é a que faz o “trabalho invisível” do agronegócio, pois lava a roupa do marido; prepara, durante a madrugada, a marmitta que ele leva para o almoço e cuida de toda a sustentabilidade da vida no sentido de liberar a força de trabalho dele para a empresa.









**Figura 28.** Trabalhos da Mirian. **Fotos:** Arquivo da Pesquisa. Colaboração: Elitiel Guedes

## ODETE

Dona Odete tem 64 anos e foi agente de saúde da Comunidade de Carnaúbas durante 20 anos. Começou a trabalhar nos afazeres domésticos desde os nove anos de idade, quando ainda morava na Comunidade Cabeça de Santa Cruz. Aos 14 anos, passou a trabalhar na roça acompanhando os pais na colheita do algodão e no plantio de produtos como milho e feijão:

Era um tempo maravilhoso. A gente gostava disso, fui acostumada a trabalhar, graças a Deus. Depois trabalhei com meus pais no tempo que convivi com eles. Era um tempo muito preso, ninguém saía de casa, só para a igreja e da igreja para casa. E levamos a vida assim, mas mesmo assim a gente gostava da vida que tinha, e da educação que os pais deram para a gente. Depois, com idade de quatorze anos, ele me botou para estudar. Eu trabalhava e estudava.

Ela se casou aos 24 anos e veio morar na Comunidade de Carnaúbas, onde criou seus três filhos. Como agente de saúde, tem um profundo conhecimento sobre as transformações do lugar e das relações sociais. Pôde acompanhar de perto, nas visitas casa a casa, os problemas de saúde, os problemas sociais e as modificações das relações produtivas que foram surgindo com o agronegócio. Hoje, está aposentada, mas sempre conciliou seu trabalho de agente de saúde ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas. Durante todo esse tempo, também tem se dedicado ao trabalho na coordenação da capela da Comunidade e às atividades religiosas e sociais.

Atualmente, divide seu tempo de atuação no campo social com as tarefas domésticas, o quintal, os animais de pequeno porte e o cuidado com os filhos. É uma referência política na comunidade e é neta de seu primeiro morador.





**Figura 29.** Trabalhos Dona Odete. Arquivos da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel e Robinho

## SOPHIA

Sophia é a mulher mais jovem das participantes da pesquisa. Está com 20 anos, é casada e tem uma filha de dois anos. Divide seu tempo entre os estudos, a casa e a criação da filha.

É a única mulher do grupo de pesquisa que não tem um vínculo direto de trabalho com a terra, apesar de ter acompanhado todo o trabalho do pai em um pequeno sítio de plantação de banana.

Durante a semana, seu dia a dia é direcionado aos estudos no município de Quixadá, onde faz o curso de Psicologia em uma universidade particular. Nos finais de semana, retorna para a Comunidade do Tomé e boa parte do seu tempo é dedicada à família.

Depois do assassinato do seu pai, tem atuado para que o crime seja esclarecido e para que ocorra o julgamento dos mandantes. Devido aos estudos, a criação da filha é dividida com a mãe e a irmã.

Como filha de agricultores, lembra-se da profissão dos pais e das saídas para procurar trabalho até conseguirem comprar o pequeno pedaço de terra, do qual sua mãe passou a cuidar:

Meus pais sempre foram agricultores, assim, papai sempre trabalhou com dezessete anos, quinze anos a mãe dele faleceu e ele foi embora para Fortaleza e ficou na casa de um tio e depois ele foi embora para São Paulo e começou a trabalhar. Mas eu acho que eu tinha uns oito anos quando ele comprou um terreno aqui e a minha mãe ficou tomando de conta. Quando eu tinha dez anos de idade, ele parou de viajar e ficou tomando de conta desse terreno. Mas sempre na agricultura mesmo.

Das poucas lembranças da infância recente no contato com o trabalho na agricultura, Sophia relata os primeiros cultivos de banana e algodão que a mãe coordenou:

Lembro que a primeira cultura que eles plantaram lá foi banana, meu pai estava viajando e mamãe ela que ia administrar os trabalhadores. Aí eu pequena, tinha uma árvore, ela ia e levava um lençol, coloca lá e eu ficava em cima e ela colocava quatro lagartinhas perto do lençol para poder eu não sair porque eu morria de medo. Risos. As lagartinhas ficavam lá todas enroladinhas e eu passava a manha todinha lá em cima daquele lençol. Ela também plantou algodão. Sempre eu ia com ela, a minha irmã mais nova ficava com minha tia e eu sempre ia. Isso foi em 1998. Até hoje a gente vive da terra.

Com o envolvimento nos problemas que foram surgindo com a implantação do perímetro irrigado, seu pai foi se tornando uma liderança

comunitária; criou a Associação dos Ex-Irrigantes Expropriados do Jaguaribe-Apodi (AIJA) e se envolveu na luta contra a pulverização aérea, a contaminação da água e a concentração fundiária. Devido a isso, foi brutalmente assassinado em 21 de abril de 2010.

Hoje, Sophia administra, junto com a mãe, as terras e a bodega da família. Após o assassinato do pai, passou a perceber melhor o significado das lutas deste e tornou-se uma crítica ao modelo de produção viabilizado pelo agronegócio.





**Figura 30.** Trabalhos da Sophia. Imagens cedidas por ela

## *2. Trabalho na agricultura, produção de quintal, plantas ornamentais, criação de animais, artesanato e comércio*

### **DONA LUANA**

Dona Luana tem 62 anos, é aposentada e criou 12 filhos trabalhando como agricultora. Chegou à Chapada para trabalhar cortando lenha da mata fechada e, a partir daí, construiu sua relação com a terra. No período de mais dificuldade econômica, teve que trabalhar no projeto de irrigação para sobreviver com a família:

Olha, eu criei doze filhos e foi sofrido. Tirando lenha no mato, fazendo empeleita [empreitada] no projeto de irrigação, empeleita pra mim sobreviver com a família e dar de comer a meus filhos. Eu criei doze filhos, mas foi doze filhos sofrido. Enquanto eles não podiam me ajudar, eu ia sozinha mais meu marido.

O sistema de arrendamento da terra e a alternativa de venda da madeira eram as formas de garantia de sobrevivência da família:

Antes de começar esses projetos [de irrigação] era tirando lenha no mato; às vezes nós pegávamos uma terra, brocava pra quando chegasse o inverno a gente plantar milho, feijão pra ter o que comer. Nós trabalhamos muito tirando lenha por metro pra vender pra gente comprar comida pra comer, pra dar de comer aos meus filhos.

Quando os filhos estavam criados e o mais velho foi trabalhar em São Paulo, ela também o seguiu. Lá, trabalhou oito anos em uma creche. Depois desse tempo, pôde voltar e, com o fruto do seu trabalho, comprar um pequeno pedaço de terra:

Lá eu trabalhava, mas era um trabalho diferente, eu trabalhava tipo uma creche cuidando de criança. Arrumei um pedacinho de dinheiro lá porque eu não precisava gastar dinheiro porque eles me sustentavam (os filhos). Aí eu fui juntando, juntando, aí juntei ainda nove mil reais. Aí quando eu cheguei eu comprei uma pequena propriedade aqui.

O dinheiro, segundo ela, foi utilizado para comprar o terreno de 10 hectares onde havia apenas a mata fechada. Foram cinco anos trabalhando na terra, tirando madeira para construir a casa, cercando o terreno e plantando para sustentar a família: “Aí depois que nós nos mudamos pra cá nós fomos trabalhar aqui, cavar um poço... Aí nós hoje temos um plantio de bananeira de meu

menino. E nós trabalhamos no restante da terra. Mas antes disso, Ave-Maria, sofri demais”.

Quando não tinham terra, Dona Luana e sua família viveram da venda de força de trabalho no projeto de irrigação. Assim, faziam um trabalho de empreitada para plantar e colher tomate, milho e o que mais fosse determinado pelo dono do lote de irrigação:

Eu saía quatro horas da madrugada para o projeto para apanhar tomate, arriar milho, trabalhar de enxada. Eu trabalhava de jornada, trabalhando por dia, de empeleita [empreitada]. Eu gostava mais de trabalhar de empeleita porque terminava mais cedo e não sendo, trabalhava o dia todinho e sendo de empeleita, a gente entrava cedo e saía cedo.

A troca era a garantia do pagamento de R\$ 120,00, segundo ela, pelo trabalho semanal nos lotes de irrigação. O gosto de trabalhar na agricultura prevalece, mas Dona Luana é muito segura ao afirmar que “desde que seja para a gente mesma, para os outros não”. Explica por quê:

Toda vida dei e dou o maior valor, porque eu acho bom. Porque eu vou já lhe dizer: hoje em dia trabalhar na agricultura tem que ser assim: pra mim! Mas para mim trabalhar para os outros, mais não! Já trabalhei demais para os outros. Porque a gente passar o dia todinho limpando feijão, milho para os outros, a gente só lucra aquele ganhozinho daquele dia de serviço trabalhando de jornada. Ninguém tem direito a um dia de serviço, ninguém tem direito a uma vargem de feijão, não é? É muito ruim a gente trabalhar. É mesmo que trabalhar para os outros porque está trabalhando de jornada, mas é só para ganhar aquele dinheirinho.

Em contrapartida à exploração do trabalho por jornada, Dona Luana aponta a alegria da conquista da terra, que permite que a família possa trabalhar vivendo bem. Acrescentando elementos, afirma:

Sou aposentada, mas não deixo de trabalhar, não. Não encosto não. Porque é tão bom a gente trabalhar! Não é ruim, não. Porque a gente já está acostumada, não é? Aí hoje não é mais sofrimento pra gente não, já é um divertimento pra gente, porque hoje tem o aposento da gente, a gente tem o que comer. Mas com o dinheiro do aposento dá pra gente criar um gado. A gente tem seis cabeças de gado. Porque não é o aposento que dê pra gente comer e comprar ração pra criar duas vacas de leite, não. A gente tem que fazer um plantio e nós plantamos o sorgo, planta o milho, aí dentro desse plantio de bananeira. Aí nós aproveitamos e já plantamos três ou quatro carreirinhas de feijão pra comer maduro.

A aposentadoria é um complemento à renda familiar que vem da terra. Como a família vive da agricultura de sequeiro, a água utilizada tanto na casa como na plantação é proveniente do poço, visto como uma grande

conquista da família: “A gente bota as mangueiras e faz gotejamento para planta e tem feijão maduro pra gente e sorgo para o gado”.

O tempo de Dona Luana é dividido entre o roçado (onde trabalha com o marido), os afazeres domésticos e a produção de quintal (onde cuida de plantas e animais de pequeno porte). Quase não se vê a casa, que fica entre a variedade de plantas que cultiva.

Além disso, ela cuida de uma filha com necessidades educativas especiais e de um filho que ficou com dificuldades para andar após um acidente de motocicleta. Também faz artesanato de gesso, costura e produz pão e sabão caseiros. No período em que se intensificou na região a pulverização aérea (2009), perdeu uma grande quantidade de galinhas e capotes, mortos, segundo ela, pela contaminação dos venenos.







**Figura 31.** Trabalhos da Dona Luana. Arquivo da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel Guedes

## RITA MARIA

Rita Maria viveu boa parte de sua infância e juventude do trabalho na agricultura. Por isso, suas lembranças são marcadas pelas atividades de apanhar algodão; tirar casca de angico e plantar e colher milho, gergelim e feijão. Na década de 1960, viveu, junto com o pai, o primeiro trabalho coletivo. Nele, a plantação e a colheita ocorriam em regime de mutirão.

Ainda na juventude, passou a trabalhar como professora, ensinando durante oito anos na escola da comunidade. Depois, trabalhou no setor de merenda e na limpeza do mercado até se aposentar do emprego (vinculado ao Município).

No período da implantação do Projeto de Irrigação, fez parte da criação da Associação dos Moradores do Tomé assumindo as tarefas de diretoria, tesouraria, secretaria e fiscalização durante doze anos de atuação. Foi uma das pessoas que acompanhou as primeiras conquistas de infraestruturas sociais da Comunidade, como o acesso à água, a construção do cemitério e a chegada da ambulância.

Foi responsável, também, por organizar um grupo de mulheres através do clube de mães, onde tinham um tear para trabalhar. Atualmente, divide seu tempo entre o cuidado com a sogra (de 92 anos); o trabalho doméstico e o artesanato. Neste, realiza uma variedade de trabalhos, como pintura em tecido, gesso, cerâmica, biscuit, arranjo de jarros de flores, costura.

Apesar disso, mantém o vínculo com o trabalho na terra no seu quintal produtivo, onde cuida das plantas e dos animais de pequeno porte. Ao todo, são **74 variedades** de plantas ornamentais, medicinais e frutíferas no seu quintal, além de nove periquitos.

Durante a pesquisa, lembrou-se do nome de 57 variedades. O restante esqueceu ou não sabe. Com as plantas, afirma uma profunda relação de afeto, carinho e cuidado permanente. Isso também ocorre com os animais, especialmente os gatos e os cachorros que vivem na comunidade e sabem que podem contar com seu cuidado para se alimentarem e beberem água cotidianamente.

Nos denominados “tempos livres”, ela adentra no mundo da arte através do trabalho com a cerâmica, o gesso e a pintura. Uma curiosidade desse



trabalho com a cerâmica é a alternativa encontrada por ela, que faz mosaicos com frascos de xampu para o aplique. Segundo o seu relato, tal atividade cumpre a função de terapia e de um profundo momento de meditação e reflexão sobre a vida. Ao lembrar da infância, diz:

A minha infância não foi boa, mas foi melhor do que hoje, da infância do povo de hoje. Que antigamente não existia violência, não existia aquele medo da gente sair. Nós saíamos às quatro horas da manhã pra apanhar algodão lá no Jucá. Era um tempo divertido, eram cinco, seis moças, apanhando algodão. Aí trabalhava seis meses no verão pra comprar roupa pra ir pro Natal. No Natal a gente ia a pé, vinha a pé depois da missa da meia noite, vinha a pé, namorando, era uma coisa boa. Hoje em dia a gente não pode mais fazer isso.

O trabalho na agricultura era feito em terras arrendadas com plantio e colheita de algodão, feijão e milho. Em outros momentos, ocorria pela retirada de casca de angico da mata fechada. Esse material era comercializado com um coureiro, que, com a casca, curtia o couro para fazer sandálias. De acordo com Rita Maria, esse trabalho marcou sua infância, tida como um tempo muito bom e de muito trabalho.

Motivada pelo desejo de trabalhar coletivamente, em 1970, a família foi para uma experiência de trabalho em forma de mutirão:

1970 foi na época que eu já fui para rodagem. Meu pai era da rodagem e nós acompanhamos ele. Rodagem é **uma estrada onde o pessoal vai trabalhar naquele mutirão** na estrada. Ele pegou uma casinha lá e veio buscar a gente pra morar mais perto dele. Eles plantavam do KM 60 à Tabuleiro do Norte.

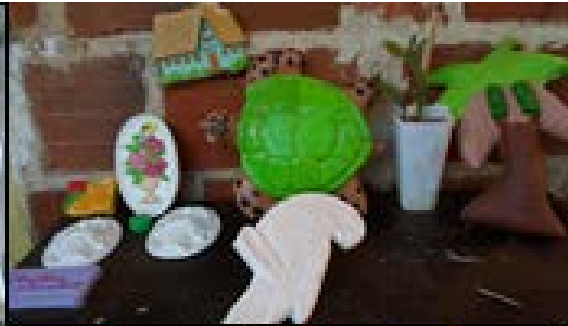
Dessa experiência, resultou o gosto de viver em comunidade. No retorno - já para a Comunidade do Tomé -, envolveu-se no trabalho na escola. Quando completou 19 anos e tendo concluído a quinta série, passou a ser professora, pois, naquela época, não existiam exigências quanto à titulação para que se pudesse exercer essa profissão. Foram 08 anos de sala de aula até decidir sair desse espaço e continuar como merendeira. Depois disso, foi para a atividade de limpeza do prédio e do mercado. Ao todo, foram quase 28 anos de dedicação ao trabalho como funcionária da Prefeitura.

Rita Maria foi uma das poucas mulheres que se envolveram na construção e na direção da Associação Comunitária dos Moradores do Tomé. Sua experiência na direção da Associação durou 12 anos. Ela conta com orgulho as conquistas dessa época:

Eu fui da Associação bem doze anos e durante esse tempo nós trouxemos essa água pra cá, o cemitério, ambulância, um monte de

coisa. Nós tínhamos um tear que foi uma conquista para o trabalho das mulheres daqui. (...) Mas nesse período fomos da direção, fomos do conselho fiscal, no que precisasse dentro da Associação, nós estava dentro, assumindo tudo o que viesse.

Rita acompanhou de perto as lutas pelas conquistas de infraestrutura existentes hoje na comunidade. Atualmente, está aposentada e divide seu tempo se dedicando a casa, ao artesanato e ao quintal, onde cuida de suas plantas e de seus animais.





**Figura 32.** Trabalhos da Rita Maria. Arquivo da Pesquisa

## BRÍGIDA

Dona Brígida chegou à Comunidade do Tomé quando era pequena e trabalhou desde criança na agricultura, quando acompanhava o pai na roça, “limpando de enxada, tirando tarefa de terra e arrancando tronco com chibanca para plantar no inverno”. Porém, trabalhava em regime de arrendamento: “A gente trabalhava de aluguel, assim, arrendado, era três por um. O que desse, era assim. E depois de criança eu ajudava meu pai assim, de roçado dos outros porque nós não tínhamos terra para trabalhar”.

Ela trabalhou com a família até se casar, quando, junto ao marido, passou a exercer as atividades agrícolas em um alqueire de terra:

Quando eu me casei, meu marido tinha um pedacinho de terra. Nós trabalhávamos lá em Maracajá, era do meu sogro, mas cada qual tinha um alqueire. Só que aí veio a renda porque veio esse pessoal grande, comprando pra fazer esses plantios grandes medonhos, aí ficaram sem terra. O pai dele que vendeu a terra para os grandes porque ele era quem tinha terra e dava uma pontinha para cada um dos filhos. Aí os grandes chegaram comprando as terras e eles foram e venderam e ficaram sem terra. Até aí ficamos assim sem ter a terra pra trabalhar e ficamos trabalhando no que é dos outros.

Como se percebe, com a chegada das empresas, a terra foi vendida. Assim, a família se tornou sem terra e voltou a trabalhar em regime de arrendamento. Para complementar a renda, Dona Brígida passou a vender sua força de trabalho para as empresas realizando atividades sempre no campo (ora plantando, ora colhendo). Também trabalhou como empregada doméstica, mas, depois disso, segundo ela, voltou para a roça, plantando produtos como milho, feijão, melancia, jerimum, alface, batata, coentro, cebolinha.

Quando parte da família passou a trabalhar nas terras de um proprietário chamado Didi, Dona Brígida se empregou em empresas que estavam no projeto de irrigação. Com esse trabalho, conseguiu construir uma casa e, depois, mais quatro. Um dos filhos, então, propôs a venda de uma destas para comprar um pedaço de terra para a família:

*Aí eu disse: meu filho, eu não queria vender não, minha casinha, não. Agora que eu levantei!.. Mas mãe, só eu e pai, nós dois trabalha tanto assim pra fora! Deixe nós fazer uma coisa pra nós sobrevivermos. Aí eu disse: pois então, pode procurar a venda. Aí eu escolhi uma separada das outras, aí ele vendeu a casa e comprou esses dez hectares de terra, só que não foi só com o dinheiro da casa, mas eu entrei com a metade e ele continuou: fez empréstimo.*

Assim, há dois anos, a família conseguiu comprar 10 hectares de terra. Neles, trabalha, em uma parte, com produção orgânica de banana e, em outra, com canteiros de horta de verdura para comercialização. Todos(as) trabalham de segunda à sexta e, no sábado, comercializam a produção, que chega, em média, a quatrocentos molhos de coentro e cebolinha por semana. O trabalho é coordenado por Dona Brígida e pelo filho, mas envolve toda a família: mãe, pai, irmã, companheira e, quando necessário, os primos:

Só a família que faz esses produtos nessa terra onde ele comprou e lá é onde eu moro. Mas só que eu tenho minhas coisas aqui (Tomé). Eu moro lá, mas eu gosto daqui. Toda vida eu cheguei aqui pequenininha, me criei, fui menina, fui moça, me casei, mas só que eu gosto daqui. Mas gosto de lá também porque lá é a fonte de nossa vida. Aí a gente cava um poço para garantir a água pra produção. Os poços estão todos soprando, mas o nosso graças a Deus não soprou, não.

Dona Brígida mora, atualmente, na Comunidade de Macacos e, além de trabalhar no cultivo de hortaliças, também é responsável pela limpeza dos espaços da capela, da casa paroquial e do memorial da Chapada do Apodi.

Mesmo tendo desenvolvido atividades como empregada doméstica, empregada das empresas e babá (e apesar de ter orgulho de dizer que o marido nunca se importou com o fato de ver a esposa trabalhando fora), lembra que a roça foi e é sua maior paixão: “Depois disso só roça, só roçado. Você pode perguntar de tudo sobre roçado que eu digo. Já plantei muita coisa: milho, feijão, melancia, jerimum, aí passa para essas outras: alface, batata, coentro, cebola, tudo isso nós fazemos.”





**Figura 33.** Trabalhos da Dona Brígida. Arquivo da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel Guedes



### *3. Mulheres empregadas do agronegócio e da pequena produção integrada*

#### **TAÍS**

Taís tem 41 anos e é natural de Morada Nova. Há doze anos, veio trabalhar e morar na Chapada do Apodi. Aos onze anos, começou o trabalho na roça acompanhando a família no plantio e na colheita de feijão e juntando arroz no Projeto de Irrigação de Morada Nova, onde trabalhou para produtores irrigantes. Em 2000, mudou-se para a Chapada. Em 2003, passou a trabalhar em empresas de melão, no cultivo de frutas e na usina de reciclagem de mantas tóxicas.

Seu maior dilema é o cuidado e a educação dos dois filhos, que são cuidados por outras mulheres para que ela possa trabalhar com o marido nas empresas ou em pequenas propriedades a fim de garantirem o sustento da família.

A renda é complementada com a produção de banana e hortaliças, cultivadas no quintal de um pequeno pedaço de terra doado “pelo tempo que quisesses” por um proprietário de quem foram funcionários e com quem criaram laços de amizade.





**Figura 34.** Trabalho da Taís. Fotos: Arquivos da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel Guedes

## **JEZABEL**

Aos 51 anos, Jezabel começou seu trabalho na agricultura com 07 anos de idade acompanhando sua mãe, que trabalhava em sistema de arrendamento de terra. O pagamento era em forma “de 5 por 1”: “se nós tirássemos... era de cinco, um. Se nós tirássemos cinco litros de milho, nós dávamos um para o dono do terreno. Antigamente era assim. Aí a gente trabalhava e estudava, pouquinho porque naquela época não dava, a gente sofria muito.”

Antes de ser empregada do agronegócio, Jezabel morava na Comunidade de Maracajá e trabalhava na agricultura plantando, especialmente, milho, feijão e algodão. Aos 14 anos, foi morar em Jaguaruana e passou a trabalhar como empregada doméstica. Lá, passou a cozinhar, lavar, passar e arrumar a casa.

Nesse período, sofreu assédio por parte do patrão e, depois de muito sofrimento, mudou-se para Fortaleza a fim de também trabalhar como empregada doméstica. Nas vindas, em período de férias, para o Tomé, passou a namorar. O primeiro casamento durou 06 anos.

Depois de se divorciar - e já morando na Comunidade do Tomé -, conheceu seu segundo marido, com quem teve duas filhas. Durante o segundo casamento, atuou apenas no espaço doméstico, mas continuava lavando roupa às escondidas, visto que o marido lhe proibia de trabalhar fora.

Após o segundo divórcio, passou a trabalhar como empregada nas empresas. São mais de dez anos de contratação sazonal passando por várias delas: dois anos na empresa F., nove meses na empresa O., um ano na empresa A... Houve, também, um intervalo sem trabalho (porque adoeceu), mas, depois, foram mais três anos de contratação.

Atualmente, ela trabalha na empresa B (produtora de bananas) e, pela primeira vez, tem a carteira assinada. Atua de acordo com a necessidade. Assim, desempenha atividades no campo, na cozinha, no refeitório e na distribuição de produtos. No momento da entrevista, o trabalho está sendo desenvolvido no processo de seleção da banana.





**Figura 35.** Trabalhos Jezabel. Arquivo da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel e Robinho

## MARIA

**Maria** é uma pequena produtora irrigante que tem parte da sua produção integrada ao agronegócio. Possui dois espaços de moradia: uma casa na Comunidade (utilizada nos finais de semana) e outra dentro do projeto de irrigação.

A maior parte do seu tempo é dedicado à agricultura, trabalhando junto com o marido na plantação de banana e realizando sua própria produção para a subsistência da família dentro do projeto.

Ela tem horta e árvores frutíferas, cria animais de pequeno porte e também é uma amante das plantas ornamentais e medicinais. Trabalha na agricultura desde os dez anos de idade, quando, na companhia do pai, limpava e plantava feijão, milho, melancia e jerimum. Na colheita, a fatura era grande quando o inverno era bom. Quando não era, ia plantar feijão nas quadras do projeto de irrigação.

No sítio, houve uma mudança (do plantio do feijão e do milho para o da banana). Hoje, são quatro hectares de terra onde eles dividem o trabalho. O marido corta a banana e ela coloca em cima da carroça para despumar. Quando é tempo de adubação, os dois fazem o serviço coletivamente nos quatro hectares. O restante da terra é destinado a outras culturas (de subsistência da família), pois, com a venda da banana, é garantida a compra dos remédios e dos alimentos e o pagamento das tarifas de água e energia elétrica.









**Figura 36.** Trabalhos de Maria. Arquivo da Pesquisa. **Colaboração:** Elitiel Guedes e Robinho

Esse panorama do trabalho produtivo das mulheres nos dá uma dimensão da dinâmica e da variedade desse trabalho. Revela, também, a disputa que existe no território entre a monocultura e o assalariamento e a diversificação e as diferentes formas de relações de trabalho.

Com efeito, as mulheres nos apresentam a capacidade de desenvolver diferentes trabalhos que se complementam para garantir, além do vínculo e da identidade com a terra e a agricultura, a satisfação das necessidades da família, a autonomia financeira, o prazer da realização, a contribuição com a renda da família e a manutenção do trabalho criativo (inclusive sem compromisso de venda, visto que, muitas vezes, este é realizado apenas como satisfação pessoal).

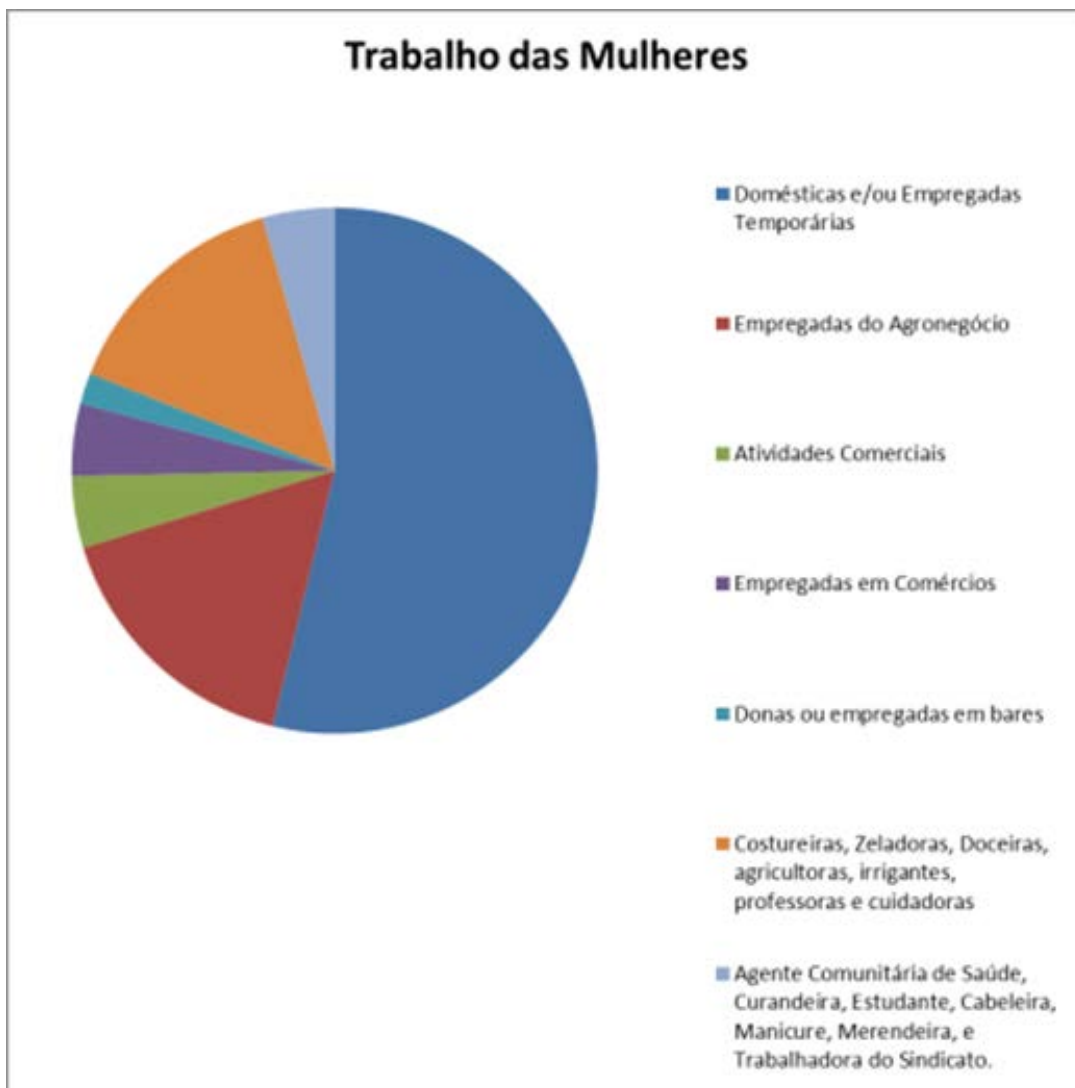
Nesse sentido, destacamos que a diversidade de trabalho é uma das formas de resistência do campesinato frente ao modelo de monocultura do trabalho, a exemplo do taylorista/fordista trazido pelas empresas.

Além do trabalho desenvolvido pelas mulheres participantes da pesquisa, fizemos, através de entrevista com uma das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) do Tomé, um levantamento sobre a variedade de trabalhos e lugares onde as mulheres atuam.

De acordo com a ACS, das 158 mulheres, 85 estão no grupo classificado por ela como “domésticas” ou “empregadas temporárias”, pois, a depender da época do ano, fazem contrato de emprego temporário nas empresas.

26 mulheres são empregadas fixas de quatro empresas que atuam na região (Empresa A., Empresa B., Empresa W. e Empresa D.) e desenvolvem o trabalho na produção de melão, banana e goiaba.

Do total, sete mulheres estão envolvidas, ainda, nas atividades comerciais de venda de roupas, produtos da Avon, comidas salgadas, doces e sorvetes. Existem sete, também, que são empregadas em comércios pequenos da Comunidade. Outras três são donas de bares ou trabalham nestes. As demais, em um total de 23 mulheres, são costureiras, zeladoras, doceiras, agricultoras, irrigantes, professoras e cuidadoras de crianças e idosos. Há entre elas, ainda, agente comunitária de saúde, curandeira, estudante, cabeleireira, manicure, merendeira e trabalhadora do sindicato.



**Quadro 5.** Diversidade de Trabalho das Mulheres na Chapada do Apodi.

Mesmo com um número elevado de mulheres que estão nos trabalhos domésticos e, ao mesmo tempo, possivelmente disponíveis como força de trabalho para o agronegócio, esse quadro expressa que o território da Chapada é marcado pela diversidade de trabalho, contrapondo-se ao discurso hegemônico de que existe apenas o emprego oferecido pelo agronegócio e de que ele é a única opção para a garantia de renda e salário.

Além desse aspecto, ressaltamos que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na Chapada apresentam uma diversificação das atividades e se constituem em formas alternativas de renda (também chamada de pluriatividade), conforme defendem Baumel e Basso:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (2004, p. 139):

Assim, as mulheres apresentam diferentes ocupações, formas de inserção no mundo do trabalho e temporalidades ao longo de suas vidas. Logo, percebemos que os(as) camponeses(as) resistem de diferentes formas também pelo trabalho.

Mesmo as mulheres que estão empregadas no agronegócio buscam saídas alternativas, complementares a esse emprego. No caso da Taís, entre o intervalo de contratação, a saída encontrada para completar a renda familiar e manter sua identidade camponesa foi plantar horta no próprio quintal da casa:

Foi quando eu demorei um ano e pouco trabalhando também com hortaliças. **Eu plantei minha mesmo.** Aí eu vendia aqui mesmo. Plantei no sítio no quintal de casa. Quando eu parei a minha planta de hortaliça foi que eu voltei a trabalhar em empresa, eu fui pra Agrícola, como eu já falei para colher melão. Lá eu só trabalhei quatro meses e meio. (Taís)

A experiência de Taís evidencia que o emprego no agronegócio não atende às necessidades das mulheres, tanto as materiais (relativas às formas de gerar renda) quanto as simbólicas (relativas ao reconhecimento do trabalho/produção).

Logo, elas buscam outras formas de produção para além do que é oferecido pelo agronegócio. São formas que nos dão indícios da resistência e da (re)existência camponesa. A experiência de Taís e seu marido, que trabalham juntos para garantir as condições de vida da família, é o retrato, portanto, de uma realidade ainda invisível que permeia o cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras da Chapada.

No caso da agricultura camponesa, as experiências de trabalho das mulheres (muitas vezes, não reconhecidas e valorizadas) também cumprem um papel estratégico de manutenção da cultura camponesa - com suas diferentes formas de garantir a renda familiar e produzir em pequena escala e de maneira diversificada. Por conseguinte, dão continuidade às diversas formas e sentidos do trabalho no campo. A dimensão do trabalho é central, ainda, porque revela as

identidades camponesas expostas a novos desafios, desencadeando dinâmicas e processos subjetivos de arranjos familiares e materiais.

Nosso exercício, então, é exatamente perceber, através da vivência das mulheres, as distintas visões sobre esse processo de interrelação entre trabalho, ambiente e modos de vida, visto que ele é permeado por tensões e conflitos com a modernização agrícola. Como forma de aprofundarmos alguns elementos, trazemos os diferentes sentidos de trabalho que as mulheres apontam. No primeiro plano, há um panorama com depoimentos que consideramos significativos. Em seguida, destacamos alguns pontos trazidos pelas mulheres sobre o processo de modernização agrícola. Por último, descrevemos como ocorre o processo de trabalho dentro das empresas de fruticultura e na agricultura familiar/camponesa.

### 5.3.2 SENTIDOS DE TRABALHO PARA AS MULHERES DA CHAPADA DO APODI

<p>Trabalho como forma de desenvolvimento da imaginação e superação</p>	<p>O trabalho é importante demais! É tudo, é tudo porque <b>quando você está desocupada, você não tem imaginação</b>. Você não tem futuro porque você está em um canto acomodado, você não tem o que pensar, você não tem o que agir, você está uma pessoa que não está <b>preparando o futuro para não sofrer lá na frente</b>, como eu sofri. (Judite)</p>
<p>Trabalho como autonomia e realização de sonhos</p>	<p>Na verdade, o meu trabalho é porque <b>eu não gosto de ser muito dependente do meu esposo</b>. Eu gosto mesmo é de trabalhar para resolver as minhas situações sem que eu precise de estar ocupando o ganho dele porque já serve para tanta coisa! <b>E porque eu tenho assim muitos sonhos</b> de dar o melhoramento para a convivência dos meus filhos, apesar de que eu não atingir ainda, mas o meu sonho é melhorar pra eles. A gente tem três filhos e precisa de muita coisa. (Taís)</p>
<p>Trabalho como missão de vida</p>	<p>Quando eu casei, eu fiquei sem trabalhar fora, só na roça com o marido. Depois, eu não lembro o ano, sei que trabalhei vinte e um anos trabalhando de agente de saúde. Gostava bastante de visitar as pessoas, de andar nas casas... Gostava tanto que quando eu me aposentei, eu resolvi <b>abraçar a pastoral da criança e do idoso pra continuar na mesma missão</b>, no mesmo trabalho, trabalhando, visitando as pessoas. (Odete)</p>
<p>Trabalho como realização pessoal</p>	<p>Eu acho maravilhoso, é muito importante a gente trabalhar. E tem gente que diz assim: <i>“trabalhar com pessoas é ruim”</i>. Mas não é, não. Depende do conhecimento que a gente tem, do modo da gente trabalhar com as pessoas! Eu nunca encontrei dificuldade, <b>eu achava maravilha trabalhar de agente de saúde, como acho hoje</b>. Trabalhar com os idosos, eu acho melhor. (Odete)</p>
<p>Trabalho como forma de realizar desejos</p>	<p>O que eu acho sobre a importância do trabalho é isso, porque você veja: se a pessoa não trabalhar, a pessoa não consegue sobreviver, não é? Então, <b>se eu trabalho, eu consigo tudo o que eu penso</b>. Eu vou pensar em comprar uma coisa; ou se uma filha minha, ou se um neto diz: <i>vó, compre isso pra mim?</i> Se eu não trabalhasse, eu comprava? Comprava não. Quer dizer se eu trabalho e luto pra comprar uma coisa, é porque é do meu trabalho. (Dona Brígida)</p>
<p>Dependendo do tipo, trabalho como sinônimo de saúde ou exploração</p>	<p>Se você fica muito tempo parado, você passa até a adoecer, principalmente quem tem o costume de trabalhar. Tinha uma senhora que dizia que não tinha tempo para adoecer. Então ela nunca ia para o médico porque ela não precisava de médico, ela trabalhava o ano todo. No inverno, era plantar e colher; no verão, ela brocava o cercado, renovava a cerca, etc. Então ela não tinha tempo para adoecer. Então teve um tempo que teve três anos de seca seguida, então ela ficou sem ter o que fazer, aí ela adoeceu e morreu. Então, <b>o trabalho é importante para revigorar a saúde. Só que também depende do tipo de trabalho</b>. O que a gente não pode é trabalhar demais, porque hoje a <b>gente ver o trabalho como exploração</b>. Pelo menos para mim, hoje aqui em cima da Chapada o trabalho eu vejo como exploração. (Mirian)</p>
<p>O gosto pelo trabalho e sua relação com a ideia de se manter ativa</p>	<p>Eu sei que eu trabalho muito. De noite eu e meu marido a gente diz assim: <i>nós estamos quebrado, viu</i>. Eu digo: <i>não, eu não aguento mais não</i>. Risos. Eu disse: <i>vamos abrir, velho?</i> Ele diz: <i>eu não abro não</i>. Risos. Pois é, e <b>nós continuamos porque é bom mesmo</b>, até pra gente, não é? Se a gente for ficar, <i>‘amonhecada’</i> velha, num canto, a gente já é velho e ainda fica mais velho ainda, amanhece o dia um pra aqui, outro pra acolá. (Dona Brígida)</p>

Da sobrevivência à valorização da pessoa	Quando a gente trabalha mesmo, tá dentro do trabalho mesmo, o sentido mesmo é <b>só sobrevivência</b> , não é? A gente não pensa em outro sentido a não ser a sobreviver. Depois é que a gente vai percebendo que o <b>trabalho é algo que nos valoriza</b> . (Mirian)
Trabalho como sentido de vida	Aí eu digo assim: é, às vezes eu quero parar porque estou cansada e tem mais essas coisas que deixam a gente com vontade de parar, mas eu acho que se eu parasse, sei lá... ficava pior pra mim, eu ficava mais esquecida ainda. <b>Também eu acho que me sentia só sem os meninos</b> . Risos. Os bichinhos ficam a tarde todinha aqui, fazem uma zuada, vão uns, chega outro, quando eles não vêm, fazem falta. Não é uma questão de dizer assim, não é vaidade não. É porque eles fazem falta mesmo. <b>Eu acho que eles fazem falta, eles fazem parte da minha vida</b> . (Dona Ester)
Trabalho como poesia transmitida de geração em geração	Meu pai. Minha avó era, tinha uma veia poética. Na hora que ela botava os olhos em cima de você, se ela quisesse dizer um verso, ela já estava na ponta da língua. Meu pai também era. Aí aqui acolá a gente faz. Minha avó e meu pai. Aí <b>meu pai gostava de fazer uns versos, aí eu via ele fazendo uns versos acolá, e inventava também, mas só por distração</b> . (Judite)

**Quadro 6.** Sentidos de Trabalhos.

Esse quadro nos apresenta a diversidade de sentidos que o trabalho apresenta para as mulheres da Chapada. Do ponto de vista **político/social**, esses sentidos se relacionam à ideia que elas têm de se manterem ativa e de se realizarem pessoalmente. Também se vinculam às noções de missão de vida, saúde e superação. Já no aspecto **econômico/produtivo**, o trabalho tem sentido de autonomia, sobrevivência e valorização da pessoa. Do ponto de vista **cultural**, vincula-se ao tempo para a poesia, à garantia de realização de sonhos, ao sentido de vida, à realização de desejos e ao gosto pelo próprio ato de trabalhar.

Nesse universo das representações sociais e dos sentidos do trabalho, uma das mulheres expõe a questão do cansaço, mas não como penosidade, sacrifício. Porém, Mirian, ao olhar para os diversos tipos de relação de trabalho, nomeia uma delas (a do agronegócio) como exploração, o que ameaça o trabalho como sinônimo de saúde.

Assim, partimos das concepções que cada uma atribui para adentrarmos nas suas percepções sobre as transformações no mundo do trabalho no campo na contemporaneidade. Pensamos a categoria, desse modo, como fundamento da vida, como nos afirma Engels:



Toda riqueza provém do trabalho, asseguram os economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais do que isso: **é o fundamento da vida humana**. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem. (Grifos nossos) (ENGELS, 1984, p.09)

As mulheres da pesquisa valorizam e percebem os diferentes tipos de trabalho. Todas estão envolvidas em algum desses tipos; confirmam que o trabalho fora é importante (desde que não seja forçado) e valorizam as atividades das demais. Nesse sentido, está o relato de Dona Brígida (ligada ao primeiro grupo, que se vincula ao trabalho na agricultura):

Aqui onde nós moramos, eu acho que todas as mulheres são interessadas para trabalhar porque quem não trabalha na roça, nas firmas, mas tem um ganho dentro de casa, seja do que for: faz vassoura, como uma mulher ali que faz de garrafa de plástico,... quer dizer que é importante o serviço dela, não é? Quem não vai pra roça, mesmo que não tenha sua luta em casa ganhando, mas que tem, não é? Cada qual, de qualquer maneira, não morre de fome, não. Aqui tudo é resolvida. Eu digo porque trabalho muito no meio delas. (Dona Brígida)

Há um reconhecimento e uma valorização de que tudo é trabalho, desde o plantar na roça até o fazer boneca, visto que tudo faz parte do mesmo processo de busca da garantia das condições para viver bem e de procura pela realização pessoal. É o que diz Dona Brígida, por exemplo, sobre o trabalho das mulheres com as diferentes oportunidades que surgiram na atualidade:

É, o que melhorou, eu acho que o que melhorou foi o emprego porque todo mundo trabalha. É mulher, é homem, só não de menor, né? Porque você sabe que de menor não pode trabalhar, mas todo mundo aqui de manhazinha dá gosto de ver aqui no caminho dos Macacos: é mulher, é senhoras, as mulheres todas dos Macacos vêm e eu fico com pena porque não vem também. Risos. Pra trabalhar. Todas trabalham e as mulheres aqui não são preguiçosas, não. Como eu já lhe falei, quem não trabalha no roçado porque não pode, mas trabalha em qualquer coisa, uns sabem fazer uma coisa, outros sabem fazer outra e é trabalho, não é? Se você fizer uma boneca de pano e vender, é trabalho seu. Como eu não sei fazer, eu só amo o roçado. (Risos) (Dona Brígida)

Enfatizamos, então, que existe o reconhecimento de que tudo é trabalho. A partir dele, as mulheres se visibilizam e se valorizam, seja na produção, no artesanato ou onde quer que estejam.

Na complementação, observamos que o olhar de gênero também é traçado na percepção das mulheres do segundo grupo, que tem uma inserção social mais direta na comunidade e nos traz a seguinte reflexão: “E sobre a

defesa do trabalho da mulher eu não sou contra a mulher trabalhar desde que ela não seja escrava, não seja obrigada”. (Judite). Essa visão aponta uma ruptura no pensar/ser da mulher camponesa sobre o trabalho em relação à lógica da reponsabilidade adstrita apenas ao espaço doméstico.

Confirma-se, ainda, na fala de Dona Ester sobre as mudanças que ocorreram em relação às transformações no mundo do trabalho e o envolvimento cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. De fato, ela reflete sobre as novas exigências que surgem com a saída da mulher do espaço privado da casa e da criação dos filhos para a sua entrada no “mundo público”:

Eu acho que mudou muita coisa. Do tempo que eu cheguei no Tomé pra cá mudou muito. **Tanto em progresso como em problemas.** (Risos) Porque a gente vê que tinha muita mulher desempregada mesmo, algumas trabalhavam na casa de outras, outras não tinham mesmo em que trabalhar. Aí isso foi a coisa que mudou na vida da mulher. Hoje em dia você, em toda rua que você passa, você vê as mulheres trabalhando fora; porque estão tudo nas firmas trabalhando. (Dona Ester)

Ela se refere a uma boa parte das mulheres que moram na mesma rua e que estão empregadas, nos períodos sazonais, nas empresas da fruticultura. Remete-nos, também, à ideia de que o progresso é visto como forma de interferência nas relações sociais e de inserção das mulheres em outros espaços, ainda que, por outro lado, ele acarrete muitos problemas, como veremos adiante. Assim, pontuamos que há uma modificação na vida das mulheres, quando estas passam a ocupar outros espaços no mundo do trabalho. Permite observarmos, ainda, que, aos poucos, naturaliza-se a presença delas fora do âmbito doméstico, algo que, em outras circunstâncias e contextos históricos, não se percebia.

Por outro lado, Jezabel mostra a importância do trabalho e a acomodação como um aspecto da realidade da Chapada em relação a algumas mulheres. Diferentemente das mulheres agricultoras, apresenta a opção do trabalho nas empresas e justifica a oportunidade que todas(os) têm de trabalhar. Nesse momento, todavia, não se pergunta se todas(os) querem e aceitam esse tipo de emprego:

Eu vejo que ele é importantíssimo na vida de um ser humano. Cada mulher, muitas mulheres que vivem por aí, perambulando, caçando o que fazer, **fosse trabalhar, era tão bom! Porque nem via seus filhos passando necessidade, nem ela por si própria porque tem mulher acomodada.** Porque trabalho tem. **Aquí na nossa Chapada do Apodi só não trabalha quem não quer.** Mas querendo, você pode notar que

você por onde aqui, é banana, muita banana e mulher se emprega também com banana! (Jezabel)

Para ela, trata-se de um trabalho simples, mas, para outras mulheres, fica implícita a dificuldade de se adequar, sobretudo à forma de organização do trabalho dentro da empresa e às condições de trabalho que esta exige, visto que o trabalho com a banana é caracterizado pelo grande esforço físico:

Quantas e quantas pessoas já não passaram lá nessa firma que eu estou trabalhando, **muitas mulheres vão e saem porque não aguentam. E mulher nova. E eu fico impressionada, os trabalhos tão simples, mulher. Cansativo? É.** Todo trabalho é cansativo. Você vai fazer um trabalho na sua casa, é cansativo. E principalmente trabalho de firma porque você tem que tá tudo na horinha certa, tudo direitinho, tudo correto, não é? (Jezabel)

A partir das exigências desse modelo para os trabalhadores e, especialmente, para as mulheres, perguntamos se esse é um tipo de trabalho que cabe na realidade das mulheres camponesas – pela forma de enxergarem o trabalho, pelas pressões a que são submetidas, pela exigência quanto ao cumprimento de metas, pelo tempo e pelo tipo de serviço que lhes é oferecido. Existem, aí, muito problemas implícitos e silenciados.

Dona Judite, que não é empregada das empresas, mas acompanha muito de perto essa realidade das mulheres, percebe tais problemas e aponta as desvantagens desse tipo de trabalho:

Tem empresas que quando o Ministério bate em cima, legaliza em algumas coisas, mas muitas ainda trabalham, como se diz, sem proteção. Aí foi aonde causou esse doença, tanto nas mulheres como nos homens, mas que a mulher é mais frágil, não é? Teve vantagens, mas 70% ou 80% são desvantagens esse trabalho pra mulher. E o trabalho caseiro, aquela que puder trabalhar na sua casa, trabalhar sem ser de carteira assinada, no campo! Peleje pra trabalhar sem ser escravizada aqui, é melhor, porque pra mim esse tipo de trabalho é quase escravidão, porque é obrigada. Agora, por exemplo, se a mulher monta uma lojinha, é o seu trabalho, você trabalha no dia que quer, a hora que quer, tá dentro de casa, cuidando da sua família. (Dona Judite)

Assim, Dona Judite apresenta que, na sua compreensão, o trabalho ideal para as mulheres é aquele em que o tempo não é controlado; em que cada pessoa pode escolher o que fazer e quando fazer; em que você se reconhece nele como sendo “o seu trabalho”. Aponta, ainda, a necessidade de ser um trabalho que leva em conta o tempo de convivência com a família. Em outro momento, aprofundaremos mais essa questão, pois essa uma das repercussões do emprego do agronegócio que afeta diretamente a relação familiar.

Contudo, para além do trabalho nas empresas, as mulheres também apresentaram, a partir das histórias de vida, alguns entraves de gênero através dos quais o trabalho ainda é visto como ajuda. Isso reflete aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, à dupla jornada de trabalho que elas assumem ao romperem com o espaço privado e ocuparem o chamado “mercado de trabalho”.

A visão sobre o trabalho como ajuda ao marido, por exemplo, é percebida tanto em falas das mulheres que têm emprego nas empresas como em relatos de quem está em outros espaços produtivos. Nesse sentido, por exemplo, está o depoimento de Dona Judite que, ao falar do trabalho na agricultura, evidencia: “Trabalhei muito pra ajudar meu esposo na criação deles (filhos) e na educação pouca que eles têm porque nenhum quis prosseguir o estudo. A gente trabalhou muito pra chegar onde eu estou hoje.” A diferença percebida nessa fala, todavia, é que, ao citar a ajuda, Dona Judite retrata um auxílio partilhado que rendeu frutos para a família.

Na história de vida da Taís, o trabalho nas empresas também apareceu como necessidade de ajudar o marido na manutenção da família:

Quando chegou aqui na Chapada criei o desejo de ficar trabalhando em empresas pra ajudar meu esposo a manter a família. E quando foi em 2003 eu comecei a trabalhar na primeira empresa de melão ali em Queimadas e depois trabalhei em outra empresa, a Olinda, e daí eu trabalhei já também já com banana, já trabalhei apanhando feijão também, e já trabalhei na reciclagem, né? E daí venho desenvolvendo o tempo trabalhando. (Taís)

Em relação à dupla jornada de trabalho, a fala de Jezabel - sobre a conciliação do trabalho na empresa e o trabalho em casa-, nos apresenta alguns elementos importantes para o nosso debate acerca da invisibilização e da naturalização do trabalho doméstico pelo agronegócio:

Você me acredita que eu vou dizer uma coisa que eu acho quase melhor lá do que ficar em casa? Mulher, o trabalho de casa você é fazendo e com pouco tempo você vai fazendo de novo. E lá, não. **Você faz, fica feito e vai embora.** Você está entendendo? O serviço vai embora. **Você ver que é melhor.** E eu nem comparo. Se for pra chegar assim e se for pra ficar em casa... eu acho bom, não vou mentir pra agradar ninguém. E eu chego em casa, lavo louça, lavo roupa, me acordo quinze para as cinco. Antes de ir eu me acordo quinze para as cinco, aí eu faço: arroz, cozinho feijão, faço a mistura, lavo louça, deixo minha pia limpa, varro quintal, dia de lixo, boto o lixo pra fora, faço um bocado de coisa, minha filha. Aí quando dá seis e quinze, eu vou embora. Vou para o banheiro, me asseio, me troco e vou. Aí venho chegar quase seis horas. E lavo roupa até nove horas. Isso é pra diminuir mais porque quando for no sábado, final de semana não

acumula, não é? Eu acho quase melhor lavar roupa à noite do que de dia. De dia, o sol é quente! A noite é melhor. (Jezabel)

Percebemos, então, que Jezabel tem a tarefa de cozinhar seu alimento na madrugada (antes de ir para a empresa) e que, quando chega (à noite), precisa cuidar das outras demandas de sustentabilidade da vida: lavar, passar, varrer, cozinhar, limpar, organizar... Esses são aspectos do trabalho invisível, na maioria das vezes, não reconhecido nem tampouco valorizado pela sociedade e pelo agronegócio.

A invisibilização reforça e perpetua a condição de opressão que o patriarcalismo institui. Ela naturaliza que as tarefas das mulheres não precisam ser remuneradas porque fazem parte de sua condição como mulher. Por isso, ao comparar o trabalho na empresa e o trabalho doméstico, Jezabel pauta um debate que o movimento feminista vem tentando fazer ao longo do tempo: a discussão sobre o trabalho doméstico e a sustentabilidade da família.

A dupla jornada de trabalho caminha junto à inserção da mulher no mercado de trabalho e se configura como uma nova realidade para as mulheres camponesas que vendem sua força de trabalho para as empresas. Por outro lado, não podemos culpabilizar a mulher pela naturalização da exploração. Em nossa interpretação, quando a mulher assume para si a tarefa do emprego e do trabalho doméstico, também existe uma isenção do Estado, que contribui para a exploração das empresas e para o lucro que estas recebem com tal situação.

Ressaltamos que a realidade de muitas mulheres camponesas é uma jornada regulada por obrigações inescapáveis, na qual se colocam entre a aspereza do cotidiano do trabalho doméstico (que não gera valor econômico) e os serviços que desenvolvem nas empresas, ambos disputando sua dedicação em tempo integral. Assim, indagamos: e o anseio por tempo livre? Que tempo essas mulheres têm para desenvolver as outras dimensões da vida?

Além desse agravamento, Sophia discute o aprofundamento da cultura patriarcal sobre a situação de inferioridade das mulheres em relação aos homens, apesar de, dentro das empresas, elas assumirem, na maioria das vezes, o mesmo tipo de trabalho que eles. Logo, se antes as mulheres sofriam e ainda sofrem com a invisibilização do trabalho na agricultura, hoje essa mesma invisibilização se reflete na empresa sob forma de dupla exploração:

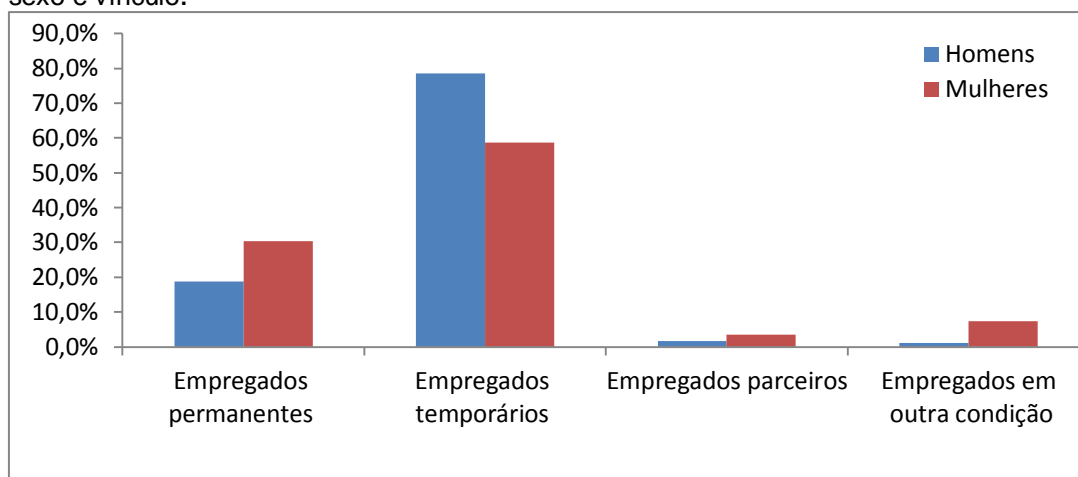
A situação das mulheres hoje é muito complicada. Porque assim, a mulher ela sempre foi, a cultura sempre incentivou a mulher a ser

tratada com inferioridade do homem, não é? Aí tem mulheres, principalmente nas empresas, elas exercem o mesmo papel do homem na empresa, faz a mesma atividade, e quando chegam em casa, elas ainda são as dona de casa, elas têm que fazer tudo. Quando elas chegam, tem mulher aqui que ela chega dez horas da noite em época de colheita, dez, doze horas, vão arrumar a casa, vão fazer almoço, vão fazer tudo para o outro dia, têm filhos, têm toda aquela responsabilidade. Eu acho assim muito complicado. **O trabalho ofertado na empresa para ela mudou a vida em casa** até pela questão do cansaço físico mesmo. É diferente daquela mulher que só vive para o lar. (Sophia)

Sophia aponta o dilema vivido por muitas mulheres que se desdobram para dar conta de todas as responsabilidades que recaem sobre si e sobre a família. Ela aponta que essas mulheres ainda têm que lidar com as transformações que o trabalho fora impõe e evidencia o cansaço físico como uma delas, resultado desse acúmulo de tarefas.

Além desses aspectos, ressaltamos a situação de vulnerabilidade e incerteza em relação à garantia dos empregos, especialmente porque a maioria deles é temporário. Essa situação está representada no gráfico abaixo. Ele apresenta a proporção de homens e mulheres que estão em condição de emprego temporário e permanente na região.

**Quadro 7.** Proporção de pessoas ocupadas no estabelecimento sem parentesco, segundo sexo e vínculo.



As questões levantadas pelas mulheres sobre a realidade de trabalho na Chapada do Apodi hoje - a começar pela descrição da diversidade de trabalhos, passando pela defesa do trabalho da mulher, pela análise da reconfiguração da sua identidade camponesa com a inserção no mercado de trabalho, pela observação das exigências dos tipos de empregos que lhes são

ofertados, pelo destaque quanto aos desafios de debater os entraves de gênero, sobretudo com a situação de dupla jornada - nos fornece elementos para compreender a dinâmica que institui uma disputa de sentidos sobre o trabalho.

Mais uma vez, constata-se que a agricultura camponesa está em permanente movimento de disputa e de r-existência e que o trabalho é uma categoria fundante na perspectiva de compreendermos as disputas entre o agronegócio e a agricultura camponesa na Chapada do Apodi.

Para nós, a pesquisa nos aponta as transformações que esses sentidos vão sofrendo na medida em que as relações trabalhistas se alteram com a reestruturação produtiva e a chegada das empresas, que trazem uma realidade externa à das mulheres. Isso foi percebido no conjunto das falas através das quais as mulheres, de seus diferentes lugares, confrontam seus modos de viver o trabalho e, numa atitude dialética, problematizam a nova realidade camponesa.

Para essa compreensão, dividimos esta problematização em três grandes temas. O primeiro se refere à concepção que as mulheres fazem sobre o que é, para elas, trabalho livre e trabalho escravo; o segundo, às transformações ocorridas no mundo do trabalho e na vida dessas mulheres a partir da modernização agrícola conservadora. O terceiro, por fim, apresenta a descrição e a problematização que elas tecem sobre o processo de trabalho nas empresas e as repercussões deste na vida das pessoas, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras.

### 5.3.3 *TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE: “o trabalho das empresas eu vejo com maus olhos pra mulher”.*

A partir do que as mulheres instituem como trabalho escravo e trabalho livre, não temos a pretensão de debater o conceito de trabalho escravo, trabalho degradado ou trabalho explorado. Nesse sentido, respeitamos suas falas porque consideramos seu saber e sua experiência. Na verdade, queremos trazer, exatamente no confronto das ideias, aquilo que é sentido, valorizado e problematizado por elas mesmas. Adentraremos os sentidos do trabalho, portanto, através da análise das ideias de controle do tempo, autonomia da produção e reconhecimento do produto como algo seu, vez que as mulheres, em suas falas, trouxeram comparações inseridas nesses âmbitos.

Das doze mulheres participantes da pesquisa, cinco citaram o trabalho categorizando-o como livre e escravo. Para elas, o trabalho é o reflexo do próprio ser, o resultado da relação que determinam com a natureza e a constituição de seu ser social nessa interrelação.

Na comparação entre o trabalho livre e o trabalho escravo, o trabalho é apresentado como um legado, uma herança passada de geração. Ele traz no seu cerne o sentido de pessoa livre e é visto como forma de garantia de vida, de sustento. Assim, situa-se no processo de interrelação que nasce com a necessidade de abertura ao conhecimento, de aprendizagem mútua na relação com a natureza: “Eu não fui uma pessoa escrava, não. Trabalhei porque eu precisava, porque eu não ia deixar os meus filhos passarem fome, porque eu sabia fazer aquilo. Eu aprendi de cabeça. O trabalho do talo foi herança da minha avó, minha avó era quem trabalhava em talo então eu aprendi” (Judite).

O retorno ao passado, então, é utilizado para pensar o trabalho na condição dos camponeses que tinham garantido o acesso a terra. Logo, o trabalho livre é definido como a liberdade de organização do tempo de produção e está regido pela necessidade da família. Com a implantação da lógica empresarial na agricultura, essas relações organizacionais do tempo e da produção para subsistência são reconfiguradas, de acordo com a necessidade, dessa vez, da produção em grande escala, que exige outros tempos e outras práticas organizativas:



Porque antigamente você se acordava três horas da manhã, ia para o roçado apanhar algodão, dez horas você estava em casa, a tarde você não ia. Só ia mesmo se tivesse muita vontade de ganhar mais um pouquinho, mas se não! Muita gente não trabalhava à tarde, trabalhava só mesmo pela manhã. E tinha gente que levava direto até às duas horas da tarde. Pegava das três horas da manhã até às duas horas da tarde e pronto, não trabalhava mais. E hoje, não. Hoje você vê um pai de família se levanta quatro horas da manhã, vai para a firma, chega de sete horas da noite, muitas vezes de duas horas da madrugada [se referindo à hora extra] para no outro dia oito horas da manhã já está pegando de novo. (Mirian)

Ao partirmos do princípio de que o trabalho é a própria referência para entender os modos de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, compreendemos que - se antes a relação com a terra e a produção dava liberdade aos trabalhadores-, hoje, com a reestruturação produtiva, os modos de vida são reconfigurados com o processo de trabalho imposto pelo agronegócio aos camponeses e às camponesas:

**O trabalho hoje é um trabalho escravo.** Antigamente não, você tinha o seu roçado. Você sabe que o roçado precisa de cuidados, precisa de limpar, precisa estar sempre lá olhando, **mas o trabalho é seu**, se você não quiser ir hoje no seu roçado, você não vai. Eu mesma trabalhava só pela manhã no meu roçado. Ia eu, meu filho, a minha nora, meu neto e o meu outro filho. Aí nós íamos das seis da manhã até às dez. Ou então a gente pegava das três e meia, que era o horário que já estava esfriando o sol, até às cinco. Então nos horários mais quentes, a gente não ia para o trabalho, não ia para o roçado. (Mirian)

Aqui, apresenta-se para nós outro tipo de sentido dado ao trabalho livre: o pertencimento, o reconhecimento do trabalho como seu, o reconhecimento de que a natureza também precisa de cuidados, assim como o trabalhador e a trabalhadora, que organiza o tempo do trabalho no cuidado com a exposição a fatores de risco. Assim, percebemos, nas entrelinhas, o cuidado com outros tempos, outros afazeres que definem a vida camponesa. Já na empresa, o tempo, que era livre, passa a ser controlado. As condições de trabalho, por sua vez, não são respeitadas e o tempo é o da meta de produção. Mirian fala sobre essa liberdade do tempo e as condições de trabalho dentro da empresa (como o aceleração do tempo para comer) e aponta as consequências disso para as mulheres:

E você trabalhando em uma firma, não. Você é obrigado a **cumprir aquele horário**. Tem firma que agora já está bem melhor, depois de muitos movimentos, muitas coisas que o Zé Maria lutou muito por isso, tinha firma como a Delmont Abacaxi, que os funcionários **comiam em pé**, na hora do almoço. Levava a comida, colocava no pé de uma planta, muitas vezes a **comida já azeda**, mas era a comida que tinha

para comer. E ainda comia em pé porque **não tinha tempo para se sentar** nem aonde e se sentar. Era em pé, **no meio do sol**, no meio do tempo, porque tinha que trabalhar, tinha que **cumprir com aquela produção**: *eu tenho que produzir tanto, todos os dias, da mesma produção. Não posso render menos. Se eu render menos, eu posso ser colocado para fora.* Sem contar que **não tinha banheiro** para fazer as necessidades, pra fazer no meio do campo. E muitas mulheres trabalhando no meio dos homens, **sem ter uma privacidade** pra fazer uma necessidade porque mulher é diferente de homem. Aí pra fazer uma necessidade no meio do tempo, não é? (Mirian)

Esse conhecimento sobre as condições de trabalho dentro das empresas trazido à tona pelas mulheres reflete, na fala da Mirian, o processo de luta que Zé Maria desencadeou em relação à publicização dos problemas que estão ocorrendo. Exprime, também, uma apropriação, por parte das mulheres, dos resultados das pesquisas que realizadas na região nos últimos anos. Demonstra, ainda, que, na medida em que elas se apropriam das informações que circulam, atualizam e problematizam tais informações reconhecendo os impactos desse modelo para os modos de vida e, especialmente, para as mulheres. Cumprir horário, comer em pé, comer comida azeda, não ter tempo nem lugar para sentar, estar exposto(a) ao sol, não ter privacidade, apenas cumprir com a produção... Essa é a lógica que as mulheres apresentam do sentido que define, segundo elas, a condição de trabalho escravo, que fere sua condição de camponês/camponesa.

Para o campesinato, o tempo de trabalho e a relação com a comida são fatores que determinam seu ser, seus modos de vida e sua saúde. Isso é importante porque, como vimos, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como os seres humanos se apropriam da natureza por meio do trabalho. No agronegócio, essa apropriação é violadora de direitos.

Na contramão de tal realidade e como forma de resistência e (re)existência, Dona Luana acrescenta outro elemento a esse debate. Ela evidencia a diferença entre vender a força de trabalho e ter autonomia de plantar e direito de comer e partilhar:

É melhor a gente trabalhar pra gente do que trabalhar de jornada porque eu estou ganhando aqueles R\$ 120,00 na semana, não é? E eu **trabalhando pra mim**, eu vou prosperar, ganhar cada vez mais. Eu planto de quilos de feijão, cinco quilos de feijão, conforme seja, aí quando for pra debulhar aquele meu feijão, eu debulho umas dez ou quinze sacas de feijão, meus sete ou oito sacas de milho, não é? Aquele lucro é meu! É diferente **eu tenho o direito de comer** minha pamonha, tenho o direito de comer minha canjica, eu tenho o direito de comer meu cozinhado de feijão maduro, eu posso apanhar meu feijão e **dá um cozinhado a você!** Chegar uma amiga da gente: mulher espere

aí que eu vou lhe dá um punhado de feijão maduro. É meu! Eu **posso lhe dar a qualquer hora**, a qualquer pessoa. Aí eu planto meu maxixe, eu planto minha melancia, eu planto meu jerimum, **ali tudo é meu!** Ali eu planto minha batata, eu planto minha macaxeira, é meu! E sendo dos outros, como eu posso plantar, como eu faço isso aí pra mim? Não! Vida de pobre é vida sofrida, minha filha. Quem trabalha de jornada, quem trabalha para os outros, esse é que sofre, se reclamar: peia! (Dona Luana)

Assim, as mulheres nos fazem refletir sobre os modos de vida que delineiam a cultura camponesa, perpassada pelo direito de produzir aquilo de que necessita; pelo direito a usufruir do fruto do trabalho; pela valorização da cultura da partilha e pela afirmação das relações comunitárias, dos laços solidários. Isso, porém, é constantemente ameaçado com o tipo de trabalho em que o(a) camponês(a) tem apenas a força de trabalho passando a compor a lógica mercadológica, de alienação do trabalho.

Tal fundamento é complementado por outra visão apresentada pelas mulheres através dos depoimentos de Dona Odete e Maria. Elas reconhecem as diferenças entre trabalhar para si e trabalhar para os outros, mas veem a obrigação do tempo de dedicação pela venda da força de trabalho. Dona Odete, por exemplo, fala a partir da experiência do marido (pequeno agricultor) e do trabalho dela como agente comunitária de saúde:

Eu vejo a liberdade do trabalho. Mas quem trabalha nas empresas trabalha particular. Quem trabalha no que é seu, que nem aqui o meu [citando o marido] só trabalha na roça, **ele trabalha muito porque ele sempre foi acostumado a trabalhar**, tem esse arranco de trabalhar, mas no dia que ele diz: *hoje eu não vou trabalhar*, ele almoça, arma a rede na sala, se deita, passa a tarde assistindo televisão. Aí quando é no outro dia, eu digo: *cadê, você já... não, hoje eu vou*. Aí ele diz pra mim que fica debaixo do cajueiro, fica descansando um pouco. Mas ele não tem assim, essa obrigação de **terminar de almoçar e sair para o trabalho** que nem esses outros que trabalham em empresas. Eu acompanhei muito porque muitas vezes precisava falar com os donos de casa e não conseguia; até as donas de casa também. Tinha mulher que pra eu falar, precisava eu ir **fora de expediente de serviço** porque não tinha como falar com elas em hora do trabalho meu porque elas estavam nas empresas, estavam trabalhando e nunca dava certo. Tinha muitas, eu ia era muitas vezes, às vezes avisar de uma vacina de criança, não podia deixar o recado com as crianças, não tinha uma pessoa de responsabilidade para deixar o recado, só tinha criança aí eu tinha que voltar lá à noite para poder avisar. (Dona Odete)

Quando Dona Odete retrata o trabalho do marido como liberdade com o tempo, demonstra que trabalhar todo o tempo não significa, para o camponês, trabalhar muito. Assim, a escolha do que fazer e do quando fazer, dialoga com o tempo da natureza, o tempo do plantio e o respeito ao descanso do próprio corpo. Maria, complementa essa ideia:

Mulher, eu vejo assim, quem é empregado, vamos supor, aquela pessoa que é empregada tem aquele **direito de chegar naquela hora** e sair naquele horário, não é? Então, eu me acho no direito, por exemplo, amanhã Deus me dando a vida amanhã, se eu quiser ir para **a roça, eu vou!** Se eu não quiser, eu fico aqui, tá entendendo? É. Eu acho isso importante de ter liberdade. Vamos supor, se lá fosse alugado tinha aquela obrigação de ir todos os dias. (Maria)

Além do direito ao controle do tempo, que representa, simultaneamente, a autonomia sobre a produção e o respeito ao ritmo da natureza, Dona Odete e Maria nos ajudam a entender outro aspecto que consideramos relevante em suas experiências: a liberdade do trabalho está atrelada ao direito a terra e aos demais bens de produção.

Sem estes, justifica-se, nas suas falas, o dever de chegar e sair na hora certa da empresa, pois, sem a terra e os demais meios de produção, resta apenas a venda da força de trabalho. Desse modo, reduz-se o gosto pelo trabalho para a obrigação de trabalhar. Reduz-se, ainda, a relação com o tempo da natureza e o respeito ao tempo do corpo, pois não se permite mais o descanso, a proteção ao sol intenso e o fazer por prazer e realização.

Os diferentes tipos de trabalhos dos filhos também dialogam com essa ideia em torno do controle sobre o tempo:

E a gente trabalhando pra gente é diferente. Como ele aqui, meu filho, ele trabalha, tem um que ele é perfurador, o coitado se levanta aqui às cinco horas e tem que partir para o serviço. Aí chega à noite, **só chega cedo quando a máquina dá problema**. Já o outro que trabalha no sítio, toma de conta, é dono do sítio, não, ele trabalha na hora que ele quer. Quando não quer, ele não vai. Tem a liberdade de parar o serviço na hora que quer. E as empresas é diferente: a pessoa tem que está lá no ponto, na hora certa. (Dona Odete)

Percebemos no modelo capitalista, então, a exploração - ao extremo - da força de trabalho, pois a máquina é mais importante que o(a) trabalhador(a), que não tem o direito de parar.

Para Dona Odete, sua própria experiência como trabalhadora da saúde é portadora desse rearranjo, com o controle do tempo no emprego e a diferença do sentido e do tempo do trabalho:

E a vantagem que eu acho do trabalho da gente é essa. É como eu, trabalhei de agente de saúde, deu aquela hora tinha que sair. Ou eu saía, ou se não, quando dava fé, a fiscalização estava na porta. E hoje não, hoje eu trabalho voluntário, trabalho com os idosos, com as crianças, mas eu vou no dia que eu quero, no dia que eu estou disponível. Eu não sou obrigada a amanhecer o dia e dizer: hoje eu tenho que ir lá no idoso porque eu trabalho, não. Eu vou de livre e espontânea vontade e porque eu gosto do trabalho. Mas não é uma coisa obrigada. É um trabalho que eu faço por amor. (Dona Odete)

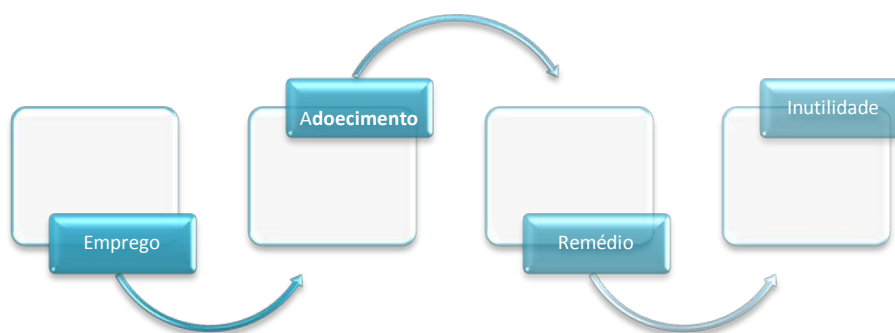
Dona Judite, por sua vez, olha para o trabalho das empresas de fruticultura e também o institui como trabalho escravo. Observa, ainda, o trabalho das mulheres trabalhadoras, comparando-o com o seu trabalho, que denomina de livre. Em sua análise, acrescenta, além do aspecto da alienação, a escravidão e o trabalho que adocece:

Olhe, **o trabalho das empresas eu vejo com maus olhos pra mulher**. Pra mim eu acho que é um... é aí onde eu acho que ainda não acabou a escravidão. Por quê? Tudo bem as mulheres se empolgam: *“Eu me empreguei de carteira assinada, eu graças a Deus me empreguei de carteira assinada!”* Mas que eu acompanhei de perto, agora não frequento mais. Se amanhã eu não quisesse ir, eu não era obrigada, **eu não era carteira assinada, eu ia porque gostava eu achava bom** apanhar feijão, eu achava bom apanhar pimenta, plantar; achava bom porque fui criada nisso. Mas **que pra mim era um trabalho livre**. Eu fazia no dia que eu queria, na hora que eu queria, se eu não quisesse também não ia. Nessa época também não tinha esse desespero de veneno. E a maioria das mulheres daqui estão morrendo por conta do veneno; elas não se tocam, mas a gente que tá por fora fica observando que a gente conheceu pessoas que nasceu e se criou com a gente; **mulheres novas que eram sadias hoje em dia é um dia no trabalho, um dia no posto**. Outras fazem aquelas cirurgias de útero, arrancam tudo, ficam **umas mulheres inutilizadas**, outras com eczemas nas pernas, e daí por diante. Então, mas que, só não vai pro trabalho quando diz assim: *hoje eu não posso me levantar*. Porque tem que ir, é de carteira assinada, chega o final do mês, recebeu aquele salariozinho, aí uma vai lá numa loja, compra um guarda-roupa, enche a casa de bregueço, de coisas, **nem se lembra que nem pode desfrutar aquilo por muito tempo**, como muitas mulheres novas de seus quarenta anos, trinta e poucos anos, já morreram muitas por aqui por conta do trabalho. Eu acho que no meu modo de pensar pra mim é a mesma escravidão, é o trabalho escravizado. (Dona Judite)

Contra-pondo-se à visão de que o trabalho assalariado traz segurança para o trabalhador e a trabalhadora, Dona Judite aponta a relação salarial como escravidão. Para ela, o trabalho “de carteira assinada” aprisiona, na medida em que ele se reduz à lógica de trabalhar apenas para gastar, para entrar no mercado do consumo, mas não para que se possa usufruir da produção, por conta do tipo de trabalho a que as mulheres estão expostas.

Dona Judite caracteriza o trabalho nas empresas como prisão, ainda, porque ele adocece as mulheres, inutiliza-as. Questiona, assim, os valores capitalistas, que confundem qualidade de vida com nível de consumo. Junto com as falas das outras mulheres, propõe outras possibilidades e nos desafia a pensar um trabalho que não reduza a vida das mulheres ao ciclo vicioso (de estar um dia no posto de saúde e, no outro, de volta ao trabalho que adocece).

**Quadro 8.** Ciclo do adoecimento. Organizado pela autora



Para Dona Judite, quando o trabalho é o reflexo do próprio ser e as pessoas se reconhecem nele, mesmo quando se dedicam muitas horas e se envolvem em diversas atividades ao mesmo tempo, existe um trabalho livre:

Eu trabalhava o dia até uma hora da manhã, da noite, costurando em máquina de pé. Os pés inchavam porque eu tinha o tanto de roupa daquela pessoa pra entregar porque tinha festa e eu tinha que entregar ali e não dava tempo durante o dia porque menino adoecia. E ainda cuidava da minha avó. Mas que para você imaginar o corre-corre quando a gente não tem uma vida que diga assim melhor para você dá o sustento aos seus filhos, para você se manter, era preciso ultrapassar, trabalhar até uma hora da manhã, duas. Mas é um trabalho que eu faço por amor, um trabalho que eu me sinto bem. No talo eu também fiz isso. No artesanato, na garrafa pet, nesses outros tipos de coisa não porque eu tirava aquele horário ao meio dia eu terminava de almoçar aí fazia duas, três bonecas, de repente eu fazia um jarro de flor, porque o trabalho com a garrafa pet ele é rápido, é muito rápido, depois que você começa a trabalhar, de repente você faz um jarro, um buquê de flor, coroa para dia de finados. (Dona Judite)

Aqui, percebemos que, nas atividades artesanais, as mulheres apresentam - além do reconhecimento do trabalho como algo que faz parte da sua dinâmica de vida e que constitui seu ser - uma dinâmica de organização que permite que elas consigam realizar tudo aquilo a que se propõem.

Assim, podemos afirmar, a partir dos elementos até aqui argumentados, que a modernização agrícola trouxe grandes consequências para o território da Chapada do Apodi. Com sua lógica de expropriação e implantação de aparatos tecnológicos, a terra, que antes era de trabalho, passa a ser uma terra de grandes negócios a partir da lógica da fruticultura irrigada. Por sua vez, os trabalhadores e as trabalhadoras, que antes tinham seus modos de vida baseados na agricultura camponesa, passam a viver um processo combinado de expropriação e exploração. Esse processo envolve a dialética do trabalho e, por isso mesmo, contém as subordinações e as resistências a essa lógica produtiva.

**Quadro 9. Definição de trabalho livre e trabalho escravo**

<b>Trabalho Livre</b>	<b>Trabalho Escravo</b>
O controle do tempo é dos(as) trabalhadores(as): o tempo de produção está articulado com os outros tempos sociais.	O controle do tempo é das empresas: existe a obrigação de cumprir as horas da jornada.
O direito ao descanso e ao lazer é organizado pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as).	Não há garantia de condições mínimas de trabalho, como refeitório, banheiro e privacidade.
Direito ao que produz, a comer do fruto do trabalho, a sentir o sabor dos alimentos.	Transformação na cultura alimentar: comer em pé, no meio do sol, alimentar-se com comida azeda.
Cuidado com o controle do tempo de trabalho; flexibilidade para evitar a exposição do corpo a fatores de risco.	Exposição a fatores de riscos, como o sol e os agrotóxicos.
Autonomia para plantar o que se quer e o que a família necessita.	Obrigação no cumprimento de metas de produção.
Direito a terra e aos demais meios de produção.	Venda da força de trabalho.
Tempo de trabalho regido pelo tempo da natureza.	Vida reduzida às metas determinadas pelas empresas.
Liberdade de parar quando deseja.	Corpo e máquina se confundem, são objetos para produzir lucro. O corpo só para quando a máquina quebra.
Trabalho é gosto, é prazer, é realização.	Trabalho é obrigação.
Trabalho como sinônimo de saúde.	Trabalho como sinônimo de doença.
Sentido de pertencimento, de reconhecimento do trabalho como seu.	Trabalho alienado.
Cultura da partilha, com gosto de dividir o que foi dado pela natureza.	Redução da felicidade ao dever de entrar no mercado do consumo

**Quadro organizado pela autora a partir das falas das mulheres**

#### 5.3.4 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA VISTA PELAS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES: “com o bom veio mais o ruim”

Na medida em que são introduzidas inovações para a reprodução capitalista que penetram no território sob a égide de obedecer aos parâmetros normativos do mercado internacional, a modernização da agricultura impõe uma nova formação socioespacial que impacta diretamente a vida e o trabalho na Chapada do Apodi. Pensando nessa dialética inserida no mundo do trabalho, as mulheres trazem elementos que denominam de vantagens e desvantagens desse modelo. Em relação ao emprego gerado pelas empresas, a Sophia faz a seguinte análise:

Ele tem tanto aspectos positivos como negativos. O **negativo é a exploração, acaba explorando o trabalhador porque trabalha tanto pra ganhar uma mincharia no final do mês, arriscando a vida, tudo**. Mas assim, eu lembro que antes era uma pobreza muito grande aqui, tinha muito gente passando fome, realmente não tinham o que comer e a necessidade era muito grande. E hoje em dia, não. Pelo menos eles têm o salário, tem o emprego e eles têm aquele salário todo mês pelo menos para se manter. É pouco, é! Mas a vista do que era antes!... Eles têm, porque antes nem emprego não tinham. (Sophia)

A exploração - que apresenta a característica de trabalhar muito, ganhar pouco e estar combinada ao risco de perder a vida- aponta a face cruel do emprego ofertado pelo agronegócio e demonstra a contradição do que é apresentado e naturalizado como “moderno” e “desenvolvido”. Ela caminha em um movimento contrário às conquistas que os(as) trabalhadores(as) obtiveram, ao longo do tempo, com suas lutas.

Contudo, as buscas dos(as) camponeses(as) pela superação das condições de pobreza, miséria e fome, em certa medida, justificam, na visão de Sophia, a subordinação a determinadas condições de emprego. A carência de acesso aos bens produzidos faz que as mulheres percebam a “troca” a que se submeteram:

Com a chegada dessas empresas, trouxe esse benefício da energia, trouxe o telefone que não existia e essa foi a primeira coisa que fizeram aqui na comunidade, a Teleceará, o Clube de Mães. Que foi muito bom por uma época, a gente trabalhou fazendo rede, fazendo pano de prato, crochê, até que um dia uma banda do Clube de Mãe caiu e o tear foi emprestado para Morada Nova, e as outras coisas se acabaram, ninguém sabe que fim levou, e a associação acabou-se tudo e ninguém sabe. Só tínhamos duas escolas pequenas. Mas aumentou também a criminalidade, as drogas, pessoas que a gente nunca viu junto. **Com o bom veio mais o ruim**. (Mirian)



Percebemos, então, que os problemas fazem parte do que poderíamos denominar de “pacote social do desenvolvimento” que as empresas trazem consigo. Eles contribuem para as novas configurações produtivas e sociais que não pertenciam, até então, à realidade camponesa da Chapada.

Observamos, assim, a existência do discurso de, para que o campo se “desenvolva”, para que ele tenha acesso à infraestrutura necessária para sua reprodução, precisará aceitar os problemas sociais. A clareza dessa situação é levantada por Dona Ester, que justifica o “preço” dos problemas pelo crescimento populacional, apesar de combiná-lo a aspectos de melhoria de vida:

Eu acho que os problemas que nós temos na Comunidade é o preço do crescimento populacional mesmo, das mudanças que existe e que sempre acarreta esses problemas. Mas tem muita vantagem. A gente não pode tá só criticando não, porque às vezes a gente critica muito, né? Mas a gente tem que ver o lado bom, o lado que melhorou a vida de muita gente. Tanto que prejudicou em uma parte, ajudou em outra. Por exemplo, as empresas mesmo, a gente não pode negar que **as empresas trouxeram muitos problemas para nós, problema de saúde e tudo, mas ajuda na vida de muita gente**. Tem muita mulher que trabalha, pai de família também que tem seu salário garantido. (Dona Ester)

É interessante atentar para esse reconhecimento das melhorias de vida porque ele dialoga com os sonhos que as pessoas vão construindo e tendo a oportunidade de realizar a partir da mínima segurança de um “ganho certo”. A questão é: a custo de quê?

Observamos que a naturalização dos problemas e a aceitação dos custos sociais são reafirmadas, sobretudo, como forma de amenização. Vêm amparadas, ainda, com a crítica aos que querem negar as transformações.

Percebemos, então, que a justificativa do “ganho certo” dialoga com a realidade dos(as) camponeses(as), especialmente no Nordeste, vez que eles(as) dependem, muitas vezes, de condições climáticas para a garantia de sua produção. Assim, entre a incerteza e a dependência, a oportunidade de ter o acesso ao emprego ganha importância no imaginário camponês, que talvez não questione, no primeiro momento, a qualidade desse trabalho:

Eu acho que essas empresas que vieram para cá, essa Banesa, essas outras empresas aí **todas dão ganho para as pessoas**. É isso aí que eu acho que **foi uma coisa boa** porque antigamente não tinha emprego para todo mundo. Era difícil você ganhar um real, era muito difícil, a não ser quando tivesse inverno e você plantasse o milho, o feijão, se a pessoa fosse apanhar era que ganhava aquele dinheiro. Hoje não. Colhe uma planta e já planta outra. (Dona Brígida)

Além dos aspectos levantados acima, cumpre observarmos que, se antes as relações produtivas eram permeadas por valores de solidariedade, relações comunitárias e vínculos de parentesco, hoje, com o emprego, elas passam a ser regidas, em grande medida, pela troca do salário, ou seja, pela valorização da dimensão do dinheiro recebido.

Apesar disso, na realidade apresentada pelas mulheres, elas, muitas vezes, não se submetem a tais pressões; buscam formas de adequação; constroem elos e, em alguns casos, negam as formas de relação importadas pelo capitalismo. A inserção em diferentes espaços e tipos de trabalho, por exemplo, demonstra isso.

Além disso, assim como existe a visão das melhorias, também se problematizam as imagens relacionadas ao que as empresas transmitem para o mundo e a como certas promessas não são cumpridas:

Visto que eles pregam, os artigos que eles **publicam no exterior são as coisas mais lindas do mundo**. Eles publicam dizendo que eles ajudam com a economia, que eles contribuem com a questão da educação, da saúde, que eles investem na educação... Eles não fazem nada! Uma empresa, a Banesa, se juntou com a Prefeitura aí o contrato foi: a prefeitura reformar esse prédio aqui do lado, a parte física e ela vinha com todo o material, equipava para ter aula de computação, pra ter alguma coisa de entretenimento para os jovens. **E o que foi que fez? Nada.** Não está fechado porque está servindo como anexo da escola. O pouco que ela fez aí, ela pegou livros, trouxe uns livros aí tudo antigo, nenhum presta. Aí botou aí. Nunca abriram uma biblioteca, nada, nunca fizeram espaço cultural, nunca fizeram nada. **E tudo foi nessa coisa que tem que a empresa tem que ajudar o município, uma coisa assim. Acho que é para diminuir cada vez mais o imposto.** (Sophia)

Percebemos nessa fala, então, a problematização da profunda diferença entre o que é propagandeado pelas empresas e o que acontece na prática. Como as mulheres acompanham de perto essas situações, observam também os interesses que estão por trás das promessas, como a busca por isenção de impostos. Nesse sentido, observamos que elas articulam os aspectos micro e macro da realidade, analisando desde os jogos de interesses das empresas até a negação de direitos dos(as) trabalhadores(as). Em tal perspectiva, Mirian relata a vivência do trabalho de seu marido:

Muita gente acha que o trabalho nas empresas é muito bom, mas eu acho que é uma exploração. De algumas, não é? Não todas, mas algumas são muito exploradoras porque muitas não pagam FGTS, você não tem direito a PIS, você não tem direito à cesta básica. Na que meu esposo trabalha mesmo, ele não tem o PIS, o PASEP ele não recebe. A empresa dele é isenta disso. Dizem que é porque eles já

pagam R\$100,00 a mais por mês, ganha mais do que se recebesse o PASEP. Mas eu não entendo muito dessa burocracia de empresa, mas não dá cesta básica, não dá almoço, infelizmente. (Mirian)

O depoimento nos remete à ideia de que, mais uma vez, a desinformação parece ser uma das chaves que conduzem o processo de exploração do trabalho na modernização agrícola. Com efeito, os(as) trabalhadores(as), a mercê de orientações jurídicas, submetem-se aos ditames da empresa. A violação dos direitos, por sua vez, também aparece como algo intrínseco à presença das empresas na Chapada do Apodi. Para fechar o ciclo dos problemas enxergados pelas mulheres, Sophia faz um resumo do processo que envolve o emprego dentro das empresas:

Um caos. Problemas sérios. Porque assim, como a Delmonte: **ela usufruiu da mão de obra do trabalhador, ela deixou muita gente doente**, o caso daquele rapaz que morreu, o Vanderlei, ele trabalhava nessa empresa que fechou. Ela **acabou com a saúde muita gente, explorou trabalhador, explorou a terra, não pagou imposto e foi embora**. Deixando só o que? Só o prejuízo pra Comunidade. (Sophia)

Tal percepção nos ajuda a compreender, na prática, como ocorre a acumulação e a maximização do lucro das empresas. De fato, elas são conduzidas pela vulnerabilização de certas comunidades e grupos populacionais. Oportunamente, Acselrad<sup>17</sup> apresenta esse processo de vulnerabilização como:

O modo como as empresas, favorecidas pelos ganhos de mobilidade obtidos após os processos de abertura das economias, têm manejado suas políticas de localização, construindo os mecanismos através dos quais ganham força para constranger os poderes locais e os atores sociais menos móveis como sindicatos e entidades associativas localizadas, impondo as condições –sociais e ambientais– as mais favoráveis para a maximização de seus rendimentos. (ACSELRAD, 2013, p.107)

Percebemos, assim, que a vulnerabilização faz parte da análise das “vantagens comparativas” que as empresas realizam. Estas têm a seu favor, ainda, o contexto de mobilidade do capital, o que permite que imponha aos territórios sua forma de atuação.

---

<sup>17</sup> <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/viewFile/5549/7394>. Acesso em: 27 de Maio de 2014.

Destacamos, portanto, que a modernização agrícola implantada no território da Chapada do Apodi traz vantagens e desvantagens; riscos e incertezas; exploração, subordinação e negação de direitos. Ela apresenta novas configurações produtivas e sociais; transforma as relações econômicas e, dialeticamente, desconstrói mitos, sendo denunciada pela atuação das mulheres. Estas apresentam um amplo olhar sobre os problemas em relação ao trabalho e às empresas e apontam novos elementos de análise desse processo (sejam empregadas diretas do agronegócio ou não), o que demonstra que todas vivenciam, de perto, as consequências da modernização agrícola sobre seus modos de vida.

### *5.3.5 SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO NAS EMPRESAS*

Estudar o processo de trabalho dentro das empresas de fruticultura é muito importante para problematizar, com mais profundidade, as marcas da modernização agrícola e seus impactos na vida das mulheres da Chapada do Apodi.

Optamos em descrever, neste primeiro momento, o processo de trabalho de três mulheres participantes da pesquisa. Duas delas trabalham até hoje nas empresas de fruticultura. Outra não mais. Com base nos depoimentos, articulamos as descrições e as questões relevantes que as mulheres nos apontam. Entre as formas de trabalho e emprego geradas pelas empresas, destacamos três, que tivemos condições de conhecer de perto no processo da pesquisa.

#### **5.3.5.1 O emprego na usina de reciclagem de materiais tóxicos**

Taís tem 41 anos, não tem terra, é casada, possui 03 filhos, tem Ensino Fundamental incompleto, é empregada das empresas e tem uma pequena horta no quintal, onde planta cebolinha e coentro para seu próprio consumo. Ela mora na Comunidade de Carnaúbas há doze anos e acompanhou de perto as transformações desse território. Nos últimos anos, a Comunidade se deparou com a “facilidade” do emprego nas empresas de frutas, apesar de

reconhecer que, com elas, vieram, também, os agrotóxicos, os problemas de saúde e a contaminação das águas.

Atualmente, Carnaúba apresenta 59 famílias e conta com uma associação comunitária. Segundo o relato de Taís, a maior parte dos homens está nas firmas e a maior parte das mulheres, em casa. Algumas, todavia, trabalharam na usina de reciclagem de resíduos contaminados por agrotóxicos. Taís foi uma delas. Esteve lá durante dez meses.

No período de aproximação da Comunidade para a realização de nossa pesquisa, as atividades dentro da usina eram realizadas, em 90% dos casos, por mulheres. Sem as condições adequadas de proteção, elas estavam diretamente expostas ao sol e em contato direto com agrotóxicos (tanto pela pele quanto pela inalação do cheiro forte o dia todo). Além disso, não tinham as informações necessárias sobre os riscos da atividade à saúde e trabalhavam sem qualquer tipo de proteção.<sup>18</sup>

De acordo com o dono do empreendimento, a usina se propõe a ser um espaço para acolher resíduos tóxicos provenientes dos processos de produção de frutas, como os sacos plásticos, as mantas de TNT<sup>19</sup> e os plásticos utilizados para cobrir e proteger os plantios.

---

<sup>18</sup>Conhecemos a usina em 2012, durante uma viagem de campo realizada com estudantes da Faculdade de Medicina e de outros cursos da Universidade Federal do Ceará. Essa viagem de campo estava inserida no âmbito da disciplina *Tópicos Avançada em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador*, coordenada pela professora Raquel Maria Rigotto. Acompanhou-nos, na visita, um técnico em vigilância ambiental do Município de Quixeré. Fomos recebidos(as) pelo dono do empreendimento, um pequeno produtor que apresentou o histórico de criação usina lembrando que ela foi proposta pelas empresas do agronegócio que atuam na região.

<sup>19</sup> “Tecido Não Tecido”, material à base de prolipopileno e viscosa.



**Figura 37.** Imagem de Plantação de Melão na Comunidade de Macacos. Arquivo Pesquisa de Campo – Foto: Elitiel Guedes

A maior parte desses materiais é proveniente do cultivo do melão e da banana. Ao passarem pelo processo de tripla lavagem, esses materiais são destinados a São Paulo, que tem uma Unidade de Processamento de resíduos tóxicos.

Imagens do Galpão de “reciclagem” de resíduos tóxicos das empresas de fruticultura. Chapada do Apodi, 2009.





**Figura 38.** Usina de Reciclagem Fonte: Acervo da Pesquisa Agrotóxicos – Núcleo Tramas

A criação de usinas de resíduos tóxicos está ligada a ampliação da utilização de agrotóxicos no processo produtivo por parte das empresas que atuam na Chapada. Segundo o levantamento feito pelo Núcleo Tramas em relação aos dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, sobre as vendas de agrotóxicos por unidades da federação, entre 2005 e 2009,

Os dados do Ceará revelam o aumento de cerca de 100% no período, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89.330,00 (Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa, 2010, p.44).

No caso do Ceará, os resíduos são destinados à Unidade de Processamento de Embalagens – UPE - mais próxima, situada no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. As mantas vão para a Unidade de Processamento de São Paulo.

O trabalho das mulheres dentro da usina é exatamente preparar esse material que será enviado às usinas de reciclagem de plásticos. Elas trabalham, geralmente, por cota de produção, tendo que alcançar a meta de 12 pacotes por dia. Ganham por isso, em média, um salário mínimo. O trabalho de enrolar mantas e cortar plásticos é degradante.

Ao todo, são 25 mulheres que cotidianamente trabalham expostas ao sol e em contato direto com os venenos. Permanecem, em média, de 10 a 12 horas em condições insalubres. Os depoimentos gerais se referem aos

problemas de saúde que elas enfrentam, como dores de cabeça constante, ânsia de vômitos e intoxicações graves.

Na nossa primeira visita ao local, durante nossas conversas, as mulheres não pararam de trabalhar. Sem uso de qualquer equipamento de proteção, com facas e facões afiados, só pararam para o intervalo de uma hora de almoço, ali mesmo, próximo às mantas, bebendo água que elas mesmas trazem de casa porque não confiam na água oferecida pela empresa, “*que pode estar contaminada*”.

São essas situações que justificam o pouco tempo de permanência e o rodízio de mulheres nesse trabalho. Foi o que aconteceu com Taís, que, embora, no período da pesquisa, estivesse desempregada, trabalhou por um certo período na usina:

Depois que eu saí da Olinda [empresa], eu trabalhei dez meses aí na reciclagem. Reciclagem é o seguinte: eles trazem das outras empresas o material para reciclar. Trabalhei cortando plástico, trabalhei separando fitilho, fitas que todas são usadas em empresas de melão, de banana e vem para aí pra ser reciclado e enviado para outros Estados para fazer outros tipos de materiais. Mas era só isso que eu fazia mesmo era cortando e separando material. Trabalhei durante dez meses, eu entrava de seis e meia e chegava de cinco horas da tarde em casa. (Taís)

Durante os dez meses, Taís entrava na usina às seis e meia da manhã e encerrava o trabalho às cinco horas da tarde. Ela nos explicou que, no período em que trabalhou, desenvolveu tanto atividades por meta de produção quanto atividades como diarista. Ao ser questionada sobre a diferença, evidenciou que “*diarista é porque você trabalha só as oito horas normais e a produção você que se esforça, ou você faz pra terminar antes das oito horas ou você pode também ultrapassar fazendo hora extra*”. Neste segundo tipo de trabalho, então, as mulheres podiam escolher entre fazer um fardo por dia ou, em dupla, fazer dois fardos por dia: “*E o que fizesse a mais a produção é extra, a gente ganhava um pouco mais.*”





**Figura 39.** Fardos de plásticos. Fotos: Acervo da Pesquisa

No período em que trabalhou, o pagamento mínimo era de R\$ 400,00. Esse salário era complementado com a hora extra: *“se a gente trabalhar só as oito horas normais, a carga horária, oito horas por dia, aí é só o salário mínimo e se a gente fizer hora extra, a produção atingir mais do que o valor das oito horas, aí é a meta por produção”*.

O dono da usina nos explicou, todavia, que, se por acaso elas não atingissem a meta, ele completava até o limite do salário mínimo. Ressaltou, ainda, que todas ultrapassavam a meta: *“A maioria ultrapassava mesmo aí no caso era o fardo que ele queria que a gente fizesse por dia, não é? É um fardo por dia. Eu acho que chega a cerca de... dependendo do material chega de 400 a 600 kg de plástico. É muita coisa! Eu fazia, com muito esforço, eu fazia. Mas não é fácil não”* (Taís).

O cumprimento de metas aliado à situação de um trabalho degradante fez que Taís não quisesse continuar nesse tipo de emprego e fosse buscar outras formas de trabalho. Apesar de não se sentir à vontade para explicitar os motivos da saída, Taís afirma:

*Não, eu saí porque exatamente eu vi que meu tempo lá estava encerrado. Tinha muitos problemas. Eu não estava mais querendo trabalhar lá, tá entendendo? Aí fiquei mesmo pelejando pra conseguir trabalhar em outro canto, foi quando eu demorei um ano e pouco trabalhando também com hortaliças. Eu plantei minha produção mesmo aí eu vendia aqui mesmo no sítio no quintal de casa. Quando eu parei a minha planta de hortaliça foi que eu voltei a trabalhar em empresa, eu fui pra Agrícola, como eu já falei para colher melão. Lá eu só trabalhei quatro meses e meio.* (Taís)

O dono da usina é filho de um pequeno produtor da Comunidade e foi procurado pelas empresas para realizar esse trabalho como forma de isentá-las do problema de destinação do lixo tóxico produzido pelo processo produtivo.

A ele cabe a responsabilidade de organizar um trabalho degradante, que precisa de uma superexploração e que exige que ele, como próprio trabalhador, também explore outros(as) trabalhadores(as). Reforça-se, assim, a cadeia que gera o lucro das empresas do agronegócio.

Além disso, essa situação aponta como os danos dos empreendimentos impactam diretamente os mais pobres e como esses empreendimentos se mantêm pela exploração e pela precarização da força de trabalho dos camponeses e das camponesas. Assim, a usina de reciclagem, além de demonstrar mais uma face da perversidade do agronegócio na Chapada do Apodi, reforça a desigualdade de gênero ao utilizar a força de trabalho das mulheres para baratear os custos.

Em setembro de 2013, retornamos à usina. Lá, acompanhamos um grupo de pesquisadores, procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e ambientalistas de várias organizações e movimentos sociais da América Latina. À época, foi-nos apresentada uma mudança de perfil dos empregados, que já não eram mais as mulheres, mas sim os homens.

Recentemente, todavia, as atividades no local foram paralisadas devido ao assassinato do dono. Mesmo assim, existem outras usinas na região. Não as conhecemos durante o processo de pesquisa, mas, segundo Taís, elas atendem aos mesmos requisitos do empreendimento instalado em Carnaúbas.

#### *5.3.5.2 O processo de trabalho na empresa produtora de banana*

Diante do “processo moderno de produção” de que “participaram”, Jezabel, Taís e Dona Brígida conhecem bem todo o trabalho dentro das empresas onde exerceram atividades. Por isso, falam, sem dificuldades, da produção de melão e banana; da usina de reciclagem do material tóxico ou de outras atividades das quais participaram, como é o caso da Jezabel: “Trabalhei em 2003 e 2004 nessa [empresa] F. Eu comecei juntando as raízes. Aí quando começou o plantio, eu plantei melão e, quando terminou o plantio, aí fomos colher. Eu trabalhava na colheita, cortando melão lá no campo.”

Tivemos a oportunidade de conhecer, além do trabalho na usina de reciclagem, uma empresa de melão e melancia e uma empresa de banana. Nesta última, trabalha uma das mulheres da nossa pesquisa.

No processo de produção da banana, o trabalho é organizado em dois espaços distintos: o do campo e o da *pack house*. No campo, ele é dividido e organizado em diferentes formas: preparação do solo, combate às “ervas daninhas”, plantio das mudas, irrigação com fertilizantes, controle do tempo produtivo feito por fitas coloridas, desfolha, “embolsamento” dos cachos “para evitar pragas”, “amarramento” destes para evitar o caimento, colheita com facão... As bananas, por sua vez, são sustentadas pelas costas dos(as) trabalhadores(as). O transporte até o pack house é feito, na maioria das vezes, por animais ou tratores. No pack house, ocorre o processo de higienização, despenca, seleção e embalagem. De acordo com os depoimentos, as mulheres, mesmo que em minoria, estão em todos os espaços descritos acima.

No momento de realização da pesquisa, apenas a Jezabel estava trabalhando na empresa produtora de banana. Ela descreve o trabalho que realiza com mais 21 mulheres de seleção da banana em um corredor estreito contendo um tanque e uma tábua grande. Nele, as mulheres pegam o cacho da banana, colocam em cima da tábua e, com a faca, fazem a seleção:

A gente faz quatro, cinco, seis, e oito cachos, divide e bota dentro do tanque. Cada mulher faz o de banana e bota dentro desse tanque. Lá na frente tem outras mulheres que pegam e botam numa bandeja e essa bandeja vai empurrada lá para onde estão os embaladores para eles embalam dentro das caixas pra poder seguir viagem. É bonito lá, viu? Tem um monte de mulher trabalhando. No beco mesmo são vinte e duas mulheres. Para colocar na bandeja são mais oito mulheres. Com mais três que colocam o selo da banana e um homem que fica botando a bandeja. Lá mais na frente tem a minha menina que fica fazendo a contagem de caixas que passam; embaladores são dez, no desmando são cinco, com mais três que tiram o ferro lá de cima, outro que tira o plástico e outra que tira os embaces e rebola. (Jezabel)

Jezabel entra na empresa às sete horas da manhã e tem um intervalo de 15 minutos para descanso e merenda. As mulheres vão saindo de uma em uma ou de duas em duas para que o trabalho não pare. O intervalo para almoço, por seu turno, ocorre do meio dia a uma hora da tarde. Segundo ela, as mulheres almoçam e deitam-se um pouco para descanso antes de retomarem o trabalho. Quando não há período de colheita intensiva, o trabalho encerra às 17 horas. Assim, Jezabel está em casa apenas às 18h ou às 19h. Conforme seu

depoimento, uma das vantagens desses três anos dentro da empresa é a de ter saído do trabalho sazonal para a garantia de um trabalho “com carteira assinada”:

Aí eu entrei, me empreguei e estou até hoje. Vai fazer três anos no dia primeiro de março de 2014. De carteira assinada, com o salário! Eu trabalho com banana lá. Saí do melão que era direto lá e agora eu estou direto na banana. Lá é bom porque é direto. Não tem como se preocupar que vai passar o inverno desempregada. (Jezabel)

Segundo seu relato, o trabalho assalariado faz que as trabalhadoras tenham a garantia de uma renda fixa, que é complementada com a hora extra para que garantam as condições mínimas de sobrevivência da família.

Os estudos de Castro, (2011) e Marinho (2012) analisam, de forma mais aprofundada, o trabalho e os trabalhadores/as da banana. Eles apontam para uma situação de extrema exploração desses(as) trabalhadores/as bem como de exposição a diversos fatores, tanto de risco físicos, químicos, biológicos e ergonômicos quanto de acidentes. No item mais abaixo, acrescentamos a esses estudos o olhar das mulheres sobre os problemas que envolvem o trabalho dentro das empresas de fruticultura na Chapada do Apodi.

#### *5.3.5.3 O trabalho invisível da lavagem de roupa contaminada por agrotóxicos e do preparo da marmita do trabalhador*

Um dos trabalhos invisíveis do agronegócio que, dentre as mulheres participantes da pesquisa, é realizado por Mirian envolve dois tipos de tarefas: a de cozinhar e preparar a marmita do trabalhador e a de lavar a roupa que ele utiliza na empresa.

De fato, ela acorda às quatro horas da manhã para fazer a marmita de seu marido, que sai para o trabalho às seis horas. Ainda com a escuridão, tenta fazer o menor ruído possível para não acordar os que ainda dormem, lava a louça que ficou do jantar e prepara as panelas para cozinhar. Normalmente, prepara feijão, arroz, macarrão e uma mistura à base de carne. Não coloca verduras porque, segundo ela: “não pode porque como ele come só às onze horas, já teve vezes de colocar e azedar a comida e ele ficar sem almoço”. Assim, apenas raramente, coloca algum tipo de verdura cozida, como batata doce.

Ao levantar, normalmente o café já está pronto e seu marido vai comprar pão, bolo ou mesmo bolacha para o desjejum. O almoço dele ocorre às onze horas da manhã, no local de trabalho, onde tem um descanso de uma hora. Ao meio dia, portanto, retoma as atividades. O emprego ocorre de segunda a sábado.

Jezabel e Taís também preparam seu almoço antes de irem para a empresa. Assim, no caso da Mirian, ficamos curiosas em perguntar por que ela é responsável por fazer a comida e em questionar se o almoço não seria fornecido pela empresa. Ela responde:

A empresa ela só oferece a comida no período da colheita grande. Eles dão no sábado e no domingo o almoço, a merenda e a janta. Por conta disso, quando veio o pessoal da fiscalização, ele perguntou se a empresa dava comida e os trabalhadores disseram que dava. Eles ficaram com medo de perder até isso que eles achavam que era bom. E por conta disso, foram chamados por outros trabalhadores de *babão da empresa*. Por conta disso, eles não recebem nem a cesta, nem almoço. Aí a fiscalização obrigou a empresa a fazer o refeitório. Infelizmente foi isso que aconteceu. (Mirian)

Em outras empresas, vimos, através de depoimentos de trabalhadores durante a greve de 2011, que o(a) trabalhador(a) tem a opção de receber a cesta básica ou o almoço. Às vezes, ele não faz a opção pelo almoço porque a própria empresa desconta um valor de 5,00 por refeição no final do mês. Todavia, não pudemos averiguar essa questão porque nenhuma das mulheres da pesquisa trabalha em empresas que agem assim. De todo modo, percebemos que a tarefa de preparar a comida é assumida pelas mulheres e isenta a empresa dessa obrigação.



**Figura 40.** Preparação do alimento do trabalhador. Fotos: Pesquisa de Campo



A segunda atividade de Mirian – de lavagem da roupa utilizada pelo marido na empresa - é desenvolvida duas vezes por semana, mais precisamente nos dias de quarta-feira e sábado. Segundo seu relato, a lavagem varia, pois há trabalhadores que trazem a roupa da firma apenas no sábado, ainda que este não seja o caso de seu marido.

A partir de informações que chegaram com o debate sobre os agrotóxicos e sua contaminação, Mirian tem o cuidado de lavar a roupa separada das demais da casa, porque, segundo ela, “*o cheiro do veneno é muito forte*”. Além disso, ela passa o sabão, no mínimo, três vezes na roupa; coloca de molho no sabão em pó e, depois, utiliza amaciante. Mesmo assim, conforme seu relato, “*o cheiro é impregnado na roupa, não tem jeito de sair*”. Isso nos coloca o desafio de pensarmos, também, a exposição a que ela se submete, ainda que esteja “longe” da empresa, do contato com o galpão de agrotóxicos ou da exposição direta à pulverização.



**Figura 41.** Lavagem de roupa. **Fotos:** Pesquisa de Campo

Vale lembrar que, segundo o próprio depoimento da Mirian, algumas empresas oferecem o serviço da lavagem de roupas (isso é “descontado no

salário do funcionário”), mas não é o que ocorre na firma onde seu marido trabalha.

Esses exemplos mostram como o atual sistema produtivo do agronegócio combina e integra a exploração do trabalho das mulheres, tanto ao ingressarem no mercado de trabalho quanto nas atividades que desempenham nos espaços familiares. Assim, ambos os espaços se constituem como forma de perpetuar a opressão a que elas ainda são submetidas.

Para termos um panorama dos processos descritos pelas mulheres de suas formas de trabalho dentro e fora das empresas, elencamos, a seguir, alguns dos problemas que trouxeram à tona durante o processo de pesquisa. Esses problemas contribuem, em nossa interpretação, para a análise da modernização agrícola no que tange aos impactos no campo e na vida das mulheres camponesas.

#### *5.3.5.4 As mulheres visibilizam os problemas dentro das empresas:*

Alguns dos elementos tratados acima serão importantes para compreendermos o conflito sob o enfoque do trabalho. Ao fazerem o exercício de olharem para o trabalho que é organizado dentro das empresas, as mulheres apontam violações de direitos, especialmente, os trabalhistas (como a desigualdade de condições e salários entre homens e mulheres e as negações de determinados tipos de garantias), falam sobre o medo de perder o emprego e lembram como acompanharam e analisaram as greves instituídas pelos trabalhadores e trabalhadoras em 2008 e 2012.

É importante ficarmos atentos às atividades que cada mulher desempenhou e desempenha para entendermos suas análises e problematizações em relação ao trabalho dentro da empresa, pois cada uma delas exerceu e exerce diferentes funções. Taís, por exemplo, problematiza as condições de trabalho na Chapada do Apodi comparando com o trabalho que ela desenvolvia no Perímetro Irrigado de Morada Nova no ano 2000:

Tem muita diferença porque lá o projeto é totalmente diferente daqui. O projeto de Morada Nova, pelo menos na época que a gente morava lá, só trabalha com feijão e arroz. Que eu acho que hoje permanece a mesma plantação lá. E lá é de pequeno produtor, não é de empresa como aqui, é aquele projeto do DNOCS. Cada dono de lote que chama lá tem certa quantia de terra que eles plantam. Aqui mais é plantio de

sítio das empresas e lá a gente não tem esse movimento assim de empresas, é só os lotes, são pequenos. (Taís)

Ela trabalha nas empresas há mais de 10 anos e já passou por diferentes tipos de trabalho, especialmente os relacionados à plantação e à colheita: “Na primeira que eu trabalhei era no galpão passando melão e fazendo caixas de papelão para expor o melão. E quando tinha alguma necessidade a gente ia para o campo pra colocação de bandejas”.

Esse é, também, o caso de Dona Brígida, que assumiu, por muito tempo, diversos tipos de atividade, desde o trabalho no campo (do viveiro ao plantio e à colheita), até o beneficiamento da produção:

Já trabalhei na Banesa, trabalhei em Manoel Colombiano, trabalhei nesse outro de cá, seu Wilson, tudo em roça, limpando de enxada, plantando. Lá em Manoel Colombiano era fazendo polpa de graviola. Nós colhíamos graviola, depois íamos para um quarto se trancar lá, se vestia toda – parecia uma enfermeira, sabe? Risos. De sapato, máscara, tudo. Você só via o buraco dos olhos. Nós íamos e fazíamos esse trabalho de fazer polpa, assim. Lá no seu Wilson era limpando de enxada, eu e minha filha, a mais velha. E na Banesa, era no viveiro, fazendo as mudas, enchendo os sacos e plantando as mudas que vinham do lugar deles, pra depois tirar e plantar na terra. (Dona Brígida)

Jezabel, por sua vez, mostra-nos, a partir da descrição do processo de trabalho dentro da empresa de melão, o domínio da técnica de produção para exportação e suas especificidades:

Quando foi em 2005 eu fui trabalhar na O. [empresa], no melão também. Trabalhei no campo colocando bandeja debaixo do melão, protegendo o melão. Era umas bandejinhas, desse tamanho assim, debaixo do melão, levantava o melão, tirava ele da cama molhada porque quando ele nasce, ele espalha e no aguamento molha o chão. Aí a cama dele, se deixar ele ficar lá em cima, **fica uma roda branca no melão. Aí não serve para exportação.** Só serve mesmo aqui pra São Paulo, Fortaleza, só pra esses cantos mesmo. (Jezabel)

Em ambos os casos, os tipos de trabalho estão diretamente relacionados e ocorrem de acordo com as necessidades e o tempo de serviço determinado por cada empresa. O trabalho sazonal é intensivo e faz que as mulheres fiquem entre uma firma e outra:

Trabalhei na empresa durante oito meses. Saí porque terminou a safra. E quando foi com um mês depois eu comecei a trabalhar na O [empresa], também na colocação de bandejas de melão. Lá eu **trabalhei seis safras periódicas** que é a partir de julho a fevereiro do ano seguinte. E depois trabalhei também na O [empresa] com mamão só um contrato também e foi quando... a última safra que eu trabalhei foi ano passado na empresa A também com melão, mas foi no campo.



Esse trabalho é como nós chamamos aqui de temporário. Tem a carteira assinada só que é firma de melão é só no período porque no inverno não tem capacidade de continuar. (Taís)

Do campo ao trabalho na cozinha, o trabalho ocorre de acordo com a necessidade e as exigências da empresa. As mulheres, por seu turno, veem-se obrigadas a se submeterem ao que é ofertado:

No campo, a gente protegia ele [o melão] com a bandeja por baixo. Isso foi lá na O [empresa] aí indo para as Carnaúbas [comunidade]. Passei nove meses indo de bicicleta pra lá. Aí pegaram e me colocaram para a cozinha. Dois meses me levaram para a cozinha como ajudante. Tinha mais duas mulheres que cozinhavam e eu lavava louça... Aí depois me tiraram da cozinha e me colocaram só na limpeza dos banheiros e do refeitório. Meio pro fim, a mulher que comprava as coisas lá me tiraram dessa mesma limpeza e me botaram para fazer compra das coisas que necessitavam e despachar também. Eu fazia entrega de produto de limpeza lá para o *pack*, lá pro almoxarifado e pra cozinha mesmo, certo? Era o sabão, era o papel higiênico, só produto de limpeza eu entregava. (Jezabel)

Conforme evidenciamos, Jezabel trabalha em uma empresa multinacional que produz banana. Ao ser questionada sobre a igualdade de salários entre homens e mulheres nesse emprego, afirma:

Ganham o mesmo tanto. Tem o mesmo salário na carteira. Agora eles é que se trabalhar em cima da produção, que vão fazer tantas caixas, que ali eu sei que minha produção é melhor, aí é diferente. Nós também temos produção. Se nós passarmos três mil caixas pra quatro horas da tarde, nossa produção é boa, é de vinte reais. Mas se nós passarmos três mil caixas pras seis horas da noite, nossa produção é de treze reais. Porque, porque você não trabalhou, você não puxou para trabalhar. Tem a meta pra cumprir. Eu não acho ruim, não. Eu acho bom. E você vendo nós trabalhando lá: tem mulher que trabalha ligeiro, você vendo ela cortando uma banana você fica admirada! É impressionante. Eu já estou com três anos que trabalho lá. Nesse beco mesmo tá com três meses que eu estou lá dentro. Eu trabalhava em outras coisas, fazendo a seleção, mas eu às vezes fico assim impressionada olhando elas cortando, como é ligeiro, é rápido! (Jezabel)

Segundo Jezabel, a empresa oferece um salário base para todos os seus empregados - o que justifica sua afirmação de que o salário é igual. Todavia, esse valor é “conquistado” ou não, o que dependerá da meta de produção. Partindo desse pressuposto, segundo ela, os homens ganham bem mais, ainda que o valor continue adstrito ao cumprimento das metas.

Estas estão relacionadas, por sua vez, ao tema das horas extras exigidas “quando necessário”, pois tais horas aparecem nas falas de algumas mulheres, como uma obrigação e até mesmo uma imposição para o

cumprimento daquelas metas. Assim, dependendo da época da produção, os trabalhadores e as trabalhadoras são obrigados(as) a permanecerem no trabalho até a ordem estabelecida pela empresa para o período. Jezabel, por exemplo, aponta algumas contradições entre o que deveria ser opção e o que passa a ser obrigação:

Aí se quiser às vezes, hora extra, se tiver, porque é obrigatório às vezes a gente fazer, mas só faz se quiser, se não quiser, não faz. Uma horinha que até é bom pra aumentar um pouco o salário, pra não ter desconto muito da gente. Eu não acho ruim também fazer hora extra não. Eu acho é bom porque o desconto da gente já é grande, não é? Tem o desconto do INSS, tem desconto de sindicato, tem desconto do FGTS, de tudo! É tudo, tudo tem desconto aí. Aí não vou dizer: não vou fazer, não? É besteira, é ignorância porque se você fizer dez horinhas já serve, aumenta um pouquinho seu ganho, tira os descontos. (Jezabel)

Percebemos, então, que a hora extra também é apresentada como uma alternativa aos descontos obrigatórios, que tomam boa parte do salário dos trabalhadores e das trabalhadoras. Taís reforça esse olhar sobre o trabalho por meta e/ou por produção, dessa vez, lembrando o emprego na usina de reciclagem:

Uma época foi por meta, por produção que a gente chama e outra época foi de diarista. Só que eu era de carteira assinada. Diarista é porque você trabalha só às oito horas normais e produção você que se esforça, ou você faz pra terminar antes das oito horas ou você pode também ultrapassar fazendo hora extra. A meta era você fazer um fardo por dia, podia ser também em dupla pra fazer dois fardos. E o que fizesse a mais a produção é extra, a gente ganhava um pouco mais. Por exemplo, se a gente trabalhar só as oito horas normais, a carga horária, oito horas por dia, aí é só o salário mínimo e se a gente fizer hora extra, a produção atingir mais do que o valor das oito horas, aí é a produção. (Taís)

O depoimento do dono a usina era de que todos(as) não apenas atingiam, mas ultrapassavam a meta. Isso é confirmado no depoimento de Taís, que alega a dificuldade em cumprir e ultrapassar tais metas:

A maioria ultrapassava mesmo, aí no caso era o fardo que ele queria que a gente fizesse por dia, não é? É um fardo por dia. Eu acho que chega a cerca de... dependendo do material chega de 400 a 600 kg de plástico. É muita coisa! Eu fazia, com muito esforço, eu fazia. Mas não é fácil não. (Taís)

A realidade apresentada nos aponta a difícil situação dos(as) trabalhadores(as) no ambiente de trabalho, vez que estes(as) são pressionados(as) pela lógica produtivista e pela carga de esforço exigida para

obterem o mínimo possível para sobreviver. Durante as entrevistas, especialmente com a Taís e a Dona Brígida, percebemos o quanto essa é uma situação difícil para as mulheres. Taís, ao questionada sobre as motivações de ter saído da usina, alega que os motivos não são compatíveis para a gravação, mas, mesmo assim, justifica: “Não, eu saí porque exatamente eu vi que meu tempo lá estava encerrado. Eu não estava mais querendo trabalhar lá, tá entendendo? Aí fiquei mesmo pelejando pra conseguir trabalhar em outro canto”.

Do mesmo modo, no relato de Dona Brígida, observamos o quanto ela se negava a trabalhar no momento em que o trabalho atrapalhava o que tinha de direito: o sono. Com efeito, não abria mão disso e de também perceber e respeitar o limite do seu corpo. Além disso, demonstra solidariedade e igualdade com as outras mulheres, no sentido de não querer ser melhor do que elas. Relata, ainda, sua consciência, reconhecida pelo próprio patrão:

*Quando eu saí da firma, ali da Banesa, a gente tem que... quando sai eles fazem uma entrevista com a gente. Eles perguntaram: “você, tá saindo, assim, por quê?” Eu disse: “Jane, eu vou sair da firma porque eu não vou aguentar o trabalho nas bandejas”. Não era o serviço, era o sono porque virava a noite. Aí eu achava que eu não ia fazer, não é? Aí seu Michel disse assim: “não, você fica e você sai de cinco horas”. E eu disse: “Seu Michel, eu não sou melhor do que as outras. As outras ficam e quando eu sair elas vão me xingar: por que que ela sai e nós não? O senhor vai levar xingamentos por causa de mim. Então eu não vou ficar no trabalho do senhor por causa disso”. E ele: “pois fique aqui nessa daqui, vamos colar sacola em umas maquinas. Trabalhei bem uns três meses lá só fazendo essas sacolas pra ensacolar as bananas. Aí terminou o ensacolamento e eu disse: “Seu Michel, agora é hora de sair, não é? Terminou e as bandejas dobra a noite e eu sei que à noite eu não aguento o sono, eu tenho certeza.” Aí ele disse: “Não, mas nós damos um jeito e a senhora sai mais cedo. Mas eu disse: pra eu sair mais cedo, as outras vão xingar. E elas tem razão porque se fosse comigo eu também xingava. Aí ele disse: “ainda bem que você é consciente”. E eu disse: pois, é. (Dona Brígida)*

Assim, a experiência do trabalho é também uma experiência de negação da exploração e de defesa do sono para Dona Brígida. Quando perguntada sobre a atitude da funcionária da empresa em relação à sua opinião sobre o emprego, evidencia:

*Aí ela disse: pois diga o que foi que você não gostou da firma? Diga aí o que você não vai gostar porque vai sair da firma, pense aí. Aí eu disse: do salário! Risos. Aí ela disse: por quê? Aí eu disse: porque todos os meses eu tenho meu salário e agora eu não vou ter mais. Aí ela foi e disse: mas diga pelo menos uma coisa assim se você teve queixa de nós. Ou se teve alguma coisa que você não gostou. E eu: Mulher, eu não tenho o que dizer, pois aqui eu nunca levei um carão, nunca levei uma chamada, nunca levei uma reclamação, como é que eu posso falar? Aí ela: ah, então, o que eu vou colocar aqui nessa*

*folha? E eu: bote o que eu disse, mulher, que era o salário que eu não ia mais ganhar de vocês. Ela: "ah, pois é, então eu vou colocar. Mas você mesmo não tem queixa de nós? Eu disse: "nenhuma". Porque eu não tinha mesmo. E, aliás, de canto nenhum. Porque eu ia trabalhar, ganhava meu dinheiro. Só teve uma área que nós trabalhamos que não recebemos. Mas Deus deu o dobro a nós. Isso a gente deixa pra lá. Mas nós trabalhamos muito e não pagaram, não. Mas está bom. E as outras coisas, tudo para mim é bom, tem nada ruim não. (Dona Brígida)*

Entre o que diz para a empresa e o que viveu na experiência de trabalho contratado, configuram-se duas distintas formas de diálogo, pois o sentido do trabalho não foi o mesmo entre o dito para a empresa e o vivido por Dona Brígida como empregada. Por conhecer as condições do trabalho assalariado, optou pelo trabalho livre conquistado com o acesso a terra e à liberdade de administrar o tempo:

*E agora eu estou mais feliz porque eu estou trabalhando no que é meu, eu trabalho a hora que eu quiser, eu vou lá no canteiro, corto cebola, se eu não quiser cortar, eu venho e me sento, eu merendo, vou a hora que eu quiser, volto. E não é assim: *vamos ver, vamos ver*, e tarará... Não! Agora hoje nós estamos agoniadas porque nós não queremos entrar pela noite. Aí o interesse é nosso. Tem uma liberdade que na firma ninguém tem. Tem que estar ali cumprindo aquela ordem até a hora de dá o horário. Por mais que você terminasse o seu serviço, você não podia ir embora, você tinha que ficar e só sair na hora. E no meu, não, eu saio a hora que eu quiser. (Dona Brígida)*

Liberdade do tempo e liberdade da ação são dois fatores afirmados e reafirmados permanentemente, e de diferentes formas, pelas mulheres. Eles se configuram como as formas dominadas pelo agronegócio no campo do trabalho.

Todavia, a própria história de vida de algumas dessas mulheres nos mostra o rompimento com a submissão e a luta pelos direitos dentro da empresa. Assim como Dona Brígida se recusou a perder seu sono pelo trabalho, a negação de realização de determinadas tarefas alegando problemas de doenças também foi reforçada por um dos exemplos dados pela Jezabel.

Ao se referir ao trabalho como prazer, ela diz que tal característica é rompida quando o fiscal determina que as mulheres façam um trabalho que exige um esforço para além do limite físico. Por causa disso, negou-se a realizar, uma determinada tarefa, como ocorreu em um dos dias em que o fiscal estava obrigando as mulheres a trabalharem no tanque grande:

*Pois é, eu gosto, eu rio, eu sou direto rindo. Mas por exemplo, ontem eu cheguei pra ele e disse: *olhe, amanhã, nem outro dia, nem por morte, nem por doença: para aquele tanque acolá grande eu não vou.**

Ele foi e disse: *por quê?* Eu disse: *as novas estão correndo de lá e eu que sou velha, o que você acha?* E ele bateu no meu ombro e disse: *se preocupe não, seu canto já tá certo.* E eu falei: *você sabe que eu corto banana, faço meu serviço, não dou trabalho, entro na hora, do jeito que é pra ser, eu faço, mas eu não vou.* As palmas são grandes, pesadas, aí a minha idade, já tenho cinquenta e um anos, tenho problemas de bursite, tenho problema de osteoporose, porque você sabe que todos os anos os ossinhos vão gastando. Aqui, ó, [mostra o medicamento na embalagem] cálcio para os ossos eu tomo, né? Porque tem dia que dói, pois o feijão já não está mais servindo como antigamente, não. Nós comia feijão antigamente e servia para o corpo, não é? Ficava satisfeita. Hoje em dia a gente almoça e em pouco tempo parece que está voando, minha filha. (Jezabel)

Atenta aos fatores de riscos e às consequências do adoecimento, Jezabel se apega a sua experiência para exigir direitos e negar sua atuação em certas atividades da empresa. Para ela, o fundamental é o pertencimento do tempo e o direito de fazer o que quiser, de ter liberdade de ação, de ter liberdade de ir e vir, de decidir. Mesmo assim, ela relata outra violação quando conta à pesquisa, com o depoimento emocionado, como precisou apelar para ser liberada da empresa a fim de cuidar da sua mãe doente:

Ela me ajudou muito. [pausa: emoção, choro]. Abaixo de Deus é ela. Porque mãe é tudo, né? Foi tanto que quando foi ano passado, em agosto, ela chegou doente lá de Fortaleza, que o médico já tinha desenganado, ela fez três cirurgias. Ela tinha 86 anos. Ela fez três cirurgias, tirando os caroços. Era maligno, eles tirando, fazendo quimioterapia e tudo, quando foi em agosto ela chegou e o médico tinha dito que não dava mais jeito não. Foi só um mês, do dia que ela veio pra casa. Aí eu já estava com um ano e seis meses trabalhando lá na firma e **o homem nada de me dá as férias. E ela precisando de mim**, aí eu fui e falei com meu irmão pra botar a mulher dele pra passar o dia e eu a noite. Quando eu chegava do serviço, ela morria de pena de mim: *“não se preocupe, eu estou fazendo com gosto pra senhora”*. Aí eu fui porque **eu passava a noite mais ela e de dia eu ia trabalhar**. Eu dizia falar com a mulher que era mais importante que o fiscal aí eu fui e disse: **Aurinete, eu queria que você me ajudasse. Estou precisando das minhas férias, minha mãe tá muito doente, eu queria ficar esse mês em casa com ela**. Ela falou: *“por isso não, dona Jezabel, eu vou conversar com Zé Valdo e ele vai dar as tuas férias”*. Aí ela conversou e deu minhas férias no dia primeiro de setembro. [Emoção]. Não tive gosto de ficar com ela. [Emoção e Choro]. Fiquei só dia 01 e no dia 04 ela morreu. Estava só esperando eu ficar com ela mesmo. Fiquei as noites, mas quando eu disse: *“mãe, eu estou de férias”*, aí ela disse: *“graças a Deus, minha filha”*. [Choro]. Eu me lembro como se fosse hoje, mulher. [Muito choro]. (Jezabel)

Jezabel, dividida entre o emprego, a família e o cuidado com a mãe, teve a decisão sobre o direito (já adquirido) às férias nas mãos do patrão. Só depois da insistência e da apelação para outra mulher (tentando lhe convencer, emocionalmente, para a “ajuda” de lhe deixar sair), ela obteve a concretização de tal direito. Chegamos a nos emocionar ao nos darmos conta de que as férias

passaram a ser uma conquista para as duas, mãe e filha, que, durante um dia, tiveram a oportunidade de se permitir ter uma a outra integralmente... Assim, perguntamo-nos se e como, emocional e inclusive fisicamente, Jezabel conseguiu superar essa situação.

Respeitando e comungando com as motivações que carregam esse depoimento, a experiência evidenciada retrata a realidade de mulheres que, ao trazerem para si a responsabilidade do cuidado, têm que acumular as tarefas e se submeterem, muitas vezes, a situações extremas. Após a pausa para a emoção, a necessidade de continuar a vida aparece como o elemento impulsionador, que chama a luta cotidiana na busca pela sobrevivência.

Não podemos deixar de pontuar, ainda, as disputas que ocorrem por diferentes interesses. Isso está bem presente quando Jezabel expressa a felicidade de trabalhar:

Eu sou feliz no trabalho. Apesar das falsidades, que são muitas. Mas isso aí a gente tira devagarinho... Eu sou feliz, ó. Eu trabalho, na minha frente tem uma mulher e atrás tem mais duas, e atrás de mim tem mais duas. Eu faço as cinco mulheres rirem direto. Elas pensam que... eu não me estresso no meu serviço, não vou mentir. Sabe quando é que eu me **estresso**, e faço zuada, às vezes? Quando eu estou trabalhando aqui e vejo alguém ali **sentadinha, e ela tá ganhando o mesmo que eu**; se eu fizer dez reais de produção, ela vai ganhar em cima das minhas costas, ali sentada. Ah, minha filha, eu grito! E elas ficam indignadas e eu digo: *eu quero ver, hein, seu João!?* - Que é meu fiscal - *Se a produção dela vai ser igual, o mesmo tanto que a minha, da gente aqui se matando pra encher o tanque de banana. E elas sentadinhas, lá?* No instante ele espatifa elas. Risos. Por que não é certo? É. Porque elas estão ganhando em cima das minhas costas. Dez reais, quinze reais que ela está ganhando, está ganhando aqui em cima, olhe! [*Aponta para os ombros*] E eu não vou me matar pra dá a produção a elas, não, minha filha. (Jezabel)

Ao afirmar que é feliz no trabalho, Jezabel apresenta uma gama de condições. Sua felicidade está ligada ao riso, ao fazer do lugar do trabalho um ambiente prazeroso, mas não se esquece de outras condições. Por isso, em certa medida, não admite que a exploração, mesmo que seja por parte de outras trabalhadoras, seja efetivada.

### 5.3.5.5 Sobre os direitos dos e das trabalhadoras dentro das empresas

As mulheres que estão em outros espaços também externalizam suas percepções e acrescentam, aos olhares delineados no tópico anterior, outros problemas que compõem o processo de trabalho dentro das empresas.

Assim, não só acompanham de perto as violações, mas também os movimentos de enfrentamento a estas. Conseguem analisar, inclusive, as contradições de tal processo. Nesse sentido, por exemplo, está o depoimento da Mirian, que fala sobre os direitos que os trabalhadores discutiam na greve de 2011:

Tem empregado, como a gente viu agora nessa última greve da Delmont, tem o empregado que está **fazendo as greves para ter direito àquilo que lhe pertence e tem empregado que é contra os outros colegas** : *porque isso é besteira, já estão ganhando bem, para que ir atrás disso?.. Há também esse choque de visão*, de verem as coisas, de um empregado para outro empregado. Os meus vizinhos aqui que trabalham na Delmonte, quando os peões começaram a fazer greve, eles eram contra totalmente. *Muito pior a gente ganhava lá no Rio Grande, eles diziam. E a gente não reclamava. E aqui a gente ganhando bem ainda vão reclamar!..* (Mirian)

Ainda se referindo ao processo que desencadeou os onze dias de greve com a paralisação de 380 trabalhadores, Mirian se coloca na defesa dos grevistas e aponta os motivos:

Aí você vê: sai de casa seis horas da manhã, chega em casa nove horas da noite. Aí tinha um monte de dinheiro atrasado que não estava sendo repassado, **eles fizeram greve para poder receber**. E tinha um abono não sei de que, que eles também não estavam recebendo. Então eles foram totalmente contra. Alguns motoristas de ônibus aderiram à greve também, mas outros eram totalmente contra. *Eu acho uma grande besteira, porque esse pessoal querem ganhar só com a cara, não ficam satisfeito com o que ganha. Mas os outros estavam atrás dos direitos deles! Se eles estavam trabalhando, sendo explorado sem receber, estavam no direito deles!* O que eu vejo é esse grande impacto entre peões porque os peões deveriam ser todos unidos **e tem essa desunião**. Tem muitos peões que são babões, puxam o saco do patrão. **Uma boa parte com medo de perder o emprego**. Porque quando eles dizem que vão fazer greve, eles dizem: *podem fazer greve, podem fazer o que quiserem que a gente traz de outros cantos. O que não falta é gente querendo trabalhar*. Por isso esses que ficam do lado do patrão, **com medo de perder o emprego**. E se a gente prestar atenção, boa parte dos que fizeram greve foram despedidos depois. Depois de um mês da greve, eles foram colocados para fora porque foram considerados agitadores, as cabeças. Então, aqueles que eles achavam que eram as cabeças foram postos para fora, não no período da greve, mas um mês após a greve. **Por isso**

**muitos peões não querem denunciar as injustiças que há dentro da empresa.** (Mirian)

Para elucidar esse processo, recorremos a Thomaz Júnior (2002) quando o autor destaca que

[...] a crise estrutural do capital que abateu fortemente todo o planeta no início dos anos 70 desafiou o capital a implementar um amplo processo de re-estruturação, reordenando e redefinindo seu metabolismo societário, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo e que afetou sobremaneira o trabalho ou o conjunto das relações sociais que se interpenetram no mundo do trabalho propriamente dito, fragmentando ainda mais os trabalhadores (THOMAZ JÚNIOR, 2002. p. 27).

Instaura-se, assim, uma nova conotação no foco da conflitualidade entre as classes, pois a luta dos trabalhadores deixa de ser por melhores condições de trabalho e passa a ser pela manutenção do emprego. Isso fica evidente, também, no depoimento de Sophia. Na interpretação que faz, os trabalhadores, em sua atuação/omissão sobre os problemas, são permeados pelo medo de perder o emprego:

Mas é isso mesmo e eles **ainda dão valor ao emprego porque querendo ou não, é o salário que eles têm fixo, que se sair não tem outro.** E ainda se fecham para falar muita coisa, esconder muita coisa. Tem trabalhador aqui que tem veneno que é proibido e tem trabalhador que ele lida com o veneno e ele sabe que aquele veneno é proibido, mas ele é obrigado a ficar calado, ele não pode denunciar porque ele sabe que se houver uma denúncia ele vai ser expulso da empresa, colocado para fora. (Sophia)

Além de perceber os problemas que as empresas desenvolvem, as mulheres acrescentam, na sua análise, a descrença no papel do sindicato:

Eu acredito que até o sindicato ele corrupto porque faz o que a empresa pede. Ele não está... é o sindicato dos trabalhadores? No nome é, mas faz o que o empregado necessita? Não! Faz o que a empresa pede. O exemplo claro são as festas que tem ali no Ipu. Os trabalhadores passam o ano todo pagando para quando é no Natal ter uma festinha ali. Mas sai de lá[do sindicato]? Só se sair agora, mas até o ano passado que eu ajudava na festa, quem paga tudo são as empresas. A empresa paga bebida, paga tudo e o trabalhador ainda se ilude: *é, a minha empresa é boa!...* Passa o ano inteiro todo trabalhando para ter direito a beber uma cerveja no final do ano, que ele é que está pagando!... (Sophia)

Mirian aponta, ainda, a desconfiança no papel do Estado, quando observa o processo de fiscalização que é feito, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e



pela Receita Federal. No caso do IBAMA, fala da indignação de ver seu pai, um pequeno produtor, ser multado em R\$ 300,00 por ter um litro de veneno debaixo de um cajueiro e próximo às comidas: “Mas eles não têm essa mesma eficiência pra entrar nas empresas e ver o que elas estão fazendo com o ambiente e a quantidade de veneno que estão jogando lá. Eles do lado do governo só vêem problemas nos pequenos. (Mirian). Assim, percebe a presença do Estado e o que ele (não) faz: “E a Receita Federal está sempre lá, visitando, fiscalizando. Não sei que tipo de fiscalização a receita faz lá, mas que a Receita está sempre por lá, isso ela está” (Mirian).

Instigadas por todas essas situações de diferentes violações de direitos, perguntamos se, em algum momento, dentro da empresa, era tratado o tema dos direitos das mulheres. Jezabel, por exemplo, lembrou-se de uma ocasião:

Teve um dia que teve uma palestra com a enfermeira e com a Jaçonete, que é a mulher mais alta lá na empresa e ela falou. Trouxe uma mulher lá de Limoeiro, de Fortaleza, nem me lembro mais, para falar sobre os direitos das mulheres. E ela deixou o telefone dela e disse que na hora que nós precisássemos, ligasse pra ela que ela vinha nos atender. Ela foi e disse que na hora que nós precisássemos sobre os direitos das mulheres, ela disse que **não deixasse os homens nos agredir**. Ela conversou tudo olhe, sobre o trabalho, em casa, pelos nossos direitos das mulheres, ela foi e veio fazer essas coisas pra gente, ela disse que nós devemos nos cuidar e **não deixar os homens nos maltratar, não deixar ninguém passar por cima da gente** porque nós temos nossos direitos. (Jezabel)

A partir dos resultados aqui elucidados, verificamos que as mulheres buscam um trabalho satisfatório (para garantir as necessidades da família) e prazeroso (para que supram suas necessidades nos planos afetivo, social e pessoal e para que obtenham autonomia financeira).

Na mesma direção, percebemos que o trabalho tem um espaço significativo em suas vidas, reiterando as proposições de autores que apontam a relevância dessa categoria como parte importante na vida social, assim como parte constituinte da identidade e dos valores.

Por isso, ressaltamos que o desocultamento do trabalho feminino é parte necessária para a construção da cultura e da afirmação camponesa no marco de disputa do projeto político que se contrapõe ao agronegócio. Ao mesmo tempo, o trabalho das mulheres vem criando condições favoráveis para que seja questionada a separação entre as esferas da produção e da

reprodução econômica. Do mesmo modo, desmistificar a chamada divisão sexual do trabalho.

Nos exercícios de análise coletiva da realidade, percebemos, ainda, que a dominação precisa ser desnaturalizada permanentemente (em todos os espaços) e que ela deve ser percebida como o resultado de construções sociais sujeitas a questionamentos e transformações, processos promovidos pela ação política das mulheres no seu cotidiano. Assim, as mulheres trouxeram ricas narrativas dessas dinâmicas sociais e evidenciaram que o trabalho também é compreendido como possíveis caminhos para a sua emancipação.

#### 5.4 TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES NA CHAPADA DO APODI:

Na busca por compreendermos as transformações sociais e familiares que estão em curso na Chapada do Apodi, partimos da premissa de que as desigualdades de classe e de gênero não são imutáveis, mas produtos de formações e relações sociais que têm como condicionantes de sua construção processos históricos, políticos e econômicos.

Por isso, é necessário trazermos alguns elementos iniciais sobre o capitalismo e o patriarcado (como os dois pilares de sustentação da opressão de gênero) para, a partir daí, dialogarmos com o tema das transformações das relações sociais no e para o campesinato.

O capitalismo, como sistema social e histórico - tendo como essência a divisão entre classes sociais, a acumulação dos meios de produção e a transformação da força de trabalho em mercadoria -, na sua atual fase de autoexpansão planetária, começa a se infiltrar nas outras dimensões da vida visando ao domínio sobre todas as esferas desta.

Nesse sentido, Mészáros (2002) afirma que o capital, como sistema de controle sócio-metabólico, é uma categoria intrinsecamente moderna; uma forma histórica que se constituiu a partir do modo de produção capitalista, cujas origens são datadas a partir do século XVI. Para ele, “O Capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98). O “Sistema Sócio-metabólico do Capital”, por sua vez, caracteriza-se pela divisão hierárquica do trabalho, que está subordinado ao capital. Este exerce um tipo de controle social perverso e prejudicial às relações natureza-seres humanos e seres humanos-seres humanos nas suas diferentes formas de sociabilidade.

Em sua obra *Para Além do Capital*, Mészáros (2002) atribuiu algumas características essenciais ao capital, como *expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável*. Tais características explicam, segundo o autor, a voracidade dos processos de reestruturação capitalista, com destaque para o processo de reestruturação produtiva que atinge, de forma contínua, o modo de produção capitalista devido ao fato de ter, ele próprio,

[...] surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar a sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga. Não se pode imaginar um sistema de controle mais

inexoravelmente absorvente [...] do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde, e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seus 'microcosmos' até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Segundo Mézáros, o capital é o primeiro sistema a constituir-se como totalizador, irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha que ser a imposição de sua função totalizadora a qualquer lugar onde encontre resistência. No entanto, essa função de totalizador tem “um preço” para os territórios nos quais o capitalismo se instala: a “perda do controle sobre os processos de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 97).

Assim, qual o significado de focarmos nossas lentes na essência do capital para, a partir daí, compreendermos as opressões de gênero? A questão central é discorrermos sobre o aspecto da sustentabilidade da vida como um dos elementos interlocutores dessa essência de acumulação do capital, pois exploração da força do trabalho necessita da divisão social do trabalho, que cumpre a função mediadora do processo sociometabólico:

Se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “macrocosmo” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis de intercâmbio humano, até mesmo nas menores “microestruturas” ou “microcosmo” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sobre o nome de família. (MÉSZÁROS, 2002, p. 268)

Logo, pensar e compreender alguns desses pilares que fundamentam a essência do sistema sócio-metabólico do capitalismo e articulá-los com a natureza do patriarcado é de suma importância para aprofundar as bases da exploração/opressão que circundam relações sociais e produtivas que atingem homens e mulheres.

Nesse sentido, Costa (1998, p.39) traz à tona uma das ideias de Saffioti de que patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo sistema produtivo. Assim, observa que os padrões de classe e gênero foram sendo construídos de forma simultânea ao longo da história. Por conseguinte, as discriminações apresentam dimensões de ordens econômicas e políticas. Desse

modo, do ponto de vista analítico, é impossível separar sua filiação ao patriarcado ou ao capitalismo.

De acordo com Graciete (2007), patriarcado é a forma pela qual as sociedades organizam-se, reconhecendo na figura paterna o princípio da vida e a primazia da autoridade e da propriedade. A partir dele, estruturam-se perspectivas paternalistas e patrimonialistas da sociedade.

O sistema patriarcal tem sua concepção no pensamento grego, que definia uma ordem para a vida na *pólis* (espaço público), como atividades destinadas aos homens livres para que estes desenvolvessem e construíssem o pensamento voltado para explicar o sentido da vida e a organização da sociedade humana.

Aos homens livres cabia, também, determinar outra ordem para organizar a vida na *oikia* (espaço privado); conduzir a produção de bens visando atender às necessidades das pessoas, dos grupos e das classes e garantir a reprodução biológica da vida. Um dos fundamentos percorridos tanto nas religiões como na filosofia, é a antiga ideia de que a espécie humana estaria dividida sexualmente, a partir do postulado de que a função reprodutiva dos homens detinha o princípio da vida. Em outras palavras, a natureza haveria depositado nos corpos dos homens o princípio ativo da vida, garantindo-lhes a primazia da reprodução da espécie. Assim, a relação de sexo e a divisão social do trabalho funcionaram – e funcionam - como motores da desigualdade.

Segundo Carrasco (1998), essas categorias pretendem denunciar o viés androcêntrico que reforça uma perspectiva baseada em uma cultura construída pelo domínio masculino. Scott (1999), por sua vez, aponta a necessidade de analisar o funcionamento do patriarcado em todas as suas manifestações – ideológicas, institucionais, organizativas, subjetivas – explicando não somente a continuidade, mas também as mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

Por isso, cabe aqui reafirmar que a opressão feminina é um problema complexo. Logo, sua solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Envolve dimensões como poder, hierarquia, padrões sociais atribuídos a homens e mulheres etc.

Saffioti (2004) defende, por exemplo, que, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois pólos da relação possuem poder, mas

de maneira desigual. Assim, a pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência. Inicia-se, desse modo, todo um processo de teorização desse movimento e dos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade. Toma corpo, por conseguinte, o debate de gênero.

O conceito surgiu, de acordo com Nalu Faria e Mirian Nobre (1997), quando o movimento feminista foi percebendo que lutar pela melhoria da vida das mulheres significava lutar por um mundo melhor. “[...] Nesse processo de reflexão, foi produzido o conceito de gênero e, posteriormente, sua articulação com os conceitos de classe, raça, etnia [...]” (FARIA e NOBRE, 1997, p. 29). O conceito de gênero, então, aparece como construção social que estabelece as relações sociais como relações de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres:

Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres (FARIA E NOBRE, 1997, p. 30).

Para além dessa questão, a análise de gênero traz elementos que nos permitem questionar o sistema de pensamento que, segundo Scott (1992), baseia-se na oposição binária. Assim, ela desconstrói e desnaturaliza no sentido de colocar em xeque as identidades construídas historicamente. Demonstra, ainda, que a transgressão é necessária.

Partindo dessas premissas, as mulheres apresentam as transformações em curso na Chapada do Apodi, tanto no que se referem ao ambiente, quanto no que se vinculam às relações sociais e familiares.

Para entendermos as transformações sociais, ambientais e familiares que as mulheres evidenciaram nas suas histórias de vida, faz-se necessário que apresentemos suas compreensões e seus conhecimentos sobre a história do lugar. Ressaltamos que, ao se referirem à Chapada do Apodi, as mulheres se reportam a isso para se situarem na atualidade. Assim, ao exercitarem a memória do lugar, recriam sua história; reportam-se a um tempo de dificuldades;

lembram a falta de acesso a determinados bens e serviços, mas, ao mesmo tempo, falam de liberdade, tranquilidade, honestidade. Retratam, pois, um lugar onde as pessoas se conheciam e vivam em harmonia:

Eu saía quatro horas da madrugada com os meus filhos todos e era longe, pra cinco horas eu está no cercado pra nós apanharmos algodão, nós íamos para o armazém pesar aquele algodão, pra gente ir comprar o comer, quando chegasse em casa, porque só tinha deixado água do pote em casa. Tomava água do pote porque antigamente a gente não sabia nem o que era uma geladeira, quanto mais possuir. A gente tomava água era dos potes. Eu já sofri minha filha, eu fui pobre, pobre, pobre, pobre de marre. **Mas no tempo da pobreza era melhor do que agora no tempo da melhora.** Porque era um tempo tranquilo, não tinha malícia, não tinha o mal, você podia dormir em qualquer canto aí pelo meio da estrada e não tinha quem mexesse com você! Hoje em dia, se sair da banda fora é arriscado lhe matarem. Antigamente não tinha isso não, todo mundo respeitava todo mundo, Ave-Maria, era uma maravilha. A dificuldade era triste, era ruim, da pessoa possuir só um vestido pra vestir. Mas nesse tempo era uma honestidade. Era um tempo que tinha paz, sossego, amizade, tranquilidade, **todo mundo conhecia todo mundo!** No lugar da gente só tinha a família da gente, tudo era família, tudo era bom. Se não fosse da família, era tio, padrinho, madrinha, **hoje em dia já vem de fora pra cá,** e quem está mais acabando a gente é esse negócio de droga. É, mulher! (Dona Luana)

Os olhares de Dona Luana se entrecruzam entre o ontem e o hoje apontando os desafios de conviver com o medo da violência, das doenças e dos desconhecidos. Ela compara os períodos ressaltando que, antes, o respeito e a solidariedade eram valores, ao mesmo tempo em que a pobreza era uma característica do lugar. Dona Luana aponta a convivência, ainda, como um valor comunitário. No seu imaginário, isso faz do território um lugar bom de viver, visto que, hoje, ele está ameaçado pelos medos, especialmente o relativo às drogas.

Na mesma direção, Dona Judite apresenta o direito de ir e vir sem medo e o conhecimento do lugar de pertencimento na comunidade (“o nosso lugar”) como aspectos positivos do território antes do agronegócio. Evidencia, todavia, as transformações das relações sociais de parentesco e alguns outros problemas da atualidade:

Tem e é muito problemático e é uma preocupação para nós porque **quando a nossa comunidade vivia praticamente só nós do nosso município:** do nosso Quixeré, das nossas Barreiras, da nossa Água Fria, do Quilômetro 60, da Lagoa da Casca, das Carnaúbas, **nosso povo.** Então, você podia sair. Eu mais minha avó nós íamos para as festas da Igreja Nossa Senhora da Conceição em Quixeré, nós saímos de pé, só nós duas três horas da tarde, nós ia, nós vinha doze, uma hora da noite, só que quando a gente vinha, vinha uma turma de seis ou oito pessoas, a gente vinha de pé, achando graça, cantando, proseando sem problema nenhum porque **podia ir e vir, o medo que você podia sentir o que podia ocorrer era passar uma raposa, um**

**guaxinim, um gato do mato, um jumento**, era o medo que você tinha. Hoje você não pode mais. [...]. Podia armar uma rede de um pau para o outro, na frente da casa e dormir a noite sem medo. **Hoje nós não podemos mais fazer isso**. Você via uma discussão, às vezes o cabra tomava umas cachaças, uma briga de bufete. Ali, se esbofeteou, fulano foi lá e meteu o bufete no outro, no outro dia: *fulano, rapaz, perdoa eu, foi arrumação daquela cachaça*. **Hoje você não pode mais fazer isso. Porque você não pode nem perguntar direito de onde você vem**, entendeu? (Dona Judite)

Dona Judite revela, assim, o lugar apropriado e reconhecido pelos(as) moradores(as), tecido pelos afazeres cotidianos, repleto do direito de ir e vir sem medo, permeado de convivência comunitária. Nele, até as discussões entre os(as) jovens eram delineadas por pedidos de desculpas. Tudo isso, porém, vem sendo transformado pelo medo. Medo do desconhecido, do território desconhecido, das pessoas desconhecidas, das relações transformadas.

Em perspectiva semelhante, Taís, que chegou mais recentemente à Chapada, também percebe que o lugar se transforma a todo instante. Ela tem uma preocupação em afirmar que as pessoas do lugar sentem os impactos, mas aponta os(as) desconhecidas(as) - os(as) vindos(as) de fora - como responsáveis pela maior parte dos problemas que surgiram:

A situação é muito triste, né? Porque quando nós chegamos aqui em 2000 era bem diferente: era mais calmo, não tinha tanta violência, a gente ouvia nem falar em tanta coisa que a gente escuta hoje. Mas sempre as mesmas pessoas que a gente conversa tem a mesma situação. Acho que **devido ter vindo muita gente de fora, devido muitas empresas**, e aí causa essa diferença. Na verdade, **difícilmente acontecia alguma coisa com a gente dentro da comunidade, do município, geralmente é com gente de fora, então fica uma prova que não é realmente pessoas que foram criadas no lugar, e sim essas pessoas, com gente de fora**. (Taís)

Mirian, por sua vez, traz uma importante contribuição de como essas transformações sociais iniciaram na Chapada com a chegada de “pesquisadores” que vieram para a região e descobriram e propagandearam as riquezas:

Antes de fazer o projeto [de irrigação] eles começaram a **explorar o terreno atrás de ouro** porque disseram que a Chapada era rica em ouro branco, então eles começaram a procurar diamante, achava que tinha diamante no subsolo por conta do ouro branco. **Aí passaram uns dez anos de pesquisa** e eles descobriram que o ouro branco era o algodão. Aí foi quando começou a vir as **desapropriações para se plantar o outro branco**. **Eles achavam e sempre diziam que a serra, a Chapada era um lugar muito rico, só que a população na conhecia a riqueza que tinha**. (Mirian)



A afirmação de que “os pesquisadores” começaram a explorar a região nos chama a atenção para a ideia do papel da ciência a serviço da técnica, pois ela chega a determinados lugares - nesse caso, às comunidades camponesas - e, sem diálogo, explora suas riquezas naturais e suas potencialidades produtivas para, posteriormente, implantar algo externo no território. Nesse movimento, chegam as desapropriações, que, possivelmente, configuram-se como a primeira forma explícita de perceber as transformações. Ocorre, assim, uma reconfiguração no território e, conseqüentemente, no campesinato. Por isso, ao fazer a ligação com o momento histórico da implantação do perímetro, Mirian já aponta como desvantagem a perda da identidade produtiva dos camponeses e das camponesas. Justifica essa identidade na característica do trabalho comunitário:

A maior perda que a comunidade teve com a chegada da empresa foi a **perda da identidade**. Porque cada uma tinha sua característica, a sua identidade, e hoje não existe mais isso, **teve que começar uma nova cultura**, com novas pessoas, tudo diferente do que se viviam antes. Antes, a gente plantava, o vizinho plantava também. Então o que acontecia, uma semana a gente trabalhava para o vizinho, outra semana o vizinho trabalhava pra gente; [...] e quando tinha as colheitas, era do mesmo jeito. Fazia as debulhas do feijão que era muito bonito[...]. E era assim todos os trabalhos: no algodão tinha as catas do algodão, os vizinhos iam e ajudavam, tinha os quintais do mesmo jeito. E depois o pessoal vendia porque era seu. O vizinho tinha feito a sua parte: ajudou pra colher e agora a venda era para pessoa mesmo. **E hoje não tem mais essa partilha** do vizinho está indo ajudar. **Hoje em dia, os vizinhos mal pisam na sua casa**. Você sabe o vizinho que tem porque você vê, mas até o diálogo com o vizinho é diferente, é difícil, infelizmente. Foi uma grande perda que a gente teve com essa chegada. (Mirian)

A cultura camponesa é apresentada, aqui, a partir de laços de solidariedade produtiva que vêm sendo desfeitos e refeitos. Todavia, tais laços se modificam porque atividades produtivas não vinculadas às características do território também passam a reger as relações de vizinhança.

Outros depoimentos trazem à tona transformações, mas percebem a melhoria no ambiente de moradia a partir do acesso ao trabalho, como descreve Dona Brígida:

Quando eu cheguei aqui, aqui era só mata, a gente morava na casinha de lasca e hoje você veja!... Ainda essa semana eu me referi pra minhas meninas: *“olhe, quando nós chegamos aqui, só tinha casa de lasca, essa casa aí de Antônio de Cosmo era de lasca, a do Velho Lino, acolá na esquina que hoje é uma loja de óculos era de lasca também; a que nós morava era de lasca também”*. Elas disseram: *mãe, vocês não tinham medo, não?* Tinha não. Mas nós tínhamos mais

medo, assim, porque tinha umas histórias de cobra de veado, mamãe tinha medo de entrar na nossa casa porque era tudo de lasca. Meu pai foi enfiando os paus todos pra elas não entrarem porque a gente tinha medo. Risos. Pois é, e hoje pra você ver, o que eu vi há uns anos atrás, pois eu vou fazer cinquenta e oito anos agora dia 19, daquele pra trás pra hoje, eu acho muito avançado, muito, muito mesmo! **E hoje todo mundo só não trabalha quem não quer. E só não possui as coisas quem não quer.** (Dona Brígida)

Entre a melhoria das moradias, dona Brígida nos aponta o fato de que o medo da família era apenas o referente aos animais do local. Assim, é possível contrastar esse medo com os assombros atuais da violência produzida pelas desigualdades do capital.

Ao se referir a melhorias a partir do emprego ofertado, Dona Ester faz uma observação que chama nossa atenção para outro tipo de transformação no ambiente de moradia:

A gente anda uma rua dessa todinha e é tudo fechado porque as mulheres estão trabalhando. Só estão de noite em casa. Os meninos mesmos que vêm para o reforço escolar aqui uma vez disse assim: *quem já viu, **nessa rua não tem uma casa aberta***. Ele olhando esse lado aí. *Só tem casa aberta aqui*. Aí eu disse, meu filho é porque esse povo aí, **eles todos trabalham em firma**. Você passe de noite que eles estão tudo com a luzes acesas, estão em casa de noite, mas durante o dia estão trabalhando. Isso garante o sustento deles. Mesmo que... também não são os trabalhadores que fazem... [risos] que fazem tudo não. (Dona Ester)

Pensativa sobre o que significa esse tempo de convivência familiar, Dona Ester se refere aos problemas que isso gera para a família como um todo. Prefere, todavia, não explicitar, no depoimento, a crítica que relatou nas conversas informais sobre esse modelo de emprego que afeta, de forma direta, a família. Apesar disso, demonstra que a realidade não aponta saída porque, segundo ela, “é a forma que as famílias têm para garantir o seu sustento”.

É interessante observar tais questões porque, ao mesmo tempo em que ela percebe as melhorias, relata o tema da pobreza de algumas famílias da Chapada, ainda que exista a “oferta” de emprego:

Tem muita gente aqui que a gente sabe que se arrochar mesmo tem muita gente pobre. A gente sabe que passa, que não tem coragem de assumir, mas a gente sabe que tem mais pobre do que tudo. Então, como preparar esse futuro tão bonito? Não. As pessoas que têm condições vão sempre tentando se superar. Mas as que têm condições. Todo tempo se superando, faz um apartamento mais bonito do que o outro olha e diz assim *eu vou fazer o meu mais bonito do que o dele*. Aí faz mesmo. Já os outros que não têm... (Dona Ester)

O tema das drogas, da prostituição e da gravidez na adolescência também é apresentado como outro tipo de transformação que impacta diretamente as famílias na Chapada do Apodi. Dona Judite, por exemplo, fala das drogas como um dos graves problemas da atualidade, que atinge, especialmente, as juventudes da Comunidade do Tomé:

Outra coisa que eu vim **conhecer esse nome tem uns cinco ou seis anos é que eu vim conhecer esse nome e conhecer, talvez esteja com um ano e pouco que eu vi essa tal droga. Porque é o maior assombro do nosso município**, nossa região, nosso Estado, aliás, o Brasil inteiro, o mundo inteiro. É o que está matando essa tal de droga. A gente não conhecia ainda, hoje nem falar não pode mais. Meu menino vai daqui ali na Lagoa Da Casca por causa de uma namorada e eu fico morrendo de medo porque eu **não sei mais quem ele vai**, o que está fazendo, porque ninguém tem mais confiança. Aonde antes muitas dessas empresas virem pra cá pra nossa Chapada, nossos filhos podiam sair de manhazinha, chegava onze horas, doze, ninguém tinha o que imaginar que ele estava lá nos mato atirando de baladeira, era quatro, cinco, seis, iam atirar de baladeira. Hoje dificilmente um jovem conhece uma baladeira, conhece um revólver. Um revólver eles conhecem. Doze, treze, catorze anos, **tudo já anda armado, pois é, a mudança, a transformação**. Não me acostumo, não acho bonito, tenho medo também. **Muitos amigos que nasceram e se criaram junto comigo hoje muitos deles já morreram, mataram. Outros me aterrorizam, eu não tenho mais confiança de colocar na minha cozinha, como antigamente**. Eu não confio mais em dá uma dormida, podia dormir com a porta do bar aberta, com a porta da cozinha, hoje não tem mais como fazer isso. (Dona Judite)

Para as mulheres e, especialmente para as mães, as drogas trazem consigo as incertezas, o medo, a violência, os assassinatos, a desconfiança. Essa mesma situação é comum, hoje, em outras comunidades da Chapada. Existe, inclusive, o medo de falar desse problema, como aponta dona Odete, da Comunidade de Carnaúbas:

Assim, eu mesmo não tenho conhecimento não, mas muita gente diz que, depois dessas empresas, desses trabalhos que chegou mais gente de fora, que a gente não via falar assim em drogas, essas coisas assim, aqui ninguém ouvia falar. Era uma tranquilidade. Hoje a gente não tem mais tranquilidade. [...] Eu tenho o maior medo de ver eles [os filhos] em bar. Pior que tem muito... Esses meninos mesmos são muito amigos deles e aí eu tenho medo porque bebem junto e não sei. Mas eu peço muito a Deus. (Dona Odete)

Os bares, por sua vez, também são apontados como problema para as comunidades, como continua a evidenciar Dona Odete: “são outro problema. Aqui mesmo na nossa comunidade, graças a Deus que não tem, não. Mas ali na Lagoa da Casca tem uns barzinhos que meu Deus, tem problemas, viu?”.

Além das drogas, a prostituição aparece, ainda, como um problema social que atinge, especialmente, as adolescentes da comunidade:

Um das coisas que eu estou vendo aqui, o que mais tem aumentado aqui é a prostituição. Porque vem muitos homens de fora e muita gente nova e acaba tendo a evasão da escola. A própria evasão é por conta disso, é a prostituição. Principalmente porque eu fiz um estágio no semestre passado na escola, principalmente as meninas, muitas **adolescentes grávidas**, de pais que não sabem, teve um caso lá que a menina fez exame me parece, com quatro homens e não sabe quem é o pai ainda. **Aí esses homens vêm de fora e iludem as meninas e tudo.** O que mais eu observo mesmo é a prostituição. Também tem o consumo de drogas. As drogas, elas vêm muito assim de fora. E supõe-se que é esse pessoal que vem e chega para trabalhar. Eles não são daqui e nem vieram para ficar. (Sophia)

Em seu relato sobre os problemas sociais relativos às drogas e aos assassinatos de adolescentes (realidades comuns na Chapada), Sophia questiona o tema da segurança lembrando que o Estado, que deveria estar a serviço da população para resolver tais questões, coloca-se, na verdade, ao lado do modelo produtivo do agronegócio e das empresas que as trouxe:

É como eu estava falando e hoje em dia matam por brincadeira e por prazer porque, pra matar, sabe que vai matar, ninguém tem direito, mas se você vai matar, se você deu dois tiros e sabe que morreu, tá bom. Economiza até a bala. Mas não! Eles *pepinam* mesmo assim, brincando. Eles matam e rematam e deixam tudo ali desteorado. E assim, não vai servir mais nem para poder ser velado. Aí entra aqui a questão também da segurança. **Não tem segurança. A comunidade ela é esquecida.** O que tem é a polícia, tem uma polícia, mas aí todo mundo vê: **a polícia ela é da empresa.** A polícia, a viatura não é do Estado, a viatura quem deu foi a Fapija [Federação das Associações do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi]. Tinha até a logomarca: '*polícia uso em serviço*' e tinha o símbolo da Fapija. E eu fiz a denúncia! Eu disse que não podia ser aquilo porque a polícia, eles fardados, eles são órgãos do Estado, eles são do município, do Estado e porque eles fazem só segurança dos empresários? E o que fizeram? Apenas retiraram o adesivo da Fapija. Mas agora vá lá na Fapija pra ver: lá eles têm... tem a delegacia deles aqui tem, mas a Fapija também fez uma lá pra eles, então uma hora dessas eles estão lá fazendo a segurança dos empresários, do escritório. E a população? Está aí, quando cuida que não, morreu um, aí eles vêm. Mas eles não vêm para poder ir atrás de quem matou, eles vêm para poder ficar velando o que está morto. Não serve mais de nada! [Silêncio] (Sophia)

Assim, Sophia destaca o imbricamento Empresa/Estado, enquanto a população fica à mercê dos problemas sociais.

#### 5.4.1 A RELAÇÃO ENTRE O EMPREGO E A PERDA DO VÍNCULO FAMILIAR: “Era minha necessidade, mas não era o meu querer”

Uma das repercussões do emprego no agronegócio que afeta diretamente a vida das mulheres está relacionada ao desgaste e à perda do vínculo familiar. Esse foi um elemento abordado em todas as entrevistas como um problema comum da nova realidade imposta às mulheres. Ele levanta grandes preocupações em torno do tema da família e da educação dos filhos e das filhas. O depoimento abaixo nos apresenta como que as mulheres vivenciam essa questão no seu cotidiano:

Nessa minha trajetória de vida, eu também fui babá. Risos. Cuidava da criança para os pais trabalharem nessas empresas. Eu cuidei de criança, teve uma que eu cuidei dois anos e meio, teve uma que eu cuidei um ano e seis meses e outra eu cuidei oito meses. A que eu cuidei dois anos dela, **ela me chamava de mãe e chamava a mãe dela pelo nome**. Me chamava de mãe e meu filho de pai. Ela não chamava meu esposo de pai porque também não tinha vivência com ele porque eles faziam o mesmo trabalho. Ela saía de casa seis horas da manhã e chegava de cinco da tarde. E o pai dela saía de casa de quatro horas da manhã e chegavam às nove horas da noite. **Quando eles saíam, eles estavam dormindo e, quando chegavam, os três filhos estavam dormindo também**. Então a criança se acostumou a me chamar de mãe e quando era no domingo que era o único dia que eles passavam com a mãe, ela dizia assim: *eu quero ir é lá pra mamãe*. E um dia o pai estava passeando um domingo à tarde com o menino aí ele foi e disse assim: *olhe pai onde é que está painho!...* Ele ficou com raiva porque chamou o meu filho de painho. Aí ele foi e tirou a criança daqui, arranjou outra pessoa para cuidar das crianças. Porque **eles estavam perdendo esse vínculo de pai com filho**. E eu acho que continuaram porque arranjaram outra pessoa para cuidar da criança, mas continuaram no mesmo trabalho, chegando os mesmos horários, tendo apenas os domingo para ficarem com os filhos. Então, **se o vínculo que ela tinha era mais comigo**, de segunda a sábado **ela só via eu, não via outra mãe, não via outro pai. A não ser o meu filho que ficava em casa com ela, que me ajudava a olhar eles**. (Mirian)

As mudanças nas relações familiares são aqui apresentadas trazendo elementos importantes sobre o que era o papel do homem e da mulher na convivência, no trabalho familiar e na educação dos filhos e o que passa a ser, hoje, essa nova realidade trazida para o campo através do agronegócio da fruticultura.

Percebemos que as empresas têm um papel determinante nessas transformações, pois sua lógica produtiva, ao mesmo tempo, dá a “oportunidade” de inserção dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, mas retira

deles(as) o direito de conciliar tal trabalho com a relação familiar. Essa situação é apontada por Dona Judite, por exemplo, como um problema fora da normalidade para as famílias e, especialmente, para as mulheres:

E outra coisa que eu também acho que é bem desconforme, eu nunca gostei, não acho bonito, pode quem quiser achar, mas a **mulher vai trabalhar, deixa sua criança** muitas delas com seis meses, sete. Eles dão três meses de licença aí você já tem que voltar pro campo, **ela com o que ganha, paga uma empregada pra tomar de conta de seu filho**. Aquele filho vai crescendo e praticamente ele tem pouco amor a pai e mãe porque nem vê. Ele sai cedo demais, chega tarde. Quando sai, a criança está dormindo, quando chega, já está dormindo; é cuidado com pessoas estranhas, ele não recebe aquele carinho. Se é moça ou rapaz, não sabe para onde o filho vai, “*é porque mamãe está para o trabalho, papai também*”. São criados soltos e aqui tem muitos que são **crianças de sete, oito, nove anos e é quem toma de conta da casa. Se tem algum mais pequeno cuida porque a mãe está para o trabalho. Aí eu não concordo. Não concordo com esse tipo de trabalho pra mulher**. Porque pode dizer que eu sou, como é? Pode chamar a pessoa egoísta ou sei lá, **mas eu não dou valor, e nem acho bonito, de jeito nenhum**. “*É porque eu não vou ser só chofer de fogão, eu não vou morrer com o meu bucho relando na pia*”. Tudo bem, só que quando a mulher se casa, se ela já não é bem conceituada na sua vida, ela deve saber que vai partir para esse tipo de coisa. (Dona Judite)

Essa interpretação traz à tona questões importantes. Elas envolvem aspectos do debate em torno do papel da mulher no seio da família, da superação do espaço doméstico e, ao mesmo tempo, das possibilidades de ocupação de ambientes que garantam autonomia econômica.

De certa forma, questionamos os papéis atribuídos às mulheres em relação à responsabilidade pela educação dos(as) filhos(as). Ao mesmo tempo, todavia, também questionamos que reais garantias existem para sua inserção não apenas no mundo do trabalho, mas também da vida social e comunitária.

A realidade aponta que elas contam com a “ajuda” de outras mulheres para cuidarem de seus filhos, uma tarefa que deveria ser assumida pelo Estado com a garantia de espaços educativos. Assim, como o Estado não atua, não criando as condições para essa inserção, a responsabilidade de todos os problemas recai sobre as mulheres. De todo modo, elas também apontam a responsabilidade das empresas sobre essa questão e veem, na obrigação do cumprimento de horas extras, uma forma de retirada de seu direito à família:

E pior ainda, a empresa, parece que o que pode trabalhar de hora extra são duas horas por dia e tem delas que trabalham oito horas. Acabam trabalhando dezesseis horas por dia. E não pode isso. Aí, por mais que saiba que por direito é só duas horas, na hora que ela diz: *eu vou embora, eu não tenho direito de trabalhar*, a empresa diz: *pois se você for embora, eu coloco você para fora. Porque o melão não pode se*

*estragar, o melão tem que ser encaixado hoje, tem que ser colhido hoje, não sei o que, não sei o que. São obrigados! Que horas essa mulher vai chegar em casa? Que hora essa criança vai dormir? O que ela está fazendo na rua altas horas da noite? (Sophia)*

Aqui, percebemos a exploração do trabalho, a violação à legislação trabalhista e o objetivo das empresas do agronegócio. Para elas, o vital é o produto e o seu destino. Logo, o tempo de dedicação até que se cumpra a meta é a exigência. O reflexo disso, por sua vez, ocorre no espaço doméstico e na educação dos filhos e das filhas, que têm na rua o seu tempo de espera da família.

Complementando essa situação, Taís nos mostra outra contradição ligada à busca pela independência financeira das mulheres e, ao mesmo tempo, ao compromisso com a educação dos(as) filhos(as):

A vantagem é o que eu já disse pra não ser tão dependente do ganho do meu esposo. E a desvantagem que eu achei foi de ter aquela dificuldade de **trabalhar e não acompanhar os filhos mais presente porque eles foram praticamente criados por outras pessoas** que foram diferente da minha regra devido eu trabalhar e eles ficarem com outras pessoas. **Era a minha necessidade, mas não era o meu querer.** Que eles fossem criados de forma com outras pessoas. Eu percebi que modificou a minha regra pra regra que eles aprenderam com outras pessoas. Só que graças a Deus que hoje já estão todos grandes e eu já trabalho independente de deixar eles com alguém, pra mim já é uma vantagem, né? Eles ficam em casa e continuam a vida. (Taís)

Verificamos, nesse caso, o dilema das mulheres em relação à garantia da sobrevivência e à autonomia econômica ofertada pelo acesso ao salário, o que, do ponto de vista do feminismo, é uma conquista importante da liberdade de se constituir como sujeito, ainda que isso, por si, não promova uma ruptura com a lógica patriarcal de reponsabilidade das mulheres sobre a educação dos filhos.

A partir daí, observamos que, quando as mulheres não conseguem suprir essa última “obrigação”, são responsabilizadas e se culpam como se não estivessem cumprindo seu “papel de mãe”. Para os homens, todavia, socialmente, esse tipo de culpa não existe. Ao mesmo tempo, perguntamo-nos se essa questão não provoca em nós, também, o direito de respeitar o “ser mãe” na sua totalidade, com toda a intensidade que isso exige.

Outro fator explicitado nas entrevistas está ligado à ideia da “cadeia de exploração” através da qual outras mulheres assumem a tarefa. Nesse sentido, questionamos: onde estão o Estado, os companheiros e os maridos? Os

filhos da Taís, por exemplo, foram cuidados por cinco mulheres, que os levavam para suas casas:

Foi tanta gente!... Primeiro eu deixei com a senhora lá de Lagoa da Casca, o nome dela é Estela que, pra mim e pra eles, eles acham que foi a melhor pessoa que cuidou deles. Depois foi com a Sílvia, filha de seu Valdenor, teve também a Dona Maria de seu Dadau, e a Robênia, vizinha aqui. E com a minha sobrinha também que morou mais de um ano aqui com a gente e cuidou deles. Foi também o período mais difícil porque ela morou com a gente eles eram bem bebezinhos, mas ela cuidou muito bem também deles. Só que na verdade foi a primeira que cuidou, mas ficou com eles em casa. E essas outras foram todas na casa dessas pessoas. (Taís)

Rita Maria explicita, ainda, outro elemento: o cansaço físico. Ela problematiza o acúmulo de tarefas, a forma natural como a sociedade enxerga isso e as cobranças que as mulheres recebem quando não conseguem cumprir todas as exigências:

**[...] e só tem tempo para os filhos à noite. Muitas noites ela chega cansada, enfadada e não pode dar um carinho para os filhos. Os filhos reclamam e ela acha que não é para reclamar porque ela acha que está trabalhando para eles. Ela tinha que ter mais um carinho para os filhos, mas não tem.** Final de semana é para lavar roupa, arrumar a casa, pra ir à missa, ainda tem os trabalhos da igreja. E todas as mulheres daqui são religiosas, os homens não são muito não, mas as mulheres são religiosas. Sempre elas gostam de ir à missa, de ser catequista, de ir um encontro, tem muito festejo, aí sábado e domingo é para essas coisas. Minha menina trabalha no ECC [Encontro de Casais com Cristo], aí quem trabalha no ECC não tem tempo porque é reunião por cima de reunião. **A vida fica muito corrida, não tem tempo nem para o próprio marido.** (Rita Maria)

Vida corrida, sem tempo para os filhos, para o marido... E o tempo para ela mesma? Como viver outras dimensões importantes da vida? E o lazer? E o descanso? E as outras mulheres que ficam com as crianças?

Mirian, por exemplo, lembra-se da situação de uma criança “esquecida” não pela mãe, mas pelo agronegócio, que impõe sua lógica de trabalho às famílias:

Eu tenho um vizinho aqui que trabalha em uma firma que **deixa uma criança de sete anos em casa sozinha.** Paga uma pessoa para vir arrumar a casa e fazer a comida dessa criança. Mas à tarde, ela passa a tarde andando mais as outras crianças. Às vezes a outra criança tem um computador em casa, tem videogame, enche a casa de menino e vai jogar no videogame e vai brincar no computador. **Aí eu vejo assim: quem são os pais deles? E graças a Deus eu não fiz isso com os meus filhos, eu fui mais mãe. Porque mesmo eu trabalhando, eu sempre estava presente.** (Mirian)

Percebemos, assim, que o julgamento que as mulheres fazem sobre as atitudes das outras mulheres é recorrente. Como comparar as atitudes de ser



mãe julgando o próximo e o longe? Como não levar em conta as motivações? E o papel dos pais, porque não é questionado? Que opções são dadas às mulheres em relação à escolha entre a obrigação de atender aos interesses da empresa e a obrigação de atender aos interesses que a família e a sociedade impõem ao seu papel de ser mãe?

Apesar de muitas questões, nos relatos, surgiram situações em que mulheres retomam a tentativa de conciliação entre o trabalho fora e o cuidado e o vínculo com as crianças:

Tinha uma professora que ela trabalhava no colégio e quando era no final... a menina passava o dia comigo, mas de noite ia para casa. Mas quando era no sábado e no domingo ela ia para Fortaleza com o esposo, que o esposo tinha o trabalho que todos os finais de semana tinha que ir à Fortaleza para prestar contas. Aí no sábado e no domingo a criança também ficava comigo. E a criança também começou a me chamar de mãe. Risos. Aí ela **largou um dos horários da aula** e ficou só com um, pois ela ensinava os dois horários, manhã e tarde. E ficou só pela tarde pra passar de manhã com a filha **para poder não perder esse vínculo. Se sentiu que estava fazendo errado. Mas nem todos os pais têm essa perspectiva** de perceber o que está afetando o seu filho e o que não está. (Mirian)

Sophia aponta a cultura familiar de divisão social do trabalho entre homens e mulheres transformada pela jornada de trabalho como o elemento fundante da modificação dos vínculos dos pais com a juventude. Segundo ela, sem uma pessoa responsável por sua educação, o(a) jovem acaba ficando à mercê dos problemas e do que é ofertado como algo fácil:

**Porque aqui não tem cultura.** Hoje em dia ninguém está mais nem aí. Eu tive de ver, estagiando, uma professora perguntando para um menino, o que ele queria ser quando crescesse. Ele simplesmente disse que queria ser vagabundo, vender drogas que era o que dava dinheiro, comprar uma moto para empinar, andar empinando a moto, matar gente, andar com uma pistola... Olha aí qual é o pensamento de uma criança!... O menino de onze anos abrir a boca e dizer isso? Aí tem a questão também: **a jornada de trabalho.** Os pais, o homem sempre... antigamente era aquela coisa da mulher cuidar dos filhos, ser responsável pelos filhos, pela casa e o homem sair para trabalhar. E ele era quem mantinha a casa e os filhos temiam a ele na educação. Ele tinha um respeito muito grande. E hoje em dia eu sou a favor da mulher no mercado do trabalho, mas aí ela estando inserida no mercado de trabalho numa jornada de trabalho de oito horas, acaba que os filhos, eles ficam... ou eles ficam com outra pessoa, ou então eles ficam jogados na rua sem ter uma fiscalização, sem ter ninguém administrando, tomando de conta dessas crianças, acabam sem ter uma educação fixa, uma responsabilidade: vão para a escola o dia que querem, a hora que querem, aí tudo isso contribui para essa questão. (Sophia)

As mulheres explicitam uma ruptura no modelo padrão de família camponesa com a geração de emprego no agronegócio. Apontam que, se por um lado, o acesso das mulheres ao emprego dentro das empresas gera autonomia econômica e contribui para economia familiar, por outro, o emprego produz, além do cansaço e do acúmulo de tarefas, a perda do vínculo familiar. Isso, por sua vez, desencadeia, a partir dos seus olhares, o abandono da educação dos filhos, a falta de educação das crianças e a possibilidade de que tais fatores gerem violência.

## **5.5 A SAÚDE ENTRE A RIQUEZA E O ADOECIMENTO**

“Antigamente era melhor, todo mundo era sadio. Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente”.

Apresentamos neste tópico as nuances do conflito ambiental sob o foco da saúde. Nos relatos, a problemática é apresentada a partir da forma como as mulheres analisam o processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura bem como os impactos deste aos modos de vida, ao trabalho e ao ambiente. Tudo isso é discutido com base nos olhares que elas têm sobre a saúde.

Os alicerces que estruturam suas visões e experiências sobre o tema passam pelas percepções sobre a saúde ambiental; por suas formas de viver e produzir no campo; por sua relação com os conflitos envolvendo o tema dos agrotóxicos e a contaminação da água; por sua análise sobre as implicações do agronegócio ao trabalho, por suas interpretações sobre as formas de resistência e por suas perspectivas de vida e produção no campo. Assim, apresentamos novos matizes assumidos no trabalho da pesquisa no intuito de incorporar questões relevantes para as mulheres e de tentar adentrar na vivência da ecologia de saberes.

A princípio, a questão da saúde não foi explicitada nos objetivos do nosso projeto de pesquisa, sobretudo por e vincular a temas que não estão no nosso domínio do ponto de vista conceitual. Ao longo do processo, todavia, constituiu-se como um assunto importante problematizado pelas mulheres em seus diferentes aspectos. Por isso, consideramos relevante acolher os enlaces presentes nas análises que elas fizeram sobre a questão.

Por que o tema da saúde é central na experiência das mulheres? Um dos fatores perceptíveis para essa centralidade está diretamente vinculado às situações vivenciadas por elas no enfrentamento aos problemas de saúde no seu cotidiano.

Com efeito, durante o processo de pesquisa, observamos que as mulheres têm um papel determinante de responsabilidade no que tange ao cuidado, ao acompanhamento e às decisões em relação ao tratamento das doenças. Além disso, os relatos demonstram que elas, por estarem expostas

aos problemas da modernização agrícola, são também afetadas pelas enfermidades.

Essas constatações estão ancoradas, na visão ampla das interrelações que as mulheres produzem, pois elas fazem um elo entre os sintomas, os agravos e os seus possíveis causadores, como veremos nas suas falas.

Dona Luana relata o câncer de uma irmã e a morte de seu cunhado. Mirian carrega os resquícios de um acidente com cal e perda da visão de um olho. Dona Odete sentiu a dor de ver a filha que morava ao lado tendo que ir embora para a cidade porque sua neta sofria de graves problemas de alergia por causa dos venenos. Rita Maria tem a experiência de lidar com o câncer de intestino. Jezabel viu sua força de trabalho ser “sugada” até o adoecimento e quase até a morte. Dona Odete, durante o tempo em que trabalhou como agente de saúde pôde acompanhar as transformações no perfil de adoecimento; Sophia foi vítima da contaminação da água por agrotóxicos...

Esses são alguns dos exemplos de depoimentos que escutamos nas nossas idas a campo e que marcam profundamente o cotidiano dessas mulheres. Todas elas, portanto, tiveram doenças ou têm parentes muito próximos adoecidos. Como, em comunidade, as vidas se entrelaçam, as doenças são o reflexo de outros problemas que ameaçam a saúde do ambiente, do trabalho e das próprias mulheres.

Tendo como fio condutor as observações e a análise das entrevistas, partimos da reflexão sobre saúde para adentrarmos nas percepções e nas vivências das mulheres. Uma pergunta inicial - motivadora da análise - parte da compreensão da saúde como um processo social, multidimensional, com características individuais e coletivas, que envolve de forma dialética aspectos físicos, psicológicos e sociais da natureza humana.

Em 1946, a Organização Mundial da Saúde, através da Carta de Declaração de Princípios (OMS, 1976), estabeleceu que "saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de distúrbios ou doenças". Essa definição confere uma dimensão ampla à saúde. Por outro lado, descreve um objetivo difícil de alcançar, sobretudo se pensarmos sobre as condições em que vivemos, pois estas são influenciadas, entre outros

aspectos, pela desigualdade social; pela discriminação de gênero, geração e etnia e pelos problemas ambientais.

Por isso, a tarefa de compreender, analisar e refletir sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores e das trabalhadoras da Chapada do Apodi no Ceará exige que pensemos a saúde interligada ao modo de vida das pessoas que vivem e trabalham no campo.

As mulheres fazem um exercício de avançar nessa questão identificando os principais problemas de saúde vividos. Partem de elementos centrais relativos à ideia de que saúde não significa apenas lidar com doenças ou perceber a ausência destas. Ela é a expressão, no corpo, das condições de vida, trabalho e ambiente. Assim, se tais condições estão ameaçadas, a saúde também está.

Nesse sentido, ancoramo-nos, para realizar nossa análise, na contribuição do Movimento dos Sem Terra sobre Saúde<sup>20</sup>, pois ela dialoga com o que as mulheres apontam em relação ao adoecimento como processo que envolve as condições de vida e de trabalho em que se situam os trabalhadores e as trabalhadoras no seu tempo histórico.

Na cartilha “Lutar por saúde é lutar pela vida”, por exemplo, o MST afirma que “para ter saúde é preciso que as condições de vida sejam garantidas: terra e trabalho, condições de moradia, educação de qualidade, alimentação saudável, sem venenos e conservantes, meio ambiente limpo e conservado, lazer e bem estar”. (MST, 2000, p. 50). Além disso, proclama os valores de solidariedade, justiça e elevação da sabedoria do povo. Acrescenta, ainda, que

Uma sociedade com saúde é onde os homens e mulheres vivem com liberdade para participar e ter direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, saneamento básico, transporte, saúde pública, cultura, meios de comunicação, energia elétrica, onde haja justiça, igualdade, participação e organização. Mas para que isso se torne realidade é necessária a organização de todos os trabalhadores e trabalhadoras para lutar por uma sociedade justa e saudável. (MST, 2000 p. 12)

---

<sup>20</sup> A discussão sobre Saúde no MST se fortaleceu a partir de uma pesquisa realizada em 2001, em parceria com a [Universidade de Brasília](#) (UnB). [Essa pesquisa](#) (intitulada: “Saúde dos Trabalhadores Rurais de Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária”) [entrevistou](#), em média, [oito](#) mil trabalhadores(as), entre assentados(as) e acampados(as). [Ela](#) possibilitou a construção de princípios, diretrizes e estratégias do MST no que se refere às políticas de saúde.

Assim, para o MST, ter saúde passa, necessariamente, pela mudança do modelo voltado para a produção destrutiva do ambiente e predadora dos recursos naturais, como ocorre quando observamos casos de expropriação da terra e contaminação da água.

Na nossa avaliação, essa concepção nos ajuda a entender o modelo capitalista como portador de um sistema de adoecimento. Partindo desse pressuposto, portanto, destacamos a existência de uma espécie de produção social do adoecimento decorrente do processo de modernização da agricultura inserido naquele modelo. Logo, é

necessário o estudo do processo saúde-doença como um processo social que não se refere somente a uma exploração de seu caráter, mas coloca, de imediato, o problema de sua articulação com outros processos sociais, o que nos remete inevitavelmente ao problema de suas determinações. (LAURELL, 1982 p.03).

No âmbito das ações, as políticas públicas de saúde são partes fundamentais que nos permitem problematizar como políticas tão avançadas nas suas concepções têm tantas dificuldades de dialogar e, ao mesmo tempo, de darem respostas às necessidades de saúde no campo.

Uma das grandes contradições sobre o assunto está no “confronto” entre as decisões sobre as políticas de saúde e as políticas de desenvolvimento, visto que estas prevalecem sobre as demais. Um exemplo disso está relacionado à Política Nacional de Promoção da Saúde (instituída através da Portaria nº.687-2006, do Ministério da Saúde). Com efeito, o principal objetivo dessa Política é:

Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso à bens e serviços essenciais. (BRASIL, 2006).

No entanto, essa promoção da saúde é permanentemente confrontada se observarmos, por exemplo, os decretos de isenções fiscais e tributárias a agrotóxicos, normas formuladas tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais<sup>21</sup> (TEIXEIRA, 2011). Essas normas vulnerabilizam e

---

<sup>21</sup> No caso do Ceará, verificamos, através do Decreto Estadual nº. 24.569-1997, uma isenção de 100% referente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Há, ainda, isenções concedidas pelo Governo Federal em relação ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

colocam em risco a saúde ambiental e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

No caso da Chapada do Apodi, os riscos ao trabalho e ao ambiente relacionados à pulverização aérea, por exemplo, são exemplos disso. Especialmente no que tange os destaques da Instrução Normativa nº. 02-2008 sobre a distância permitida entre o local da pulverização e as moradias.

Além disso, é, também, desrespeitar as portarias relacionadas à vigilância em saúde (Portaria 1.378-2013); à vigilância do padrão da potabilidade da água (2.914/2011); à vigilância das populações expostas a agrotóxicos (Portaria 2.938/2012); à aquisição de agrotóxicos por receituário agrônomo (Decreto 4.074-2002) e às normas de segurança e saúde do trabalhador e da trabalhadora rural (NR31), só para que citemos alguns pontos.

No caso de comunidades camponesas, há o grande desafio de implantação dessas políticas, especialmente com as transformações que vêm ocorrendo através do avanço do agronegócio no campo, que cria o que se denomina de novas necessidades de saúde decorrentes dos processos de produção (PONTES, 2012) e que exige uma avaliação sobre o significado da interrelação entre trabalho e ambiente e suas implicações para a saúde.

Para nós, é importantes situar nesse debate a discussão em torno da Saúde do(a) Trabalhador(a) e da Saúde Ambiental. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), por exemplo, tem o objetivo de executar ações de saúde para e com os(as) trabalhadores(as), assim como ações de colaboração com a proteção do meio ambiente.

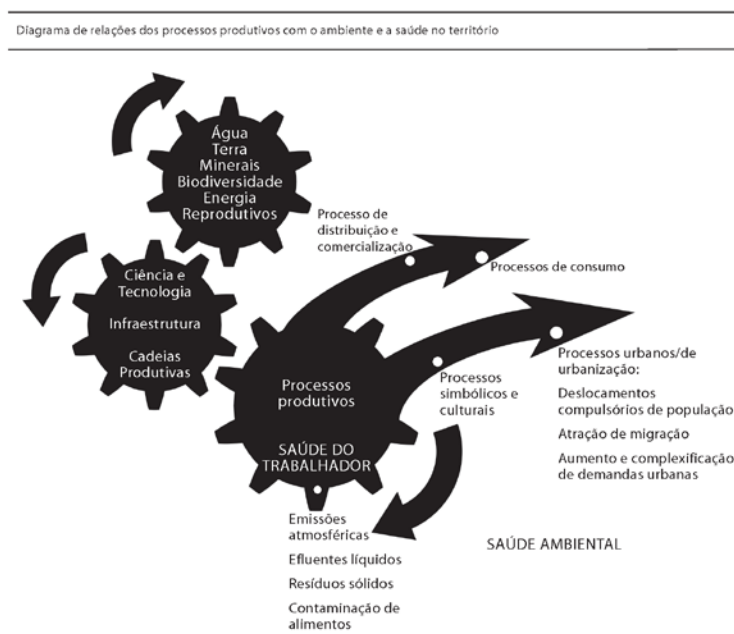
Isso é importante para que não caiamos na armadilha de pensarmos a saúde do(a) trabalhador(a) apenas como atenção e assistência voltadas à cura da doença ou somente como processo de higienização do ambiente de trabalho.

Com efeito, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora disciplina, no seu artigo 3º, que

Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado **são sujeitos desta Política.**

Tal Política tem como principais objetivos promover ações de vigilância, promoção e proteção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. No entanto, institui que a prioridade deve ser dada a pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles(as) inseridos em atividades ou relações informais e precárias de trabalho e em atividades de maior risco para a saúde. Do mesmo modo, determina que sua prioridade também deve ser dada aos sujeitos submetidos a formas nocivas de discriminação e a situações de trabalho infantil, na perspectiva de superar desigualdades sociais e de saúde e de buscar a equidade na atenção (BRASIL, 2012, p. 03).

Como paradigma, o campo da Saúde do Trabalhador faz a crítica à forma de intervenção que reduz o conceito de saúde a problemas de saúde. Assim, repensa a própria reorganização do mundo do trabalho na atualidade e as consequências que isso traz ao(a) trabalhador(a). Discute, ainda, a organização e a participação desses sujeitos nos processos de trabalho, questionando, inclusive, o modelo de produção e seus contextos de riscos. Por isso, compreende a saúde do(a) trabalhador(a) interligada ao ambiente, conforme Santos e Rigotto(2011) retratam.



**Figura 42.** Relações dos Processos Produtivos com o Ambiente e a Saúde no Território. **Fonte:** Santos e Rigotto, 2011. Organizado pelos autores



Destacamos que a saúde ambiental é a área da saúde pública que trata tanto de uma elaboração do ponto de vista do conhecimento científico como da formulação de políticas públicas relacionadas à saúde e aos fatores do meio ambiente. (ABRASCO, 2003). Para o Ministério da Saúde, ela deve ser trabalhada

[...] de forma ampliada e pensada a partir da Reforma Sanitária, sendo entendido como um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional em um contexto de democratização. [...] Se dá em prol da promoção e da proteção à saúde dos cidadãos, cuja expressão material concretiza-se na busca do direito universal à saúde e de um ambiente ecologicamente equilibrado em consonância com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2007).

De acordo com Ribeiro (2006), em 1998, o Ministério da Saúde constituiu um grupo de trabalho para construir um documento que fornecesse as bases da “Política Nacional de Saúde Ambiental”. Seu intuito era fortalecer a prevenção de agravos à saúde decorrentes da exposição do ser humano a ambientes nocivos. Tal documento, portanto, foi elaborado a partir da participação do setor de saúde na criação, na reconstituição e na manutenção de ambientes saudáveis, contribuindo, assim, para a qualidade de vida da população brasileira (RIBEIRO, 2006, p. 77).

Em 2002, por sua vez, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), durante o V Congresso Brasileiro de Epidemiologia, reconheceu a importância de organizar um Grupo Temático sobre “Saúde e Ambiente” a fim de participar, através da ação política dentro da saúde coletiva, da luta que objetiva fortalecer a promoção da saúde e de ambientes saudáveis.

De acordo com Pontes (2012), a questão da Saúde Ambiental é pautada por três paradigmas básicos: **o biomédico**, com origens na parasitologia clássica e nas doenças infectocontagiosas; **o da relação saneamento-ambiente**, com preocupação com a infraestrutura de água para consumo humano, esgoto e lixo e **o da Medicina Social**, que amplia o olhar sobre a relação saúde-ambiente com base nos processos sociais e econômicos de desenvolvimento. Todavia, segundo seus estudos, até hoje, as ações de saúde ambiental são pautadas pelos dois primeiros paradigmas (ainda hegemônicos).

Porém, o avanço do debate da Medicina Social e da Epidemiologia Crítica (BREILH, 2006) adota o processo de trabalho como categoria central para a explicação do processo saúde-doença, que “é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção” (LAURELL, 1982 p.16). É importante compreendermos essas dimensões porque a expansão do capital no campo tende a agravar ainda mais a relação saúde-doença. Nesse sentido, corroboramos com Rigotto e Teixeira:

Os processos de produção e consumo tendem a promover profundas transformações nos territórios em que se inserem, produzindo conflitos socioambientais, a degradação do ambiente, a contaminação da água, do solo, do ar e da biota e dos alimentos por substâncias químicas (a exemplo dos agrotóxicos), riscos tecnológicos de natureza física, a mudança nos padrões culturais, valores, hábitos, além da alteração de paisagens de importante significado para as populações tradicionais. (RIGOTTO & TEIXEIRA, 2009, p.80)

É importante analisarmos os avanços em termos de leis e diretrizes, mas, ao mesmo tempo, precisamos observar as imbricações desses instrumentos nas disputas de ideias, concepções e opções políticas e econômicas mediante o processo de reestruturação produtiva do capital.

Esse processo é, simultaneamente, local e global e impacta diretamente a vida no território acarretando transformações profundas na vida e na cultura camponesa. Por isso, as categorias de conflitos e de injustiça ambiental descritas no capítulo 4 ajudam a interligar diferentes problemas de saúde e ambiente. Do mesmo, a categoria de risco também auxilia o debate, pois segundo os autores ela representa

o conjunto de fixos e fluxos materiais e imateriais produzidos por forças econômicas, políticas e simbólicas, configuradas no modelo de desenvolvimento e veiculadas por instituições públicas e processos de produção que estruturam e modificam a vida social, conformando cenários distintos de vulnerabilidade socioambiental e inequidade, os quais espelham o processo saúde-doença nos territórios. (RIGOTTO *et al.* 2012, p. 02)

A partir desses motivos, percebemos porque o tema dos agrotóxicos é tão significativo para a vida das mulheres (que lidam com as doenças e as consequências do agronegócio). Para além das doenças, entretanto, cumpre-nos observar que a percepção de saúde que as mulheres apontam está

articulada à vida, às relações e ao próprio ambiente, contrapondo-se à visão segregada desses elementos.

Por isso, para elas, falar de saúde é falar de alimentação saudável e de um ambiente equilibrado. Falar de adoecimento é fundamentalmente lembrar a magnitude do problema dos agrotóxicos. É falar, também, da contaminação ambiental, das exposições e dos agravos dentro das empresas, da constatação do prejuízo da pulverização aérea para a produção familiar/camponesa, da ineficiência do Estado, das dificuldades de atendimento do sistema de saúde, de uma medicina que não é neutra e atende aos interesses das empresas e das dificuldades de acesso aos benefícios sociais.

Ao mesmo tempo, as mulheres também vêm desenvolvendo formas de vigilância que contribuem para o desvelamento dos problemas. Assim, buscam soluções coletivas, apontam saídas e conquistam melhores condições de vida a partir de gestos de solidariedade e atenção. Logo, afirmam a saúde como essas melhores condições de vida e de trabalho.

Com suas diferentes experiências, dos seus diferentes lugares e a partir de distintas interpretações, as mulheres buscam e apontam elementos para tentar entender as transformações que o uso de agrotóxicos, o trabalho no agronegócio e as novas formas de produção trouxeram para o território e a saúde.

#### *5.5.1 A Chapada de antes e de hoje: transformações do território com o uso de agrotóxicos e suas consequências ao trabalho e à produção.*

De modo geral, as mulheres apresentam a saúde a partir da comparação entre os problemas de saúde vislumbrados antes e depois da chegada das empresas. Em suas análises, a utilização dos agrotóxicos é um dos marcos das transformações, pois eles modificam as formas de produzir e, também, os hábitos alimentares. Elas atribuem aos venenos, ainda, a responsabilidade pelo aparecimento de doenças, especialmente, o surgimento dos casos de cânceres entre mulheres. Nesse sentido, trazem, inclusive, o elemento de que, agora, conhecem mais as enfermidades.

Dona Odete, ao falar do seu trabalho como agente de saúde, lembra-se dos problemas que existiam no período anterior à chegada das empresas e faz um retrato dos programas que acompanhava:

Trabalhei vinte e um anos. O trabalho de agente de saúde era só de orientação, de formação. A gente trabalhava muito com criança, com gestante, pessoal hipertenso, diabético. O maior cuidado que a gente tinha era com esse povo. E as pessoas que eram sadias, que não tinham assim, maiores necessidades, a gente visitava uma vez no mês. E aonde tinha criança, hipertenso, diabético, gestante, a gente tinha que estar lá todos os dias, dando informações, colhendo informações, avisando consultas, pré-natal, vacina e essa coisa toda. (Dona Odete)

Consideramos importante esse depoimento porque Dona Odete apresenta o perfil de atendimento que existia. Outros relatos demonstrarão como essa realidade se modificou nos últimos tempos.

Uma das entrevistadas, ao descrever a Chapada como um território rico que foi sendo transformado aponta a ideia de que o problema dos agrotóxicos é um tema novo nas formas de produzir e de que essa forma de produção é a responsável pelos fatores de adoecimento. Revela-nos, também, a compreensão de que existiram outras formas de produzir, que ela mesma denomina de produção “pela obra da natureza”:

Antigamente era melhor, todo mundo era sadio. **Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente.** A maioria do pessoal é doente, aí vem, o que está mais acabando com o pessoal é esse câncer. E é prejudicado mais por causa do veneno. Você já pensou que hoje em dia tudo o que a gente vai comer, é com veneno? Porque se não for expurgado, não faz safra, ninguém tem nada. E antigamente todo mundo comia e todo mundo bebia e não tinha esse negócio de veneno. Era pela obra da natureza, pelas coisas de Deus mesmo. Mas hoje está tudo mudado! Eu estou falando, tudo mudou, tudo é diferente. Aí quando apareceram esses projetos de irrigação, apareceu esse doencal. (Dona Luana)

Na sua experiência, Dona Luana apresenta a ideia de que, antes, “todo mundo” era sadio e relaciona o ser saudável às condições que se tinha, como o acesso a terra de possuir e a produção de alimento sadio. Ao mesmo tempo, ao apresentar a noção de riqueza associada à doença, demonstra que as novas formas de produção introduzidas no território vão na contramão do tempo de produção da natureza. Assim, elenca para nós uma ruptura nas formas de produzir em nome de uma forma brusca de intervenção no espaço, fato que ocorre através da utilização de agrotóxicos.

Segundo o seu relato, o marco histórico das transformações ocorridas na Chapada é a chegada do Projeto de Irrigação. Consideramos importante essa

questão porque, quando falamos em modificações no território, não queremos dizer que, no caso da Chapada do Apodi e do Baixo Jaguaribe, não tenham ocorrido fatos históricos, políticos e sociais relevantes antes da chegada dos perímetros irrigados.

Como já explicitamos, houve uma tentativa de invisibilização e de dominação dos povos que viveram nesse território desde a chamada “guerra dos bárbaros”, assim como na ocupação da Chapada na década de 1930, conforme apontaram os estudos de Freitas (2010).

Todavia, a implantação do Projeto Irrigado e sua maior articulação em torno de interesses políticos e econômicos de multinacionais da fruticultura ocorreram nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI. Esses fatos, portanto, são recentes na memória das mulheres e ampliaram, sobremaneira, a exploração e a dominação iniciadas na época daqueles outros eventos históricos.

Assim, justificamos o fato de o perímetro irrigado ser retratado por todas elas durante a pesquisa. Segundo seus relatos, uma das primeiras formas de perceber as transformações geradas a partir dele e do agronegócio que viabilizou é observar as mudanças que envolvem a questão da saúde:

Ah! **Agora falar em doença, não tinha muitas doenças perigosas como tem hoje.** E, aliás, muitos morriam e não sabiam de que. Eu mesma não posso dizer que minha mãe morreu de câncer, não, posso não. A gente não sabia qual era a doença!... Eu não tenho a certeza do que minha mãe morreu. Aonde hoje se eu morresse cinco anos, quatro anos e quatro meses para trás, eu já sabia do que era que eu tinha morrido, de um câncer de intestino que eu tive. Mas minha mãe eu não pude dizer. Não é certo? **Agora dizer que hoje valorizou mais** [no sentido de aumentar], **abrangeu mais? Abrangeu. Devido o que? Desses agrotóxicos. Dessas coisas, desses venenos, dessas comidas que a gente tá comendo só coisa que não é permitido.** Antigamente não tinha isso. Antigamente a gente ia para a roça, como eu ia, a gente achava uma tamboca de melancia ali só era tuf! [movimento de jogar a melancia] no chão e quebrava e comia com a mão mesmo suja de algodão, **a gente comia e nem adoecia! Como hoje tão facilmente a gente adoece.** (Rita Maria)

O relato de Rita Maria apresenta uma dura realidade: a desinformação, retrato da falta de políticas de saúde para o campo. Aponta, também, o desafio, para os camponeses, de relacionar as doenças aos agrotóxicos e de lidar com elas, principalmente por estarem desprovidos de informações sobre os contextos de riscos.

Corroborando com esse depoimento, Dona Luana afirma não só o aparecimento de novas doenças a partir do agronegócio, mas a relação delas com a aplicação de venenos – tanto os aplicados nas plantações quanto “quando os aviões passavam nas bananeiras. Mas depois que os aviões foram proibidos de passar, acabou-se mais”:

Antigamente, no meu tempo, era fácil, hoje é muito difícil uma mulher morrer de parto, muito difícil mesmo e antigamente morria e era muito. Criança era uma casa e outra não, morria muita criança. Quando dava fé, dizia: “*olha um caixão de anjinho*”. Hoje em dia é muito difícil morrer uma criança, muito difícil mesmo. Aí hoje em dia não está mais aparecendo, é outro tipo de doença: as mulheres não morrem mais de parto, veio umas vacinas para as crianças e essas vacinas também evitou muitas mulheres morrerem de parto, antigamente não tinha vacina, não é? Aí evitou muito, mas aí já tem esse negócio dessa doença. Já pensou, olhe: só em uma casa só, tem dois cancerosos. Tem o meu cunhado que já morreu e minha irmã está viva ainda, mas está se tratando em Fortaleza do câncer. É horrível e aqui está aparecendo muito, muito. Bem aí, olhe, nessa casa aí morreu a mulher dessa casa aí, foi até para o Rio de Janeiro, mas não teve como, o dela foi no sangue. **Ainda mais ela que trabalha nesses cantos aí. Era aplicando todo tempo, veneno e era veneno perigoso.** (Dona Luana)

O depoimento de Dona Luana é portador de um conjunto de questões que nos fazem repensar os modos de vida, ou seja, as relações de produção e de reprodução da vida, do trabalho, do poder e do saber, principalmente quando as vemos transformadas por um modelo produtivo que introduz novas tecnologias produtivas e impacta, de forma negativa, a saúde e a existência das famílias.

Ao fazer uma comparação entre as doenças que as mulheres enfrentavam antigamente e as que enfrentam hoje, Dona Luana reconhece o avanço das ações de saúde pública, mas aponta a vulnerabilização das mulheres, que se colocam entre o “morrer de parto” (passado) e o “morrer de câncer” (presente). Em ambos os casos, todavia, elas aparecem como vítimas.

Destacamos, ainda, que Dona Luana faz o nexo entre o aparecimento dos casos de câncer e a exposição aos agrotóxicos no trabalho. Apontar essa relação de causalidade tem sido uma tarefa difícil na Medicina, mas a experiência vai ensinando às mulheres a desenvolverem formas de acompanhamento dessas transformações.

Assim como os cânceres, as intoxicações também sofrem com o problema da relação de causalidade entre a exposição do trabalhador(a) (no caso dos agrotóxicos) e o dano à saúde .

No caso das intoxicações há um número elevado de sub-notificações. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que, a cada caso notificado, cinquenta não são<sup>22</sup>. Mesmo assim, entre os anos de 1999 e 2009, 62 mil casos notificados de intoxicações por agrotóxicos foram notificados no Brasil. Houve, portanto, uma média de quinze intoxicações diárias. Assim, a cada noventa minutos, uma pessoa foi intoxicada.

A gravidade dessa situação está pautada não apenas nas estatísticas, mas na complexidade que envolve o problema e seu contexto, pois é preciso considerar, fundamentalmente, além da dificuldade de registro, o processo de vulnerabilização (tanto social quanto histórico).

Dona Odete aponta, ainda, a realidade de novas doenças, mas apresenta velhas questões lembrando que muitas pessoas ainda têm medo de publicizar o câncer:

Eu acho que a vantagem [ironia] é só o problema de saúde porque é o que a gente vê depois dessas empresas. Antes eu não via nem falar no câncer, depois dessas empresas, a gente já viu gente falecer, falecer pessoas. E que nem nós temos uma família aqui muito próximo que faleceu uma e a outra está lá em Fortaleza, só vive lá em tratamento. Elas não dizem pra gente que é o câncer porque é um pessoal que ainda tem aquele carracismo de **esconder a doença**. Não diz, por consideração nenhuma, não diz. Eu sei que outra que morreu foi de câncer porque eu tinha que ter o laudo para levar para o trabalho. Eu tinha que receber aquela, como diz, o atestado de óbito. Eu tinha que levar para eu apresentar no serviço, mas se eu falar aqui que ela morreu de câncer, a família é até capaz de nem falar comigo mais. Eu não falo pra ninguém porque elas não querem. Outro dia perguntaram, por causa da Maria que está em Fortaleza se tratando, perguntaram se era câncer. Ave-Maria, foi um fim de mundo. Porque não pode existir isso, não é? **A gente tem que aceitar o que vier pra gente**, porque ninguém é culpado de adoecer, não é? Mas se Deus me livre, se eu estou com câncer, eu vou esconder pra quê? Não precisa esconder, mas ainda tem pessoas desse tipo que não quer que a gente diga. (Dona Odete)

Quando afirma que ninguém é culpado pela doença e parte do real vivido, Dona Odete percebe a relação da pulverização aérea de agrotóxicos com o surgimento e o aumento de doenças no território.

Ao relatar as possíveis causas dos cânceres de duas vizinhas que moravam ao lado da usina de reciclagem de mantas tóxicas, também faz o nexo do aparecimento da doença com a contaminação ambiental gerada pela pulverização:

---

<sup>22</sup> Organização Mundial da Saúde (OMS). Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília: OPAS, OMS; 1996.

Elas não trabalhavam na empresa, mas quando essas empresas chegaram aqui, tinha dias que a gente sentia o cheiro dos venenos, os aviões passavam expurgando. Se a gente levantasse de manhã cedo e saísse, a gente sentia até aquele friozinho como se fosse uma neblina de veneno e desde esse tempo que a tendência aqui foi adoecer as pessoas. (Dona Odete)

Assim, as mulheres expressam e materializam os problemas com os quais convivem bem como o processo de vulnerabilidade social a que estão submetidas. De acordo com Porto (2007), esse processo se refere a grupos expostos e fragilizados em sua capacidade de enfrentar os riscos. No caso em análise, as empresas chegaram, trouxeram a monocultura, as “pragas”, os venenos e, conseqüentemente, o adoecimento. As mulheres, por sua vez, ainda que tenham consciência do problema e se proponham a agir de outro modo, ficam reféns dos danos do agronegócio:

Esse nosso, não. Esse nosso é nas mãos de Deus. Ninguém luta com veneno pra li, não. Muito não, de jeito nenhum. Mas às vezes é que nem, o veneno é o tipo, o... aquela doença, o bicudo, não, como é? Aquela muriçoca como chama? Esse veneno é o tipo a dengue. Às vezes a gente não luta com o veneno na propriedade da gente, mas já vem do vizinho, não é? (Dona Luana)

Essa situação nos revela as novas cercas que o agronegócio impõe. Elas extrapolam seus muros e interferem, de forma direta, na produção camponesa ameaçando a autonomia de seus sujeitos, as culturas destes e a própria gestão do território.

A realidade presente na vida e na experiência de dona Luana, por sua vez, dialoga com o conceito instituído pela Via Campesina sobre Soberania Alimentar, que é

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; a garantia do direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (VIA CAMPESINA, 2008, paper)

Percebemos, então, que o significado da soberania alimentar é importante tanto para as disputas de âmbito político global (como o enfrentamento às determinações da Organização Mundial do Comércio-OMC) quanto para as experiências de resistência de pequenas comunidades camponesas que sofrem o impacto dessas políticas globais em seus territórios.



Observamos que, apesar da desigualdade política existente entre a luta pela soberania alimentar e os programas de apoio ao agronegócio, a Chapada do Apodi, a América Latina e diversas outras partes do mundo vêm denunciando as contradições e as violações do agronegócio e construindo diferentes formas de resistência do campesinato no mundo.

*5.5.2 As contradições do modelo de produção e seus impactos à saúde: “Antigamente, quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje ele trabalha pra comer e come pra morrer”.*

Outro aspecto trazido pelas mulheres durante nossa pesquisa foi a dificuldade de alterar o modo de distribuição desigual dos danos ambientais. Isso corrobora com a ideia de Acselrad (2010) no sentido de que existe uma imposição dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. A fala da Dona Judite retrata essa questão com muita lucidez quando evidencia o problema dos danos e dos riscos à saúde:

As vantagens só porque a produção é grande e nós temos muito milho, tem muito feijão, tem muito melão, tem muita melancia, mas que é **gente comendo e morrendo**. É comendo e morrendo. **Antigamente quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje ele trabalha pra comer e come pra morrer**. É assim que eu vejo. No meu linguajar é assim que eu penso. Porque a gente podia comer no nosso tempo, no nosso inverno **sem medo algum**, hoje a gente vai comer o melão, tem muitas pessoas que nem pode, quando termina já é correndo com o intestino. **O milho esse é que é ofensivo! Eu não posso comer, eu não posso comer o milho verde do projeto, é comer e passar mal do intestino, me dá febre, me dá dor de cabeça**, eu sei lá o que é? E sabendo! As vantagens são assim e eu vejo mais desvantagens do que mesmo as próprias vantagens. (Dona Judite)

Podemos observar, pelo menos, dois aspectos importantes que Dona Judite nos mostra. O primeiro deles está relacionado ao que Christiane Campos (2009) apresenta como uma das faces bárbaras provocadas pelo agronegócio: o aumento da insegurança alimentar. Ela aponta, nos seus estudos, que “os constantes aumentos de produção e produtividade não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities* e não alimentos”. (CAMPOS, 2009, p. 57). Apresenta, ainda, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em relação ao índice de brasileiros sujeitos a essa condição de

insegurança. De acordo com os dados oficiais, são quase 40 milhões de brasileiros vivendo com menos de um salário mínimo.

Cita, também, Gonçalves, que discute a “ideia de que em meados do século XX, Josué de Castro já dizia que ‘a vergonha não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la.’” (GONÇALVES, p. 245, 2004 *apud* CAMPOS, 2009).

Outro aspecto de análise diz respeito ao conceito de território HAESBAERT(2004). Ele é importante para compreendermos a relação de dominação e apropriação do espaço, tanto em sua tentativa de dominação concreta (no campo político-econômica) quanto em sua tentativa de dominação subjetiva e/ou cultural-simbólica (sem separar estas esferas).

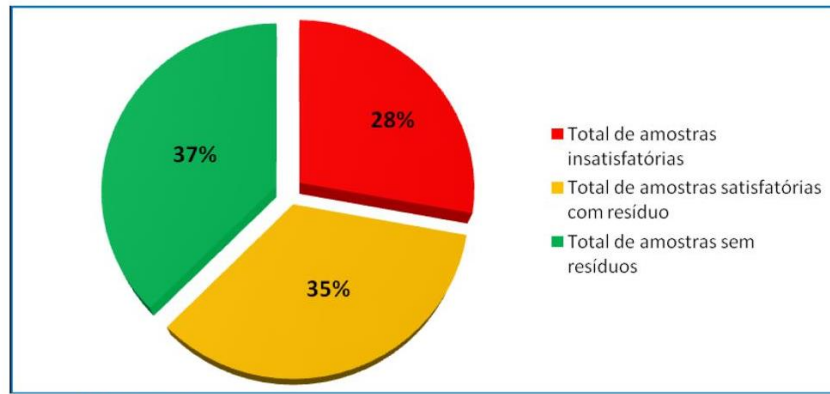
Nesse sentido, consideramos que as contribuições da Dona Judite são relevantes para percebermos a questão das relações de hegemonia/apropriação/resistências, que dependem, como analisa Haesbaert,(2004) da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo.

Se antes, no território, a forma de plantar existia “para comer e viver”, hoje, os(as) camponeses(as) *trabalham para comer e comem para morrer*, o que expressa um profundo processo de transformação que retira dos(as) camponeses(as) a soberania sobre o território (de produção e cultura).

Há, nessa ideia, um diálogo com as contribuições de Wanderlei (2009) em relação ao pensamento de Chayanov (1981) sobre os mecanismos de subordinação da agricultura e da produção familiar, especificamente quando este trata das experiências de autocoletivização como condição da preservação da herança camponesa.

Percebemos, assim, que ao fazer referência à perda de vínculo com a terra e à perda do controle sobre o processo produtivo, Dona Judite traz à memória o alimento com sabor (como sinônimo de saúde) e se contrapõe aos produtos envenenados (que adoecem a população).

Tal situação conecta-se aos dados apresentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos.



Fonte: ANVISA, 2011

**Figura 43.** Distribuição das Amostras Segundo a Presença ou Ausência de Resíduos de Agrotóxicos. PARA, 2011.

Além dos aspectos até aqui evidenciados, lembramos que vantagens e desvantagens fazem parte do vocabulário que as mulheres instituem para expressar a dinâmica de poder estabelecida. Essa dinâmica determina, por exemplo, a produção interligada com o medo de comer, adoecer e morrer. Além disso, as palavras *“a gente plantava e colhia, comia pra viver. Hoje ele trabalha para comer e come para morrer”* demonstram, na nossa avaliação, que a experiência da Dona Judite dialoga com o conceito de Murphy (1994) de classes ambientais, pois algumas ganham com a degradação e outras pagam os custos. Explicita, ainda, o paradoxo das contradições e das desigualdades que envolvem processos de destruição e recriação de relações culturais e produtivas nessa nova realidade camponesa.

Com isso, Dona Judite percebe a relação do agronegócio com o adoecimento: *“é comer e passar mal”* e apresenta uma nova dinâmica de vulnerabilização. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica desconstrói, ela também recria para os(as) camponeses(as) o que era, antes e depois do agronegócio, a agricultura.

### 5.5.3 A comunidade criando mecanismos de desocultamento e publicização da problemática das doenças e da sua relação com os agrotóxicos

“Meu Deus, ela está trabalhando para quê, para se sustentar ou para se matar?”

As mulheres nos lançam o desafio de tentar compreender o território e a saúde ao fazerem o exercício de associação entre os agrotóxicos, a vida cotidiana e a geração de processos de insegurança, adoecimento e depressão.

Essa associação, por exemplo, é problematizada por Mirian, que participou de uma atividade de pesquisa organizada pela própria comunidade para tentar entender os crescentes e alarmantes casos de cânceres:

A gente fez uma pesquisa sobre a saúde dos moradores, o nível de doença que tinha a nossa comunidade e **foi detectado um grande índice de câncer e a maioria foi de mulheres**. Câncer de colo de útero, câncer no ovário, de mama, de pele, de garganta, tireoide. E o mais preocupante é o nível de depressão. Hoje muitas mulheres tomam remédio para depressão. Infelizmente a gente vê mulheres bem novas tomando remédio para depressão. Que chegaram quase loucas e precisaram até, algumas até para o hospício foram. (Mirian)

A ideia da pesquisa a que Mirian se refere foi proposta pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte a partir das preocupações da comunidade. Para concretizar a realização de um diagnóstico sobre as doenças, um grupo de jovens da crisma realizou visitas de “casa em casa” preenchendo um protocolo a partir do qual identificou os resultados.

A própria comunidade, portanto, criou mecanismos de desocultamento, externalização e publicização da problemática das doenças e dos agrotóxicos. Essa, talvez, foi uma forma encontrada por ela no sentido de superar a dificuldade para fazer onexo entre a exposição e o efeito dos agrotóxicos à vida e ao ambiente. A fala da Mirian expressa bem essa questão e levanta outro elemento importante:

**E aí a gente culpa outros fatores: Ah, fulana adoeceu por conta disso e disso.** A gente está sempre procurando alguma culpa para o que está ocorrendo na nossa vida. A gente nunca quer assumir nada. Então a gente fica sempre procurando um culpado. **E se eu disser que o agrotóxico tem culpa em tudo isso, as mulheres vão dizer que não. Por quê? Porque elas trabalham nas empresas, precisam desse trabalho para o seu sustento,** infelizmente. (Mirian)

Mirian revela a dificuldade que muitas mulheres têm para admitir e vincular a doença ao emprego, o que ocorre devido à situação de dependência econômica em relação às empresas onde trabalham. Molda, assim, as representações do medo que elas tecem sobre a possibilidade de não garantirem mais seu sustento. No caso, explicita que tais mulheres têm consciência do problema, mas que as necessidades acabam “falando mais alto”:

Eu vi uma mulher chegando do trabalho toda intoxicada por conta de que ela estava lá colocando a manta no melão e atrás dela vinha um expurgando. Então ela chegou em casa toda intoxicada e eu perguntei e ela disse assim: *minha filha, eu não largo o meu trabalho porque eu preciso dele para sobreviver. Eu não me dou, infelizmente, vivo doente, mas eu preciso dele.* Aí eu fiquei me perguntando: **meu Deus, ela está trabalhando para quê, para se sustentar ou para se matar?** Porque, se você está trabalhando e chega em casa toda intoxicada, **é porque o seu trabalho não está lhe fazendo bem!** E ela continua nesse trabalho porque necessita desse trabalho para a sua sobrevivência, infelizmente. Então ela passa dois, três dias intoxicada, em casa, com atestado médico, ficou boa, volta para o trabalho de novo. É o que acontece. (Mirian)

Percebemos, portanto, uma encruzilhada que revira o imaginário dessas mulheres e expõe as contradições em relação aos impactos do agronegócio, tanto em relação à saúde quanto em relação ao tipo de trabalho: trabalhar para quê?

Parece-nos que o limite é muito tênue entre o trabalho que sustenta e o trabalho que adocece. Isso, na nossa avaliação, reforça a ideia de que o capitalismo moderno amplia as condições de precariedade de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material. A partir daí, a lógica passa a ser, segundo a visão dessas mulheres (com a qual comungamos), a de um processo combinado de trabalhar, adoecer e morrer. A vulnerabilização ocorre nesse âmbito, ainda, porque o Estado também induz a “alternativa infernal” aos territórios.

Além do trabalho, o fato de morar e conviver com essa exposição faz que as mulheres aprendam a buscar diferentes formas de enfrentar a problemática dos agrotóxicos e de suas possíveis consequências. Uma das trabalhadoras do agronegócio, por exemplo, apresenta, em seu depoimento, o cuidado e a vigilância permanente de quem sabe que está exposta aos venenos. Evidencia, ainda, sua visão sobre o problema dos agrotóxicos:

A situação de saúde, graças a Deus eu e minha família geralmente nós não temos problemas de saúde, dificilmente precisamos ir. Todos os anos eu, por exemplo, faço exames e, graças a Deus, não dá nada, porque na verdade a gente trabalha em meio de tanto agrotóxicos, mas, graças a Deus, não existe doença no meio da minha família. Mas só que a gente vê. As pessoas acham que é devido ao uso de agrotóxicos porque, na verdade, a gente é arrodado de sítios e pode ser que seja por isso mesmo. Eu acho que pode ser porque antigamente a gente não via tanta coisa como se evolui hoje em termos de falta de saúde no meio do povo. Eu acredito que seja porque quando a gente trabalha, pelo menos ali na Olinda [empresa], quando eles pulverizam, eles colocam até bandeiras vermelhas pra gente nem passar dentro daquela área, então se eles têm esse cuidado é porque eles sabem que está exatamente prejudicando a gente. Mas não toda empresa que faz isso. Do meu conhecimento foi só lá na segunda empresa que eu trabalhei. (Taís)

Essa interpretação, talvez, seja parte das aprendizagens e represente um eco das formas de divulgação que as Comunidades e os Movimentos Sociais da região têm empreendido no sentido de denunciarem os problemas relacionados aos agrotóxicos. De alguma, então, tais ações chegam ao cotidiano de trabalho, mesmo dentro das empresas.

A própria Taís tem o seu marco regulador e sua forma de vigilância ao comparar a temporalidade das transformações. O ontem e o hoje são os elementos de uma espécie de aferidor que a levam a fazer o nexo entre os processos de produção e as consequências deste para a saúde.

Assim, podemos perceber nessa fala elementos de que já existe uma consciência das mulheres no sentido de que lidar com agrotóxicos (por trabalhar com eles ou morar ao redor das empresas que os utilizam) se configura como uma situação preocupante e como um possível sinal de que se pode adoecer.

Mesmo com dificuldades, as mulheres encontram e criam saídas individuais e coletivas, como estratégias de vigilância e solidariedade. Além disso, publicizam suas percepções para tentarem resolver os problemas que vão surgindo. Dona Odete, por exemplo, apresenta uma situação em que vivenciou isso:

Tinha uma prima minha também que trabalhou lá, levou uma furada de faca na coxa cortando os plásticos e essa furada, a faca muito amolada, isso deu um trabalho danado pra sarar! Ela foi embora, eu sempre ligava pra ela quando ela estava em Fortaleza, eu sempre perguntava: *“cadê mulher a furada, não inflamou mais não?”* Porque sarava e inflamava de novo. Ela disse: *“não, eu fiz um tratamento aqui e não deu mais nada não”*. Aí depois ela foi embora para São Paulo e aí eu não tive mais notícias dela. Não sei! Era tão incrível, era bem alto a cicatriz, como se fosse tipo assim, um caroço. Aí eu disse: *mulher, você tenha cuidado com isso, se cuide porque nunca se sabe essa*

**facca envenenada.** Porque cortava os plásticos, não é? Eu fazia o maior medo a ela. (Dona Odete)

Esse depoimento revela que o medo dos agrotóxicos e o medo dos cânceres ainda são fatores mobilizadores, pois geram reações frente ao problema. Com a experiência de ter sido agente comunitária de saúde, Dona Odete faz esse tipo de alerta.

Quando lhe perguntamos se, normalmente, quem trabalha na usina tem muitos problemas de saúde, ela apresenta a dificuldade de acompanhar os casos porque, segundo seu relato, as pessoas são desconhecidas (“são de fora”) e isso faz que o receio de procurá-las prevaleça:

Não, agora depois que eu deixei de trabalhar é assim, até uma fraqueza: eu não acompanho mais. E os trabalhadores agora são de fora. E é mais é homem. Antes era mais mulher e era daqui e agora é mais homem e é de fora e agora eu tenho aquela cisma, sabe? (Dona Odete)

Apesar disso, a clareza em relação à contaminação por agrotóxicos faz que ela tome atitudes de solidariedade, mesmo com pessoas desconhecidas:

Só que dois trabalhadores dele [o dono da usina] acidentou-se de moto aí de frente essa casa vizinha aí. Eu fui que levantei eles e tudo e trouxe aqui pra casa e pedi ao meu filho pra ir com eles para o hospital. E eu disse para o meu menino: *aí você diga pra eles que eles trabalham com essa reciclagem.* Porque eles ficaram tudo ferido, não é? *Para dá um atestado para eles não trabalharem.* Aí eles conseguiram o atestado, passaram uns dias sem trabalhar, só entraram no serviço mesmo quando estava tudo sarado. Aí eu vejo eles assim, mas não tenho muita conversa com eles, não. *Cadê, vocês não tiveram mais nada não, estão bem?* E eles: *não, estamos, não tivemos mais nada não.* Mas eu fico assim, com aquela preocupação porque **a gente já trabalhou com a saúde, a gente já sabe dos riscos que tem.** E fica com aquela preocupação, mas que eles passaram os dias de atestado, foram até para casa. (Dona Odete)

Na nossa avaliação, o que antes foi apontado por outra mulher como desinformação é transformado por Dona Odete através de seu saber sobre os riscos e as formas de enfrentá-los. São pequenas ações como essas que vão empoderando o saber das mulheres e influenciando na consciência do problema e de suas possíveis soluções.

Além disso, essa fala é significativa porque a preocupação com os riscos e os danos que Dona Odete nos mostra também nos chama a atenção para debater alguns dos fatores relacionados aos agrotóxicos e aos seus impactos à saúde humana, como os riscos aos quais os(as) trabalhadores(as) e os(as) moradores(as) estão expostos(as); as condições de **exposição**

(quantidade e tipos de agrotóxicos, tempo de exposição, formas de absorção etc); a própria **nocividade** do ponto de vista dos riscos químicos (classificação toxicológica, tipos de intoxicação etc) e o processo de **vulnerabilização** social, ambiental e de saúde que os(as) trabalhadores(as) vivenciam (o que envolve fatores como acesso à informação, à participação e às políticas públicas) (Pontes, 2012).

#### *5.5.4 Saúde e Relações de Trabalho: “Toda vida eu fui mais trabalho do que me cuidar”*

Pensando no tripé exposição-nocividade-vulnerabilização, escolhemos aprofundar o tema saúde e relações de trabalho a partir da história de vida de Jezabel, empregada da empresa que tem o trabalho, conforme já analisamos, como forma de libertação dos problemas de violência doméstica que sofreu nos dois casamentos que teve.

Fizemos um recorte apenas de trechos que tratam das questões relacionadas à saúde no ambiente de trabalho em cinco empresas (dentro do período de dez anos), pois foram depoimentos que, na nossa avaliação, ajudam-nos a compreender as relações de trabalho e sua interrelação com o tema da saúde.

Jezabel relata que o primeiro problema de saúde que sofreu surgiu a partir de um acidente de trajeto (ainda em 2004), quando vinha da empresa F para casa. De acordo com ela, a queda de bicicleta **“ofendeu a coluna”**. Fez, também, que a empresa mudasse seu setor de trabalho (que era no campo e passou a ser no *packing house*), pois, segundo relata, *“não podia me abaixar pra cortar o melão aí me levaram pra lá e eu trabalhei em 2004 no pack”*.

O problema mais grave de saúde, todavia, surgiu em 2008, quando já trabalhava na Empresa A. O trabalho era no campo (também com o melão) e teve início ainda em 2007. Como o serviço era sazonal, Jezabel explica que, mesmo doente, trabalhou até onde aguentou porque, se desistisse antes do tempo estipulado no contrato, “perderia seus direitos”. O referido contrato, por sua vez, foi de 2007 a fevereiro de 2008, justamente o período em que se agravou seu problema:



Quando foi em fevereiro de 2008 eu tive uma hemorragia, passei três meses, eu passei novembro, dezembro e janeiro e quase o mês de fevereiro todinho menstruando, era muito, muito, muito mesmo. **E eu querendo ver se terminava a safra, mas terminei o último dia de arrasto**, de arrasto mesmo. Porque quando foi do meio dia pra tarde eu vim embora. Aí quando cheguei aqui, passei seis dias no fundo da rede não aguentava nem andar, nem tomar banho. Aí teve um dia de noite, era umas dez horas da noite, eu comecei a passar mal, perdendo sangue direto, chegamos em Quixeré e lá me botaram para Limoeiro. O médico foi fazer exame, perguntou tudo e aí os médicos fizeram o exame, que nada! Não tinha nem sangue pra fazer o exame, quando a menina enfiou a agulha, puxava só uma água `véia` branca. Aí eles: *vamos tomar logo uma bolsa de sangue e fui para o balão.* (Jezabel)

E ela continua o relato:

Aí fui pra casa da minha mãe, nesse dia ela já estava morando em Limoeiro. Aí foi oito dias, fui pra lá, eles passaram uns exames. Aí fiz os exames, todos os exames necessários, pois eles colocaram todos com urgência, aí fui mostrar pro médico. Aí ele já me colocou pra fazer histerectomia, eu estava cheia de mioma. Era mioma. Estava cheinha. Aí fizeram a histerectomia, me operei de tarde, quando eu vim lá da minha cirurgia pra minha cama, comecei a passar mal, a pressão subindo pra 18. Só que eu não sei disso aí porque minha irmã era quem estava comigo lá em Limoeiro e foi quem contou. Comecei a passar mal, vieram e botaram comprimido debaixo da minha língua, botaram eu no balão de novo. (Jezabel)

Ao ser indagada sobre a atitude dos médicos (em relação a existência de perguntas destes no sentido de investigar os vínculos entre a doença e o tipo de trabalho), ela conclui:

Ele perguntou se eu trabalhava e eu disse que sim; mas não era do trabalho. Era porque eu estava cheia de problema de mioma. Eu nem ligava, não vou mentir. **Toda vida eu fui mais trabalho do que me cuidar.** Eu achava que se eu deixasse de trabalhar uma semana pra ir talvez me cuidar, **eu achava que ia morrer de fome.** Eu achava que eu achava isso, não é? Mas é besteira da gente, viu? (Jezabel)

Essa afirmativa, por sua vez, vai ao encontro da percepção de Mirian no sentido de que as mulheres tendem a negar o problema porque são cercadas de medos. No caso citado, o medo de perder o emprego está ligado ao medo de morrer de fome, ainda que a própria Jezabel conclua que sua atitude não tem sentido. Ao conhecermos sua história de vida, entretanto, respeitamos e entendemos a importância do trabalho como garantia de sua libertação e autonomia. Em seu caso específico, o emprego é o elo dessa busca.

Por outro lado, o depoimento nos faz refletir sobre as opções que esse modelo deixa aos(as) trabalhadores(as): trabalhar e conviver com a certeza

de que vai adoecer ou conviver com o medo de perder o emprego e morrer de fome. É uma alternativa infernal, como nos descreve Marcelo Porto (2009).

No caso do histórico da Jezabel, também é um problema concreto, sentido e vivido duramente. Assim, outros problemas começam a surgir, decorrentes dessa incerteza. Além de ter que lidar com a doença, vem a preocupação por não estar em condições de trabalhar e, conseqüentemente, por não ter o que comer:

Passei uns 22 dias mais minha mãe, aí vim embora pra cá. Quando cheguei aqui essa menina [fazendo referência a sua filha], tinha ido embora pro Rio Grande, aí tudo por fazer e ninguém pra fazer nada. Eu não podia fazer e me preocupava e não tinha nada pra comer. E me preocupava. Eu via anoitecer e amanhecer [pausa: emoção e choro] sem poder fazer nada porque estava operada e não estava quase nem com um mês ainda. E para piorar eu não estava mais na empresa, eu tinha saído porque ela era temporária. Ela só é seis meses, sete meses porque é melão, tá entendendo? Comecei a me impressionar, impressionar, [Choro] caí numa depressão, com um nervosismo que não dormia, nem comia, meu destino era sair, andar, correr, de preocupação **porque eu não tinha nada em casa.** (Jezabel)

À medida que fomos escutando e nos emocionando com esse depoimento, também nos questionamos sobre o emprego ofertado; as condições de salubridade, dependência e omissão do problema e, sobretudo, sobre as condições de vulnerabilização e fragilização dos(as) camponeses(as).

Há, nesse sentido, um grande desafio colocado em pauta em relação à saúde. Articulando essa situação com os relatos da Mirian (que lamenta a ideia de continuidade desse trabalho pela necessidade de sobrevivência), da Dona Judite (que evidencia a ideia de trabalhar para comer e adoecer) e da Sophia (que destaca a atitude do médico, que deveria dar assistência, mas se nega a isso porque está contaminado com o sistema da empresa), questionamo-nos sobre a omissão do Estado em relação a vários direitos que são violados, como o acesso a terra, a garantia de saúde, as condições dignas de trabalho, a alimentação e o direito de viver com dignidade.

Assim, indagamos: onde fica o papel do Estado (de proteger os direitos dos cidadãos, de vigiar, de fiscalizar, de prestar assistência) quando, no caso da Jezabel, ela teria que ser apoiada pela Previdência Social e pelo Ministério do Trabalho e Emprego?

Com efeito, no momento em que ela buscou o acesso a algum tipo de benefício, a autarquia responsável por lhe atender negou o pedido, conforme

relata: “eu dei entrada porque o médico deu o papel para eu dar entrada no INSS porque eu tinha direito, não é? Eu não podia fazer pelo sindicato porque o meu INSS não estava em dia. Como estava só um ano em dia, eu não podia entrar pelo sindicato. Eles me negaram”.

Ao ser indagada em relação ao fato da empresa ter tomado algum tipo de atitude para contribuir nesse processo, ela responde:

Não, **ela não podia fazer nada não, pois eu estava fora do trabalho.** Olhe, eu cheguei no caminhão, no último dia de trabalho, mas eu não fui me consultar com eles. **Eles não têm culpa, não.** Eu não fui procurar médico lá, eu não vou mentir! Agora se eu tomasse a iniciativa e fosse procurar o médico lá... **o problema fui eu, não foi a firma.** Aí dei entrada no INSS, me negaram, botei na justiça, me negaram. Sei que pra mim passar esse tempo todinho aí sem trabalhar e tudo, a agente de saúde chegou aqui e me mandou procurar o médico e ele me mandou diretamente para o CAPS [Centro de Apoio Psicossocial]. Aí fui para o CAPS, cheguei lá tinha a triagem com a enfermeira, que se ela achar que necessita passar pra médica, manda. Aí me botou pra Dra. Andréa de Fortaleza. Aí comecei a fazer o tratamento com ela, uma médica muito boa, logo, logo me recuperei. Logo, logo fui me recuperando. (Jezabel)

Com esse relato, percebemos que, à medida que o problema se instaura, os(as) trabalhadores(as) ficam reféns de decisões tomadas por pessoas externas a eles. Assim, estabelecem uma responsabilidade individual de busca dos serviços e uma inculcação (espécie de naturalização) da culpa: como o trabalho é sazonal, surge a ideia de que, de certa forma, isso justificaria a isenção da empresa no processo de intervenção sobre a doença.

Desse modo, foram seis meses de tratamento e, quando Jezabel ficou “boa”, a empresa lhe contratou de novo: *“Aí quando foi em agosto, me empreguei na Agrícola de novo. Aí trabalhei o resto de 2008, 2009 e 2010”.*

A vigilância pessoal do cuidado com a própria saúde (percebida pela clareza da exposição) caminha na contramão de outro agravante que as mulheres problematizam: o fato de como percebem o tratamento da empresa em relação à saúde de seus(suas) trabalhadores(as):

Tudo é aquele jeitinho brasileiro: tem a equipe médica nas empresas, tem! Mas o médico ele é funcionário também! O que acontece: ele está lá todo **contaminado com o sistema da empresa.** Se um está doente, ele diz: *tome isso e vá para casa, mas eu só dou atestado por hoje. Você está doente, mas eu não vou encaminhar você para se tratar porque a empresa vai ter prejuízo.* Não adianta dizer que a equipe médica da empresa ela é positiva. Ela é positiva ali, **mas que ela se preocupa com a saúde do trabalhador, não se preocupa não, porque ela também é um agente de lá,** ela também sofre influência com aquilo. **Não é neutra!** (Sophia)

O depoimento de Sophia apresenta uma questão importante para analisarmos: a postura dos profissionais de saúde como um dos agentes da empresa, visto que estes mantêm sempre - e em primeiro lugar - a garantia de seus interesses. Conseqüentemente, gera-se um processo de vulnerabilização dos(as) trabalhadores(as) no que tange às ações de acompanhamento das condições de trabalho, aos riscos ambientais e aos agravos à sua saúde. Impede-se, assim, que se concretizem ações de diagnóstico e tratamento de forma integral, como determina o Ministério da Saúde quando trata da saúde do(a) trabalhador(a).

Atualmente, Jezabel está trabalhando na Empresa B. (com vínculo reconhecido em carteira assinada), mas os problemas continuam. Isso ocorre porque mudou a empresa mas não mudou o processo de trabalho e, conseqüentemente, o processo saúde/doença. Mesmo assim, ela acredita que dentro da empresa, existe atendimento médico que discute o tema da saúde e se preocupa com o atendimento:

Sabe quando foi o dia que nós conversamos, foi com a enfermeira. Lá tem o setor médico e ela fica direto lá. Tem dois técnicos de segurança direto lá também, graças a Deus pra isso aí a empresa que nós trabalhamos pra isso aí ela... é bem sucedida, bem elevada, qualquer momento que a pessoa adoecer, elas pegam e levam para o setor médico. Alí já dá a primeira emergência, se o médico não tiver, ela empurra para Limoeiro, então graças a Deus pra isso aí... (Jezabel)

Nesses três anos dentro da empresa, Jezabel não teve problemas com doenças. Todavia, acompanha de perto as outras mulheres que trabalham há bastante tempo dentro da empresa e apresentam problemas decorrentes do esforço repetitivo. Estas dividem seu tempo agora entre trabalhar e fazer fisioterapia:

Não. Até agora, não. O que eu tive mesmo sobre isso aí foi só mesmo o problema da hemorragia porque era problema do meu útero que não tinha, não é? Graças a Deus ate agora não. Mas tem umas meninas lá que trabalham faz muito tempo, há muito tempo que elas trabalham, elas começaram a sentir dor no braço e inchar por causa do movimento da faca, porque a banana fica aqui em cima e a gente corta aqui, aí faz assim, depois faz assim, aí bota no talo. Aí tem uma mulher vizinha que ela tá inchando isso aqui e isso aqui da munheca dela. Porque fica fazendo o mesmo exercício durante muitas horas. A gente faz isso e isso, né? Só o movimento do tendão todinho, olhe. Aí ela está afastada, já foi para o INSS, já passou seis meses, voltou de novo, o médico botou para o INSS de novo, mas o INSS rejeitou ela. Aí ela **colocou o INSS na Justiça**. Ela tá fazendo fisioterapia. Tendão não cura rápido ou eu acho que nem cura. Dói demais, ela está com dois meses que não trabalha. Ela tá fazendo a fisioterapia, ela faz terça,

quinta e sexta, ela vai para Quixeré. A firma paga um mototáxi, paga um médico lá pra fazer a fisioterapia com ela. E é muito tempo mesmo, ela passa o dia todinho nesse rojão e em pé, não é? (Jezabel)

Poderíamos aqui elencar outros elementos relacionados à saúde, mas consideramos que esses são suficientes para afirmarmos que as mulheres estão vivenciando situações de extrema desigualdade e vulnerabilização. São riscos modernos, cada vez mais amplos e complexos e alguns continuam desconhecidos para os(as) camponeses(as) e os demais segmentos para a sociedade em geral.

Do ponto de vista de ações do Estado, essa realidade nos desafia a problematizar o que o Sistema Único de Saúde (SUS) determina como vigilância em saúde. “No papel”, o conceito articula vários tipos de vigilância: epidemiológica, em Saúde Ambiental, em Saúde do Trabalhador e sanitária (BRASIL, 2009). Na prática e na realidade das mulheres que estão expostas a agrotóxicos, porém, essa articulação não se concretiza. Assim, reiteramos que o Estado não consegue garantir o controle sobre os riscos e os danos no intuito de efetivar a integralidade da atenção por meio de ações individuais e coletivas, conforme determina a lei sancionada por ele mesmo.

Logo, percebemos que são muitas as necessidades de saúde dos territórios camponeses. Parte dos(as) profissionais da saúde, todavia, não estabelecem um diálogo com o território e as suas demandas; não problematizam o modo de vida das populações do campo e não incorporam em suas ações essa realidade e suas (novas) necessidades de saúde. Isso é exemplificado tanto em relação ao controle da diversidade de ingredientes ativos comercializados quanto em relação à nossa ignorância e incerteza sobre os efeitos nocivos que eles trazem à saúde e ao ambiente (efeitos, inclusive, detectados como pelas mulheres, que relacionam diferentes formas de exposição com seus possíveis resultados danosos à saúde e ao ambiente). As mulheres buscam permanentemente compreender os processos da vida em sua teia de complexidade e relações por isso mesmo pensar a saúde exige que seja a partir da dinâmica complexa da vida das mulheres e de seus territórios.

Percebendo as dificuldades de ação por parte do Estado – que não dispõe, por exemplo, de profissionais de saúde capacitados(as) para diagnosticar o problema; que não apresenta estrutura e materiais adequados e

que não possui capacidade de vigilância -, indagamos: por que expor a população?

Um dos grandes desafios que as mulheres apresentam vai ao encontro da necessidade de pensar a relação entre agrotóxicos e saúde para além dos riscos. Por isso, é urgente que se tomem atitudes em relação ao desvelamento dos seus agravos à saúde, mas também é urgente ir além e contribuir para a construção de um novo paradigma, em que comunidades camponesas protagonizem as soluções e as alternativas para viver com dignidade no semiárido cearense.

Talvez, uma saída esteja na efetivação do que propõe a Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta (PNSIPCF), instituída através da portaria nº. 2866, de dezembro de 2011. Essa política caracteriza as populações do campo e da floresta como:

Povos e comunidades que tem seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra [...] camponeses, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários, que residem ou não no campo. As comunidades tradicionais como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas, em áreas florestais ou aquáticas e ainda as populações atingidas por barragens, entre outras. (Brasil, 2011, online)

Em linhas gerais, “parte do reconhecimento da necessidade de novos rumos para o desenvolvimento econômico e social brasileiro” (BRASIL, 2008, p. 05). Admite, ainda, que “é preciso romper com a lógica perversa de reprodução do capital calcada num modelo de produção agrária”. Lembra, também, que, em consequência, esse modelo “vem acarretando, de forma interdependente, a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida e saúde das populações do campo e da floresta”. (BRASIL, 2008, p. 05). De acordo com o documento que institui a política, as três últimas Conferências Nacionais de Saúde apontaram como desafios

garantir à população do campo, condições de acesso ao sistema de saúde e assegurar um atendimento com qualidade em todo o sistema. Para que isso se concretize, torna-se necessário investir em educação permanente dos trabalhadores de saúde, de modo a lhes propiciar a compreensão sobre as especificidades de cada um dos grupos populacionais do campo e da floresta. As práticas de saúde desencadeadas pelo SUS devem respeitar a diversidade sociocultural, para que as ações de prevenção, promoção e educação em saúde possibilitem a emancipação desses cidadãos na conquista e garantia de sua saúde e da qualidade de vida em seus territórios. (BRASIL, 2008, p. 08)

A partir da análise da situação de saúde das populações camponesas, a política avança no sentido de reconhecer que a saúde dos trabalhadores é “condicionada por fatores sociais, raciais e de gênero”, bem como fatores “econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo”, além dos “fatores de risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos presentes nos processos de trabalho”. (ibidem, p. 10).

Assim, com o propósito de promover a equidade relacionada ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida das populações do campo e da floresta, a PNSIPCF aponta como objetivo geral:

Promover a saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual e religiosa, visando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. (BRASIL, 2008, p. 10)

Com esse objetivo, destaca como desafios, dentre outros:

1. O acesso dos e das camponesas aos serviços de saúde de acordo com as necessidades e demandas desta população; 2. Contribuir para a redução das vulnerabilidades em saúde dessas populações; 3. Reduzir os acidentes e agravos relacionados aos processos de trabalho no campo e na floresta, particularmente o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos, do mercúrio e outras substâncias químicas que agravam a saúde humana e ambiental; 4. Reconhecer e valorizar os saberes e as práticas tradicionais de saúde dessas populações, respeitando suas especificidades; 5. Incluir no processo de educação permanente dos trabalhadores de saúde as temáticas e os conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades dessas populações, considerando a situação intercultural na atenção aos povos e comunidades tradicionais e da floresta; 6. Promover mecanismos de informação e comunicação, de acordo com a diversidade e as especificidades socioculturais; 7. Incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento sobre os riscos, a qualidade de vida e a saúde dessas populações, respeitando as especificidades de geração, raça/cor, gênero, etnia e orientação sexual; 8. Promover o fortalecimento e a ampliação do sistema público de vigilância em saúde, do monitoramento, da avaliação tecnológica e do controle do uso de agrotóxicos e transgênicos. (BRASIL, 2008, p. 12).

A PNSIPCF recomenda, ainda, mecanismos voltados para a implantação de ações intersetoriais, com interfaces nas questões de saúde das populações do campo e da floresta, por meio da articulação com os órgãos corresponsáveis, tendo em vista:

- o acesso e o desenvolvimento da educação básica no campo e na floresta;
- o saneamento básico e ambiental
- o incentivo à agroecologia e à soberania e segurança alimentar e nutricional;
- o impacto dos transgênicos na saúde e no ambiente;
- a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis;
- o combate à exploração do trabalho infantil, a proteção ao adolescente aprendiz e a erradicação do trabalho escravo;
- a proteção ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais;
- o avanço da reforma agrária no Brasil.

(BRASIL, 2008, p. 12).

O Ministério da Saúde reconhece que tal política foi baseada nas evidências das desigualdades e que, por isso mesmo, uma das suas diretrizes parte da valorização das práticas e dos conhecimentos tradicionais.

Se gênero é uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produzem desigualdades, a política de saúde construída no âmbito do SUS deve reconhecer a existência dessas desigualdades e responder a elas, com vistas à promoção da equidade de gênero. Isso, todavia, só será possível, na nossa avaliação, com a mobilização social e a efetiva participação dos sujeitos nos processos de decisão.

No caso específico das mulheres, há muitas aprendizagens ainda invisibilizadas que precisam ser valorizadas e assumidas (inclusive pelos movimentos feministas).

Aprendemos com as mulheres desta pesquisa que, em seu cotidiano, elas desenvolvem o que poderíamos chamar de práticas populares de saúde. Tais práticas têm como eixo a teia de relações de solidariedade, de visibilização, de nexos e de aferidores. Numa espécie de integralidade de saberes, sentidos e impulsos por contribuir, as mulheres buscam superação da realidade de dor, medo e sofrimento em que estão vulnerabilizadas.

Do mesmo modo, as mulheres desta pesquisa nos chamaram a atenção para os aspectos referentes à saúde do ambiente e à saúde das mulheres, pois ambos (ambiente e corpo) não se separam, mas estão interligados. Assim como elas evidenciaram que não se separam da natureza e



que tecem, com esta, uma visão de complementariedade em que a ação de uma afeta a outra.

Por esses aspectos, interpretamos que, a partir das experiências dessas mulheres, devemos pensar o processo de saúde como construção de modos de vida saudáveis, aprendidos e apreendidos constantemente. Esse processo traduz uma leitura de realidade que dialoga com as grandes questões que interligam trabalho, ambiente e saúde e articula a reflexão sobre os processos de produção do viver (não do adoecer).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando construímos nosso problema de pesquisa sobre as interrelações entre gênero, trabalho e ambiente no contexto da modernização agrícola - a partir da percepção e da experiência das mulheres-, tínhamos como motivação analisar, sob o enfoque de gênero, as transformações da cultura camponesa, os conflitos estabelecidos com a implantação da modernização agrícola e as diferentes formas de resistência do campesinato em tal contexto.

Através da problematização do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização da agricultura sobre o ambiente, a saúde e o trabalho de mulheres e reflexões sobre as repercussões das transformações sociais e do conflito ambiental nos modos de viver e produzir dessas mulheres aprofundamos os sentidos e perspectivas do trabalho no campo para as mulheres camponesas.

Após o transcurso dessa experiência, uma primeira tarefa é afirmar a provisoriedade da chegada até aqui, visto que a dinâmica e o movimento real da história certamente apontarão novas perspectivas de análise sobre o território e as mulheres.

Apesar dessa provisoriedade, a construção do conhecimento em contexto, tecido a partir da experiência das mulheres nos territórios, constituiu-se em uma ferramenta importante para articular diferentes categorias de análise. Isso, por sua vez, permitiu-nos entrecruzar alguns pontos relacionados à produção social da vida camponesa frente aos desafios de sua coexistência e existência ao modelo de produção agrícola em curso na Chapada do Apodi.

Do mesmo modo, *pôr as lentes* sob os olhares de gênero nesse território marcado por conflitos e diferentes formas de resistências também nos permitiu fazer o entrecruzamento de elementos acerca das relações sociais de gênero incorporando discussões relacionadas às questões socioambientais e territoriais. Todos esses fatores, por seu turno, possibilitaram a chegada a algumas conclusões no que diz respeito à reorganização do trabalho no campo e da vida das mulheres camponesas.

A partir deste foco, o território foi ressignificado para nós. Se antes conhecíamos a Chapada divulgada pelos graves problemas dos agrotóxicos, da

imposição e do domínio das empresas de fruticultura irrigada sobre os territórios e os/as trabalhadores/as, a denominada “Chapada do Agronegócio”, as mulheres apresentaram-na como um território camponês reapropriado e recriado - um território onde coexistem hegemonia, contra-hegemonia e conflitualidades.

O processo de desterritorialização em curso evidencia que as transformações nos modos de vida das comunidades camponesas geram impactos à saúde, ao trabalho e ao ambiente em níveis crescentes, o que ocorre com a reorganização produtiva do território em estudo.

Isso se dá porque a chegada de empreendimentos externos à vida das comunidades traz consigo novas situações/problemas que não faziam parte do seu modo de vida. A partir daí, inicia-se um processo de vulnerabilização socioambiental dessas comunidades e, especialmente, das mulheres.

Assim, se, por um lado, elas afirmam as vantagens de que o emprego ofertado nas empresas de fruticultura garante uma renda fixa para a família, contribui para sua autonomia e permite o acesso a bens de consumo, por outro, esse trabalho aponta para um processo de submissão às condições de um emprego precarizado, em condições sub-humanas, que invisibiliza e desvaloriza o seu labor; impacta diretamente, de forma negativa, o ambiente, a saúde e as relações familiares e leva à situação de perda da soberania alimentar, da terra e do território. Logo, podemos afirmar que o capital e o Estado coagem, pela imposição, um processo de dominação, aonde o campesinato se (re)cria e se (re)afirma através de processos de resistência e de – r-existência.

O exercício de síntese desse problema, em sua totalidade e a partir de interrelações, permite-nos compreender e apontar a complexidade da questão, em especial porque as transformações ocorridas no mundo do trabalho no campo são diferentemente valoradas e (re)apropriadas, seja pela tentativa de injunção e hegemonia do capital, sejam pelas vivências dos e das camponeses/as.

Dialeticamente, tais transformações também são elementos significativos para o entendimento sobre a produção das desigualdades; o processo de vulnerabilização e exploração a que as mulheres estão submetidas e as formas de resistência explicitadas em forma de *gritos, silêncios e sementes*.

*GRITOS: Repercussões/Expressões e Contradições da Modernização Agrícola na Chapada do Apodi, na Perspectiva das Mulheres*

A primeira expressão/repercussão da modernização agrícola vista na Chapada do Apodi e apontada pelas mulheres diz respeito à **disputa territorial entre campesinato e agronegócio em relação à monopolização da terra e da água e ao sistema agroalimentar proposto**. Aqui, percebemos que o **processo de desterritorialização da terra e também da produção conta com o forte aparato do Estado**, que cumpre um papel estratégico na expansão do capital. Além disso, constatamos que a acumulação através da exploração e destruição da natureza bem como da exploração e vulnerabilização dos/das trabalhadores/as se constitui como contradição do modelo exposto.

Dentro desse novo cenário, as mulheres tecem a trama dos agrotóxicos em relação à contaminação ambiental e aos impactos à saúde. Nesse sentido, apresentam o **caráter predatório do modelo no que tange à questão ambiental** e à exposição e à vulnerabilização que fazem parte da lógica e da racionalidade econômica da produção intensiva do capital. Do mesmo modo, destacam que esse caráter também gera a desigualdade no que diz respeito ao acesso e à qualidade da água. Em suas falas, exemplificam essa questão evidenciando que o contexto descrito causa a morte de animais; compromete a qualidade dos alimentos; desencadeia transformações na paisagem, no ar e no solo e, conseqüentemente, impacta negativamente na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outra faceta do modelo que elas expressam se encontra, ainda, nas **condições precárias do emprego**: obrigação no cumprimento de metas de produção; controle do tempo de trabalho; dupla jornada de trabalho; incerteza sobre a garantia do emprego; relação entre o emprego que adocece e as transformações na forma de se alimentar; exposição e riscos no ambiente de trabalho; cansaços; dores; angústias...

Nesse ponto, cumpre-nos lembrar que as mulheres olham, especialmente para o emprego, sem um laço de identidade e sem um vínculo afetivo, visto que não têm autonomia sobre o processo produtivo. Por isso, a negação a esse emprego por parte de algumas delas passa a se constituir, também, em uma forma de resistência ao modelo.

Além disso, ao analisarem vantagens e desvantagens de tal modelo, mostram **o preço do desenvolvimento e apontam os problemas sociais** como os principais desafios a serem enfrentados. Esclarecem que o desenvolvimento traz, em seu bojo, um “pacote social” em que, no preço do “desenvolvimento”, estão inclusos os problemas sociais e ambientais. Especificam, ainda, que as comunidades arcam com os custos sociais: drogas, violência, prostituição, gravidez precoce, rompimento dos laços familiares, aumento de doenças etc.

Sendo assim, se vemos, por um lado, as empresas e o Estado apontando a fruticultura irrigada como um dos motores do desenvolvimento e da economia, por outro, as mulheres avaliam e problematizam os impactos desse modelo, demonstrando preocupações frente à natureza e buscando maneiras variadas de agir sobre os problemas. Assim, produzem formas, sentidos e apropriações materiais e simbólicas do território que permeiam, de diferentes maneiras, a recriação e a reafirmação da cultura, da organização produtiva e da relação com o trabalho.

## *OS SILÊNCIOS*

Questões não ditas - mas sentidas e presenciadas - também fizeram parte do processo de modernização agrícola da Chapada do Apodi, assim como da forma como ele foi vivenciado pelas mulheres. Nessas questões, podemos sentir, de diferentes maneiras, as expressões “naturalizadas” de violência do capital e de violência doméstica.

Isso acontece quando percebemos a sensação de “impotência” mediante o “tamanho do problema” em relação aos agrotóxicos e ao modelo de produção. Paralelamente, também é constatado quando observamos a ideia de (não)futuro apontada como expressão de um ‘movimento silencioso e silenciado’ em relação à dialética da vida.

Assim, ao mesmo tempo em que as empresas impõem outro ritmo de produção e trabalho, as famílias apontam as dores, o cansaço e as angústias de conviverem com os problemas sociais intensificados e de verem modificadas as relações familiares e, especialmente, a educação dos filhos.

Os silêncios também são regados por diferentes tipos de medos que perpassam o cotidiano das pessoas que vivem na Chapada: o consumo da água contaminada, a incerteza sobre a garantia do emprego, a exposição aos agrotóxicos nos diferentes ambientes e, principalmente, o aumento dos adoecimentos, em especial, dos casos de cânceres.

Paralelamente, as mulheres demonstram uma sensibilidade com a realidade das crianças, vistas como o que podemos chamar de “os filhos esquecidos do agronegócio”, pois estes convivem com o afastamento do vínculo com os pais e as mães, que têm a maior parte do seu tempo dedicado às empresas.

Todos esses fatores são, em nossa opinião, expressões de uma violência silenciosa do capital. Ao mesmo tempo, simbolizam uma violência silenciada dentro do espaço doméstico e, ainda, uma violência silenciadora do futuro. Simultaneamente, porém, também são sinais de um silêncio germinador de possíveis rupturas.

### *SEMENTES - Bases para a análise de um novo feminismo: o camponês-ambiental*

A experiência das mulheres permitiu-nos abrir os olhos e vislumbrar que existe um processo de afirmação camponesa vivenciado por elas através do **vínculo com a terra, o trabalho, a produção e o território**. Nesse sentido, o processo de reapropriação é fruto da relação terra-trabalho-produção-e-cultura, com todas essas categorias profundamente imbricadas.

Nele, vemos diferentes maneiras de rompimento com a ideologia produtivista através da valorização das **formas não capitalistas de produção**. Um exemplo disso é o autoconsumo por um lado, e a produção de mercadorias, mesmo que tal conduta traga entraves e desafios, como as dificuldades de comercialização da agricultura camponesa.

Dentro dos elementos de resistência e reapropriação, lembramos, ainda, que as mulheres **participam do processo produtivo e da organização familiar da produção**, situações nas quais percebemos, a partir do protagonismo feminino, a constituição de diferentes dinâmicas produtivas e a garantia da soberania alimentar.

Ressaltamos, também, que, muitas vezes, elas negam o pacote tecnológico; criam **diferentes maneiras de averiguação dos processos de saúde e de adoecimento** e constroem mecanismos de superação dos problemas postos no seio do trabalho, da família e das relações comunitárias.

Portanto, como parte fundante da práxis feminista, a experiência dessas mulheres sobre o ambiente, o trabalho e o território pode apontar algumas das bases para a análise de um novo feminismo: o camponês-ambiental. Ele surge das experiências e é também resultante da dinâmica geradora dos conflitos ambientais.

Para o início da análise desse fenômeno - e devido à sua amplitude -, precisamos entender a dinâmica do modelo de expansão do capital e alguns elementos formadores dos conflitos ambientais. Nesse sentido, ressaltamos que tais conflitos resultam da ameaça e da perda dos direitos territoriais dos povos; são gerados em nome da lógica da expansão da fronteira agrícola e desencadeiam problemas relacionados ao acesso à terra, à água e à biodiversidade; à perda da soberania alimentar e à produção de injustiças sociais e ambientais.

O segundo aspecto instituidor dessa expansão geradora de conflitos é engendrado pela ideologia que perpassa o modelo de negação da natureza enquanto portadora de direitos, visto que a considera como mera mercadoria.

Interligando esses fatores, adentramos no entendimento dos conflitos ambientais considerando as questões de gênero e as desigualdades neles contidas. Aqui, partimos da premissa de que esse modelo só se sustenta porque seus danos são destinados à classe pobre.

Na perspectiva laboral, o conflito se traduz pela exploração da força de trabalho de camponeses e camponesas que, na sua maioria, foram expropriados/as de suas terras. Ademais, salienta-se pela precarização das condições de trabalho e pela própria organização do processo produtivo, com a artificialização da produção dentro das chamadas “fábricas de frutas”.

A partir dessas configurações, novos elementos desafiam o feminismo a repensar sua práxis entrevendo a reconfiguração do campesinato, a questão ambiental e os impactos disso na vida das mulheres camponesas. Nesse sentido, o surgimento de conflitos e a coexistência entre hegemonias e conflitualidades nas fases de dominação do território pelo capital e de

reafirmção do campesinato na Chapada do Apodi nos permitem atualizar o debate do feminismo a partir de uma releitura das fases de dominação do capital sobre a natureza e o ser humano.

Tais configurações, por seu turno, apontam algumas bases para a análise desse “**novo**” **feminismo camponês–ambiental** como uma espécie de aliança entre a cultura camponesa e a questão ambiental. Mediado pelo ser/fazer das mulheres camponesas, no confronto entre as contradições e sua cultura, há a construção da resistência e do novo, das novas possibilidades. Bem como surge da necessidade de compreender e acompanhar as dinâmicas do capital e de criar resistências cotidianas. Ele está calcado nas seguintes características - percebidas nas experiências vivenciadas pelas mulheres de nossa pesquisa:

- Expressão das mulheres **em defesa dos bens naturais**; do reconhecimento da natureza como portadora de direitos e da defesa da diversidade e da dinâmica produtiva como bens comuns;

- **Resultante de um movimento do cotidiano, pautado por uma inserção política** dentro da comunidade, da casa, da cozinha, do quintal, da roça etc. Aqui, ressaltamos que esses são espaços por onde circulam saberes, informações e diferentes formas de poderes instituídos pelas próprias mulheres. Tais poderes, entretanto, rompem com a lógica patriarcal e instituem uma espécie de “poder compartilhado” pelo conjunto de membros da família. Assim, na divisão de tarefas, por exemplo, as mulheres formulam diferentes lugares e formas de romper com o instituído; constroem variadas maneiras de lidar com os desafios; reafirmam sua identidade com a terra; recriam sua relação com a produção e constroem novas tramas de solidariedade e sociabilidade;

- Luta pela **soberania alimentar, pela defesa do alimento e pela manutenção dos laços comunitários de divisão do trabalho**;

- Cultura fundamentada na **ética camponesa e nos valores de solidariedade**, com a vivência marcada pelas noções de justiça, direito, honestidade e equidade. Isso se expressa na preocupação de produzir de forma saudável, de



lidar com outras formas de manejo e de negar a utilização de agrotóxicos nas formas de produzir;

- Relação do **ser saudável com o acesso aos bens comuns (como o acesso à terra, à água, ao alimento e à biodiversidade) e à valorização dos sentidos do trabalho**. Nesse intuito, há o reconhecimento da importância da pequena agricultura, com produção saudável, diversificada e em pequena escala. Tal aspecto, por sua vez, traz elementos fundantes para a elaboração de um projeto de agricultura que se coloca, hoje, como desafio à realidade vivida pelas mulheres camponesas;

- Articulação das **diversas dimensões – indissociáveis** – que existem entre ambiente, trabalho, relações familiares, convivência social e saúde das pessoas. Como exemplo disso, destacamos que as mulheres desenvolvem uma **vigilância popular** que vincula aspectos relacionados a saberes e experiências ao acompanhamento das transformações que ocorrem no cotidiano. Essa prática permite que elas aprendam trabalhando, experimentando e socializando saberes construídos a partir das experiências;

- **Visão sistêmica do cuidado**, interpretando-o em relação ao planeta, ao trabalho e ao ser humano em sua totalidade;

- Visualização da **economia como produção de vida** reconhecendo o importante e determinante papel das mulheres na disputa pela terra e pelo território e na afirmação da cultura camponesa. Nesse sentido, percebemos um movimento que se recria permanentemente na dialética entre cultura e negócio.

A reunião e a interrelação das características descritas evidenciam, ainda, que as identidades coletivas reconhecidas pelas mulheres no campesinato também contribuíram para articulações que, ao longo de nossa pesquisa, foram se ampliando na Chapada do Apodi.

Uma das concretizações desse processo foi vislumbrada através da ocupação de parte do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, espaço em que a presença de mulheres participantes de nossa pesquisa deu margem para fortalecer o processo de reestruturação na vida de outras mulheres que

passaram a construir um novo território, denominado “Acampamento Zé Maria do Tomé”.

Para algumas delas - que têm participado desse processo de retomada da terra-, a ocupação mantém viva a chama do novo, da recriação, da esperança que ressurgiu com a luta coletiva. Assim, o medo se transformou em esperança; a união, em unidade; a incerteza, em conquista.

Tudo isso está em andamento e tem ocorrido no enfrentamento direto ao modelo de expansão do capital no campo.

Paralelamente, propõe, de maneira potencializadora, rupturas que se iniciam com a organização e a instituição de novas formas de dizer, de poder e de incidir politicamente.

Percebemos, desse modo, que o Acampamento simboliza uma disputa direta do território e dos sentidos dados a ele. Logo, a luta tem se colocado como forma de R-EXISTÊNCIA a partir de um “caldo” de experiências. E as mulheres demonstram de diferentes maneiras resistências e rupturas no seu ser/fazer cotidiano.

Diante desses aspectos, consideramos a importância de reconstruir a história do campesinato, especialmente quando se percebe que a agricultura camponesa sofre um processo de invisibilização e, no caso da Chapada, vem sendo disputada por distintos interesses postos em conflito.

Essas são algumas das conclusões de nossa pesquisa no que tange às *Sementes* que estão fecundando no território em estudo. Elas reafirmam nossas hipóteses, principalmente em relação às ideias vinculadas aos saberes que as mulheres desenvolvem sobre a agricultura, o ambiente, a conservação da biodiversidade e a soberania alimentar das famílias. Tais questões, por sua vez, também estão intrinsecamente interligadas ao sentido e à vivência que essas mulheres dão à sua própria prática cotidiana na relação com a terra e ao trabalho. Logo, estão intrinsecamente interligadas, ainda, ao que se chama de construção do território.

As experiências semeadas e frutificadas traduzem um modo de ver o mundo. Nele, as mulheres percebem a economia como produção de vida e interpretam as transformações radicais na ordem social com questionamentos sobre os processos de reprodução das desigualdades que se efetivam nos campos produtivo, econômico, político e cultural. A compreensão da emergência

dos novos valores vivenciados e conflitados por elas, por conseguinte, apresenta-se como um aspecto relevante no sentido de que essas transformações também ocorrem nas formas como interpretam suas próprias vidas no campo.

Reafirmamos que todos esses processos comportam uma dimensão epistemológica pouco investigada na discussão da práxis para que o conhecimento dialogue/incorpore a experiência das mulheres. Partir dessa compreensão é importante para que o feminismo não se torne apenas um discurso político de mulheres organizadas nos moldes de organizações políticas estritamente consideradas. Do mesmo modo, é imprescindível realizar tal discussão no que diz respeito ao universo acadêmico e à produção científica, a fim de que ambos valorizem os saberes e as experiências a tal ponto que não haja separação entre teoria e prática.

Por isso enfatizamos que muitos aspectos ainda precisam ser compreendidos, problematizados e sistematizados no intuito de que formem as bases de que necessitamos para dialogar com os desafios da atualidade sobre as formas de discriminação e opressão que as mulheres têm sofrido. Em tal diálogo, portanto, apontamos que os caminhos de compreensão, problematização, sistematização devem, necessariamente, estar associados às perspectivas de transformação.

Por fim, sintetizamos algumas das aprendizagens e dos desafios deste processo:

### **Aprendizagens:**

1. A experiência de fazer pesquisa com as mulheres nos coloca frente ao desafio de pensar a vida no presente e no futuro, **exercitando novas formas de poder, de fazer política e de produzir conhecimento**. Essas formas surgem da prática e da vivência cotidiana das mulheres como parte ativa e fundamental na construção de outro modelo de civilização;

2. A partir das novas formulações na composição das relações de classe, de gênero e de meio ambiente assim como na elaboração de um marco social das mulheres camponesas, afirmamos que a **emancipação das**

**mulheres está ligada à emancipação da terra e do trabalho e em novas relações conjugais;**

**3.** O processo de pesquisa nos fez construir uma **vigilância epistemológica** ao distinguirmos o tempo e o lugar da pesquisadora e, ao mesmo tempo, ao alcançarmos - pelo olhar, pelo ouvir, pelo sentir e pelo observar - os significados das relações discutidas neste trabalho.

#### **Alguns Desafios:**

- **Como pesquisadora**, o exercício da práxis e da articulação entre os tempos da academia, das leituras, da vida cotidiana e da inserção política, de modo que todos eles se retroalimentem;

- **Como Núcleo de Pesquisa**, o aprendizado com a pedagogia e a dinâmica do território;

- **Do ponto de vista social**, a concepção da problematização da realidade a partir das vivências das mulheres nos territórios;

- **Do ponto de vista político**, a indicação de alternativas para a mudança de cenário, apresentando propostas construídas pelas próprias mulheres quanto à transformação da realidade de opressão e discriminação, o que foi feito a partir da visibilização e da valorização de seu trabalho e de suas experiências com o território.

- **No que se refere à perspectiva teórica**, consideramos importante destacar três aspectos:

- a contribuição para o debate sobre a incorporação de elementos das teorias feministas e de gênero na discussão sobre desenvolvimento e ambiente;

- a leitura dos novos desafios que surgem da reorganização do trabalho no campo na vida das mulheres camponesas;

- a colaboração no debate das relações sociais de gênero incorporando nele a perspectiva das questões socioambientais, compreendidas a partir da realidade concreta das mulheres e das suas percepções sobre o

trabalho e o ambiente.

Por fim, podemos dizer que este foi um exercício pedagógico como militante feminista de compreender os movimentos da ação política e da prática social no sentido de olhar para a situação das mulheres em seus diferentes âmbitos; de não enquadrá-las em modelos preestabelecidos (de um “feminismo organizado”) e de reconhecer e valorizar tipos diferenciados de movimentos e práticas feministas. Ou seja, no caso das mulheres da Chapada, suas ações remetem não apenas a posições de resistência, mas também de subversão à ordem que se estabelece no território, sobre seus corpos e suas vidas.

E cumprem assim, um papel determinante de compreender as dinâmicas e as lógicas de reorganização do capital no campo para subvertê-las. Com seus protagonismos na produção e na garantia da soberania alimentar de suas famílias, dinamizam, de forma peculiar, as disputas no território.

### **Despedida do educador**

Quando partes para a vida, parte da vida vai contigo. Te sigo com o olhar triste disfarçando a lágrima renitente. Ensaio, ensimesmado, um sorriso... Aceno displicentemente para que sigas confiante e seguro pelos caminhos que te levam para longe. Observo-te sumindo na estrada e guardo a imagem no vazio que deixas: "faltou dizer-te que..." sempre falta algo por dizer. Apesar dos passos imprecisos no fundo sei que estais pronto. Fico aqui te acompanhando pelos caminhos novos em que me levas. Sim, estais pronto... Aqui eu permaneço ao seu lado. Aqui permaneço recomeçando, como sempre... inacabado.

(Mauro Iasi)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, HUCITEC/ANPOCS/Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. & VEIGA, José Eh (1999) — **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)** — IPEA -Texto para discussão nº 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97.

ABRASCO, Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva. **Subsídios ao plano diretor para o desenvolvimento da área saúde e ambiente no âmbito do sistema único de saúde**. Brasília: ABRASCO, 2003.

ABRASCO. **Dossiê Agrotóxicos – Parte 3 - Agrotóxicos, Conhecimento Científico e Popular: Construindo a Ecologia de Saberes**. Porto Alegre, Novembro de 2012.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental – Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas**. In: ACSELRAD, H. et al. (org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2004.

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social** adquirido in: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, 2005.

ACSELRAD, H. Cecília Campello do A. Mello, Gustavo das Neves Bezerra. **O que é Justiça Ambiental**, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. **Mapeamentos, Identidades e Territórios**. 33º Encontro Anual da Anpocs GT 04: **Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais**, Outubro de 2009.

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos avançados, vol.24 N. 68, São Paulo, 2010.

ADECE, 2011. **Câmara Setorial das Frutas**. <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/fruticultura>

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**, FGV Editora, 2005

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do Trabalho**. São Paulo: Ensaio/UNICAMP, 1988.

ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAHIA, C. C. S. ; FELIPE, E. S. ; PIMENTEL, M. O. S. S. **Prática de Ensino: diálogos de formação com educadoras de Cirandas Infantis do MST**. In: BAHIA, C. C. S.; FELIPE, E. S.; PIMENTEL, M. O. S. S. (Org.). Práticas Pedagógicas em Movimento: infância, universidade e MST. 1ed. Belém: Edufpa, 2005

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. Rev. Estud. Fem. vol.16 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2008

BARROS, V. A. & Silva, L. R. **A pesquisa em História de Vida**. In: I. B. Goulart (org.) Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.(pp. 134-158)

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BOFF, L. **O ecocídio e o biocídio**. In: 7 Pecados do Capital. Sader, E. (Org) Rio de Janeiro: Record, 2000

BOMBARDI, L. M. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 14, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 6ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BOUDIEU, P. **O poder simbólico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOITO Jr., Armando e BERRINGER, Tatiana. **“A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma”**. Campinas: mimeo. 2012

BRANDÃO. C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente. In: **Seminário Nacional de Saúde e Ambiente com Controle Social**, Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

———. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília, 1999. Documento preliminar.



BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007

BRASIL, ministério da saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília: FUNASA, 2002.

BREILH, J. **Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

BRUMER, A. **A Participação das Mulheres na Produção Familiar Agrícola** In: "O desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social". Curitiba - Paraná: 1995.

CAMPOS, Christiane S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – o caso de Cruz Alta-RS**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do RS, 2009.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Revista NERA – ANO 7, N. 5 – Agosto/Dezembro de 2004 – ISSN 1806-6755

CARNEIRO, F.F. RIGOTTO, RM. PIGNATI, W. **Frutas, Cereais e Carne do Sul: Agrotóxicos e Conflitos Ambientais no Agronegócio no Brasil**. E-Cadernos. CES, 17, 2012, p. 10-30

CARRASCO, Cristina. **Para uma economia feminista**. In: Mujeres e economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas, 1998.

CARRASCO, Cristina. **A Sustentabilidade da Vida Humana: Um assunto de Mulheres?** In: FARIA N., NOBRE, M. (orgs.). A produção do viver. São Paulo, Cadernos Sempre Viva, n.8, 2003.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Na sombra da imaginação: reflexão a favor dos camponeses**. Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: maio de 2010. ISSN 2177-4463. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

\_\_\_\_\_. **Governo Lula e a Contra-Reforma Agrária no Brasil**. <http://coral.ufsm.br/enev/docs/governolula.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2014

CASTRO, F Silva de. **"O Progresso a 'preço de banana': análise das inter-relações saúde, trabalho e ambiente no contexto do agronegócio na Chapada do Apodi/CE"**. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará.2011

CAVALCANTI, H. **O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo**. In: BURITY, J.A. (org.) *Cultura e identidade – perspectivas multidisciplinares*. R.J. DP&A, 2002.

CHAYANOV, A.V. **Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas**. In: SILVA, Jose Graziano da & STOLOKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

CHAUI, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.

COGERH. **Monitoramento Datalogger Apodi**. Junho de 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um reflexo**. M. et. al. (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

COSTA NETO, Canrobert. **Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar**. In: Eli Napoleão de Lima etalli. *Mundo Rural IV*. Rio de Janeiro, EDUR/MAUAD, 2007.

COSTA, Rosa Ely Baltazar. **Modernização conservadora e as alterações socioespaciais no Distrito de Lagoinha – Quixeré (CE)**. Limoeiro do Norte, 2006 (Monografia de especialização) – Curso de Especialização em Meio Ambiente: uma visão interdisciplinar, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos /Universidade Estadual do Ceará, 2006.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM, 1998

CRUZ, Valter do Carmo. **Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais?**. In: Henri Acselrad. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEBERT, G.G. **Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral**. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M.M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DEERE, Carmem Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. *Rev. Estudos Feministas* [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 175-204. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. ampliada. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB/USP, 2008

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos: a resistência camponesa no Ceará em busca de sua libertação**. Tese Doutorado em Geografia. USP, 2009.

DNOCS. **Serviço De Monitoramento dos Perímetros**, 2014. [http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f\\_registro=3100&f\\_opcao=imprimir&p\\_view=short&f\\_header=1&](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=3100&f_opcao=imprimir&p_view=short&f_header=1&). Acesso em 09 de junho de 2014.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 2a ed. São Paulo : Global, 1984.

ESMERALDO, G. G. S. L. **Ceará no Feminino. As condições de vida da mulher na zona rural**. 1. ed. Fortaleza: Editora UFC, 2003. v. 01. 135p .

\_\_\_\_\_. **A organização da propriedade da terra e das relações de trabalho no Brasil**. Cadernos do LOGEPA. Série Texto Didático (UFPB. Impresso), UFPB, v. Ano 2, n.2, p. 37-49, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mulher Rural no Brasil: Estratégias para o Reconhecimento de Ofícios e Ação Política**. Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 2, p. 122-138, 2011.

\_\_\_\_\_. **Construção Identitária da Mulher Sem Terra: 'Ditos' e 'Não Ditos' no Jornal Sem Terra**. Estudos Universitários (UFPE), v. 30, p. 61-77, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **O Campesinato Frente a Expansão do Agronegócio e do Agrocombustível**. In: Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento. Marcos Aurelio Sarket, Roseli Alves dos Santos (org). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade**. Coleção Cadernos Sempreviva. São Paulo, SOF, 1997

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses**. In: OLIVEIRA, M. P., COELHO; M. C. N.; CORRÊA, A. M. (Org.). O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. **Brazil s Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography**. Human Geography, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. Mimeo s.n.t.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**. S.n.t

\_\_\_\_\_**O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula.** Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 11, 2003.

\_\_\_\_\_**Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

\_\_\_\_\_**A Formação do MST no Brasil.** São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FORO MUNDIAL DE ALTERNATIVAS. **Projecto de Declaración Universal del Bien Común de la Humanidad.** <http://alainet.org/active/55639>. Acesso em 03 de Setembro de 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 33ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2002

FREITAS. B. M. C. **Marcas da Modernização Agrícola no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará** - Dissertação Mestrado em Geografia - UECE, 2010

GARCEZ, Daniela. **Agricultura familiar e a equidade social: agroindustrialização familiar e o papel das políticas agrícolas de crédito como o PRONAF.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárceres**, Vol. 1. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco AurelioNogueira. – 3ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_**Cadernos do Cárcere (Vol. 3). Maquiavel, notas sobre o Estado e a política.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_**Concepção Dialética da História.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

GUZMÁN; S.; MOLINA, M.. **Sobra a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: expressão popular, 2005.

HAESBAERT, R. **Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul.** In : STROHAECKER T.M. et alii. Fronteiras e espaço global. Porto Alegre, AGB-PA, 1998

\_\_\_\_\_**Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_**Concepção do território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre ordenamento do território. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

\_\_\_\_\_**O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_**O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism.** Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women’s Lives.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra (ed.). **Feminism & Methodology.** Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental.** In: I Seminário contra racismo ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático: Fase, 2006.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.

IASI, Mauro. **Olhar o mundo com os olhos de mulher? À respeito dos homens e a luta feminista,** Amsterdã, 1991.

KELLER, Evelyn Fox . **Reflexiones sobre Género y Ciencia.** Valencia, Espanha: Ed. Alfons El Magnanim, 1991.

\_\_\_\_\_**“Feminism and Science”.** IN: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.), **Feminism & Science,** Oxford: Oxford University Press, 1996, pp.:28-40.

KERGOAT, Danièle. **Divisão social do trabalho e relações sociais de sexo.** In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial das Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 71-88

LAURELL, Asa Cristina. **La salud-enfermedad como proceso social".** Revista Latinoamericana de Salud, México, 1982.

LEFF, E. **A Cultura como Mediação entre os Processos Econômicos e os Processos Ecológicos. Ecologia, Capital e Cultura: A Territorialização da Racionalidade Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Irene Ferreira et alli. 5a Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEON, Irene. (coord.) **Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios.** 2da. Edición. Quito, Septiembre 2010. FEDAEPS ISBN: 978-9942-9967-4-9

LISBOA, M.; BARROS, J. **Direito Humano ao Meio Ambiente**. Curitiba, Plataforma DHESCA, 2008.

LISBOA, Marijane Vieira e MELLO, Cecília Campelo do A. **RELATORIA DE DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE DA PLATAFORMA DHESCA: LIMITES E POSSIBILIDADES**. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2012.

LOBO, Elizabeth Souza. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e Gênero: A escola e a produção do feminino e do masculino**. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de. (Orgs). Reestruturação Curricular: Teoria e prática no cotidiano da escola. RJ: Vozes, 1995.

LOWY, M. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

MALERBA, Juliana. **A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências**. In: Mulheres, trabalho e justiça socioambiental. Rivane Arantes e Vera Guedes (Orgs.). – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MARINHO, AMCP. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente [tese]**. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2010.

MARQUES, M. I. M. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação Mestrado em Geografia Humana – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ª Ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª Ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1990

\_\_\_\_\_. **A militarização da Questão Agrária**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972

MARX, Karl. ENGELS, Friderich. **A ideologia Alemã**. 7.ed.. São Paulo: Centauros, 2004.

MEDEIROS, TARSIA. **Feminismo e Ecosocialismo: uma aliança necessária**. SP, 2013

<http://ecossocialismooubarbarie.wordpress.com/2013/03/01/feminismo-e-ecossocialismo-uma-alianca-necessaria/>

- MESZÁRÓS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 2ªEd, São Paulo: Hucitec/Abrasco. 1993.
- MINAYO, M.C.S (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- MORISSAWA, Mitue. **A história da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.
- MST. **Mulher Sem Terra**. Setor Nacional de Gênero. São Paulo, 2000.
- MST. **Manifesto das Mulheres da Via Campesina contra o deserto verde**. RS, 2006 (<http://www.mst.org.br/book/export/html/690>)
- MURPHY, R. **Rationality and nature**. Boulder, Co: Westview Press, 1994
- NARVAZ, M. G. & KOLLER, S. H. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política** In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006
- NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. (Cadernos Sempreviva).
- NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: 1999. Sempreviva Organização Feminista
- NORA, Pierre; “**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- NORBACK; CINELLI; CAMPOS; RODRIGUES. **A questão de gênero em espaços educativos dos Movimentos Sociais do Campo**. p. 174-188. In: Teoria e prática da educação do campo. MDA, Brasília 2008
- NÚCLEO TRAMAS. **Documento Síntese dos Resultados Parciais da Pesquisa**. UFC, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.
- OLIVEIRA, B. **Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa**. In: NEVES, D. P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p.193-207.

OMS. Organização Mundial da Saúde . Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: OPAS, OMS; 1996.

ONU. **Rio+20: o futuro que queremos**. Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, junho de 2012.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Sistema de produção: uma perspectiva de gênero**. FASE, Rio de Janeiro, 1996.

PALMA, D.C.A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde- MT**. [Dissertação de Mestrado], Cuiabá: UFMT/ISC, 2011.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo. Ed: Expressão Popular, 2010

PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada**. Da revolução francesa à primeira guerra. 8ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PESSOA, V. M. **Tecendo atenção integral em saúde ambiental e saúde do trabalhador na estratégia saúde da família em Quixeré – Ceará**. Dissertação Mestrado em Saúde Pública/UFC, 2010

PLATAFORMA DHESCA. **Relatório sobre a Missão São Francisco**. Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais Relatório produzido pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia –AATR-BA, sujeito à complementações. Fotos : João Zinclar, Lia Giraldo e Ciane Sueli. 2006. [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)

PLATAFORMA DHESCA. **Desafios dos Direitos Humanos no Brasil**, Curitiba, 2009

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, 2008.

POLLACK, M.; “**Memória, Esquecimento, Silêncio**”; in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-15.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

PORTO. M. F. **Agrotóxicos, saúde coletiva e insustentabilidade: uma visão crítica da ecologia política**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 12 n. 01, 2007



Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) 2006

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. “**A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**” em Ceceña, Ana Esther (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado (Buenos Aires: CLACSO). 2006

QUEIROZ, Maria Isaura de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.) Experimentos com história de vida Itália/Brasil. São Paulo, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, H. **Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, 2004.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902004000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902004000100008&script=sci_arttext) Acesso em: 24 de abril de 2014

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

RIGOTTO, R.M; TEIXEIRA A.C.A. **Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental no Campo, na cidade e na Floresta** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL,1. 2009, Brasília, DF. Caderno de texto. Brasília, DF: GT Saúde e Ambiente da ABRASCO, 2009.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará**.1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011.

RIGOTTO, RM, FF Carneiro, AMCP Marinho, MM Rocha, MJM Ferreira, VM Pessoa, ACA Teixeira,MLV Silva, LQV Braga e MM Teixeira. **O verde da economia no Campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(6):1533-1542, 2012.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero e patriarcado**. Janeiro, 2001

SAFFIOTI, Heleieth & FERRANTE, Vera Lúcia Silveira. **Famílias rurais no Estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina**. In: “Trabalhadoras do Brasil”, São Paulo: FCC: Ed. Brasiliense, 1982

SAFFIOTI, Heleieth Iara. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976

SAMPAIO, José Levi Furtado ; LIMA, Anna Erika Ferreira ; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe**. In: Raquel

Rigotto. (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. 1ªed.Fortaleza/São Paulo: Edições UFC/Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 111-143.

SANTÍN ESTEBAN, M. Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Boaventura de S. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, B. S. (Org.). Globalização: fatalidade ou Utopia. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS. Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Cortez Editora. São Paulo, 2003

SANTOS. B.S. **De las dualidades a las ecologias**. Serie: Cuaderno de Trabajo No. 18, Editora: Red Boliviana de Mujeres Transformando laEconomía, REMTE, 2012.

SANTOS, AL. & RIGOTTO, RM. **Território e Territorialização: Incorporando as Relações de Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde na Atenção Básica à Saúde**. In: Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, V. 08 N.03 p. 387-406 Nov. de 2010/Fev. 2011

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista** In: Feminismo, Ciência e Tecnologia. Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg. (Org). Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002 Coleção Bahianas; 8.

SCOTT, Joan W. **O gênero como categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. Petrópolis, Vozes - 1995.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A. (Org.) **Falas de Gênero: teorias, análises leituras**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1999.

SHANIN, T. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 23-47.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil**. Coutinho, C. Nelson. Prefácio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Segurança Alimentar, Nutricional e Gênero**. In: Gênero, Agroecologia e Segurança Alimentar: Interfaces Temáticas na Prática das Organizações Sociais. Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia. Belo Horizonte: Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas, Rede Economia e Feminismo – SOF, 2005.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre ordenamento do território. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

SILVA, José Ricardo Basílio. **No Leito e nas Margens: histórias, conflitos e resistências no rio Jaguaribe (1990-2010)**, UFPB, João Pessoa, 2011.

SOARES, Hildebrando dos Santos. **Agricultura e reorganização do espaço: A rizicultura irrigada em Limoeiro do norte Ceará**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

STEDILE, J. P. (Org.) **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997

TEIXEIRA, M. M. **“A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali”**: agronegócio, vida e trabalho no Baixo Jaguaribe, CE. Monografia de Graduação em Direito/UFC, 2010

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, E. Paul. **A voz do passado: História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**, Petrópolis, Vozes, 1995

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade**. Vol.01. 4a edição. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tradición, Revuelta y Consciencia de clase**. 3ª. Edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

TORRES FILHA, Francisca Gomes. **Agricultura e Gênero: O trabalho feminino na comunidade rural de Santa Cruz Apodi-RN**. Mossoró: UERN/PRODEMA, 2001.

VIA CAMPESINA. **Documentos políticos de La Vía Campesina**. Vª Conferencia. Mozambique, del 17 al 23 de Octubre, 2008 . Paper.

VYGOTSKY, Liev S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRS, 2009.

WANDERLEY. Maria Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Anais XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1996.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos**. R.J, Paz e Terra, 1979.

ZARZAR, A. Butto & LOPES. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente do Brasil**, MDA, 2008.